

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
CURSO MESTRADO**

**A “PSICOLOGIA PSICANALÍTICA DO EGO” E A PSICANÁLISE FREUDIANA:  
DIFERANÇAS TEÓRICAS FUNDAMENTAIS**

**FLORIANÓPOLIS**

**2003**

**GESELDA BARATTO**

**A “PSICOLOGIA PSICANALÍTICA DO EGO” E A PSICANÁLISE FREUDIANA:  
DIFERANÇAS TEÓRICAS FUNDAMENTAIS**

**Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Psicologia, programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.**

**Orientador: Prof. Dr. Fernando Aguiar Brito de Souza**

**Florianópolis**  
**2003**  
**TERMO DE APROVAÇÃO**

**GESELDA BARATTO**

**A “PSICOLOGIA PSICANALÍTICA DO EGO” E A PSICANÁLISE FREUDIANA:  
DIFERANÇAS TEÓRICAS FUNDAMENTAIS**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

---

Orientador: Prof Dr. Fernando Aguiar Brito de Souza  
Departamento de Psicologia, UFSC

---

Prof. Dr. Sérgio Scotti  
Departamento de Psicologia, UFSC

---

Prof. Dr. Leandro de Lajonquière  
Departamento de Educação, USP

**Florianópolis, 30 de maio de 2003**

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço ao Prof. Dr. Fernando Aguiar Brito de Souza por aceitar orientar este trabalho, pelas valiosas contribuições prestadas ao mesmo e pelos diálogos mantidos em relação à psicanálise na universidade.

Agradeço ao Prof. Dr. Leandro de Lajonquière por aceitar participar da banca de defesa e pelas inúmeras contribuições prestadas à minha formação acadêmica nos últimos 4 anos.

Agradeço ao Prof. Dr. Sérgio Scotti pela sua participação e contribuição no Projeto de Pesquisa e por aceitar compor a banca de defesa deste trabalho.

Agradeço à Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Mara Lago por aceitar participar da Banca como membro suplente.

À Psicanalista Lucia M. Verdun de Almeida, amiga e interlocutora de todas as horas.

Agradeço ao prof. Dr. Rafael Andrés Villari pela participação e contribuições prestadas no Projeto de Pesquisa.

Agradeço a Coordenadora do Curso de Psicologia da Universidade do vale do Itajai– Lísia F. Michels

Agradeço a Prof<sup>ª</sup>. Dr. Andréia Vieira Zanella.

Agradeço aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação.

## RESUMO

A obra do mestre vienense S. Freud, criador da Psicanálise, esteve historicamente sujeita à inúmeras interpretações por seus discípulos e dissidentes. Os comentadores da obra de Freud proliferaram, dando origem a uma vasta literatura em psicanálise. Não foram poucos os autores que pretenderam encontrar nos textos freudianos sua fonte de apoio e de inspiração. Isto teve como consequência uma proliferação de escolas de psicanálise, inscritas sob a denominação de *neopsicanálise*, nelas praticou-se toda sorte de ecletismos. O fato é que, contemporaneamente, circula uma multiplicidade de versões da psicanálise que partilham um traço em comum: o desvio do conceito fundamental e originário da psicanálise – o inconsciente e seu operador, o recalque. Nos anos 40 surge, na América do Norte, uma *neo* escola de psicanálise que pode ser tomada como modelo padrão exemplar dos desvios a que esteve submetida à psicanálise: a “Psicologia Psicanalítica do Ego” São desenvolvidas, neste trabalho de dissertação, as teses fundamentais da “Psicologia Psicanalítica do Ego”, para num segundo momento pautá-las com as teses fundamentais à psicanálise. São estabelecidas as diferenças e a distância que a “Psicologia Psicanalítica do Ego” guarda em a psicanálise. Afirmando-se que no interior da referida escola praticou-se uma particular rota de desvio, são apontados os pontos específicos em torno dos quais estes desvios ocorrem.

## ABSTRACT

The work of the Viennese master, S. Freud, the founder of Psychoanalysis, has been historically exposed to a number of interpretations by his disciples and dissidents. The commentators of Freud's work proliferated, giving rise to a vast literature on psychoanalysis. It was not a few numbers of authors who have intended to find in Freudian works their source of support and inspiration. This has caused a proliferation of Psychoanalysis Schools, registered under the denomination of *neo* psychoanalysis; where all sorts of eclecticism have been practiced. The fact is that a great variety of psychoanalysis versions, which are circulating contemporary, share on trait in common: the deviation of the fundamental and original concept in psychoanalysis – the unconscious and its operator, the repression. In the 1940's a *neo* psychoanalysis school emerged in North America which may well be taken as a standard model of the digressions to which psychoanalysis has been exposed: "The Ego Psychoanalytic Psychology ." On this essay, the fundamental theses of the " The Ego Psychoanalytic Psychology," are developed and, in the sequence; we link then with the fundamental theses for psychoanalysis. Therefore, we establish the differences and the distance that " The Ego Psychoanalytic Psychology " maintains toward psychoanalysis. In order to affirm that a particular route of digression has been practiced in the mentioned school, this essay chows the specific points which these digression take place.

## SUMÁRIO

RESUMO.....	V
-------------	---

<b>ABSTRACT.....</b>	<b>VI</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>PRIMEIRO CAPÍTULO</b>	
<b>A Psicanálise e a Problemática das <i>neopsicanálises</i>.....</b>	<b>07</b>
<b>SEGUNDO CAPÍTULO</b>	
<b>A “Psicologia Psicanalítica do Ego”: Conceitos Fundamentais.....</b>	<b>19</b>
2.1. O conceito de regressão ao serviço do ego.....	28
2.2. Princípios psicodinâmicos.....	39
2.3 O princípio da função sintética do ego e o processo de adaptação.....	43
2.4. O enfoque sociológico.....	47
2.5. Esfera do ego livre de conflito: O conceito de autonomia do ego.....	51
2.6. As derivações da Psicologia do Ego: As Psicoterapias Breves.....	57
2.7. A teoria Culturalista de Fromm e a teoria sexual de Reich.....	62
2.8. Conclusão.....	70
<b>TERCEIRO CAPÍTULO</b>	
<b>Freud e a descoberta do inconsciente.....</b>	<b>73</b>
3.1. A revolução freudiana.....	77
3.2. O encobrimento da descoberta freudiana.....	85
3.3. Descobrendo o inconsciente.....	91
3.4. O retorno do recalcado: Os derivados do inconsciente.....	105
3.5. Conclusão.....	116
<b>QUARTO CAPÍTULO</b>	
<b>O inconsciente e a segunda tópica.....</b>	<b>122</b>
4.1. A compulsão à repetição: A insistência do inconsciente.....	123
4.2. O eu como objeto libidinal.....	136
4.3. Emoções inconscientes.....	142
<b>QUINTO CAPÍTULO</b>	
<b>Conclusão.....</b>	<b>147</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>155</b>

## INTRODUÇÃO

Propomo-nos nesta pesquisa a tarefa de abordar a problemática questão relativa às múltiplas interpretações a que esteve sujeita, por discípulos e dissidentes da psicanálise, a obra freudiana. Essas interpretações, em não poucas vezes, portaram em comum o selo característico de não se terem mantido fiéis ao pensamento vivo de Freud, presente na obra por ele legada.

Não foram poucos os autores que pretenderam encontrar na psicanálise freudiana o suporte a partir do qual poderiam para alçar as suas próprias teses, assim como também não foram poucos os autores que julgaram conveniente proceder à seleção de conceitos psicanalíticos, privilegiando alguns em detrimentos de outros. Nesta empresa, esqueceram-se de que os conceitos que sustentam a psicanálise, enquanto corpo teórico e técnico, articulam-se uns aos outros formando um tecido cuja trama depende justamente da amarração de seus fios conceituais. Procedendo ainda articulação dos conceitos psicanalíticos selecionados com conceitos provenientes de outras escolas psicológicas, com linhas de pensamentos radicalmente divergentes daqueles sustentados pela psicanálise freudiana. A consequência imediata deste processo foi uma proliferação de escolas ditas *neopsicanalíticas*. No interior dessas escolas psicológicas a teoria psicanalítica sofreu toda sorte de ecletismo, na medida em que seus conceitos originais foram selecionados e articulados com conceitos provenientes de outras escolas de tradição psicológica. O fato é que, contemporaneamente, circula uma multiplicidade de versões a respeito da psicanálise, tornando-se tarefa quase impossível abordá-las todas num único estudo. Essa tarefa, de qualquer modo, não é nossa proposta de trabalho.

No presente trabalho de pesquisa abordaremos a escola norte-americana de psicologia – a “Psicologia Psicanalítica do Ego” – tomando-a como modelo padrão exemplar dos “desvios” (Lacan, 1978a, p. 154) a que esteve submetida à psicanálise nas mãos de teóricos afeitos a ecletismos. A importância dessa escola, surgida em torno dos anos de 1941, nos Estados Unidos da América, reside no fato de que ela quis se fazer reconhecer como pertencente ao campo psicanalítico freudiano. Sua importância está presente também no fato de que, no seu interior, praticou-se uma particular rota de desvio e de distanciamento em relação à psicanálise propriamente dita, tornando-se, deste modo, alvo de uma crítica também toda particular por parte de Lacan..

Sob a direção desta nova escola psicológica, a psicanálise freudiana foi profundamente modificada, tanto no que tange aos seus conceitos fundamentais quanto ao que tange ao seu método e à sua técnica. No interior das elaborações levadas a efeito pela “Psicologia

Psicanalítica do Ego” a psicanálise aparece sob um enfoque completamente diferente daquele ordenado por Freud, passando, desde então, a ordenar-se em torno de *novos* objetivos, *novos* métodos de investigação dos processos mentais – o empírico no sentido positivista –, *novos* conceitos, *novas* técnicas. Em função do que foi considerado como inovações ao campo freudiano, os mentores da teoria psicológica do ego julgaram procedente *rebatizar* a psicanálise, passando a denominá-la de “Psicologia Psicanalítica do Ego” (Rapaport, 1962, p. 42).

Posto que a tarefa que hora nos propomos repousa no estabelecimento das diferenças conceituais que a “Psicologia Psicanalítica do Ego” guarda em relação à psicanálise freudiana, diferenças que determinaram um distanciamento e um desvio em relação à mesma, é nosso objetivo demarcar os pontos teóricos específicos em torno dos quais este distanciamento e desvio ocorreram.

Com a intenção de sermos claros e rigorosos no estabelecimento das diferenças teóricas entre a “Psicologia Psicanalítica do Ego” e a psicanálise freudiana, optamos, na presente pesquisa, por proceder primeiramente ao levantamento e a elaboração dos conceitos capitais alçados pela “Psicologia Psicanalítica do Ego”. O cerne do segundo capítulo deste ensaio consistirá, portanto, no arrolamento e desenvolvimento dos conceitos e teses centrais defendidos pela referida escola. Este percurso se faz necessário, posto que no desenvolvimento subsequente deste estudo objetivamos proceder ao cotejamento dos conceitos capitais da “Psicologia Psicanalítica do Ego” com os conceitos que foram efetivamente ordenados por Freud e que constituem, de fato e de direito, o edifício teórico e técnico da psicanálise.

Deste modo, com o objetivo de estabelecer marcos diferenciais, alertamos o leitor que o segundo capítulo deste ensaio é composto essencialmente pelo arrolamento dos conceitos considerados fundamentais pela “Psicologia Psicanalítica do Ego”. Sempre que possível procuraremos deixar claro que não partilhamos dos mesmos pontos de vista apresentados por essa escola. Justamente, é nossa intenção demonstrar que os conceitos nela originados e afirmados divergem radicalmente daqueles originados e afirmados por Freud, e de que a psicanálise não pode, portanto, ser homologada à “Psicologia Psicanalítica do Ego.” Nossa intenção é demonstrar que essa escola alçou conceitos absolutamente estranhos em relação à psicanálise freudiana.

Em nosso trabalho, procuraremos elaborar como foi concebido pela “Psicologia Psicanalítica do Ego” o mais caro dos conceitos psicanalíticos – o inconsciente e a operação do recalque que o institui. Desenvolveremos elaborações a respeito do modo como foi

entrevisto o inconsciente, quando compreendido à luz de um valor supremo conferido aos processos psíquicos conscientes. Partimos, efetivamente, da premissa de que a distância operada pela “Psicologia Psicanalítica do Ego” em relação à psicanálise ordenou-se precisamente em torno de uma minimização do conceito de inconsciente, em favor de um privilégio conferido ao ego consciente. O ego é, para esta teoria, concebido como o eixo ordenador central dos processos psíquicos, a ele compete a tarefa de síntese e de controle racional do acervo das condutas do indivíduo. Ora, o conceito de inconsciente, e de divisão psíquica que ele dá lugar, responde, na psicanálise, à noção de que não há no psíquico centro ordenador. Responde, pois, a noção de um descentramento radical ao qual o sujeito está atrelado e submetido.

Teremos oportunidade no desenrolar deste trabalho de apontar que o desvio que a escola norte-americana operou em relação à psicanálise ordenou-se em torno de uma substituição conceptual. O conceito de inconsciente, fundamental à psicanálise, é, na “Psicologia Psicanalítica do Ego”, substituído pelo conceito de ego consciente. O ego integra, nesta escola, as características de racionalidade, de consciência, de síntese e de autonomia, constituindo-se no órgão responsável pela adaptação do indivíduo ao seu meio circundante. Definido como um sistema de controle racional do comportamento, o ego é também concebido como o órgão encarregado dos processos de aprendizagem e de adaptação. A “Psicologia Psicanalítica do Ego” guarda a maior intimidade com algumas reflexões filosóficas, sustentando as noções de “sujeito cognoscente, agente do processo de conhecimento” (Marques Neto, 1994, p. 151), sujeito governado pela sua vontade e, como tal, autônomo.

Para os teóricos do ego, todo conhecimento objetivo depende, em última instância, do ego. Como tal, é ele que detêm a capacidade de proceder à percepção correta da realidade ambiental externa física e social. Requisito necessário, como veremos, de toda boa adaptação.

A tese central defendida pelos teóricos do ego, a sua visão de mundo e de homem por assim dizer, é a de que o organismo humano é capaz de estabelecer profundas e dinâmicas relações de adaptação com o meio ambiente no qual se encontra inserido. Esta tese encontra-se em estreita consonância com a concepção pragmática que a percorre do início ao fim. Se, em psicanálise, inconsciente e recalque são conceitos indissolúveis, na “Psicologia Psicanalítica do Ego” o conceito de ego é indissociável do conceito de adaptação. O aparato egóico é condição necessária e suficiente para que ocorra uma bem equacionada adaptação do organismo ao seu meio. É este mesmo ego ainda, como veremos, que virá exercer, ao longo do processo de

maturação e desenvolvimento, seu poder de controle e de domínio sobre o id, tido como inato e fonte de toda tendência irracional humana.

As teses desenvolvidas pela “Psicologia Psicanalítica do Ego” fundamentaram-se em torno da particular leitura e interpretação da segunda tópica freudiana, introduzida na década de vinte. Na segunda tópica, Freud introduz as instâncias tópicas do *isso*, *eu* e *supereu*. A instância do *isso* é totalmente recoberta pelo atributo de pertencer ao sistema inconsciente e, portanto, de funcionar de acordo com as suas leis. O *eu* e o *supereu*, por seu turno, são em grande parte inconscientes.

Teremos oportunidade de demonstrar que foi justamente a particular compreensão operada sobre a segunda tópica freudiana que determinou a rota de distanciamento trilhada pelos psicólogos do ego em relação à psicanálise freudiana. Isto justifica que o terceiro capítulo que compõe este estudo centre-se em torno do conceito de inconsciente, de recalque e dos conceitos fundamentais deles derivados. No capítulo quatro, abordaremos as elaborações freudianas a respeito da segunda tópica, estabelecendo as suas relações com a primeira, objetivando apontar que, na segunda tópica, Freud introduz elaborações sobre o aparelho psíquico que de modo algum podem ser compreendidas como se constituindo num abandono da primeira. Com efeito, esse esclarecimento é fundamental na medida em que a “Psicologia psicanalítica do Ego” compreendeu que a segunda tópica teria implicado num abandono do que Freud havia elaborado na primeira. Esse entendimento equivocado os conduziu a colocar em cena a noção de ego consciente como conceito fundamental no interior de seus desenvolvimentos teóricos. Esclarecemos que, na segunda tópica, Freud desenvolve uma concepção estrutural dos processos psíquicos, enquanto que a “Psicologia Psicanalítica do Ego” tem uma concepção funcionalista e evolutiva a respeito dos mesmos.

Em algumas passagens deste estudo faremos menção a autores pertencentes a outras escolas psicológicas não integrantes da “Psicologia Psicanalítica do Ego” com o propósito de sublinhar que, malgrado as diferenças de proposições teóricas e técnicas, eles partilham em comum o fato de se distanciarem da psicanálise freudiana em torno do mesmo ponto: o inconsciente, o recalque e o desejo. No primeiro capítulo deste estudo traçaremos uma visão panorâmica geral a respeito da problemática relativa às múltiplas teorias que aspiraram partilhar o campo freudiano.

Hector Fiorini, mentor da Psicoterapia Breve, figurará em nosso trabalho apenas para que, por seu intermédio, possamos apontar que a “Psicologia Psicanalítica do Ego” deu lugar a teorias contemporâneas que portam de forma inconfundível a marca de sua fonte originária.

Com Fiorini tem-se uma boa amostra do afastamento progressivo que se efetuou, ao longo do tempo, dos princípios teóricos e dos “objetivos propostos à técnica” (Lacan, 1978a, p. 136). Sob a pena da “Psicologia Psicanalítica do Ego” e da “psicoterapia breve” a psicanálise se tornou irreconhecível, estranha, e por que não dizer, totalmente outra coisa..

Os parágrafos acima constituem, em síntese, a proposta de trabalho a ser desenvolvida ao longo deste estudo.

Resta-nos ainda fundamentar o interesse que nos move na empresa de proceder às elaborações que se fazem necessárias para o entendimento dos eixos ordenadores da constituição subjetiva do sujeito do inconsciente, mantendo como pano de fundo a noção de sintoma, enquanto o reconhecemos como fonte de sofrimento para o sujeito que a ele se vê atrelado. Percorreremos, para tanto, os caminhos traçados por Freud na elaboração dos conceitos fundamentais da psicanálise, delineando as vias que distinguem uma abordagem psicanalítica sobre o *sujeito* de uma abordagem psicológica sobre o *indivíduo*.

A pesquisa acerca do estatuto do sujeito do inconsciente encontra sua justificativa no fato de constituir-se numa elaboração de capital importância teórica e clínica. Se, como ensina Freud, o sintoma é expressão, manifestação de uma subjetividade, isso requer, daquele que é convocado pela transferência a escutá-lo, um posicionamento rigoroso sobre os conceitos fundamentais da psicanálise, assim como também de seu método – a livre associação.

Quanto à justificativa de procedermos à diferenciação dos conceitos fundamentais da psicanálise freudiana, diferenciando-os daqueles desenvolvidos pela “Psicologia Psicanalítica do Ego” e, secundariamente, da psicoterapia breve, este foi, ao nosso ver, o caminho que os mestres da psicanálise trilharam. Ele constitui-se num caminho que se impõe àqueles que, implicados pelo seu desejo, são praticantes da psicanálise em extensão, quer esta se realize no espaço das instituições psicanalíticas – espaço sem dúvida privilegiado no debate das inquietantes questões que a psicanálise coloca –, quer no espaço das instituições acadêmicas, com seus problemas e entraves específicos. Sabemos que no interior das instituições acadêmicas impõem-se questões específicas sobre a transmissão da psicanálise.

A propósito das relações entre a psicanálise em intenção e da psicanálise em extensão, evocamos a conferência do psicanalista Contardo Calligaris, proferida por ocasião da segunda jornada de psicanálise da Biblioteca Freudiana de Curitiba, *Será que a Psicanálise sobreviverá à morte de Jacques Lacan?* (1992).

Neste seminário Calligaris sustentou que para exercer a psicanálise em intenção – a práxis clínica da psicanálise – para que o analisando suporte o tipo de tratamento que o

dispositivo analítico põe em prática, faz-se necessário que a psicanálise enquanto discurso – a psicanálise em extensão – tenha “difusão e sustentação social” (Calligaris, 1992, p. 2). Ele sustenta que a prática clínica da psicanálise, aquela do consultório, para que possa ser exercida por um analista sem que este se veja preso a problemática situação, por um lado, de não ter como sustentar a permanência de seus analisandos em análise a não ser “aceitando o tipo de proposta imaginária que a transferência do paciente coloca”, ou bem, por outro lado, “não ter mais pacientes” (p. 4), requer a presença do discurso psicanalítico na cultura. Deste modo, de acordo com Calligaris “é preciso que a psicanálise exista em extensão para que a sua prática em intenção seja possível” (p. 6).

No decurso deste trabalho desenvolveremos que os fundamentos da psicanálise não se ordenam em torno da noção filosófica de sujeito do conhecimento e da vontade – o sujeito autônomo. Isto é, que o sujeito da psicanálise não se confunde com “o sujeito, tal como emerge em sua concepção moderna – concepção que tem toda uma tradição na história subsequente do pensamento científico e filosófico – sujeito centrado no eu e a ele identificado. A identificação do sujeito ao eu implica na identificação do sujeito à consciência, ou, mais precisamente, ao *eu consciente*” (Marques Neto, 1994, p. 153-154). Justamente, nossa proposta de trabalho é apontar que a psicanálise rompe com este modo de compreender o sujeito e que, portanto, teorias que se nutrem destes pressupostos não podem aspirar partilhar do campo fundado por Freud. Razão pela qual “hoje em dia, é preciso que nos livremos da ilusão da autonomia do sujeito, se nós queremos constituir uma ciência do sujeito.” (Lacan, 1994, p. 54). De modo que ou bem aderimos a uma proposta filosófica acerca do sujeito, ou bem aderimos a uma proposta psicanalítica, o que requer o reconhecimento da diferença que entre ambas se opera.

Esclarecemos ainda que devido ao fato da “Psicologia psicanalítica do Ego” ter-se tornado reconhecida simplesmente como “Psicologia do Ego”, será desse modo que a ela nos referiremos ao longo deste trabalho.

**Primeiro Capítulo**  
**A PSICANÁLISE E A PROBLEMÁTICA DAS**  
***NEOPSICANÁLISES***

Novo é, sim, que na sociedade científica se formou uma sorte de contragolpes entre a psicanálise e seus opositores, pessoas que aceitam algo da psicanálise e até se declaram seus partidários sob hilariantes cláusulas restritivas, mas em troca desautorizam outra parte, coisa que nunca consideram haver proclamado em voz suficientemente alta.[...]. A estes ecléticos não parece importar-lhes que o edifício da psicanálise, ainda que inacabado, constitui ainda hoje uma unidade da qual qualquer um não pode arrancar elementos a seu capricho (Freud, 1980 [1933], p. 128).

Esta crítica que Freud dirige aos opositores e dissidentes da psicanálise está em continuação direta, embora muito distanciada no tempo, aquelas efetuadas no texto *História do Movimento Psicanalítico* (1914a). Nesse texto Freud sublinha o fato de que os conceitos constituintes do corpo teórico/técnico da psicanálise não podem ser selecionados, priorizando-se alguns e descartando-se outros, segundo o capricho de uma leitura parcial e fragmentada da obra psicanalítica.

Os comentadores da obra de Freud proliferaram dando origem a uma vasta literatura psicanalítica nem sempre em consonância com o que efetivamente podemos encontrar nos textos freudianos quando nos dedicamos a um trabalho atento sobre os mesmos. Em não poucos casos, praticou-se um afastamento dos conceitos psicanalíticos que em nada contribuem para uma compreensão dos mesmos. Pontos de vista teóricos divergentes, contraditórios e incompatíveis com os postulados psicanalíticos fundamentais recebem a mesma designação, gerando confusões e mal-estar. Esta foi, e continua sendo, a marca da história de nossa “jovem ciência,” como costumava Freud denominar a psicanálise.

O zelo e a preocupação de Freud sempre foi a de que transformassem a teoria psicanalítica em manuais para vida que, servindo de consolo, a colocaria em conformidade com a sabedoria popular. Sua preocupação maior era a de que a transformassem numa *Weltanschauung*, definida por Freud (1980 [1933]): “[...] como uma construção intelectual que soluciona todos os problemas de nossa existência, uniformemente, com base em uma hipótese superior dominante, a qual por conseguinte não deixa nenhuma pergunta sem resposta e na qual tudo o que nos interessa encontra seu lugar fixo” (p. 193).

Lembrança e preocupação esta que a Psicologia do Ego ao dar lastro ao famoso “Freud explica”, através da construção de uma teoria de caráter compreensivo e explicativo sobre os

processos psíquicos, tornou contemporânea em nosso tempo, assim como contemporânea era no tempo de Freud, o modo de ingresso e disseminação da psicanálise nos Estados Unidos da América por seus discípulos e dissidentes, dentre os quais destaca-se Alfred Adler, com a teoria do *Individual Psychology*, no interior da qual faz, do dito complexo de inferioridade e do desejo do indivíduo de auto-afirmar-se, um sistema explicativo das causas dos sofrimentos psíquicos das neuroses, psicoses, homossexualismo e de tantos outros mal-estares que afligem o indivíduo.

Contudo, foi justamente através de caminhos traçados por concepções de mundo e de homem que surgiram as ditas escolas de psicanálise que quiseram fazer-se conhecer como *neopsicanalíticas*. Surgiu, deste modo, uma vasta quantidade de teorias e de práticas que, embora completamente diferentes entre si e com a psicanálise de Freud, passaram a ser reconhecidas como pertencentes ao campo freudiano. Desnecessário sublinhar a profusão e confusão de idéias que se instalaram no justo ponto onde as diferenças foram recusadas. Deste modo, assistimos hoje a uma diversidade de escolas que, fazendo escola, ingressam em alguns círculos acadêmicos sob a comum denominação de Teorias Psicodinâmicas da Personalidade. O lugar específico que a psicanálise inaugura e demarca, aquele ordenado e fundado pela especificidade do conceito de inconsciente, correu o risco de se perder num amontoado de conceitos que minimizaram os efeitos da descoberta freudiana. A descoberta freudiana do inconsciente é anulada quando concebida à luz das teorias filosóficas que identificam o psíquico ao consciente. No interior destas concepções o inconsciente é identificado com o lado obscuro, misterioso e irracional da vida psíquica, e é desse modo que a Psicologia do Ego<sup>1</sup> concebe e apresenta o inconsciente freudiano. [Voltarei a tratar deste tema de forma pormenorizada no capítulo dois].

Podemos afirmar que, embora sejamos todos sujeitos do inconsciente, o mesmo não ocorre quanto ao que se compreende conceitualmente sobre o mesmo. O conceito de inconsciente não se constitui de modo algum em um consenso dentre aqueles que dele se utilizam, mesmo que se denominem partidários do campo psicanalítico. Há, para diferentes escolas, diferentes aceções sobre o inconsciente que não apenas divergem daquela elaborada por Freud, mas, de forma mais radical, dela se afastam, na medida em que se sustentam em noções calcadas em escolas filosóficas que conferem aos processos psíquicos conscientes valor

---

<sup>1</sup> Conforme esclarecemos na introdução deste trabalho a “Psicologia Psicanalítica do Ego” tornou-se reconhecida como Psicologia do Ego, razão pela qual optamos por nos referirmos a mesma desta forma. Esclarecemos ainda que o termo Psicologia do Ego corresponde à tradução do inglês Ego Psychology.

supremo. A tomada prevalente desta via por muitos teóricos pôs em risco o invento freudiano. O que de novo Freud havia introduzido com a descoberta do inconsciente – impondo uma mudança radical na concepção que o homem tinha até então sobre si mesmo e na idéia que este fazia ao seu próprio respeito, descoberta denominada por Freud de terceira ferida introduzida no narcisismo (Freud, 1980 [1925], p. 274) –, correu o risco de ver-se anulada pela desvalorização e transformação que o conceito de inconsciente passou a sofrer.

Constata-se que ocorreu um afastamento progressivo da obra freudiana, na medida do acréscimo de novas leituras efetuadas por novos discípulos. Em razão disto, a leitura dos textos freudianos foi sendo progressivamente postergada, isto é, simplesmente não se lia mais Freud, mas sim aqueles que se propunham como seus porta-vozes oficiais. Esses, em não poucos casos, embora distantes, discordantes e dissonantes do dizer freudiano, reivindicaram ser reconhecidos como partidários e filiados ao seu campo. Isto quando não reivindicaram coisa maior, que é o de terem inovado a própria psicanálise, tanto no que tange a sua teoria quanto no que tange ao seu método e técnica. Foram criando-se, deste modo, linhas ditas de *base* ou de *inspiração* psicanalítica que, sendo menos *ortodoxas* com o conceito de inconsciente e seu operador constitutivo, o recalque, juntamente com a teoria da sexualidade ao qual ele dá fundamento, seriam mais facilmente assimiladas por meio de versões simplificadas da psicanálise.

Contudo, a acepção que o psicanalista tem sobre os processos inconscientes dirige, por sua vez, sua prática clínica. Dependendo da idéia que um praticante formula sobre o inconsciente a práxis clínica já não será mais a mesma em pontos absolutamente fundamentais. Isso é sobretudo verdadeiro no que diz respeito à escuta do sujeito do inconsciente – isto é, do que se escuta, de quem é privilegiado como lugar de escuta, o lugar do analista na direção do tratamento –, assim como ao próprio fim de análise e o modo de compreender o sofrimento subjetivo expresso pela via das manifestações sintomáticas.

A partir da proliferação de escolas psicológicas que aspiraram ser reconhecidas como pertencentes ao movimento psicanalítico fundado por Freud deveríamos ser levados a concluir que não existe *a psicanálise* mas sim várias psicanálises? Do mesmo modo como não existe *a psicologia* mas psicologias? Seria procedente considerar como psicanálise teorias que divergem radicalmente, e em pontos essenciais, dos fundamentos capitais da psicanálise freudiana? Nosso propósito é sublinhar que isso não se sustenta. Em nosso ponto de vista só há uma psicanálise, aquela que se sustenta na descoberta do inconsciente, tal como formulado por Freud e retomada por Lacan.

Em seu tempo e a propósito da multiplicidade de teorias psicanalíticas engrossando o cabedal teórico da psicanálise Freud (1980 [1914a]) assim se expressará: “Desejo apenas mostrar em que estas teorias contrariam os princípios fundamentais da psicanálise (e em que pontos os contrariam) e que por esta razão não devem ser conhecidos pelo nome de psicanálise” (p. 63). Logo em seguida no mesmo texto Freud agregará que é “[...] perfeitamente capaz de admitir que cada um tem o direito de pensar e escrever o que quiser, mas não tem o direito de apresentá-lo como uma coisa que não é” (p. 75).

Lacan faz sua entrada no cenário psicanalítico no justo ponto onde as idéias de Freud passaram a ser conhecidas através da mediação de discípulos e dissidentes da psicanálise. Esses, nem sempre estiveram de acordo entre si quanto aos conceitos fundamentais da psicanálise e quanto ao valor a ser atribuído aos mesmos. Em não poucas ocasiões estas correntes de psicanálise foram fortemente marcadas por formulações contrárias e, até mesmo, por veementes oposições com as proposições freudianas essenciais à psicanálise. Em não poucas “correntes do freudismo” (Roudinesco, 1998, p. 170) o conceito de inconsciente foi sendo gradativamente relegado a categoria de segundo plano. Foi neste cenário dominado por “novas tendências” (Lacan, 1978a, p. 157) teóricas e técnicas que Lacan ingressou no campo freudiano, denominando o seu ensino da transmissão da psicanálise de “retorno a Freud”<sup>2</sup>. Ali onde a chaga aberta por Freud parecia curada “Lacan pôde realizar uma leitura de Freud que veio colocá-lo na cena contemporânea, com toda a virulência revolucionária de sua obra” (Souza, 1985, p. 15).

A introdução da psicanálise por Freud na América do Norte aconteceu no outono de 1909, em resposta ao convite do então presidente da Clark University Stanley Hall. Nesta ocasião, Freud proferiu as *Cinco Lições de Psicanálise* (1980 [1910a]). Segundo relato do próprio Freud, James J. Putnam – professor de Neuropatologia da Universidade de Harvard –, até então com pontos de vista desfavoráveis, passa a ser um simpatizante da psicanálise, a

---

<sup>2</sup> A expressão “retorno a Freud” é o modo pelo qual Lacan denominou o seu “ensino” (Lacan, 1994, p. 49) da psicanálise freudiana nos anos de 1951 a 1980. Com o movimento de retorno a Freud Lacan desejou “retornar a obra de Freud” (Lacan, 1978a, p. 31), isto é, retornar ao sentido da descoberta freudiana, apontando a “consistência” e a “coerência lógica” (Lacan, 1994, p. 48) presente na obra de Freud. O retorno a Freud tem, em Lacan, o sentido de “tomar o texto freudiano como um dizer verdadeiro e recebe-lo como uma palavra que nos interroga e pede uma resposta” (Julien, 1993, p. XIII).

Em entrevista concedida a Pierre Daix em 26 de novembro de 1966, Lacan declarou que “não há nada pelo que os psicanalistas de hoje tenham mais aversão do que o inconsciente, pois eles não sabem onde colocá-lo. Isto se compreende, ele não pertence ao ‘espaço euclidiano’. É preciso construir para ele um espaço próprio e é isto que hoje em dia eu faço” (Lacan, 1994, p. 49).

As teses sustentadas pela Psicologia do Ego foram intensamente discutidas e contestadas por Lacan em seus primeiros seminários.

ponto de recomendá-la a seus compatriotas. Nesta ocasião James J. Putnam expressou o voto de que “[...] a psicanálise se colocasse a serviço de uma concepção filosófica-moral particular do universo...” (Freud, 1980 [1914a], p. 43). Freud considerou impossível acolher este voto, afirmando que, entretanto, esta “[...] continua a ser a coluna mestra da psicanálise em sua terra” (p. 43). Nas palavras do próprio Freud a psicanálise se disseminou nos Estados Unidos da América sob a forma de uma cosmovisão particular do universo. Esta observação permanece não apenas confirmada, como também comprovada, por meio da forma como a psicanálise foi difundida neste país através da teoria da Psicologia do Ego.

A disseminação da psicanálise, sobretudo nos Estados Unidos, se fez muito mais através das teorias de discípulos e dissidentes da psicanálise do que por meio da leitura dos textos freudianos. Erich Fromm, em sua concepção Culturalista sobre o homem, procurou fazer uma articulação entre Freud e Marx a partir de fundamentos humanistas. No interior de sua obra deparamo-nos com uma concepção de indivíduo que consiste numa curiosa combinação de atributos herdados e adquiridos do meio exterior. O meio exterior é definido por Fromm como o conjunto das relações sociais fundadas na produção e troca de bens. Alfred Adler desenvolveu a teoria dos complexos de inferioridade e da superação dos mesmos através de uma auto-afirmação do indivíduo. Ernest Kris, Heinz Hartmann, Rodolph Loewstein, David Rapaport, Franz Alexander, entre tantos outros, elevaram a primeiro plano uma teoria sobre o fortalecimento do ego e da adaptação do indivíduo ao meio, promovendo a perspectiva de fim de análise calcada numa bem fundada identificação do paciente ao analista.

Outros autores, embora não reivindicuem o lugar de partidários do campo freudiano, se tornaram em alguns meios acadêmicos reconhecidos como tais. Isto ocorreu devido ao fato de utilizarem no interior de suas obras termos técnicos consagrados pela psicanálise, ainda que lhes tenham conferido uma conceituação que difere radicalmente da mesma. Foi o caso de C.G.Jung, escola de Zurique denominada de Teoria Analítica. Jung, enfatizando os fundamentos raciais do homem, chegou à elaboração conceptual de um inconsciente coletivo constituído pelos arquétipos, definido como remanescentes no homem das experiências da raça com o mundo (Jung, 1987, p. 64-68). Wilhem Reich, por sua vez, fez da abolição da repressão imposta à sexualidade, (mal discernida de genitalidade), da liberação do sexo das amarras das forças sociais coercitivas e opressoras, a tese central de sua teoria.

Para Reich a sexualidade encontra-se aprisionada às amarras das convenções morais sociais, e não à cadeia libidinal do desejo. Para Reich, portanto, o homem é determinado pelas focas sociais e não pelo desejo inconsciente. De acordo com suas proposições técnicas a

sexualidade deve cortar as amarras que a ligam a moral veiculada pela “cultura patriarcal” (Reich, 1980, p. 43). Com a ruptura da sexualidade das amarras sociais “flui cada vez mais energia vegetativa para o sistema orgânico; em outras palavras, as necessidades genitais naturais despertam ou se estabelecem pela primeira vez” (p. 37) e, nestas condições, o indivíduo fica com “capacidade para a satisfação orgástica completa” (p. 37).

No dizer de Reich, (1980) “a repressão social da sexualidade normal ...” (p. 49) serve aos interesses de uma “sociedade autoritária”, de forma que “não somente a própria repressão é um fenômeno social, mas também aquilo que provoca a repressão” (p. 50). É a repressão que, privando o indivíduo da “satisfação sexual normal” (p. 57), impede seu pleno desenvolvimento sexual, determinando a permanência e a manifestação na vida adulta dos desejos infantis patogênicos e anti-sociais.

Reich “[...] prega o dever de reivindicar a liberação do sexo contra o social vigente...” (Miller, 1997, p. 288), encontrando sustentação para suas teses no fato de que “a etiologia nos ensina que tais impulsos inexistem em sociedades primitivas até certo ponto do desenvolvimento econômico e somente aparecem depois que a repressão da vida amorosa normal se tornou um hábito consagrado” (Reich, 1980, p. 49).

A forma como a psicanálise se disseminou nos Estados Unidos através da Psicologia do Ego foi fortemente marcada por uma concepção evolucionista e adaptacionista sobre o indivíduo. A *versão* da psicanálise que ali se instalou relegou o inconsciente a categoria de conceito secundário, colocando no centro do debate o conceito de ego consciente. Podemos dizer que uma técnica que se apóia numa certa noção de inconsciente mas que, contudo, mantém uma perspectiva de análise que objetiva tornar consciente o inconsciente, está fazendo, em última instância, do conceito de consciência o centro da questão. Nessa concepção, o saber insabido do inconsciente transforma-se em saber sobre o inconsciente, o que pressupõe, por sua vez, a possibilidade de torná-lo acessível e cristalino à consciência. Modo pelo qual o inconsciente, identificado ao patológico, passaria ao domínio da consciência. “Mas a descoberta freudiana foi demonstrar que esse processo verificante não atinge autenticamente o sujeito senão ao descentrá-lo da consciência de si [...] é dizer que ela torna ainda mais caduca toda investigação de ‘tomada de consciência’” (Lacan, 1978a, p. 156).

Na Psicologia do Ego o conceito de ego consciente constituiu-se no conceito central ordenador, tanto da perspectiva teórica quanto da técnica. Para esta escola psicológica o centro do debate teórico e técnico gira em torno do conceito de ego consciente, compreendido como função mediadora do processo de adaptação do indivíduo ao meio. Modo por meio do

qual, no interior da Psicologia do Ego, o ego ficou adscrito ao princípio de realidade e elevado à categoria de conceito nuclear em torno do qual passou a se ordenar tanto a *versão* teórica quanto técnica da psicanálise que, por meio do princípio de tornar consciente o inconsciente, passou a se constituir numa técnica de caráter instrumental. [Voltaremos sobre esse tema no capítulo dois].

O eixo central em torno do qual a escola norte-americana passou a guiar-se foi a noção de ego enfraquecido diante do poderio das forças do id (o *es* freudiano). O ego, quando subjugado e colocado sob o domínio do id, torna o indivíduo doente, na justa medida em que este subjugamento assinala a ruptura e a perda dos vínculos com a realidade exterior, tornando o indivíduo inadaptado à realidade externa e determinando que se estabeleça um antagonismo entre o mundo interno e o mundo externo. A Psicologia do Ego instituiu, deste modo, a *Weltanschauung* do ego fraco x ego forte. No dizer de Freud (1980 [1925]) “muitos autores tem dado grande ênfase á fraqueza do ego em relação ao id e aos nossos elementos racionais em face das forças demoníacas dentro de nós, e exibem forte tendência para transformarem o que eu disse em pedra angular de uma *Weltanschauung* psicanalítica” (p. 117).

A técnica resultante desta concepção de ego fraco x ego forte passou a consistir no fortalecimento do ego por meio da aliança com o princípio de realidade. O princípio de realidade foi na Psicologia do Ego elevado à categoria de princípio que deve reger e governar o indivíduo. O ego fortalecido adquire um novo *status* no aparelho psíquico, colocando-se em posição de exercer o seu poder de controle sob as forças irracionais do id. Modo pelo qual pode então passar de dominado a dominador. De servo a senhor.

É no interior de tais elaborações teóricas que a Psicologia do Ego e a corrente que dela se derivou – a Psicoterapia Breve, também nomeada “Psicoterapia Focal” –, encontraram um terreno fecundo. Sob o comando dessas correntes psicológicas pareceria que finalmente o sujeito teria se curado da ferida introduzida pelo mestre da psicanálise. A chaga aberta pela descoberta do inconsciente teria sido fechada. Sob o enfoque conferido ao ego pela Psicologia do Ego ele voltaria mais uma vez a ocupar como legítimo dono, ao que parece, o lugar de supremacia na esfera psíquica. A empresa à qual os teóricos do ego se dedicaram, não poupando esforços, foi a de reinstalar o ego no lugar do qual a descoberta freudiana o havia desalojado.

Não resulta difícil perceber a entrada em cena do ideal de homem norte americano, a *American Way of live*. À luz da teoria dos psicólogos do ego, o ego consciente retorna a seu posto de comando e, colocando-se em perfeita sintonia com a realidade circundante, se vê

aliviado de todo conflito psíquico. Na trajetória imposta à psicanálise pela Psicologia do Ego o conceito de inconsciente, assim como também os conceitos que dele se derivam, sobretudo os conceitos de desejo, transferência, sintoma, recalque, castração e pulsão, se viram diluídos por meio da ilusão do ego como senhor soberano, autônomo e esfera livre de todo e qualquer conflito.

É no contexto em que a disseminação da psicanálise firmou-se no realojamento do ego como núcleo central ordenador da personalidade, com o conseqüente desalojamento do dizer de Freud, que o peso da palavra de Lacan é diretamente proporcional ao peso da disseminação da psicanálise através da versão sobre ela posta pela Psicologia do Ego. O ensino de Lacan recolocou no centro do debate psicanalítico a ferida narcísica introduzida por Freud ao homem, e restituiu ao ego sua função libidinal na economia psíquica, recolocando-o como reservatório de libido objetal, como tal, centrado na função do imaginário. “Lacan dá este passo interpretando o eu do texto freudiano como fundamento do narcisismo e não como princípio de conhecimento objetivo” (Julien, 1993, p.3). O ensino de Lacan constituiu-se numa vigorosa crítica às noções de ego forte, do ego compreendido como agente central na personalidade e calcado na função racional da consciência, tal como foi concebido pela Psicologia do Ego. “A distinção proposta por Lacan tem uma importância para o contexto de sua obra, conhecida pelo *retorno a Freud*, cuja intenção é mostrar, entre outras coisas, a sua ruptura em relação ao que vinha antes sendo reunido sob o nome de *psicanálise*. Sendo um crítico veemente da *psicologia* do ego norte-americana” (Brandão, 1998, p. 2).

Nos anos vinte, Freud introduz a segunda tópica. No seu interior elabora uma concepção estrutural do aparelho psíquico. Nesta concepção, tal como Freud já elaborara no texto *Sobre o Narcisismo: Uma Introdução* (1980 [1914c]) o eu é definido como participando em grande parte do sistema inconsciente. Contudo, a leitura que os psicólogos do ego efetuaram da segunda tópica freudiana os conduziu a compreender que Freud afirmava o caráter de consciência e de supremacia do ego no aparelho psíquico e de que, portanto, era sobre ele que deveria incidir a intervenção analítica.

A transformação operada pela Psicologia do Ego sobre o conceito psicanalítico de eu culminou por fazer do mesmo a função e suporte de todo conhecimento objetivo e racional, estabelecendo desde então uma perspectiva técnica calcada no pacto de aliança a ser firmada entre a parte dita sadia do ego do paciente com a pessoa do analista. O final de análise, preconizado como ideal, seria, doravante, aquele em que ocorreria uma plena identificação do paciente com o analista, na medida em que este é tido por representante legítimo do princípio

,da realidade. O analista torna-se, deste modo, o mestre e modelo a ser seguido. Ele é aquele que sabe da verdade como adequação, e não mais aquele que sabe da verdade do sujeito enquanto irremediável cisão.

Nesta “revisão da teoria psicanalítica” (Gill, 1962, p. 23) proposta pela Psicologia do Ego não resulta difícil entrever que a figura da pessoa do analista tem uma importância fundamental, posto ser aquele que se propõe como modelo identificatório junto ao ego do analisando. Também não resulta difícil entrever as ressonâncias técnicas humanistas rogerianas, para quem os atributos pessoais do terapeuta são essenciais ao processo psicoterapêutico. Como podemos perceber mudanças de concepções teóricas não ocorrem sem que mudanças sensíveis se operem no campo prático da psicanálise. As mudanças técnicas introduzidas pela Psicologia do Ego tiveram como objetivo promover o domínio do lugar da des-razão. Essa nova técnica, pautada numa nova teoria, denominou-se “Psicologia Psicanalítica do Ego” e tornou-se conhecida como Psicologia do Ego. Nomeação deveras apropriada tanto em relação com a teoria quanto com a técnica que no seu interior se pratica. A técnica da livre associação, que dá origem à psicanálise propriamente dita (Freud, 1980 [1914a] p. 17) deu lugar, na Psicologia do Ego a uma maior consideração pelos afetos e pelas emoções inconscientes, muito embora no texto *O Inconsciente* (1915a), Freud nos alerte que o atributo de ser inconsciente somente pode recair sobre as representações, que o próprio dos afetos, emoções e sentimentos é serem conscientes. [Teremos oportunidade de retornar a este tema no capítulo três].

Como mantêm no interior destas elaborações o conceito de inconsciente e seu contraponto no campo clínico – a transferência? Já o indicamos! Retém-se da transferência seu aspecto afetivo, isto é, o vínculo afetivo do analisando com a pessoa do analista, onde a análise é análise *da* transferência e não *na e pela* transferência.

É nosso propósito desenvolver, paulatinamente, o sentido, o alcance e as implicações conceituais derivadas do conceito de *sujeito do inconsciente*, delineando as molas mestras de sua constituição. Paralelamente, abordaremos o conceito de eu, situando-o como instância narcísica e, portanto, ordenada pelo fantasma<sup>3</sup>. Assim, na relação dialética de alguns conceitos

---

<sup>3</sup> O termo original alemão *Phantasie*, tem sido objeto de controvérsias quanto a sua tradução para o português. O Dicionário de Psicanálise de Laplanche & Pontalis, o traduz por *fantasia* ou *fantasma* (s.d.:228). O mesmo ocorre no “Dicionário de Psicanálise Larousse” (Chemama, 1993, p. 70). Advertimos que optamos pelo termo *fantasma* e que nos utilizaremos dele para nos referirmos às representações de desejo submetidas ao processo de recalçamento, ou seja, para nos referirmos à realidade psíquica. Alertamos contudo, que na Edição *Standard* das Obras Psicológicas completas de S.Freud, da Editora Imago, 1980, o termo foi traduzido por *fantasia*.

fundamentais<sup>4</sup> da psicanálise presente nesta pesquisa, – inconsciente, recalque, repetição, pulsão, narcisismo – formularemos e precisaremos em que consiste para a psicanálise, que se sustenta na obra freudiana, o inconsciente e alguns conceitos aos quais ele dá lugar. Neste trabalho, faremos da pesquisa na obra de Freud o eixo tanto de nossas indagações quanto de nossas provisórias elaborações. Nos guiaremos por aquilo que efetivamente foi elaborado por Freud a respeito da psicanálise, sem, entretanto, deixar de reconhecer a enorme contribuição de Lacan ao campo psicanalítico. Deste modo, ao longo do desenvolvimento de nosso trabalho, a contribuição de Lacan à psicanálise comparecerá de forma tanto explícita quanto implícita. É fato amplamente reconhecido na comunidade analítica que Lacan foi um ardoroso crítico das teorias da Psicologia do Ego, seu “retorno a Freud” visou recolocar em cena a obra freudiana com toda a sua virulência. Assim, sempre que resulte pertinente à nossa pesquisa, faremos referências às contribuições de Lacan à psicanálise.

Será em torno da descoberta do inconsciente e do recalque, tal como elaborados por Freud e retomados por Lacan, que faremos girar nossas questões e elaborações sobre as diferenças e a distância que separam a teoria e a técnica da Psicologia do Ego da psicanálise freudiana.

A teoria da Psicologia do Ego e as Teorias Psicodinâmicas de Franz Alexander deram origem a Psicoterapia Breve de Héctor Fiorini. Através da obra de Fiorini temos um exemplo do afastamento progressivo que muitos teóricos filiados a corrente psicológica norte-americana efetuaram em relação à obra freudiana. Temos também o exemplo dos efeitos de uma relação ambivalente com a psicanálise. Sublinhamos, desde logo, que a diferença da psicanálise com a abordagem sustentada por Fiorini recai precisamente nas duas formas de denominação pelas quais ela se fez conhecer – *breve e focal* –, termos absolutamente denotativos de seu posicionamento teórico e técnico. A denominação Psicoterapia Breve se refere ao tempo de duração da psicoterapia, tempo cronologicamente previsto com anterioridade, isto é, antecipa-se que o tratamento será efetuado num tempo dito breve. A denominação Psicoterapia Focal é uma noção conceitual firmemente vinculada à concepção do sintoma, compreendido como um foco de doença na esfera sadia do ego. O sintoma é concebido como um quisto a ser isolado e extirpado do ego, no mais breve período de tempo possível. No entendimento de Fiorini a demanda de saúde por parte do paciente, seu desejo de

---

<sup>4</sup> Esclarecemos o leitor que no *Seminário* Livro 11 de 1964 Lacan faz dos conceitos de *inconsciente*, *repetição*, *pulsão* e *transferência* os quatro conceitos fundamentais da psicanálise.

melhora e, portanto, de receber alívio do peso que resulta para ele o seu sintoma, requer ser atendido pronta e rapidamente pelo terapeuta.

Eis o posicionamento freudiano no tocante a estas duas questões: à pergunta: “quanto tempo durará o tratamento? “[...] na verdade, a pergunta relativa à duração provável de um tratamento é quase irrespondível” (Freud, 1980 [1913], p. 169-170). Para Freud (1980 [1933]), a ambição terapêutica de alguns psicanalistas os conduziu à tentativa “de comprimir o tratamento analítico num tempo mais curto” (p. 187). Freud considerou que estes esforços são dignos de elogio, entretanto, “são vãos” e “ademais trazem consigo o risco de a pessoa ser arrastada para fora da análise e atraída para uma série de experiências em limites” (p. 187).

Quanto à noção de foco Freud dirá que “finalmente desenvolveu-se a técnica hoje utilizada, na qual o analista abandona a tentativa de colocar em foco um momento ou problema específico. Contenta-se em estudar tudo o que se acha presente de momento, na superfície da mente do paciente ...” (1914b, p.193). Em 1933 na 34ª conferência das *Novas Conferências Introdutórias Sobre a Psicanálise*, Freud retoma esta problemática relativa ao tempo de duração do tratamento em psicanálise dizendo que “existe a acusação feita contra o tratamento analítico, no sentido de que ele leva um tempo exageradamente longo. Quando a isto, deve-se dizer que as modificações psíquicas só se fazem lentamente, se ocorrem rapidamente isto é mau sinal” (p. 144).

Ao longo deste estudo utilizaremos a terminologia psicoterapia, terapeuta e paciente para nos referirmos, respectivamente, ao processo terapêutico, à pessoa que o operacionaliza e aquele que a ele se submete, sempre que fizermos referência à Psicologia do Ego. Para referirmo-nos à psicanálise freudiana utilizaremos os termos psicanalista e analisando. O psicanalista é aquele que por sua posição de escuta do *sujeito do inconsciente* está em posição de fazer-se suporte da transferência. O termo analisando, na sua forma gerúndia, indica que em psicanálise se trata de um processo cujo final e objetivos não podem ser previamente antecipados, de um processo cujo alcance e resultados se saberá no *a posteriori* (*Nachträglichkeit*). Ocasão para lembrarmos que toda antecipação pertence ao domínio do imaginário. Esclarecemos ainda que utilizaremos o termo ego sempre que nos referirmos à teoria da Psicologia do Ego e do termo eu (*moi*)<sup>5</sup> para nos referirmos à instância do narcisismo

---

<sup>5</sup> Na língua francesa os termos *je* e *moi* são pronomes pessoais da primeira pessoa do singular. No francês o verbo está sempre acompanhado do pronome, no português o pronome do verbo está presente pela desinência verbal. Dizemos quero e não eu quero. Quando fazemos o verbo ser acompanhado pelo pronome isto é redundância ou ênfase. No francês, em contrapartida, o pronome e o verbo são sempre simultaneamente designados diz-se *je veux* e não simplesmente *veux*. Lacan vai utilizar-se desta diferença na “[...] língua

formulada pela psicanálise freudiana. Isso não é mero preciosismo de nossa parte e, sim, rigorosidade conceitual.

---

francesa para distinguir o sujeito do inconsciente, que ele vai chamar de *je*” (Lacan, 1988 [1954-1955], p. 408) do *moi* enquanto instância imaginária constitutiva do narcisismo.

No *Seminário Livro 2* de 1954-1955, *O Eu na Teoria de Freud e na Técnica da Psicanálise*, os tradutores optaram por traduzir o *je* e o *moi* por eu, colocando-o entre colchetes – [eu] – para designar o sujeito do inconsciente – *Je* – e eu, sem colchetes, para designar a instância tópica do eu.

De acordo com Pommier (1990) “[...] a tradução do *ich* alemão levanta um problema. Sabemos que esse termo pode ser transcrito em francês tanto por *je* quanto por *moi* e, como os tradutores oficiais optaram sistematicamente por traduzir *ich* por *moi* o texto se tornou *incompreensível*” (p. 178). Na tradução da obra de Freud do inglês para o português o termo alemão *ich* foi traduzido por ego, termo latino que em português se traduz por eu.

O termo *je* na teoria de Lacan refere-se ao sujeito do inconsciente, o sujeito que surge como produto e efeito da articulação significante. O termo *moi* refere-se ao eu enquanto instância narcísica, produto e efeito das identificações imaginárias.

Em nosso texto utilizaremos o pronome ego em Latim quando fizermos referência a teoria da Psicologia do Ego e do termo eu, acompanhado do pronome moi em francês entre parêntesis, quando fizermos referência a teoria psicanalítica de Freud.

## **Segundo Capítulo**

### **A “PSICOLOGIA PSICANALÍTICA DO EGO”: CONCEITOS FUNDAMENTAIS**

Neste trabalho, desenvolveremos as relações entre as denominadas *neoescolas* de psicanálise com a psicanálise elaborada por Sigmund Freud. O esgotamento de todas as questões que neste campo se colocam são incompatíveis com o trabalho que nos propomos nesta pesquisa, por esta razão nos centraremos de forma mais específica nas relações entre os conceitos fundamentais da psicanálise freudiana e a escola norte-americana de psicologia – a Psicologia do Ego. Essa escola surge nos Estados Unidos em torno de 1941 a partir de uma proposta de “revisão da segunda tópica freudiana” (Rudinesno, 1988, p. 328) atribuindo ao ego e suas funções uma grande importância na personalidade.

Faremos ainda, neste capítulo, breve menção às teses de W. Reich e E. Fromm, no intuito de apontar que, em mais de uma escola que buscou sua fonte de inspiração na psicanálise, houve um distanciamento do dizer freudiano. Posto que a concepção desenvolvida sobre o ego pela escola norte-americana teve como resultado elevá-lo à categoria de conceito colocado em posição central tanto no plano teórico quanto no interior da personalidade, isso pode perfeitamente responder que, por um lado, sobre a teoria do ego, tal como desenvolvida por esta escola, recaia o acento de nosso trabalho e, por outro, responder ao nome pelo qual ela se fez reconhecer: “Psicologia Psicanalítica do Ego” (Rapaport, 1962, p. 42), sobre a qual Ernest Kris (1968) propõe a seguinte definição: “Por Psicologia Psicanalítica do Ego entendemos a parte da teoria psicanalítica que, desde a publicação da obra de Freud *Inibição Sintoma e Angústia* (1926) trouxe valiosas adições às doutrinas psicanalíticas anteriores” (p. 75).

Desenvolveremos primeiramente sobre o modo como o ego foi conceituado e concebido na teoria da Psicologia do Ego, posteriormente, sobre o modo como o mesmo é concebido por Freud, apontando as diferenças que se apresentam entre uma e outra proposição teórica.

A Psicologia do Ego integra importantes membros<sup>6</sup> que se destacaram pelas contribuições específicas efetuadas: Ernest Kris, David Rapaport, Merton Gill, Rudolph

---

<sup>6</sup> O objetivo central de nosso trabalho de pesquisa repousa no estabelecimento das diferenças teóricas entre a Psicologia do Ego e a psicanálise freudiana. Assim, embora não seja nosso objetivo esclarecer acerca das razões que conduziram os teóricos da Psicologia do Ego a estabelecerem teses radicalmente diversas daquelas desenvolvidas por Freud, alguns pontos de referências históricas sobre Heinz Hartmann e Rudolph Loewenstein possam esclarecer que a triste história de emigração por eles sofrida por ocasião da grande segunda guerra mundial possa ter sido determinante de suas concepções teóricas a partir de 1941 por ocasião de sua fixação nos

Loewenstein, Heinz Hartmann. Este último é, unanimemente, apontado como membro de maior destaque. Esta proeminência deve-se ao fato de que a elaboração de seus conceitos assentou a base sob a qual sustentou-se a Psicologia do Ego. Razão pela qual destacaremos em nosso trabalho sobre o teor conceptual destas contribuições. Sua obra, *A Psicologia do Ego e o Problema da Adaptação* (1962), foi considerada pelos psicólogos do ego como o marco ordenador dos novos rumos que, no dizer de Loewenstein (1981), passaram a guiar a segunda geração de analistas. “Como o número de analistas da primeira geração fosse relativamente pequeno, diversas funções pioneiras foram desempenhadas pelos muitos analistas da segunda geração. Heinz Hartmann tem o direito todo especial de ser considerado um representante proeminente desta segunda geração” (p. 520).

---

Estados Unidos da América. Neste país a concepção funcionalista e evolucionista sobre os processos subjetivos é predominante.

A segunda guerra mundial acarretou a emigração de muitos psicanalistas ligados ao movimento psicanalítico para vários países da Europa e, posteriormente, para os Estados Unidos. “Ironicamente, seria a guerra, com suas conseqüências, que determinaria a afirmação da psicanálise em outros países, com suas características específicas, relativamente independentes do jugo de Viena” (Cesaroto & Sousa Leite, 1987, p. 19). A escola da Psicologia do Ego desenvolveu-se nos Estados Unidos a partir de 1941, principalmente através de representantes eminentes como Rudolph Loewenstein e Heinz Hartmann.

Heinz Hartmann, “fundador da corrente da *Ego Psychology* (Rudinesco, 1988, p. 477), nasceu em Viena no ano de 1894. Hartmann era médico psiquiatra, fez sua primeira análise com Sandor Rado e depois fez uma segunda análise com Freud. Em 1941 emigrou para os Estados Unidos, radicando-se em Nova York, após uma curta temporada na França em 1938 e na Suíça em 1939. “[...] desde 1937 empenhou-se na revisão da segunda tópica freudiana” (p. 328). Esta trabalho o levaria a elaboração dos conceitos fundamentais da Psicologia do Ego. De 1953 a 1959 foi presidente da *International Psychoanalytical Association* (IPA).

Rudolph Loewenstein era de origem judaica, para fugir do anti-semitismo foi obrigado a emigrar inúmeras vezes. No decurso dessas emigrações chegou a refazer quatro vezes seus estudos em medicina. Graças ao auxílio de Maria Bonaparte obteve sua naturalização Francesa, após refazer pela quarta vez seus estudos em medicina.

Em 1939 a segunda guerra o obriga a emigrar novamente, vai então para a Suíça, onde se encontrou com Hartmann. Em 1941, juntamente com Hartmann, emigra para os Estados Unidos, passando a participar “[...] da grande expansão do movimento psicanalítico americano, da elaboração da corrente da *Ego Psychology*” (p. 478). De 1957 a 1958 exerceu a função de presidente da *American Psychoanalytic Association* (APsaA).

Loewenstein foi analisando de Hanns Sachs e analista de Jacques Lacan antes de emigrar para os Estados Unidos. Em 1938 por ocasião dos conflitos no interior da Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP), e que conduziram a cisão do grupo que integrava o movimento psicanalítico na França, a relação entre Lacan e Loewenstein foi conturbada por uma série de conflitos. Em 1938 Loewenstein recusou a Lacan o título de membro titular da Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP). Através da intervenção de Édouard Pichon Lacan foi nomeado membro da SPP, na qual permaneceu até o ano de 1953, ano no qual Lacan se demite e funda a Sociedade Francesa de psicanálise (SFP).

Os conflitos de Lacan com a Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP) ordenaram-se principalmente em torno da problemática questão ligada a formação do analista oferecida pela SPP, considerada por Lacan como “autoritária” (Lacan, 1978a, p. 103) e ordenada por “regras técnicas” (p. 104) que objetivavam o “controle do conjunto da formação” (Safouan, 1995, p. 29) e na qual, de acordo com Safouan (1995, p. 19.) “[...] a análise do candidato torna-se uma análise para o instituído”.

As divergências de Lacan a respeito da formação do analista, tal como concebida pela SPP, podem ser encontradas nos *Escritos* no texto *Função e Campo da Fala e da Linguagem* de 1953, texto que se tornou conhecido como *Discurso de Roma*. Esclarecemos que em nossas pesquisas às obras dos psicólogos do ego não encontramos quaisquer referências a Jacques Lacan ou a sua obra.

Franz Alexander, em Chicago, tanto contribuiu como se nutriu dos conceitos capitais da Psicologia do Ego para a formulação de suas teses. Franz Alexander nasceu em Budapeste em 1891 e se formou em medicina na Hungria. Emigrou para a Alemanha onde realizou sua análise didática e sua formação de psicanalista. Em torno de 1934 radicou-se nos Estados Unidos fundando o Instituto de Psicanálise de Chicago. “Alexander fez alguns desvios em relação aos princípios clássicos da psicanálise vigente e instituiu os fundamentos da *psicoterapia psicanalítica breve*” (Zimmerman, 2001, p. 24). As teorias de Alexander ingressaram em alguns círculos acadêmicos sob a denominação geral de Teorias Psicodinâmicas. As razões que justificam esta denominação se encontra desenvolvida mais à frente neste mesmo capítulo

Em nosso trabalho, abordaremos os autores da Psicologia do Ego e Franz Alexander simultaneamente, posto as similitudes conceituais e ao espírito de cooperação mútua que os une, desenvolvendo os conceitos que se ligam à concepção de ego autônomo, de suas funções e de suas relações com o processo de adaptação, pautando-os, num segundo momento, com as elaborações que a obra de Freud nos permite apreender sobre o mesmo tema, isto é, o conceito de eu (*moi*), suas relações com a pulsão, com o inconsciente e com o recalque. Neste ponto, como em outros tantos, a obra freudiana e as contribuições de Lacan à psicanálise serão nossos guias.

Para o alcance de nossos propósitos nesta pesquisa seguiremos a trilha percorrida pela Psicologia do Ego em sua elaboração sobre o conceito de ego, visando apreender qual é o sentido que adquire nesta teoria psicológica a noção de ego autônomo, estabelecendo em relação a que o ego é autônomo, assim como também suas relações com *o princípio de realidade*, com os processos de adaptação e com os “elementos irracionais da personalidade” (Hartmann, 1969, p. 51). Essas elaborações requererão que se formule como foram apreendidos pela Psicologia do Ego os conceitos psicanalíticos de inconsciente, pulsão, e narcisismo, pautando-os com o que Freud elaborou acerca dos mesmos. Este procedimento nos conduzirá a estabelecer as relações entre a primeira e a segunda tópica freudiana.

As novas perspectivas de abordagem teóricas impressas à psicanálise pelos teóricos do ego foram, aos poucos, deixando à margem conceitos psicanalíticos absolutamente fundamentais. Outros conceitos foram redefinidos de forma radical, de tal modo que se transformaram completamente em outra coisa, a ponto de, somente com grande esforço, nos evocarem os conceitos originais de Freud. Foi o que aconteceu com o conceito de inconsciente. Esse é concebido pela Psicologia do Ego como fonte das “condutas irracionais”

(Hartmann, 1969, p. 45). Foi também o que ocorreu com o conceito de repetição freudiana, definido na Psicologia do Ego como “hábitos” (Gill, 1962, p. 28). De igual modo o conceito de *pulsão* (*Trieb*) foi apreendido como se referindo aos “impulsos instituais”, aos “impulsos irracionais” ou ainda às “necessidades básicas” (Hartmann, 1969, p. 45)<sup>7</sup>. Guardando todas as ressonâncias conceituais implicadas em tal apreensão, a pulsão foi definida como o conjunto de “impulsos primitivos que arrancam da biologia do organismo a força motivacional de muitas classes de comportamentos” (Gill, 1962, p.24).

Para os teóricos do ego os impulsos irracionais pertencem ao id e correspondem as parcelas inatas e, portanto, herdadas da personalidade. “O id é parte biológica da personalidade” (Hartmann, 1969, p. 22) e integra “os elementos irracionais da conduta” (p. 51). Paralela e conseqüentemente a estas noções, as fases de organização da libido foram definidas como etapas que se estabelecem “com o desenvolvimento da libido, cujos níveis consecutivos em parte vinculamos como crescimento fisiológico e anatômico [...] como conseqüência da maturação” (p. 47).

As noções conceituais originadas no interior da Psicologia do Ego e das Teorias Psicodinâmicas de Franz Alexander deram origem, contemporaneamente, às denominadas Psicoterapias Breves, que tem na figura de Hector Fiorini um nome de destaque. Por esta razão teceremos alguns breves comentários e considerações sobre a mesma no desenvolvimento desse estudo.

Sob a denominação geral de Psicoterapias de *base* psicanalítica, Escola Culturalista de Psicanálise, Teorias Psicodinâmicas, Psicologia Psicanalítica do Ego proliferaram múltiplas escolas denominadas conjuntamente de *neopsicanálise*. Cada uma dessas escolas procurou demonstrar maior rigorosidade científica no se fazer veículo fiel do pensamento do mestre inspirador e propiciar um novo impulso renovador para o desenvolvimento da psicanálise através da elaboração de novos conceitos. Os pontos de discórdia e críticas de uma escola sobre as outras não devem causar estranheza. Diferenças de ênfase colocadas sobre certos conceitos e a introdução de mudanças de ordem teóricas e técnicas distanciam uma escola da outra e, ao nosso ver, umas e outras da psicanálise freudiana. É neste sentido que Ernest Kris (1968) lança a crítica de que “pelo uso de uma síntese conceptual abreviada e, por isso mesmo, freqüentemente vulgarizada, a tendência geral que se estabeleceu em inúmeras escolas, foi a de abandonaram as raízes biológicas dando ênfase aos aspectos sociais” (p.13).

---

<sup>7</sup> Esclarecemos que procederemos à tradução para a língua portuguesa de todas as citações literais originais em língua espanhola.

No dizer desse mesmo autor, outras escolas de psicanálise, inversamente, teriam ignorado as condições ambientais e os processos de adaptação. A Psicologia do Ego, por seu turno, procurou demonstrar em suas teses a articulação entre esses processos.

A Psicologia do Ego defende uma concepção interacionista, sustentando que entre o organismo e o seu meio ambiente ocorre uma complexa ordem de relações dinâmicas. Esta escola, desenvolveu uma teoria precisa sobre a influência do meio no acervo de condutas do indivíduo. Neste preciso ponto as contribuições de Hartmann apresentam sua mais bem acabada formulação, tese que, por outro lado, deu lugar à obra *A Psicologia do Ego e o Problema da Adaptação* (1962). Nesta obra, Hartmann desenvolve e elabora a teoria de que o homem é um organismo que se adapta ao seu meio ambiente. Essa concepção sustenta a premissa segundo a qual o indivíduo é portador de mecanismos biológicos inatos de adaptação. Isto é, pressupõe a presença de funções biológicas cuja tarefa é, desde o princípio, levar a efeito a integração do organismo ao meio. Trata-se, como podemos concluir, de uma verdadeira concepção interacionista a respeito do processo de desenvolvimento do indivíduo, no qual tem-se, de um lado, o meio ambiente físico e social e, de outro, o indivíduo, com sua bagagem biológica potencial que o torna apto a interagir com o meio.

Os teóricos da Psicologia do Ego concebem que o homem não é nem completamente determinado pelas forças “impulsivas instintivas” (Hartmann, 1969, p. 45) e nem totalmente dependente do meio externo em que vive. Partem do pressuposto de que o homem é “sobredeterminado”, isto é, duplamente determinado em seu comportamento tanto pelo meio ambiente quanto pelas necessidades instintivas, embora mantenha graus relativos de independência em relação a ambos. Assim, para os teóricos do ego, embora o comportamento humano seja em grande parte determinado por forças instintivas biológicas que se originam no interior do organismo, o indivíduo não se encontra absolutamente à mercê das mesmas, mantendo uma independência relativa que Hartmann (1969) conceituou como “independência e autonomia do ego com respeito ao id” (p.171). Por outro lado, o organismo tem uma independência relativa com a realidade exterior, posto que mantêm a capacidade decisória sob o modo como reagirá diante dos estímulos ambientais. Esta independência do comportamento com relação aos estímulos exteriores é referida como “autonomia do ego com respeito à realidade exterior” (p. 171). Veremos que o conceito de autonomia do ego é fundamental para uma concepção desenvolvimentista e evolucionista sobre a personalidade humana.

É importante destacar, no tocante ao conceito de autonomia, que se trata de uma autonomia relativa do ego em relação à realidade exterior e ao id. Muitos aparatos funcionais

desenvolvidos pelo ego devem-se às suas relações tanto com o id quanto com o ambiente. Segundo os psicólogos do ego este conceito de autonomia foi desenvolvido tardiamente pela psicanálise, após haver-se ampliado o estudo sobre as funções componentes do ego. O conceito de autonomia funciona como uma garantia de que o homem é, efetiva e concretamente, capaz de estabelecer “relações relativamente uniformes e sólidas com o mundo exterior” (Hartmann, 1969, p. 172). O conceito de autonomia aponta que o ego, no decurso de seu desenvolvimento, pode tornar-se independente dos impulsos irracionais, passando inclusive a governá-los. A noção de ego autônomo esta intimamente relacionada à noção de “ego forte” (Hartmann, 1969, p. 160). O ego, no decurso de seu desenvolvimento, adquire forças que lhe permitem automatizar-se de suas fontes originárias. Do lado dos impulsos, pode chegar a domá-los, do lado da realidade externa, tem autonomia de ação, possibilidades de escolhas intencionais e de reagir de variadas formas aos estímulos dela provenientes. De acordo com o pensamento de Rapaport (1962), “o fato de que o homem seja, ao mesmo tempo, relativamente dependente e independente de seu meio, está dentro da tradição biológica” (p. 174).

Para os teóricos da Psicologia do Ego, embora a psicanálise tivesse, desde o seu início, como fundamento um modelo biológico (os instintos), Freud não teria chegado nunca a desenvolver completamente uma teoria sistemática e precisa sobre as influências do meio ambiente na determinação da conduta humana, isto é, a desenvolver de forma sistemática e precisa as bases sob as quais se assentam e desenvolvem as relações de adaptação do indivíduo ao seu meio ambiente. É precisamente neste ponto que as contribuições de Hartmann teriam apresentado sua mais bem acabada formulação. Suas teses sociológicas, isto é, as teses que explicitam e que tratam das “relações existentes entre o indivíduo e seu ambiente social” (Hartmann, 1964, p. 9), figuram como nucleares no interior de sua obra, tendo sido retomada sucessivamente por todos aqueles que se filiaram a este ramo da teoria norte-americana. As teses sociológicas de Hartmann versam sobre o conceito de adaptação do ego à realidade e dos conceitos de autonomia primária e secundária, princípio de realidade, processo secundário, ego forte x ego fraco, esfera do ego livre de conflitos, domínio do ego sobre os impulsos irracionais, o conceito de “neutralização de energia instintiva” (Rapaport, 1982, p. 77) função sintética do ego, que lhes são correlativos, e sobre os quais versaremos no decorrer deste trabalho.

São estes os conceitos, juntamente com o de ego concebido como um sistema constituído e caracterizado por um conjunto de funções autônomas primárias e secundárias,

que fizeram com que esta corrente norte-americana se convertesse numa “psicologia geral, que inclui também a análise da conduta normal e de outras estruturas psíquicas” (Hartmann, 1969, p. 31). Os rumos impressos pela escola norte-americana sobre a psicanálise freudiana, sobretudo os conceitos relativos à autonomia do ego e de suas capacidades funcionais adaptativas, culminou na transformação da psicanálise “no veículo de adaptação do indivíduo à cultura ou a sociedade” (Freire-Costa, 1978, p. 230).

Os teóricos da Psicologia do Ego justificam ter encontrado na psicanálise o ensejo propulsor de suas próprias teorias no fato de que “o sistema psicanalítico integral oferece no momento presente a melhor perspectiva para a compreensão e interpretação do comportamento humano” (Kris, 1968, p. 14). A essa afirmação Samuel Ritvo (s.d) acrescenta que a psicanálise “oferece as melhores oportunidades para compreender e prever o comportamento humano” (p. 547).

Os mentores da corrente da teoria do ego argumentaram que a escola norte-americana surgiu da concentração de esforços empenhados em preencher lacunas conceituais nas elaborações de Freud no tocante a muitas áreas e, de forma mais específica, no que se refere às funções racionais e adaptativas do ego. Desse modo, a proposta desta escola foi introduzir ampliações, revisões, seleções, ajustes e modificações teóricas e técnicas à psicanálise<sup>8</sup>. Em outras palavras e ao nosso ver, está escola propôs-se *adaptar* a psicanálise, tornando-a mais ao gosto do espírito norte-americano. A introdução de *novas* perspectivas teóricas, impulsionadas por rigorosas pesquisas científicas de cunho empirista, no sentido positivista, lançou a base para que se efetuasse uma vigorosa revisão dos conceitos presentes na obra freudiana. Neste sentido, é de interesse assinalar sobre o modo como alguns autores desta escola se posicionaram a respeito dos progressos e suplementações teóricas efetuadas pela Psicologia do Ego à psicanálise.

Merton Gill (1962), relata que no que concerne às contribuições efetuadas por Hartmann, Kris e Loewenstein “seria incorreto considerar estes esforços como um simples polimento da teoria, já que puseram em dúvida conceitos básicos propondo teorias alternativas que correspondem a revisões da teoria psicanalítica” (p. 23). De acordo com esse mesmo autor, a psicanálise, como um sistema psicológico total, deve complementar sua teoria da

---

<sup>8</sup> Na obra de Hartmann assim como no livro *Aportaciones a la Teoria y Técnica Psicoanalítica* de Rapaport e Merton Gill (1962) encontra-se múltiplas referências ao fato de que a Psicologia do Ego propôs-se a tarefa de revisar, ampliar e preencher lacunas existentes na psicanálise freudiana. Merton Gill (1962) utiliza-se ainda da expressão “polimento” (p. 23) para referir-se às contribuições efetuadas pela Psicologia do Ego à psicanálise.

motivação dos comportamentos do indivíduo com as considerações teóricas cognitivas e adaptativas (p. 34.-35).

David Rapaport (1962) referir-se-á a história da psicanálise como compreendendo quatro fases. Para este autor, nos seus primórdios, o foco de interesse da psicanálise incidia sobre os “impulsos instintuais do id” (p. 42). Progressivamente, porém, foi havendo um deslocamento da ênfase colocada sobre os impulsos, dando lugar a um maior interesse pelo ego e suas funções adaptativas. Este novo interesse pelo ego consciente seria índice de um avanço efetuado pela psicanálise, estabelecendo a base sobre a qual se assentaria o quarto período, iniciado com os escritos de Ana Freud, Sullivan e Hartmann. De acordo com Rapaport (1962), no decurso das teorias elaboradas por esses autores, a psicanálise evoluiu para uma “psicologia psicanalítica geral sobre o ego. No curso delas iniciou-se a evolução da psicologia geral psicanalítica do ego, que está baseada nos fundamentos estabelecidos por Freud.” (p. 42). Juntamente com esta mudança de foco de interesse, dos impulsos do id para as funções do ego, a psicanálise, no dizer de Rapaport, teria passado a incluir, de forma cada vez mais sistemática, a adaptação entre os seus conceitos básicos, passando, deste modo, a constituir-se numa psicologia que trata do ego e de suas relações de adaptação.

Na obra *Ensayos sobre la Psicología Del Yo* Hartmann (1969), referindo-se a história da psicanálise, asseverou que durante longo tempo a psicanálise dedicou-se inteiramente ao estudo das funções do id, compreendido como fator de motivação de muitos comportamentos humanos, afirmando que, embora reconheça o grande valor dos fatores “biológicos instintuais” (p. 22), considerou que esta valorização teve, na psicanálise, a tendência geral de constituir-se num foco de visão unilateral sobre as determinações do comportamento humano, ao mesmo tempo em que privilegiou o papel conferido às funções irracionais na determinação das condutas. Houve, no dizer de Hartmann, uma tendência geral, nos primórdios da psicanálise, de venerar-se o papel desempenhado pelos instintos e, conseqüentemente, a menosprezar-se o valor da racionalidade. O passo seguinte, no movimento de evolução histórica da psicanálise, teria, de acordo com Hartmann ainda, consistido na ampliação do enfoque psicanalítico sobre as funções racionais do ego que no período anterior teria recebido, por parte de Freud, pouca atenção. Hartmann afirma que a ampliação conceitual da psicanálise operada pela Psicologia do Ego consistiu precisamente em dar destaque às múltiplas atividades funcionais racionais do ego situadas fora da esfera de conflito entre o ego e o id. O quarto período da psicanálise teria, deste modo, consistido, portanto, na elaboração de novos conceitos relativos a “uma teoria da adaptação” (p. 9), o que conduziu aos avanços conceituais na área das relações

objetais e a uma teoria das relações sociais em geral. Para Hartmann, ao ser introduzido na teoria psicanalítica o conceito de adaptação, “graças à contribuição da psicologia do ego, pode-se fazer do mesmo a pedra de toque do conceito de saúde” (p. 18).

Para Rapaport, Hartmann, Kris e Loewenstein os conceitos freudianos de processo secundário e de princípio de realidade constituíram-se na mais destacada contribuição de Freud para uma teoria do ego e suas relações com o processo de adaptação. O processo secundário, de acordo com estes autores, diz respeito às relações lógicas e racionais que o indivíduo entretém com a realidade. Nesta relação, a função de consciência do ego torna-se central para o estabelecimento do teste de realidade.

Na opinião dos autores acima mencionados, o terceiro período da história do desenvolvimento da psicanálise ocorreu com a publicação do artigo de Freud *O Ego e o Id* (1923). Contudo, na opinião dos autores da teoria do ego, embora neste terceiro período Freud tivesse trazido um impulso inteiramente renovador para uma nova teoria sobre o ego, suas funções e funcionamento, essa teoria teria, ainda assim, sofrido de enormes limitações, sobretudo no que concerne a uma maior elucidação e aprofundamento da relação do ego com a consciência, com a função da percepção e com o processo de adaptação. Freud teria formulado esses conceitos, mas não os teria desenvolvido de forma sistemática. Neste preciso ponto Hartmann, em seus desenvolvimentos teóricos, teve a intenção de preencher as lacunas conceituais deixadas em aberto por Freud no que se refere a uma sistematização conceitual do ego, por meio de novas investigações conduzidas metódica e cientificamente. Este aprofundamento sobre a temática do ego, no dizer de Hartmann, se fazia necessário no enquadramento da psicanálise no campo de uma psicologia psicanalítica geral (1969, p. 9).

Para Rapaport (1962), a relação que o ego mantém com a consciência foi minimizada por de Freud, sofrendo uma diminuição e uma limitação de sua importância e de seus alcances. Para este autor “a consciência ficou degradada a uma simples qualidade mental, a qual, se bem exclusiva do ego, é tão só uma das possíveis qualidades inerentes às funções e estruturas egóicas. Esta idéia padece todavia de importantes limitações” (p. 46). De acordo com os teóricos do ego a consciência não pode ser homologada a um simples termo descritivo, ela deve ser concebida como um super órgão dos sentidos e, como tal, um aparato do ego (p. 79).

Portanto, as elaborações propostas pela Psicologia do Ego consistiram em pinçar cirurgicamente da obra freudiana os conceitos de princípio de realidade, de ego e de

consciência, ligando-os ao conceito de adaptação. O ego passou a estar intrinsecamente ligado à consciência e, esta, por sua vez, ligada à função de conhecimento objetivo e racional.

Os autores da teoria do ego, no que foi julgado como contribuição e inovação à psicanálise, não pretenderam desmerecer a contribuição de Freud. Muito pelo contrário, são todos unânimes em atribuir à obra freudiana, sobretudo às elaborações que tiveram lugar em meados da década de vinte, a base de sua teoria. Os autores da Psicologia do Ego procuraram deixar claro que embora tenham encontrado em Freud a base para o estabelecimento de suas próprias teses, essas se apresentaram como contribuições e mesmo inovações ao campo psicanalítico e que, para tanto, foram necessárias algumas alterações. Segundo Rapaport (1982), “as alterações que se processaram na psicologia do ego, ocorreram por força das relações entre a psicanálise e a psicologia” (p. 109).

### **2.1. O conceito de regressão a serviço do ego**

Ernest Kris (1964) fez sua mais valiosa contribuição à psicanálise criando o conceito de “regressão a serviço do ego”. Em acordo com o pensamento de seus colegas e colaboradores, participou igualmente da opinião de que “com o estudo do ‘ego’ se ampliou as perspectivas dos enfoques psicanalíticos” (p. 59). Do mesmo modo, considerou a influência dos fatores ambientais e das funções adaptativas sobre o comportamento do indivíduo, aplicando-as ao estudo das produções artísticas.

O conceito de regressão ao serviço do ego foi elaborado no interior de seus estudos conduzidos na área da arte e sua história. Kris utilizou-se dos conceitos da Psicologia do Ego para os problemas da arte e do processo criativo, visando promover um desenvolvimento da psicanálise através de sua aplicação ao estudo da arte .

Segundo Ritvo (s.d.), “Kris tinha grande paixão pela literatura e seu interesse pela arte e pelo artista incluíam o mundo criado pelo poeta e pelo escritor e o caráter e a personalidade dos homens que criaram este mundo” (p. 546). O interesse de Kris pela arte deu lugar a célebre obra *Psicanálise da Arte* editada pela editora Brasiliense em 1968.

Kris (1968), partindo do pressuposto de que “as teses psicanalíticas preenchem os requisitos usuais da teoria na ciência” (p. 11), utilizou-se da metodologia científica para proceder à análise psicológica da obra e do artista, levando em “consideração a influência do ambiente histórico e cultural em que o artista trabalhava” (Ritvo, s.d., p. 546). Valendo-se das contribuições conceituais de Hartmann, Kris produziu uma série de artigos dedicados a

elucidação da aplicação da psicanálise às artes, considerando os conflitos psicológicos como fazendo parte integrante do desenvolvimento normal da personalidade, e não exclusivamente como pertencentes a processos patológicos. No tocante à questão da maturação e desenvolvimento da personalidade, considerava que a sua compreensão dependia da coleta de dados obtidos através de duas fontes: “os dados obtidos por reconstrução e os dados resultantes da investigação direta” (Ritvo, s.d., p. 550).

Os problemas relacionados à arte e ao processo de criação sempre despertaram em Kris o mais profundo interesse. Sua dedicação nesta área visava contribuir para o avanço dos conceitos da Psicologia do Ego às artes. Na análise da obra e do funcionamento da personalidade do artista que a produzia, acreditava que, por meio de sua obra, o artista comunicava algo de si, e de que a arte se fazia emissora de uma mensagem a ser decifrada. Kris (1964), analisava a obra de arte a partir da perspectiva da “[...] função da arte como comunicação” (p. 60). Na aplicação da teoria do ego às artes, partiu da premissa de que os grandes homens e suas obras “[...] também foram objeto de interpretações psicanalíticas” (Kris, 1968, p. 56), e de que os conceitos psicanalíticos podem ser utilizados para a “compreensão” e “explicação” (p. 14) tanto dos comportamentos patológicos como dos comportamentos normais.

O conceito de sublimação e o de regressão ao serviço do ego, revelaram-se os de maior aplicabilidade à compreensão da atividade artística e sua significação social. Para Kris (1964), a sublimação “descreve o aspecto social do processo de descarga de energia” (p. 58), explicando, deste modo, como tendências “instintivas anti-sociais” (p. 58) encontram uma via de descarga aceitável socialmente. Em mais de um aspecto a questão concernente ao processo de socialização e adaptação revelou-se produtivo à Psicologia do Ego. Contudo, segundo Kris, embora o conceito de sublimação e sua relação com o processo de adaptação e da produção cultural humana tenham sido elaborados deste muito cedo por Freud, “[...] a observação psicanalítica não lança luz sobre o complicado problema dos dotes naturais para a arte” (p. 60). No dizer de Kris Freud teria lançado pouco luz sobre as funções do ego que tem relação direta com os dotes, com as aptidões e com certa classe de disposições mentais indutoras da atividade criadora de forma geral.

Kris, em sua obra, enfatizou a suprema importância da participação dos processos de elaboração pré-conscientes na produção artística. Contudo, considerou que a elaboração pré-consciente revelou-se de maior importância quando aplicada aos problemas e suas soluções tais como se processam no “pensamento científico” (p. 70). A forma de solução automática

que ocorre nos processos pré-conscientes na elaboração do pensamento artístico seria mais bem definida como “[...] um estado de semiconsciência” (p. 72). O processo automático de elaboração pré-consciente é descrito como o processo pelo qual a solução de problemas se apresenta sem a participação voluntária das funções do ego consciente, denotando o fato de que muitas formas de pensamentos altamente produtivos podem realizar-se fora da área da consciência. A solução do problema, surgindo repentinamente à consciência, é experimentada pelo indivíduo como se ele se encontrasse sob a influência de um “agente externo”. Esse processo é descrito por Kris (1968), como “um estado de loucura criadora” (p. 42) no qual o ego utiliza-se forma deliberada dos processos primários, colocando-os sob o poder de seu controle e ao serviço de suas necessidades. É neste ponto preciso que o conceito de regressão ao serviço do ego encontra a sua aplicabilidade ao estudo do processo criativo. Para Kris o processo de regressão, no qual o ego se utiliza de funções defensivas contra os impulsos instintivos, ocorre não somente quando o ego encontra-se enfraquecido, isto é, nos estados onde o processo de autonomia secundária do ego encontra-se problematizado. Considerou que a regressão pode ocorrer como uma manifestação não patológica. É justamente o que, ao seu ver, ocorre nos processos criadores. O fato de que a regressão do ego (forma primitiva das funções do ego) pode ocorrer não somente quando o ego está enfraquecido mas igualmente nos processos criativos (p. 242) permitiu a Kris afirmar que “o ego utiliza o processo primário sem ser necessariamente subjugado por ele” (Kris, 1968, p. 242).

Merton Gill (1962), referindo-se à questão da relação do ego com os processos primários, observou sobre a possibilidade que o ego dispõe “[...] de apoderar-se das funções primárias e formar com elas a base de funções inteiramente distintas” (p. 29). Justamente o conceito de regressão ao serviço do ego é definido como a capacidade do ego de apoderar-se da forma de funcionamento do processo primário, utilizando-os para os fins de seus próprios interesses. Percebe-se, neste ponto, assim como em tantos outros, o pragmatismo que norteou as concepções dos teóricos do ego.

Para os teóricos do ego, as manifestações do processo primário nas atividades psíquicas constituem-se em manifestações patológicas nas quais as funções do ego consciente encontram-se reduzidas. Contudo, nos fenômenos de produção de obras de arte, esses mesmos processos primários inconscientes manifestam-se sob condições controladas pelo ego. “O ego conserva o seu controle. É o ego quem decide sobre a conveniência das deformações de fundo inconsciente” (Kris, 1968, p. 92).

Ainda que para Kris seja absolutamente verdadeiro que as diversas formas de manifestações do processo primário se constituam como prova de uma problemática do desenvolvimento e automatização das funções do ego, e que apontam ao fato de uma limitação funcional de sua soberania sobre a vida mental (situação descrita como um estado regressivo), o conceito de “regressão ao serviço do ego” é denotativo “[...] do contraste criado entre o ego subjugado pela regressão e uma regressão ao serviço do ego” (p. 135). A regressão, nestes casos, é um recurso tático deliberado pelo próprio ego. Dizendo de outro modo, na produção artística a manifestação do processo primário não se apresenta subjugando e invadindo o ego consciente. Contrária e diversamente, é o ego quem faz “a escolha livre e deliberada” (p. 136) de utilizar-se, sob o poder de seu controle e ao serviço de suas funções adaptativas, o manejo regressivo do processo primário. Nas situações em que o “ego domina o processo primário” (p. 136) estamos diante do fato que nos aponta para o seu poder soberano na esfera da vida mental, soberania que o ego exerce ao efetuar “uma regressão voluntária” (p. 161) e que tem a mais estreita relação com o processo de “neutralização de energia instintiva” (Hartmann, 1969, p. 120). O conceito de “energia neutralizada” foi elaborado por Hartmann (1969) para indicar a capacidade do ego em suprimir as catexias libidinais das tendências instintivas reprimidas, passando a utilizá-las de diferentes modos e ao serviço de seus próprios fins (p. 145-146). Retenhamos, portanto que, para a Psicologia do ego, o ego, no exercício de suas vastas funções, dispõe de “energia neutralizada”. O conceito de energia neutralizada foi de extrema importância para as teses da Psicologia do Ego, na medida em que se constitui como prova de que ego não pode ser concebido como um sistema que trabalha com energia libidinal, permitindo, deste modo, demarcar que os investimentos libidinais dizem respeito exclusivamente às funções do id.

Neste ponto, nosso leitor pode estar se interrogando sobre a utilização do termo sistema em relação ao ego, assim como também o termo função em relação ao id. Esclarecemos que a instância tópica do eu (*moi*) é referida pela Psicologia do Ego como sistema do ego, e que o id é concebido como um sistema composto por funções instintuais. Com efeito, para Hartmann (1969), assim como também para os demais teóricos do ego, “os impulsos instintivos são irracionais [...] e igualmente o são todas as funções inconscientes em geral” (p. 54).

Acostumamo-nos, com Freud e Lacan, a pensar a instância tópica do eu com menor poder de barganha e controle sobre o inconsciente e, mais ainda, a considerá-lo como partícipe do sistema inconsciente. O conceito de regressão ao serviço do ego, cunhado por Kris, aponta-

nos uma possibilidade inversa. O conceito de regressão ao serviço do ego responde ao fato de que o ego pode utilizar-se, deliberada e voluntariamente, de antigas modalidades funcionais, isto é, de atividades funcionais típicas de uma fase de desenvolvimento arcaico. A utilização de mecanismos regressivos para os próprios fins utilitários do ego não se constitui num processo patológico, ao contrário, indica um elevado grau de seu desenvolvimento, apontando que o ego apoderou-se das forças instintivas do id e colocou-as sob o seu poder de comando, tornando-se, deste modo, autônomo do id. Portanto, conclui-se que o caráter patológico ou não da regressão encontra-se na dependência do controle e uso que o ego faz da mesma.

Em sua obra *Doença Mental e Psicologia*, Foucault (1984), abordando a problemática relativa aos métodos de análise das doenças mentais, sublinha que estas exigem modelos metodológicos de análise diversos daqueles que a abordagem das patologias orgânicas consagrou. Foucault sustenta, nesta mesma obra, as razões que justificam e exigem esta diversidade de métodos postos em ação na análise das doenças mentais e das doenças orgânicas, destacando que “dialética das relações do indivíduo e seu meio não se faz no mesmo estilo em fisiologia patológica e psicologia patológica” (p. 20). Diante do doente mental temos a forte impressão de que nos encontrarmos diante de um sujeito que perdeu a capacidade de uso de suas funções, isto é, diante de um quadro de manifestações mórbidas de um sujeito somos levados “[...] a descrever sua doença em termos de funções abolidas” (p. 26), tendo a impressão, pois, de estarmos diante de um “vazio funcional” (p. 26).

Em sua análise do processo de doença mental Foucault efetua uma crítica a noção de disfunção, fazendo notar o caráter demasiado simplista da mesma na abordagem dos fenômenos psíquicos patológicos. De acordo com Foucault a noção de abolição funcional caracteriza-se por colocar em destaque aquilo que nas doenças mentais apresenta-se sob forma meramente negativa. De acordo com Foucault esta forma “abstracionista” de conceber a doença mental faz dela uma descrição puramente negativa, “[...] limitando-se a descrever as aptidões desaparecidas” (p. 24). Em 1886 Freud havia efetuado uma observação semelhante a respeito da concepção vigente naquele período a respeito da histeria, observando que “o estado mórbido a que se aplica tal nome, caracteriza-se cientificamente apenas por sinais negativos” (Freud, 1980 [1886], p. 42).

Para Foucault (1984), o que a doença mental abole de uma parte, exacerba de outra. Se num ponto temos a impressão de um “vazio funcional”, de outro, temos um turbilhão de reações que, pela própria exuberância de suas manifestações, apontam para um preenchimento

do vazio. A supressão de algumas funções, cede lugar ao exagero e a exaltação de outras, numa espécie de balanço libidinal: o que a doença suprime de um lado, exalta de outro.

É sob esse prisma que o processo regressivo é abordado por Foucault, fazendo-nos observar que se, por um lado, a doença faz desaparecer as aquisições mais recentes, de outro, ela dá lugar à exuberância de manifestações mais próprias e características de fases normalmente já ultrapassadas. A regressão é abordada por Foucault no marco de uma lógica própria aos processos normais que se apresentam sob forma invertida. Na regressão, é a própria natureza se expressando num sentido temporal invertido.

No Vocabulário de Psicanálise Laplanche & Pontalis (s. d) oferecem a seguinte definição de regressão: “num processo psíquico que contenha um sentido de percurso ou desenvolvimento, designa-se por regressão um retorno em sentido inverso desde um ponto já atingido até um ponto situado antes” (p. 567). A regressão, no sentido que lhe confere Freud, não é um processo que ocorre por puro acaso ou acidente fortuito. Desde o ponto de vista da elaboração conceitual freudiana a regressão aponta para o fato de que “[...] cada etapa anterior de desenvolvimento persiste ao lado da etapa posterior dela derivada [...]. As etapas primitivas sempre podem ser restabelecidas; a mente primitiva é, no sentido pleno desse termo, imperecível” (Freud, 1980 [1915b], p. 322-323).

Lacan (1991), partilhando do mesmo ponto de vista freudiano a propósito da regressão, assimila-a ao caráter repetitivo do desejo, tal como este se encontra representado no fantasma.

O *Wunsch* não tem o caráter de uma lei universal, mas, pelo contrário, da lei mais particular – mesmo que seja universal que essa particularidade se encontre em cada um dos seres humanos. Nós o encontramos sob uma forma que qualificamos de regressiva, infantil, irrealista, com o caráter de um pensamento entregue ao desejo, de um desejo tomado pela realidade (p. 35).

A revisão conceptual teórica da psicanálise levada a efeito pela Psicologia do Ego culminou, como já pudemos entrever, na formulação de inúmeros novos conceitos e que foram considerados fundamentais para a formulação de uma “psicologia geral” (Hartmann, 1969, p. 10). Os teóricos do ego conceberam o aparelho psíquico como sendo organizada por estratos de “hierarquia de funções e de estratos de motivação” (Hartmann, 1969, p. 10). De acordo com Merton Gill (1962), a teoria psicanalítica das motivações, que inicialmente fazia referência exclusiva aos impulsos primitivos, “[...] inclui hoje uma complexa hierarquia de

motivações que implicam um domar progressivo dos impulsos” (p. 24). A concepção de que o aparelho psíquico é composto de funções hierarquizadas conduziu os teóricos do ego a concebê-lo como constituído por três sistemas integrados e hierarquicamente superpostos: id, ego e superego. Cada um desses sistemas seria composto por funções diferenciadas, tanto inatas quanto adquiridas através do processo de adaptação e sujeitas a fatores de maturação e de desenvolvimento. Os teóricos do ego conceberam ainda a personalidade como uma totalidade de elementos funcionais integrados, no interior do qual o ego é descrito como “[...] uma organização de disposições semi-autônomas da conduta” (Rapaport, 1962, p. 33), e sobre o qual recai a tarefa de integrar harmoniosamente todos os elementos constituintes da personalidade. O ego é o agente encarregado de proceder ao processo de síntese dos elementos componentes da personalidade entre si, e destes com o meio ambiente. Fato que aponta que o ego constitui-se num sistema hierarquicamente superior na personalidade encarregado da manutenção do equilíbrio do sistema do organismo, e que tem na consciência sua sede residencial. As formulações tecidas pelos teóricos do ego tiveram a intenção de elevar a psicanálise à categoria de uma psicologia geral, imprimindo-lhe a formulação de um modelo descritivo, explicativo e preventivo das condutas humanas.

A elaboração teórica desenvolvida através do trabalho minucioso dos psicólogos do ego culminou por homologar o ego à consciência (Hartmann, 1969, p. 247) e por defini-lo como um sistema constituído por um número mais ou menos exaustivo de funções, classificadas como autônomas primárias e secundárias. No interior dessa teoria o ego foi descrito em termos de “aparatos” (Gill, 1962, p. 26) com fins utilitários, encarregados de fazer a ponte entre o indivíduo e seu meio ambiente. Essas formulações objetivavam fazer da psicanálise uma teoria de psicologia geral, sobre a qual Hartmann (1969) expressou-se nos seguintes termos:

Em psicanálise, de uma forma implícita desde o seu começo e de um modo inteiramente explícito nas últimas três décadas, dedicou-se a assentar as bases de uma psicologia geral, que inclui tanto a conduta normal quanto a patológica. [...]. Enquanto ordenou-se em torno da psicologia do id, ocupou-se de um campo de observação desdenhado pela psicologia não analítica. Ao desenvolver a psicologia do ego, a psicanálise foi incluindo cada vez mais os fenômenos que anteriormente haviam sido estudados por outros métodos (p. 45).

A psicologia Geral é o ramo de investigação e descrição das unidades funcionais da mente e que versa sobre a forma como as funções surgem, amadurecem e se desenvolvem, estabelecendo ainda elaborações sobre as relações dinâmicas integradas das funções entre si e sobre as relações das funções com os estímulos ambientais. A psicologia geral enfatiza a importância das unidades funcionais integradas para a manutenção e sobrevivência do organismo. Dedicando-se, portanto, à investigação e estudo das funções elementares e dos fatores de maturação e de desenvolvimento, este concebido como se processando por fases consecutivas típicas e lineares pautadas pela sucessão cronológica.

Para Hartmann (1969), “o estudo conseqüente do ego e de suas funções permitiu aproximar mais a psicanálise à meta estabelecida por ele, por Freud desde a muito tempo; convertendo-a em uma psicologia geral”(p. 9). Uma psicologia geral dedica-se a pesquisar, investigar, analisar, compreender, descrever e catalogar, sob condições experimentais controladas e objetivas, as funções presentes no organismo, assim como também proceder à análise de suas condições de funcionamento. A psicologia geral dedica-se, portanto, ao trabalho de investigação sistemática das funções, sua estrutura, composição, organização, funcionamento e sobre o papel que desempenham na relação do organismo com o meio ambiente.

A psicologia geral elaborada pela Psicologia do Ego, dedicando-se ao estudo dos fatores de maturação e de desenvolvimento da personalidade, sob um enfoque psicodinâmico, imprimiu à sua formulação de uma psicologia geral características peculiares. No estudo do funcionamento dinâmico da personalidade concebeu-o como sendo integrado por um conjunto de funções dispostas nos diferentes sistemas – id, ego e superego –, procurando compreender e explicar sobre a forma como cada um destes sistemas constituintes da personalidade, no seu funcionamento, integram-se uns aos outros, e do papel que cada um cumpre nas relações de adaptação. A Psicologia do Ego, em seu estudo das unidades funcionais componentes da personalidade e na elaboração da função que as mesmas cumprem na manutenção e sobrevivência do organismo vivo, aponta-nos de forma inequívoca que tem na matriz funcionalista a sua referência epistemológica. O funcionalismo dedica-se ao estudo e a investigação sistemática das funções moleculares do organismo vivo, estabelecendo o papel que as mesmas cumprem no processo de adaptação e aprendizagem.

Deveríamos, juntamente com a Psicologia do Ego, ser levados a concluir que a psicanálise freudiana teria, tal como a Psicologia do Ego, raízes funcionalistas que permitiriam concebê-la como se constituindo numa teoria de psicologia descritiva geral? De

fato, é lugar comum em não poucos círculos acadêmicos responder afirmativamente a esta questão. A disseminação, a popularização e a “vulgarização” (Lacan, 1978a, p. 192) que a psicanálise sofreu, sob a teorização da escola norte-americana de psicologia, foi de ordem tal que um teórico de porte de Luiz Claudio Figueiredo (1991) pode chegar a fazer a seguinte afirmação:

A própria psicanálise, sob a inspiração funcionalista, ter-se-ia preparado para a integração com o resto da psicologia. No início dos anos 20, alguns anos após ter sido exposto à atmosferas funcional-behaviorista dos Estados Unidos, Freud deslocou sua ênfase da dimensão consciente/ inconsciente, instrospectivamente orientada, para a hierarquia mais objetivamente concebida de funções dinâmicas dentro da pessoa, o id, o ego e o superego [...]. As três instituições dinâmicas representam, ou assumem a responsabilidade, respectivamente, pelos impulsos primários, relações de realidade e consciência culturalmente imposta. Especialmente o conceito de ego prepara assim uma aproximação com o funcionalismo (p. 197).

O termo função em matemática – donde a derivação funcionalismo, por acréscimo do sufixo *ismo* – “[...] designa a correspondência entre duas variáveis [...]” (Durozoi, 1993, p. 204). Em biologia o conceito de organismo, evolução e desenvolvimento são essenciais, e o termo função refere-se ao conjunto de operações específicas de um órgão ou célula. Em psicologia refere-se ao “[...] grupo de operações que caracterizam cada aspecto da vida mental: memória, imaginação, etc” (p. 204).

A corrente funcionalista, opondo-se ao princípio segundo o qual o objeto de estudo da psicologia seriam os fatos, os eventos da vida mental, propôs, como objeto de estudo da psicologia, as funções, isto é, os operadores mentais funcionais a partir dos quais o organismo encontra-se apto a estabelecer relações adaptadas com seu ambiente. “Para a psicologia funcional ou *funcionalismo*, o objeto da Psicologia é constituído pelas funções ou operações do organismo vivo, consideradas como unidades mínimas indivisíveis” (Abbagnano, 1998, p. 811). O funcionalismo propõe como método de abordagem de seu objeto de estudo a investigação objetiva. Considera que através da observação sistemática e objetiva é possível a apreensão das funções postas em curso pelo organismo (animal ou humano), na medida em que se refletem nos comportamentos. De acordo com Blackburn (1997) “[...] o funcionalismo

é o sucessor moderno do behaviorismo” (p. 163), e tem como princípio ordenador o fato de que os estados mentais podem ser definidos por uma ordem de relação tríplice: o que os causa, os efeitos produzidos em outros estados mentais e os efeitos produzidos sobre os comportamentos (id.).

A concepção segundo a qual o homem é um organismo funcional que se adapta ativamente ao seu meio ambiente é característico das linhas de pensamento da psicologia funcionalista, matriz de pensamento base das teorias behavioristas-reflexológicas do início do século XX, e que tem em William James o precursor de maior destaque. O behaviorismo foi o responsável direto pela introdução na psicologia da tradição rigorosa dos métodos experimentais empíricos, consagrando a aplicação de modelos explicativos e preditivos dos comportamentos. Devemos a William James o mérito de ter definido o objeto de estudo da psicologia científica como sendo o comportamento do organismo, isto é, “[...] as reações do organismo aos estímulos” (Abbagnano, 1998, p. 810). Devemos ao behaviorismo a formulação do paradigma  $S \rightarrow R$ . Esse paradigma expressa os mecanismos de associação por contigüidade entre os estímulos provenientes do meio ambiente e as repostas do organismo em relação aos mesmos e que contém em si a premissa teórica que norteia as elaborações behavioristas: a noção de que o organismo mantém com o meio ambiente formas complexas de interação adaptativa. Para as teorias comportamentais, “a estrutura orgânica é um mecanismo de adaptação” (Figueiredo, 1991, p. 81), eixo paradigmático que consolidou a noção conceptual de “Ciência do comportamento.”

A corrente epistemológica funcionalista oferece a imagem de um organismo caracterizado pela plasticidade e constituído por funções intencionalmente orientadas para a adaptação. As funções constitutivas do organismo vivo organizam-se em estruturas funcionais hierarquizadas, nas quais uma determinada função pode assumir o controle sobre o desenvolvimento das outras. As noções de organismo, função, evolução, desenvolvimento, integração e hierarquização das funções são fundamentais aos princípios epistemológicos da psicologia funcionalista. “Encontramos assim, no conjunto do movimento da psicologia funcional, a interpretação das análises funcionais, estruturais e genéticas que é uma característica metodológica básica da matriz funcionalista e organicista” (Figueiredo, 1991, p. 79).

Ao efetuamos esta breve incursão à psicologia funcionalista, tal como elaborada na psicologia behaviorista, pondo em destaque a sua particular concepção a respeito da relação do indivíduo com o meio, tivemos a intenção de apontar os laços de semelhanças teóricas que

unem esta proposta behaviorista com as propostas da Psicologia do Ego. Efetivamente, para Rapaport (1982), “o modelo do arco-reflexo (ou topográfico) em Freud, representa – como corre também nas teorias de estímulo-resposta – a tendência do organismo de reagir a estímulos [...]. Assim um lugar, na teoria psicanalítica, é associado às relações estímulo-respostas automatizadas” (p. 9).

Para esse autor, como para os demais teóricos da Psicologia do Ego, o tema de reflexão da psicanálise é o comportamento normal e patológico, de modo que “[...] a psicanálise não difere de outras teorias quanto à visão que tem do objeto da psicologia” (p. 27-28). Rapaport (1982) definiu o comportamento como “[...] o produto de um curso epigenético, regulado tanto por leis inerentes do organismo quanto por experiências acumuladas” (p. 31). O meio ambiente, por seu turno, remete à noção de realidade exterior que, para o referido autor, “[...] na teoria psicanalítica, designa a fonte externa de estímulos.” (p. 43).

Ao nosso ver, a compreensão efetuada pelos psicólogos do ego a respeito da teoria freudiana foi inteiramente atravessada por concepções centrais à psicologia da ciência do comportamento. Isto é, atravessada por concepções mais propriamente específicas do modo de pensar da escola comportamental do que pelas concepções freudianas relativas ao inconsciente. Esse atravessamento constitui-se num obstáculo, sob a forma de resistência, à compreensão da obra freudiana.

No dizer de Cesaroto & Souza Leite (1987), a psicanálise ficou “podre” (p. 8) no justo ponto onde uma certa tendência lhe foi impressa e onde à virulência que ela contém foi remediada por meio de um antídoto. Foi ainda na Psicologia do Ego que uma certa tradição de tendência compreensiva, preditiva e preventiva do comportamento foi atribuída à psicanálise, popularizando a idéia de que a obra freudiana se constitui numa espécie de manual explicativo das razões de fundo motivacional das condutas, e que nela encontraríamos as explicações necessárias à compreensão dos atos que se nos afiguram como estranhos. A teoria do ego se apresentou como uma teoria apta a fornecer a receita da adaptação do indivíduo ao meio, assim como uma teoria que poderia servir como guia para o indivíduo fazer à correta leitura da realidade, da qual depende, de acordo com Hartmann (1969), a boa adaptação (p. 22).

Na Psicologia do Ego a grande diversidade de funções e atividades mentais acionadas e desenvolvidas pelo organismo responde, por um lado, a fatores intencionais e, por outro, ao alcance do fim último ao qual todo organismo tende – a adaptação ao meio, compreendido como fonte externa de estímulos. O comportamento, entendido como resposta do organismo

aos estímulos do ambiente, é estruturado e organizado em função das relações mútuas estabelecidas intencionalmente pelo organismo entre meios e fins – daí o caráter de instrumentalidade e intencionalidade de todo comportamento.

A Psicologia do Ego dedicou-se fundamentalmente ao estudo e investigação científica dos múltiplos fatores funcionais postos em ação na atividade finalista de adaptação. Neste sentido, seu foco de interesse ordenou-se em torno do estudo das funções mentais e de sua utilidade para o organismo, assim como também do papel que cumpre o meio ambiente na maturação e desenvolvimento das mesmas.

## **2.2. Princípios psicodinâmicos**

Embora Franz Alexander tenha dado às suas formulações teóricas/técnicas a denominação mais geral de Teorias Psicodinâmicas, suas elaborações seguiram o curso impresso pela Psicologia do Ego, guardando, com essa escola, homogeneidade de posicionamento teórico e técnico. Ao nosso ver, as Teorias Psicodinâmicas e a Psicologia do Ego não se constituem em duas escolas diferentes, na medida em que linhas de pensamento estreitas as unem numa mesma proposição teórica e técnica, razão pela qual optamos pelo entrelaçamento de ambas. As elaborações teóricas levadas a cabo por Franz Alexander objetivaram, do mesmo modo que a Psicologia do Ego, trazer para o centro do debate formulações relativas a uma concepção psicanalítica do ego, dando ênfase aos aspectos psicodinâmicos envolvidos nas inter-relações das funções entre si e destas com o meio. “Alexander fez alguns desvios em relação aos princípios clássicos da psicanálise vigente e instituiu os fundamentos da psicoterapia psicanalítica breve” (Zimerman, 2001, p. 25).

Para as Teorias Psicodinâmicas, no crescimento, amadurecimento e desenvolvimento dos organismos humanos e, conseqüentemente, no modo de funcionamento da personalidade, concorrem princípios de funcionamento absolutamente interligados e interdependentes. À luz dos princípios psicodinâmicos funcionais pode-se compreender o desenvolvimento da personalidade rumo à maturidade, por um lado, e o comportamento da vida erótica humana, por outro.

Nas séries de princípios psicodinâmicos colocados em jogo pelo Instituto de Psicanálise de Chicago temos, primeiramente, o par complementar “princípio de economia” e “princípio de homeostase”. O primeiro princípio rege o funcionamento dos comportamentos automatizados, enquanto que o segundo, depende do estabelecimento do primeiro. O

“princípio de economia”, que opera como um mecanismo seletivo das repostas do organismo aos estímulos provenientes do meio ambiente, é o princípio no qual, por meio de “tentativas” e “erros”, aqueles comportamentos que se mostraram mais aptos à resolução de situações problemas e de necessidades vitais do organismo, tendem a repetir-se de forma “automática”. Os comportamentos automatizados, ao economizarem energia mental, produzem como resultado um “excedente energético” que se torna disponível para outros fins utilitários. Devemos ainda compreender que os comportamentos automatizados passam a fazer parte integrante do repertório dos “hábitos” do indivíduo e, na medida em que exigem pouco esforço mental, revelam-se fundamentais no processo de adaptação, não somente pelo fato de que diante de uma situação problema o indivíduo tem prontamente a sua solução, mas sim porque, de forma mais fundamental, a energia economizada torna-se disponível à outras atividades adaptativas. O “princípio da economia”, ou também denominado “princípio da inércia”, corresponde, para Alexander, ao que Freud formulou a respeito da compulsão à repetição. Para Rapaport (1962), o conceito de Hartmann sobre automatização é o equivalente psicanalítico de hábito (p. 28). Embora nos ressoe estranho assimilar o conceito de *repetição* freudiana aos *hábitos*, foi deste modo que esse conceito foi formulado na Psicologia do Ego. Teremos oportunidade no capítulo quatro de desenvolver o conceito de repetição na teoria de Freud, ligando-o ao conceito de *insistência* do inconsciente e à pulsão de morte.

Os comportamentos automatizados, ou seja, os hábitos, são observados num vasto conjunto de ações cotidianas e incluem, segundo a visão de Hartmann (1962), não apenas as ações motoras tornadas mecânicas pela sua repetição, mas também condutas que envolvem o pensamento e a percepção. Como certos padrões de comportamentos tornam-se automatizados? Através da aprendizagem e do exercício (p. 126). Através da repetição ocorre uma aprendizagem e uma fixação da ação na memória pré-consciente, o que conduz a sua automatização, constituindo-se em condutas altamente adaptadas diante de situações que exigem rapidez e mínimo dispêndio de energia na emissão das repostas. Onde houve uma relação de meios e fins que se mostrou eficaz na resolução de certas situações problemas, a mesma conduta tende a repetir-se automaticamente. Embora a automatização, por um lado, se revele de inegável valor adaptativo, tanto pela rapidez das repostas que põe em pauta, quanto pela economia de energia, por outro, ela representa uma desadaptação, na medida em que conduz à “fixação” de padrões de condutas que, diante das constantes e cambiantes exigências do meio, exigem do indivíduo flexibilidade para a aquisição de novos padrões de adaptação.

O modo como foi apreendido o conceito de repetição freudiana pelos teóricos do ego, homologando-a à noção de automatização das condutas, evoca inequivocamente a “Lei do Efeito” de Thorndike:

Das várias respostas à mesma situação, as que forem acompanhadas ou seguidas de perto pela satisfação do animal, serão, em iguais condições, mais firmemente relacionadas com a situação, de modo que, quando esta tornar a ocorrer, aqueles terão maior probabilidade de voltarem a ocorrer. Quanto maior for a satisfação ou desconforto, maior o fortalecimento ou o enfraquecimento da ligação (Thorndike apud Keller & Schoenfeld, 1973, p. 55).

Sob o prisma dos teóricos do ego, o conceito de fixação refere-se à padronização e automatização de comportamentos que, no passado, mostraram-se altamente adaptados às satisfações das necessidades. Entretanto, as constantes mudanças operadas nos planos biológico e ambiental exigem uma flexibilidade das condutas, e a fixação aponta uma estagnação na especialização de novos comportamentos. Vemos, portanto, que as condutas automatizadas não servem aos propósitos de toda e qualquer adaptação. Se a automatização é desejável e mesmo exigível em algumas situações, já não o é para outras.

A automatização conduz à fixação, que representa o apego do indivíduo a certos padrões de comportamentos que tendem a reproduzir-se de forma idêntica, apontando para uma tendência regressiva. “O conceito freudiano de fixação, representa uma insistência nas formas que comprovaram a sua capacidade de satisfazer os instintos ...” (Alexander, 1976, p. 38). Como podemos observar, os conceitos de automatização, fixação e regressão interligam-se dinamicamente uns aos outros, e representam a presença maciça de princípios funcionais psicodinâmicos na vida mental.

A função integradora do ego inclui a capacidade de poder aprender com as experiências passadas, gravadas na memória pré-consciente. Contudo, o funcionamento maduro integral do ego requer, além da automatização, a capacidade de incluir e de integrar novos padrões de comportamentos, mais de acordo com as condições atuais da existência, razão pela qual, a fixação, com a sua conseqüência imediata que é traçar linhas por onde a regressão se processará, aponta uma falha nesta função de integração do ego.

Na visão dos autores da teoria do ego, o desenvolvimento do ego consiste na aquisição e integração de novos repertórios de respostas para fazer face as constantes e renovadas

exigências impostas pela vida e pela necessidade de preservação. A vida constitui-se na luta entre tendências de comportamentos fixados a padrões passados e, como tais, regressivos, e as novas exigências das condições reais atuais, que solicitam uma renovação dos repertórios comportamentais. Por meio da aquisição de novos comportamentos o organismo demonstra que reconhece as novas exigências ambientais e que é capaz de alterar-se diante das mesmas. Medida mesma do grau de maturidade egóica e, portanto, de sua capacidade de ajustamento.

O “princípio de economia” de energia implicado no processo de automatização das condutas resulta num excedente energético que, para o cumprimento do “princípio de homeostase” (também dito “princípio de estabilidade”), exige ser descarregado. O descarregamento deste excedente energético ocorre através de atividades eróticas, isto é, através da manifestação de uma exuberante gama de comportamentos sem fins utilitários, e que visam exclusivamente ao prazer.

O processo de desenvolvimento do indivíduo, sendo considerado como pautado pela lenta, gradual e progressiva integração no ego dos componentes instintivos eróticos, que deste modo passam do regime do princípio do prazer ao princípio da realidade, conduziu os defensores da teoria do ego a concluírem que o desenvolvimento se processa através de fases consecutivas, que culminam no desenvolvimento sexual maduro da fase genital. A fase genital coincide com o amadurecimento das glândulas sexuais (caracteres sexuais secundários) e determina o surgimento de novos padrões de ajustamento para fazer frente às novas realidades biológicas e sociais. “A capacidade de amor autêntico caracteriza a maturidade” (Alexander, 1976, p. 51) própria desta fase de desenvolvimento. Para Hartmann (1969), “os impulsos instintivos humanos” passam por diversas fases típicas de desenvolvimento, e “a aquisição da última etapa da evolução libidinal, a etapa genital, foi reconhecida como um dos mais importantes requisitos prévios para a adaptação da pessoa madura” (p. 63). Do ponto de vista da psicologia do ego, o estudo sistemático, sob condições controladas destas fases evolutivas, forneceu dados para a compreensão do “aspecto genético da psicologia geral” (p. 75) e conhecimentos fundamentais sobre o crescimento, amadurecimento e desenvolvimento, assim como das condições sob as quais eles se dão.

### 2.3. O princípio da função sintética do ego e o processo de adaptação

Destacaremos agora o princípio da “função sintética do ego” (Hartmann, 1969, p. 85) em razão do destaque que o mesmo recebeu na Psicologia do Ego. Feito esse esclarecimento, passamos à sua conceitualização.

Para Alexander, em sua concepção dualista acerca das pulsões Freud teria sido levado a identificar os sintomas neuróticos como manifestação direta do *instinto de morte* e do conflito deste com o ego. Entretanto, segundo Alexander (1976), os sintomas neuróticos manifestam “uma desintegração das adaptações emocionais complexas e uma regressão a uma forma anterior e mais simples de satisfação” (p. 60). O modo regressivo de funcionamento do ego instaura uma situação de conflito jogada entre suas partes primitivas infantis e suas partes maduras. Deste modo, os sintomas constituem-se em manifestações primitivas, imaturas, não adaptadas de condutas e que denotam um colapso das capacidades integrativas do ego. De acordo com a visão psicodinâmica, a regressão e o estado de conflito instaurado no ego, aponta não para um precário equilíbrio “entre instintos de vida e instintos de morte”, como preconizava Freud, mas, sim, para uma perturbação do equilíbrio “entre adaptação emocional complexa da maturidade e os padrões mais primitivos da infância” (p. 61).

A desintegração ou desarmonia da personalidade é o resultado do não domínio de padrões primitivos de condutas pela parte sadia do ego, dispondo o indivíduo, desde então, a situações conflituosas. Onde houver uma fixação haverá uma regressão; onde houver uma regressão haverá um conflito; onde houver um conflito haverá uma desadaptação e, finalmente, onde houver uma desadaptação haverá falha na missão organizadora sintética do ego.

O conceito de “função integrativa do ego” é equivalente ao conceito de “função sintética” em Hartmann, e que se dá por obra e graça do processo de adaptação do indivíduo às condições ambientais exteriores, representando um progresso rumo à maturidade emocional, e que se estabelece como um princípio regulador da personalidade na estrita medida em que opera a passagem do *princípio do prazer* ao *princípio da realidade*. O princípio de realidade é, na Psicologia do Ego, um princípio adaptacionista.

A função sintética organizadora do ego, constitui-se num processo de autoregulação encarregado de manter o equilíbrio harmônico dos sistemas da personalidade entre si, regulando as relações do indivíduo com o meio ambiente. O ego é pois, por excelência, o órgão capaz de reunir e harmonizar todos os elementos constitutivos da personalidade, e é nisto que reside a sua fortaleza. Convém lembrar que, de acordo com a Psicologia do Ego, a

“personalidade total” é constituída pelos “instintos biológicos” (Hartmann, 1969, p. 49) e pelos componentes do ego sadio integrados. A dinâmica da personalidade corresponde à relação mútua que entre eles se opera. Com isso devemos compreender que, para a Psicologia do Ego, a dinâmica dos processos patológicos deve ser compreendida como sinal de um conflito entre a parte integrada do ego e a emancipação dos instintos de seu núcleo agregador. O conflito é jogado entre os componentes amadurecidos e os componentes arcaicos da personalidade. A emancipação de elementos componentes da personalidade do núcleo integrador do ego conduz ao colapso do ego, mobilizando a colocação em ação de seus recursos defensivos regressivos.

No processo de doença, o núcleo central do organismo – o ego – encontra-se perturbado e, portanto, impedido de exercer a tarefa de sintetizar os diferentes elementos componentes da personalidade, que, deste modo, passam a funcionar independentes do ego. Isto implica em dizer que eles se furtam ao controle do ego e, portanto, do submetimento ao princípio de realidade (Alexander, 1976, p. 164).

A essência da doença neurótica consiste na incapacidade do ego em coordenar e colocar sob o poder de seu controle as diversas funções integrantes dos sistemas da personalidade e destes, por sua vez, com a realidade objetiva. A tarefa do ego sadio (forte), consiste em conhecer as diferentes necessidades internas do organismo (conhecer significando aqui ter consciência, na medida em que é nesta que todo conhecimento se produz e se acumula), conciliando-as com as condições reais exteriores – tarefa de adaptação. No estado de doença, a atividade sintética do ego encontra-se bloqueada. Para Alexander (1976) “a neurose é o resultado da incapacidade do ego, em coordenar as necessidades em harmonia mútua e em harmonia com as condições reais” (p. 169).

O ego forte é o resultado de um longo e laborioso processo de maturação, desenvolvimento e adaptação. O ego forte dispõe de funções altamente especializadas que o capacitam a exercer a tarefa de controle das “necessidades instintivas” (Hartmann, 1969, p. 49), conciliando-as com as percepções que realiza do meio exterior. Esse controle só pode ser levado a efeito na medida em que o ego se torne consciente das exigências provenientes das fontes internas e externas. O ego conta, portanto, entre suas funções, com um duplo pólo perceptivo – um interno e outro externo – o que lhe permite deliberar à luz dos conhecimentos efetuados. O ego forte, no decurso do desenvolvimento, “[...] se separa como um sistema da personalidade claramente à parte das funções do id e do superego” (Hartmann, 1969, p. 142), tornado-se, deste então, uma unidade em grande parte independente do resto da personalidade.

É desta autonomia que depende a soberania do ego sobre os demais sistemas da personalidade. Para Alexander, os instintos exercem função de autopreservação no indivíduo. Neste ponto em particular suas teses estão em discordância com as teses de Hartmann sobre a função dos instintos no indivíduo. Hartmann (1969) lembra que os instintos, dos quais os animais são dotados, respondem à função de sobrevivência e autoconservação. No homem, “são as funções do ego desenvolvidas por aprendizagem e maturação que resultam de importância primária para a autoconservação humana. [...] quando em psicanálise se fala de autoconservação o que consideramos são principalmente as funções do ego” (p. 83-84). A Adaptação do organismo ao meio, que nos animais está ao cargo dos instintos, nos humanos está ao cargo das funções do ego. Para a Psicologia do Ego, as funções egóicas são aparatos postos ao serviço da adaptação do homem, assim definida por Hartmann (1962): “o sentido subjacente ao conceito de adaptação é o de que os organismos vivos se amoldam ao seu ambiente. Daí que adaptação seja primariamente uma relação recíproca entre o organismo e seu ambiente” (p. 37). O conceito de adaptação remete à noção de ajustamento do indivíduo às condições ambientais e requer a presença de “um órgão específico para a aprendizagem e para a adaptação à realidade – o ego” (Hartmann, 1969, p. 82).

A tese de que o organismo entretém com seu meio estreitas relações de adaptação figura como nuclear na obra de Hartmann, tendo sido retomada por todos aqueles que se filiaram a este ramo norte-americano de psicanálise. Trata-se do conceito de adaptação do ego à realidade e dos conceitos de autonomia primária e secundária do ego; ego forte, “área sem conflito do ego” (Hartmann, 1962, p. 17), autonomia e soberania do ego sobre os “impulsos instintivos irracionais” (Hartmann, 1969, p. 54), função perceptiva e organizadora do ego, que lhes são correlatas. “Todas essas proposições tratam, explicita ou implicitamente, dos problemas de autoconservação e sobrevivência do homem, isto é, do problema de saber se os impulsos instintuais tem valor de sobrevivência e função adaptativa para o homem” (Loewenstein, 1981., p. 528).

O conceito de função integrativa dos componentes parciais da personalidade, segundo Alexander, ou “funções sintéticas ou organizadoras” (Hartmann, 1969, p. 85), segundo Hartmann, respondem às mesmas formulações conceituais: a noção de que, sob o comando da função sintética do ego consciente, todas as funções integrantes da personalidade devem vir a ser organizadas num todo coerente e racional, bastando para isso que se coloquem sob o

comando absoluto do ego.<sup>9</sup> “Hartmann, o autor mais importante dessa corrente psicológica, considerou o grau de adaptação como sendo o alcance que cada sujeito tem da função sintética e integradora do ego...” (Zimerman, 2000, p. 19).

O conceito fundamental de adaptação teria recebido, de acordo com os teóricos do ego, uma sistematização muito pouco elaborada e definida por parte de Freud. Na opinião dos teóricos do ego, Freud teria feito uma tentativa nesta direção quando procurou localizar quais eram as tendências que, no organismo humano, respondiam a esta função de autoconservação. Nessa ocasião, as teria identificado com os “Os impulsos do ego, ou instintos do ego” (Hartmann, 1969, p. 82).

Ao imprimirem à psicanálise o estatuto de ciência empírica, no sentido positivista, isto é, na aplicação do modelo das ciências naturais aos fatos sociais e psíquicos, através do “estudo detalhado e prolongado da conduta humana sob condições controladas” (p. 72) e com a introdução do método da observação direta, os psicólogos do ego pretenderam ter acesso e conhecimento de uma parcela considerável de funções componentes da personalidade, de suas origens, de suas relações dinâmicas entre si e com o meio ambiente físico e social. Isso, evidentemente, permitiu-lhes uma maior e mais profunda compreensão das condições sob as quais a adaptação do homem ao meio se realiza. Sobre esse ponto preciso há uma unanimidade consensual entre os psicólogos do ego: o conceito de adaptação teria constituído-se na contribuição efetiva da Psicologia do Ego à psicanálise.

Para a Psicologia do Ego o comportamento adaptado corresponde, ponto a ponto, à noção de comportamento racional, que, de acordo com Hartmann (1969), comporta a seguinte definição:

O termo racional, quando se refere ao pensamento, significa logicamente pensar de modo correto. [...]. Também implica a consideração dos fatos acessíveis e o controle sobre estes fatos e suas conexões de acordo com as regras aceitas comumente.[...]. A conduta irracional pode definir-se de modo negativo, no sentido de carecer de controle racional [...]. Em uma caracterização positiva, designamos como conduta irracional àquela que é predominantemente emocional ou instintiva (p. 54-55).

---

<sup>9</sup> Este conceito de função organizadora guarda a maior ressonância com o conceito de *Self* da teoria Analítica de C.G. Jung. O *Self* se constitui na teoria de Jung no arquétipo que tem a função de sintetizar harmonicamente em torno de si todos os demais arquétipos. Ele funciona como uma espécie de pólo de atração que integra todos os demais arquétipos.

Deixando de lado a tautologia que tal definição comporta, digamos que, sob a denominação de conduta racional, podem ser listadas todas aquelas formas de condutas que, sob o domínio do princípio da realidade, passaram a se adaptar às condições ambientais físicas e sociais. Isto é, a gama de condutas ordenadas objetiva e racionalmente pela “função sintética do ego”.

#### **2.4. O Enfoque Sociológico**

Os conceitos criados pela Psicologia do Ego, sobretudo os que dizem respeito às funções do ego relacionadas aos processos de adaptação, objetivaram conduzir uma aproximação da psicanálise com a sociologia<sup>10</sup>, na qual o estudo da personalidade humana passou a articular-se com os enquadres sociológico e funcionalistas, que não é outro senão o enquadre da relação do organismo com o meio ambiente, numa perspectiva adaptacionista. Para Hartmann (1964), “a sociologia se constitui no estudo aprofundado do comportamento humano em sociedade e responde a tarefa de explicar as relações existentes entre o indivíduo e seu ambiente social” (p. 9-10).

Considerando-se a influência do meio ambiente sobre o desenvolvimento da personalidade, é necessário lembrar que, de acordo com a Psicologia do Ego, a família, enquanto representante legítima da organização e dos valores sociais e enquanto instância legítima encarregada de proceder a sua transmissão, exerce influência formativa sobre a criança, constituindo-se na sua base emocional. É no seio das relações familiares que o ego infantil aprende, pela primeira vez, a domar os impulsos instintuais. A “domesticação dos impulsos” (Hartmann, 1969, p. 249) consiste numa aprendizagem de adaptação aos padrões sociais, e se realiza de forma lenta, porém progressiva, requerendo, para tanto, uma atitude educativa por parte dos pais, enquanto transmissores das regras e normas sociais compartilhadas. Para Alexander (1976), “O Complexo de Édipo, em sua estrutura, reflete a estrutura das instituições sociais encarregadas de manter a integridade do núcleo familiar” considerado como “[...] núcleo de domesticação do homem” (p. 139).

Para os teóricos do ego, defensores de teorias socio-interacionistas, as sociedades modernas apresentam uma estrutura altamente complexa e caracterizam-se por constantes

---

<sup>10</sup> A relação da psicanálise com a sociologia proposta por Hartmann encontra-se em seu livro *Ensayos sobre la Psicología Del Yo* (1969), no capítulo II intitulado *Psicoanálisis y Sociología*. Pode também ser encontrada no Livro *Sociedad, Cultura y Psicoanálisis de Hoy*, In: Ernest Jones y outros, Buenos Aires: Editora Paidós, 1964.

alterações na sua organização. Os avanços sociais produzem-se rapidamente, exigindo dos indivíduos incessantes alterações e readaptações. O conceito de “princípio relativista da neurose” (Alexander, 1976, p. 72) impôs-se, para os teóricos do ego, como um conceito necessário a uma correta compreensão dos sintomas, na medida em que estes são considerados como produto da relação do indivíduo com as condições cambiáveis de seu meio. Para Alexander (1976):

[..] ao definirmos as neuroses, devemos ter consciência do princípio da relatividade. A neurose é provocada pela incapacidade de satisfazer harmoniosamente as necessidades, numa dada situação. Ela assinala uma discrepância entre o indivíduo e o seu ambiente. Se o ambiente for constante em todos os casos, somente a personalidade terá de ser examinada. Em nossa civilização, porém os ambientes variam muito, e a neurose só pode ser definida examinando-se tanto o indivíduo como o seu ambiente (p. 72).

O “princípio relativista” remete a noção de causalidade psicodinâmica dos sintomas, levando em consideração as influências dos fatores hereditários, das experiências infantis e do meio ambiente sobre o indivíduo. De acordo com o “princípio relativista” os sintomas neuróticos são o resultado da relação psicodinâmica estabelecida entre fatores hereditários - presentes no indivíduo sob a forma de “impulsos instintivos” (Hartmann, 1969, p. 31) -, as condições do meio e a qualidade das experiências infantis. Com esse princípio os teóricos do ego procuram esclarecer que a diversidade de formas de organizações sociais implica em diferenças significativas no que tange a forma de acolhimento e aceitação das manifestações impulsivas por parte do meio social, esclarecendo, portanto, que certas formas de manifestações impulsivas são facilmente aceitas e até mesmo altamente valorizadas numa determinada sociedade, enquanto que, em outras sociedades, estas mesmas manifestações estão sujeitas a juízos condenatórios. O “princípio da relatividade” objetiva, fundamentalmente, evidenciar o fato de que o meio no qual um “impulso instintivo” se manifesta é determinante para que o indivíduo o experimente como conflitivo e sintomático. Os impulsos jamais são conflitivos em si mesmos, e os sintomas neuróticos são, portanto, o resultado das interações entretidas pelo indivíduo com seu meio. Isto é, os sintomas neuróticos dependem do grau de sintonia que o indivíduo estabelece com o seu meio.

Essa concepção sobre os sintomas conduziu a Psicologia do Ego a concluir que, sob condições ambientais ideais e felizes, a neurose não sobreviria e que, portanto, as manifestações sintomáticas são uma contingência das condições ambientais. Um exemplo ilustrativo, embora grosseiro, deste posicionamento seria o de que uma simples e frágil choupana poderia manter-se relativamente em boas condições, desde que o vento não soprasse demasiadamente forte. Desse modo “[...] a neurose deve ser sempre definida como uma relação entre uma personalidade e seu ambiente social” (Hartmann, 1969, p. 173). É à luz das condições ambientais que determinadas tendências são ressentidas e vivenciadas pelo indivíduo como conflituosas e desajustadas. É o meio social imediato a medida, o metro-padrão com o qual o ego deve medir-se e comparar-se, retirando daí o parâmetro de seu grau de maior ou menor ajustamento, ou, o que vem a dar no mesmo, “da sua medida de eficiência funcional” (p. 173).

Seguindo o vetor teórico dos psicólogos do ego, como devemos entender em que consiste a relação do ego com o seu meio ambiente social? Podemos responder que consiste numa relação de adaptação à realidade social, de forma tal que, quanto maior for a capacidade de adaptação do ego e maior a sua capacidade integrativa funcional, mais flexível e maleável é a sua estrutura. O grau de saúde do ego pode ser medido pela sua capacidade de ajustar-se e reajustar-se, constante e ininterruptamente, às condições reinantes e cambiantes do meio social. Uma pessoa sadia é capaz de readaptar-se constantemente às modificações surgidas no seu ambiente. O ego maduro é capaz de acompanhar as transformações de seu meio, modificando-se em função do mesmo. Indivíduo e sociedade estão num processo dialético relacional constante. Os inúmeros fatores envolvidos no processo de adaptação conduziram Hartmann (1969) a definir a saúde em termos de “equilíbrio que existe entre as subestruturas da personalidade, de uma parte, e entre estas e o meio ambiente, de outra” (p. 64). Os teóricos do ego tomaram como evidente o fato de que as velozes transformações sociais exigem, como contrapartida por parte do indivíduo, uma personalidade com alta capacidade adaptativa. O ego forte é flexível e capaz de reintegrar-se às condições cambiáveis do meio de forma intencional e constante. A teoria do ego caracteriza-se como uma teoria que se mostra atenta, alerta e preocupada com as condições psicológicas de adaptação dos indivíduos numa sociedade em rápida transformação. A técnica terapêutica originada no interior desse contexto teórico tem como meta primordial promover o desenvolvimento das capacidades integrativas funcionais do ego. “O objetivo da psicanálise é aumentar a eficiência do ego consciente, substituindo as adaptações e regressões automáticas pelo controle consciente e os

ajustamentos flexíveis às condições da vida moderna. A máxima grega ‘conhece-te a ti mesmo’ pode ter sido outrora um luxo hoje é uma necessidade” (Alexander, 1976, p. 174).

A técnica promovida pelos psicólogos do ego nos conduz à conclusão de que o grau máximo de saúde psicológica alcançada é aquele no qual o indivíduo consente em alienar-se ao imaginário social vigente. O conceito sócio-interacionista presente na Psicologia do Ego remete à noção de que a plena consecução do processo de adaptação exige, por um lado, mudanças operadas no plano funcional do indivíduo e, de outro, que o próprio indivíduo altere as condições reinantes no seu meio. Com efeito, a tradição evolucionista pressupõe que o organismo vivo produza modificações tanto na sua estrutura quanto em seu meio ambiente,

Segundo Hartmann (1962) o processo de adaptação comporta dois níveis: “A ação humana adapta o ambiente às funções humanas, e então o homem se adapta (secundariamente) ao ambiente que ajudou a criar” (p. 41). Noção esta tão clássica quanto cara aos psicólogos sociais que concebem o indivíduo como agente transformador ativo da realidade social. É também clássica no que concerne a concepção de acordo com a qual o homem é um organismo que se adapta e que tem o seu desenvolvimento determinado pelas relações ambientais.

Segundo os psicólogos do ego, a grande falha de numerosas escolas psicológicas foi ter desconsiderado as relações sociais concretas da vida do indivíduo, e de sua importância no surgimento de novas pautas de conduta. Embora considerado de extrema importância, o conceito de adaptação e a conseqüente consideração sociológica que o mesmo encerra, não devem conduzir, de acordo com Hartmann (1962), à conclusão precipitada de que esses avanços recentes produzidos na psicanálise tenham conduzido a uma troca de suas características principais, especialmente no que tange a sua orientação biológica, o seu ponto de vista genético, dinâmico, topográfico e econômico, assim como a natureza explicativa de seus conceitos (p. 11).

A abordagem sociológica na Psicologia do Ego procurou responder à complexa questão relativa à relação do indivíduo com o semelhante, ou seja, responder ao que, na teoria do ego, corresponde ao estudo do desenvolvimento das relações de objeto. Do ponto de vista da psicologia do ego, a criança está em contato direto e permanente com seu ambiente social, recebendo do mesmo uma influência formativa. O processo de interação social do indivíduo “[...] tem lugar em estreita conexão com as necessidades dos instintos por uma parte, e com o desenvolvimento do ego por outra” (Hartmann, 1964, p. 13).

O reconhecimento do mundo externo e dos objetos reais nele existentes tem lugar sob as condições promovidas pelo estabelecimento do princípio de realidade que, por seu turno, produz modificações nos modos de satisfação das necessidades instintivas. Essas modificações podem ser descritas como se constituindo tanto num fator biológico quanto num fator sociológico.

Ao longo do processo de adaptação o ego tem como tarefa essencial promover a integração das condutas “instintivas irracionais” (Hartmann, 1969, p. 45) às suas funções, colocando-as sob o primado de seu princípio funcional; integrar e reintegrar os elementos componentes da personalidade em novos patamares de integração e equilíbrio; conduzir racionalmente as ações de acordo com suas metas, seus interesses e fins utilitários. Essas são tarefas postas em marcha pelo ego no decurso do seu desenvolvimento rumo à maturidade e que atinge o seu ápice e acabamento quando, finalmente, o ego tiver desalojado o id. “Onde estava o id, ali estará o ego” (Hartmann, 1969, p. 69).

Para os psicólogos do ego, “onde o id estava deverá vir o ego” sublinha que a meta primordial de todo indivíduo é a de emancipar-se de todas as possíveis e imagináveis forças que porventura entrem seu caminho rumo a autonomia. Os psicólogos do ego, objetivando auxiliar o indivíduo nesta empresa, chegaram a conceber uma técnica racional para modificar condutas (Hartmann, 1976, p. 67).

## **2.5. Esfera do ego livre de conflito : O conceito de autonomia ego**

Como vimos até aqui, o que foi considerado pelos teóricos do ego como progressos efetuados à psicanálise, os conduziu a formulação de uma concepção da personalidade em termos de sistemas hierarquizados, aos quais atribuem-se determinadas funções. No interior dessa concepção, o ego foi progressivamente sendo definido e caracterizado por suas inúmeras funções, por suas relações privilegiadas com o mundo exterior e com todos os demais processos internos da vida mental. Deter-nos-emos um pouco na descrição do funcionamento destas funções e sobre o efeito das mesmas na vida psíquica, não sem antes lembrarmos a problemática questão implicada no fato desta teoria atribuir à psicanálise a fonte de suas teses. Ainda que afirmem terem efetuado novas categorias conceituais àquelas elaboradas por Freud, isto não deixou de constituir-se num impasse, sujeito a equívocos e mal-entendidos.

A primeira e mais destacada dita nova descoberta, e que tem a mais íntima relação com o que foi considerado pela Psicologia do Ego como novos rumos ordenados à

psicanálise, diz respeito ao fato de que o ego não se desenvolve a partir do id. Embora partilhe com o id uma bagagem biológica comum, o ego é dotado de funções específicas. Isto implica em afirmar efetivamente a natureza hereditária de algumas funções do ego e, como conseqüência lógica decorrente deste raciocínio, em afirmar que ele é um sistema presente desde o início da vida e que o desenvolvimento não parte de um nível zero. Implica ainda em asseverar que nem todos os fatores de desenvolvimento existentes no início da vida devam ser necessariamente considerados como pertencentes às funções do id (Hartmann, 1969, p. 112).

A matriz primária do ego, segundo a Psicologia do Ego, é constituída pelas funções autônomas primárias do ego, assim denominadas devido a sua origem estar circunscrita à “área sem conflito do ego” (Hartmann, 1962, p. 17) e de pertencerem ao ego corporal, entendido como substrato bio-anátomo-funcional. A extrema importância dessas funções primárias do ego está posta no fato de que se constituem em tendências autoconservadoras e, como tais, precursoras das defesas posteriores do ego e guia primário do indivíduo em direção a realidade. A área do ego livre de conflito é constituída pelo conjunto de funções do ego que compõem seus processos de autonomia primária e que estão, desde o início da vida, postas ao serviço da adaptação do organismo ao ambiente. As “funções autônomas primárias do ego” (Hartmann, 1962, p. 16) não se originam da esfera conflitiva do ego com o id, e, portanto, não devem sua procedência da luta defensiva do ego contra “os impulsos biológicos do id” (Hartmann, 1969, p. 75). O conceito de esfera do ego livre de conflito permitiu à Psicologia do Ego ampliar os conhecimentos sobre os processos de maturação e desenvolvimento do ego, estabelecendo como inegável o fato de que há no indivíduo processos de adaptação inatos e de que, portanto, os mecanismos defensivos do ego contra o id não são os únicos recursos adaptativos disponíveis ao ego.

Foi fundamental aos teóricos do ego pressupor uma base egóica originariamente livre, independente e autônoma, tanto dos conflitos instintivos, quanto da pressão dos estímulos exteriores. Aos aparatos egóicos inatos cabem a tarefa de traçar as linhas fronteiriças que permitirão que o ego se diferencie do id, estabelecendo-se como a base do que virá, pela maturação e desenvolvimento, firmar o ego como sistema independente do resto da personalidade, como tal, constituindo-se na base a partir da qual poderá estabelecer-se o imperialismo do ego sobre o id.

A origem e desenvolvimento do ego nos surgem sob nova luz, se nos habituarmos com a idéia de que ele não é apenas o resultado da influência da realidade externa e dos impulsos. Temos, doravante, que levar em consideração sua origem primariamente autônoma. A fonte

originária do ego pode ser rastreada para aquém das forças impactantes dos estímulos externos e dos impulsos do id. Segundo o raciocínio posto em curso na Psicologia do Ego, a esfera do ego livre de conflito sofreu, durante um longo tempo, um descuido por parte da jovem geração de analistas e, inclusive, por parte do próprio Freud. Desde o momento em que passemos a considerar que o ego dispõe de uma fonte originariamente independente, chegaríamos à importante conclusão de que poderíamos falar de um fator autônomo do desenvolvimento do ego. Os novos estudos efetuados sobre o ego pela corrente norte-americana estabeleceram que ele é tão antigo quanto o id, constituindo-se no alicerce das linhas futuras do desenvolvimento. A descoberta das “funções autônomas primárias do ego” tornou essencial investigar a influência sobre a conduta, e a personalidade em geral, dos fatores inatos de adaptação, tais como, a “inteligência,” o “equipamento motor”, “os dotes especiais”, entre outros, e do modo como demonstraram ser decisivos na escolha dos mecanismos defensivos do ego, assim como também do modo particular como cada indivíduo elabora, suplanta e supera a relação de conflito do ego com o id. No dizer de Hartmann (1969),

[...] esta consideração dos processos maturativos por parte do desenvolvimento do ego parece bastante natural se não esquecermos que o aspecto egóico do desenvolvimento não é menos biológico que do id. Parece difícil denominar não biológicas as funções de adaptação e síntese, ou de integração ou de organização [...]. Ademais devo referir aqui que tanto analistas como fisiólogos notaram, e penso que adequadamente, em particular o estudo das funções do ego, é o que poderia facilitar o encontro entre o enfoque psicanalítico e o fisiológico, especialmente o enfoque fisiológico cerebral” (p.153).

Em 1914, no texto *Sobre o Narcisismo: Uma introdução*, referindo-se a problemática do conceito de narcisismo que está sendo elaborado e introduzido neste preciso momento, Freud assim se expressa a propósito das relações da psicanálise com a biologia: “Tento em geral manter a psicologia isenta de tudo que lhe seja diferente em natureza, inclusive das linhas biológicas de pensamento” (Freud, 1914c, p. 95). Para Hartmann (1962), contudo “[...] o psicológico não é uma ‘antítese’ do biológico, mas sim uma parte essencial do mesmo” (p. 52). Hartmann (1969), ao dar destaque ao importante fato de se conceber o ego como agente biológico, considerou “[...] que Freud teria se alegrado com este reencontro com a fisiologia” (p. 258).

Não partilhamos com Hartmann da idéia de que a aproximação e, por vezes, mesmo a homologação da psicanálise com a fisiologia, teria sido ocasião de um estado de alegria por parte de Freud. Promover a aproximação da psicanálise com outras disciplinas do saber científico, notadamente a fisiologia, a sociologia e a psicologia, foi o sonho acalentado por Hartmann, razão pela qual Rapaport (1962), nos fornece a seguinte síntese das suas teses:

Hartmann concentra-se naquelas raízes inatas do desenvolvimento do ego, que são independentes dos impulsos instintivos; nas relações de realidade, ou seja, adaptação; e na integração da teoria do processo secundário (segunda fase) com a teoria de defesa autônoma (terceira fase). Os conceitos de aparatos de autonomia primária e secundária, automatização, são a base da teoria de Hartmann sobre a relativa autonomia do ego em relação ao id (p. 49-50).

O desenvolvimento do ego é pautado pelo surgimento das funções adaptativas originadas da situação de conflito do ego com o id e do amadurecimento das funções adaptativas primárias presentes no indivíduo desde o início da vida e que não devem a sua origem a situação de conflito, situando-se portanto na dita zona do ego livre do conflito. Falar das relações mútuas entre estes dois vetores de desenvolvimento, responsáveis por aprumar a psicanálise rumo a uma psicologia geral de cunho empirista e funcionalista, é falar das relações mútuas entre zonas conflitivas e zonas pacíficas do ego.

Segundo a psicologia do ego, a extrema importância conferida aos impulsos instintivos nos primórdios da psicanálise fez com que todo o seu interesse recaísse sobre as funções defensivas do ego originadas do conflito posto em jogo entre o ego e o id. Por essa razão, os teóricos do ego tomaram a seu cargo destacar a importância de funções egóicas situadas fora da esfera conflitiva. A empresa de investigação sobre estes fatores funcionais de adaptação conduziu à descoberta da “área sem conflito do ego” (1962, p. 17). Na esfera do ego livre de conflito situam-se todas aquelas funções do ego (dificilmente enumeráveis) autônomas do id, e que incluem as funções autônomas primárias e autônomas secundárias do ego. As funções autônomas primárias, como já nos referimos, são aquelas funções biológicas inatas e, portanto, já nascidas sob a égide da autonomia. As funções secundárias possuem uma fonte completamente diversa, devendo sua procedência da situação de conflito da qual o ego sai vencedor.

Por efeito da relação privilegiada mantida com a realidade, o ego toma para si a incumbência de exercer o controle sobre as forças “instintivas impulsivas irracionais” (Hartmann, 1969, p. 54). Em cumprimento ao princípio da realidade, definido como princípio de adaptação, e para libertar-se das forças opressivas do id sobre si, o ego defende-se, colocando em ação mecanismos defensivos. A noção de autonomia secundária do ego refere-se ao conjunto de funções egóicas originadas da relação de conflito do ego com o id, e que só posteriormente tornaram-se independentes de suas fontes originárias, vindo integrar-se à esfera livre de conflito do ego. Faz parte da rota de tendência do ego liberar-se progressivamente dos impulsos instintuais, submetendo-os ao seu poder de diferenciação, síntese, controle e organização. Manifestação posta em cena da força do ego sobre os demais sistemas da personalidade. Essa tarefa de diferenciação e autonomia produz-se no decurso do processo de desenvolvimento e coloca em jogo o que Hartmann denominou de “troca de função” (1962, p. 39).

O conceito de “troca de função” está intimamente relacionado ao conceito de debilidade e fortaleza do ego e refere-se, na Psicologia do Ego, ao modo como o ego se situa diante das forças invasoras do sistema do id e que representam para ele fonte de ameaça e perigo. A força ou debilidade do ego deve-se à particular forma como o mesmo relaciona-se com os demais sistemas componentes da personalidade. Desse modo, ainda que sem sombra de dúvida deva-se considerar – de acordo com o raciocínio posto em curso pelos psicólogos do ego – os mecanismos de defesa do ego como fazendo parte integrante e natural de seu próprio desenvolvimento, as defesas do ego indicam o umbral limítrofe entre força e fraqueza do ego. Por um lado, as defesas do ego desenvolvidas contra o id apontam para a sua força, na medida em que o subjugam. Por outro, essas mesmas defesas, na medida em que devem a sua origem da luta do ego travada com o id, denunciam, pela sua própria presença, que o ego outrora já foi débil. As funções defensivas são desenvolvidas pelo ego com o objetivo de servir como barreira de proteção contra os perigos internos e externos. O ego é, portanto, tributário do id com respeito a inúmeras funções secundárias que só se tornam autônomas através de um longo e laborioso processo nem sempre cumprido de modo satisfatório. O processo de desenvolvimento e autonomização do ego pode não ser completo, deixando permanecer na personalidade mecanismos defensivos primitivos, surgidos no tempo em que o ego era fraco diante das forças do id, e por onde a regressão se manifestará.

A esfera do ego livre de conflito diz respeito às funções do ego que, escapando à dinâmica de conflito com os impulsos, vem formar o equipamento autônomo funcional do

ego. As funções autônomas secundárias surgem com a clara missão de defesa contra as situações que representam para o ego fonte de perigo e diante das quais o ego faz ressoar o sinal de angústia. São funções que, ao se tornarem independentes posteriormente, passam a pôr-se ao serviço dos próprios interesses do ego, vindo funcionar com fins adaptativos. Uma função originada com a finalidade de defesa pode, secundariamente, vir a funcionar ao serviço de outra função, passando a servir a outras finalidades. Quando essa “troca de função” ocorre e estabiliza-se, surgem as funções egóicas secundariamente autônomas. Mudar de função é mudar o vetor da tendência que, originalmente, seguia a direção da defesa, agora segue a direção dos interesses do ego. Mudou! Trocou! O ego fortaleceu-se e a realidade externa impôs seu princípio enquanto princípio de adaptação. Sublinhamos que, para a Psicologia do Ego, “realidade, na teoria psicanalítica, designa a fonte externa de estímulos, incluindo o campo do indivíduo, excetuando-se as fontes somáticas dos impulsos e afetos” (Rapaport, 1982, p. 43). Como podemos depreender do acima exposto o ego deve ao conflito com o id um vasto número de suas funções. Deve ao conflito o fato de ter triunfado na tarefa de subjugamento do id, apoderando-se de sua fonte energética e neutralizando-a, e colocando-a ao serviço de suas funções, de seus interesses e de suas finalidades utilitárias (Hartmann, 1969, p. 119). O ego “tem energias neutras a sua disposição e é capaz de transformar as energias dos impulsos instintivos em energias próprias” (Rapaport, 1962, p. 45). Modelo ideal de ego maduro que passa a ser, doravante, um sistema autônomo. Não apenas seu próprio amo e senhor, mas também de todos os demais sistemas da personalidade total, que estão aí para melhor servi-lo em suas finalidades. Esta é a razão pela qual os teóricos do ego julgam a problemática do conflito entre o ego e o id típico do desenvolvimento normal.

O ego é por definição o arcabouço de “tendências”, “aparatos”, “táticas”, “funções”, bem definidas e, dentre elas, de especial relevo, a sua tendência a organizar tudo. Isto é, sua capacidade de pôr a casa em dia, coordenando harmoniosamente as diferentes funções no seu interior, e que se expressa sob a forma de uma síntese. O ego, assim fortalecido, é capaz de lançar metas (finalidades/objetivos) de forma lógica e racional, coordenando os meios e os fins para o alcance de seus objetivos.

Mencionamos acima que as defesas do ego são forças suas colocadas contra as ameaças provenientes dos estímulos interiores e exteriores. Ameaças a quê? A sua integridade e autonomia. Tudo se passa como se o ego não suportasse qualquer ameaça a sua autonomia e poder de controle. Mas, como pode o ego ainda manter toda esta força de poder e controle contra as duas direções das quais lhes chegam os estímulos, se, contra o id, tem que lutar

permanentemente? Bom! Sabemos que, exceção feita aos mecanismos regressivos, que representam uma problematização do processo de adaptação, de tal batalha travada com o ego parece sair vitorioso. Mas, e da realidade dita ambiental, como pode sentir-se autônomo se a esta tem que se adaptar, tomando-a como seu guia e modelar-se qual argila, tomando a forma que as mãos do escultor ao seu bel prazer lhe imprime? Tratar-se-ia de uma ilusão de autonomia? De um sonho acalentado, buscado e nunca alcançado? Com efeito, para Hartmann (1969), “o ambiente do homem está modelado cada vez mais pelo homem mesmo. Assim pois a missão básica do homem é adaptar-se a estrutura social e colaborar em sua construção”(p. 47). Para Canguilhem (1958), a idéia de utilidade como princípio de uma psicologia é a definição do homem como instrumento. O utilitarismo, como sucessor do instrumentalismo, implica a idéia de utilidade para o homem, a idéia do homem como meio de utilidade (p. 20).

A concepção de que o homem é um organismo que deve adaptar-se, constitui-se, ao nosso ver, num imperativo de que o sujeito abra mão do próprio desejo, em nome de um desejo imaginariamente suposto no Outro social ao qual deveria se alienar, está absolutamente na contramão da autonomia de qualquer entidade que se pretenda eu forte e autônomo. A autonomia da entidade egóica não passa de um sonho que os teóricos do ego pretenderam sustentar. Como veremos nos capítulos três e quatro, à luz da teoria de Freud, a idéia de autonomia do ego não passa de uma ilusão.

## **2.6. Derivações da Psicologia do Ego: As Psicoterapias Breves**

Contemporaneamente teve lugar, a partir dos postulados da Psicologia do Ego, as Psicoterapias Breves, que no dizer de Joel Birman (1978) “[...] é uma questão extremamente problemática [...], tratando-se mesmo de uma impossibilidade teórica” (p. 205).

Com Héctor Fiorini, na Argentina, temos um exemplo do distanciamento que tais práticas ditas de *base* ou *inspiração* psicanalítica efetuaram em relação à psicanálise. De fato, Fiorini baseou-se na psicanálise, não a freudiana, mas naquela que, originada nos Estados Unidos, deu lugar à Psicologia do Ego e que trouxe para o centro do cenário teórico/técnico a modificação das condutas do indivíduo, através de um manejo técnico que consistiu no fortalecimento do ego. Fiorini inspirou-se diretamente nos teóricos do ego para estabelecer a Psicoterapia Breve, encontrando nos mesmos o suporte que lhe permitiu centrar o manejo técnico sobre as funções do ego, tomando a área do ego livre do conflito, dita também parte sadia do ego, como aliada no processo terapêutico.

Foi ainda nestes mesmos teóricos que a Psicoterapia Breve encontrou o suporte teórico a partir do qual pôde compreender os sintomas como correspondendo a situações conflituosas atuais devidas a uma falha do processo de adaptação. Essa concepção sobre o sintoma originou a mais destacada prática terapêutica da Psicoterapia Breve: a noção de foco. Para Fiorini (1955), “a orientação estratégica das sessões significa focalização dos esforços terapêuticos. O terapeuta opera mantendo em mente um foco, termo que se refere à interpretação central sobre a qual está baseado todo o tratamento” (p.32). Noção conceptual/técnica que guarda para com a psicanálise freudiana uma enorme distância. Para a psicanálise, o sintoma está posto na cadeia do desejo inconsciente, como tal, não se constitui num “foco problemático”. Claro está, para nós, que a visada técnica alçada pelos teóricos do ego não pode consistir em outra medida senão a de conduzir a um gradual e progressivo recalçamento do desejo, na medida em que este é efetivamente rebelde à adaptação. O desejo é o que por excelência não se acomoda.

Freud (1980 [1914b]) já nos havia advertido sobre o equívoco que tal manejo técnico comporta, apontando que o analista deve abandonar qualquer tentativa que objetive pôr em foco um momento ou problema específico (p. 193). A regra fundamental da psicanálise – a livre associação – responde a um manejo técnico diametralmente oposto àquele que se orienta a pôr em foco o que quer que seja – sintoma, conflitos, resistências, defesas, ego.

Destacaremos a seguir alguns princípios específicos da psicanálise freudiana com relação ao manejo ético e técnico da psicanálise, pautando-os com os princípios técnicos da Psicoterapia Breve.

a) De acordo com Freud (1980 [1913]), a pergunta relativa ao tempo de duração do tratamento em psicanálise é irrespondível (p. 170). Isso torna impossível prometer de antemão ao paciente que o tratamento será efetuado em um tempo dito “breve”. O que se encontra, para os teóricos da Psicoterapia Breve, na base da promoção de tal promessa? A razão mais emergente e justificável é a de que o paciente tem pressa de se liberar de seus sintomas para poder estar em condições de aproveitar a vida. Outra razão para a abreviação do tempo é que ela se mostrou um recurso viável diante da crescente demanda da comunidade pelos serviços de saúde mental da rede pública.

b) Intimamente relacionado com a questão anterior, Freud (1980 [1913]) alertou para o fato de que o analista deve moderar suas ambições terapêuticas, não fornecendo ao paciente a solução para os seus sintomas (p. 183). Para Fiorini (1955), entretanto, “a iniciativa pessoal do terapeuta, individualização, planificação, focalização, flexibilidade, definem os parâmetros

específicos da Psicoterapia Breve e conferem a esta técnica uma estrutura própria, diferente da técnica psicanalítica” (p. 32).

A transferência, compreendida como vínculo afetivo que liga o paciente ao terapeuta, é definida por Fiorini (1955) como dizendo respeito aos “[...] aspectos transferenciais da conduta ligados ao campo bipessoal presente” (p. 34). Para este teórico, o manejo da transferência consiste em revelar, tornando consciente ao paciente, quais são as condutas comportamentais manifestas em relação à pessoa do terapeuta. Sublinhemos que, para Freud, a dificuldade no manejo da transferência consiste em não cair na tentação de fazer uso abusivo da mesma para os fins da sugestão. Não cabe ao analista, no manejo ético da transferência, fazer oferta sedutora de sua pessoa como modelo identificatório, razão pela qual “o sentimento mais perigoso para um psicanalista é a ambição terapêutica de alcançar [...] algo que produza efeitos convincentes sobre outra pessoa” (Freud, 1980 [1912a,] p. 153).

O objetivo técnico de Fiorini (1955) que consiste em “[...] encorajar o paciente a assumir papéis que fortaleçam, pelo exercício, sua capacidade de discriminação e ajustamento realista; propiciar uma experiência emocional corretiva...” (p. 29), traduz-se como imperativo de caráter moralizante. Para Freud, contudo, na medida em que a moralização do sujeito é tarefa que se propõe a sociedade, não compete a um analista conduzir o paciente na direção de uma boa conduta moral.

c) Numa condução de tratamento psicanalítica “não se deve esquecer que o que se escuta, na maioria, são coisas cujo significado só é identificado posteriormente” (Freud, 1980 [1912a], p. 150). O analista deve estar advertido contra os prejuízos de seus ímpetos compreensivos, explicativos, preditivos. Neste sentido Freud recomenda um manejo de ordem técnica que “[...] consiste simplesmente em não dirigir o reparo para algo específico e em manter a mesma atenção uniformemente suspensa” (p. 150). O cumprimento, pelo analisando, da regra fundamental da livre associação requer, como contrapartida por parte do analista, que este se mantenha afastado da tendência consciente de deliberadamente manter a atenção concentrada. Dizendo de outro modo, a livre associação requer a atenção flutuante do analista.

Estes são, entre outros, pequenos chamados de alerta sobre a técnica que a qualquer analista que tome a sério, e por isto se responsabilize, a proposta de sustentar sua prática clínica na psicanálise parecerá óbvio, até mesmo banal. Contudo, isso não pareceu, de modo algum, assim tão óbvio àqueles que afirmaram encontrar na psicanálise a base para o manejo teórico e clínico. Isto é, não pareceu óbvio para aqueles que defenderam um posicionamento eclético, na medida em que julgaram tanto pertinente quanto progressista – sinônimo mesmo de

mentalidade aberta – manter uma atitude sintônica com a multiplicidade de enfoques técnicos-científicos existentes no vasto campo psi

A propósito de “direções-chave de uma atitude científico-técnica”, Fiorini (1955, p.13), expressará que se deve “conceder importância especial na formação do terapeuta à experiência de viver e estudar mais de uma técnica de Psicoterapia” (p. 13), justificando que o “princípio da flexibilidade” aplica-se, em uma terapia breve, não apenas na individualização da mesma, baseada no conceito de que “pacientes diferentes requerem tratamentos diferentes”, como também na remodelação periódica das estratégias e das táticas em função da evolução do tratamento. Uma avaliação dinâmica continuamente atualizada, leva a efetuar reajustamentos, por tentativas e erros, até que se obtenha o rendimento máximo do “arsenal” terapêutico disponível (p. 13-24).

As condutas automatizadas, aprendidas e regidas pela lei de ensaio e erro, e que conduzem a uma automatização daquela gama de condutas que se mostraram mais aptas à resolução de situações problemas, tem, como vemos, mais de uma serventia.

Na visão eclética de Fiorini de cada abordagem epistemológica, incluindo a psicanálise, aproveita-se o que pode ser útil, descarta-se o que não convêm. Sabemos que, assimilar a psicanálise a uma teoria do conhecimento é, no mínimo, um erro grosseiro, contudo, é desde modo que ela é entrevista pelos teóricos do ego e por Fiorini: como uma a mais, entre tantas outras teorias do conhecimento. Razão pela qual abundam os procedimentos técnicos, até que se constitua um “arsenal” à disposição permanente do terapeuta, todos colocados em jogo com o objetivo terapêutico final de “fortalecimento das funções egóicas” (p. 41). O que remete a uma série, dificilmente enumerável, de procedimentos terapêuticos com vistas a, resumidamente:

a) Promover a substituição de defesas regressivas por outras mais adaptadas, avaliando quais defesas torna-se conveniente atacar e que outras se deve tender a fortalecer” (p. 32).

b) Promover “maior ajustamento nas relações com o meio” (p. 38).

c) Propiciar no interior do processo terapêutico a ocasião para que o paciente atinja um nível de funcionamento motivacional mais amadurecido (p. 40).

Embora Fiorini afirme servir-se da psicanálise para o enriquecimento de seu arsenal metodológico, técnico e epistemológico, é igualmente convicto no tecer críticas e no afirmar que o campo teórico e técnico da Psicoterapia Breve diverge da psicanálise em mais de um ponto, afirmando que a Psicoterapia Breve “[...] tem uma estrutura técnica própria, diferente da técnica psicanalítica” (p. 32). À guisa de exemplo: “[...] na Psicoterapia Breve pretende-se

uma compreensão psicodinâmica da vida cotidiana do paciente, que se instrumenta nas interpretações, na planificação de sua vida diária, na orientação familiar ou do trabalho. Isto significa ocupar-se com “o que está fora” do tratamento, esquema operacional próprio desta técnica, que contrasta com as regras da psicanálise estrita (p. 23).

Fiorini (1955), destaca ainda que na Psicoterapia Breve o terapeuta desempenha um papel mais ativo e mais orientador do que nas terapias conduzidas por psicanalistas e que os psicoterapeutas se “[...] permitem dar mais relevo, para o paciente, de seus próprios traços de personalidade em contraste com a impessoalidade necessária no enquadramento analítico” (p. 30).

Aliás, não reconhecemos neste enquadramento técnico clínico o princípio técnico básico da psicoterapia humanista de C. R. Rogers? Efetivamente para este, “as atitudes e os sentimentos do terapeuta são mais importantes que a sua orientação teórica. Os seus processos e as suas técnicas são menos importantes do que as suas atitudes” (Rogers, s.d, p. 48). Os princípios de “atitude positiva para com o outro, atitudes de calor, de atenção, de afeição, de interesse, de respeito” (p. 55), definem por inteiro a relação paciente terapeuta como sendo “uma verdadeira relação Eu-Tu” (p. 180). Modo através do qual pode-se, na relação de ajuda que aí se estabelece, promover no paciente “relações realistas” (p. 68) que permitam um “máximo de adaptabilidade” (p. 167).

Com efeito, os objetivos técnicos da psicoterapia humanista de Rogers convergem em muitos pontos com aqueles formulados pela Psicoterapia Breve (ressalva feita, talvez, ao caráter mais afetivo e franco da terapia rogeriana). Estes objetivos visam promover no paciente níveis progressivos de maturidade, crescimento, desenvolvimento, socialização e que servem como parâmetros de mensuração do grau de adaptação do indivíduo e que visam, em suma, levar ao desenvolvimento integral de todas as suas potencialidades.

Ora, a Psicoterapia Breve, ao formular, e ao colocar como qualidade sua um posicionamento eclético que, como podemos ver, inclui posicionamentos de *base*, desta vez, humanistas, ficou “[...] aprisionada na ambigüidade, ambivalência e vacuidade de suas propostas” (Freire-Costa, 1978, p. 235), convertendo-se numa técnica terapêutica que coloca em curso um dispositivo que se pretende soberano no adestramento moral dos indivíduos. A saúde mental passou, desde então, a ser medida através da obediência servil do indivíduo às injunções do imaginário social, o que, por sua vez, pode ser medido através do nível de identificação do paciente ao analista. O grau de adaptação atingido é determinado pelo índice de integração, submissão, adestramento e inserção social adaptada do indivíduo.

A adaptação social é assim expressamente proposta e assumida como parâmetro viável de mensuração do grau de saúde mental. Esta velha proposta aos problemas de transtornos mentais, vigentes em meados do século XIX, é plenamente reassumida pela proposta de saúde mental da Psicologia do Ego e seus seguidores, para os quais permanece ainda uma verdade de valor inquestionável a máxima de que “[...] os indivíduos devem se adaptar ativa e realisticamente as dificuldades e circunstâncias situacionais, com relação aos quais a doença mental representa uma tentativa de fuga e escape” (Silva Filho, 1987, p. 98).

### **2.7. A teoria Culturalista de Fromm e a teoria sexual de Reich**

Passaremos agora a versar de forma breve sobre dois autores, Wilhelm Reich e Erich Fromm que, pelo apoio que pretenderam encontrar na psicanálise para a sustentação de suas próprias teorias, justifica que neles nos detenhamos por um momento. Nosso intuito é apontar que se constituem em mais duas, entre tantas outras, tendências impressas à psicanálise e que em ambas operou-se um desvio e um distanciamento da psicanálise em torno do mesmo ponto que aquele ocorrido na Psicologia do Ego: o inconsciente e o recalque. Na Psicologia do Ego, na teoria da Revolução Sexual de Reich, tanto quanto na teoria Culturalista de Fromm, houve desvio destes dois conceitos fundamentais, em nome de concepções sociológicas.

Não temos, ao abordar estes dois autores, a intenção de afirmar que as inúmeras leituras operadas sobre a psicanálise freudiana pelas diferentes escolas psicológicas, constituam-se numa única e mesma proposição teórica. De modo algum é nossa intenção identificar as teses de Reich, de Hartmann e de Fromm umas com as outras. O que desejamos destacar é que, embora ocorram inúmeras diferenças de ordem conceptual e técnica, elas compartilham de um mesmo ponto. Foram unânimes em passar à margem do conceito de inconsciente e de recalque, conferindo-lhes formulações que não se encontram presentes na obra de Freud.

Seguramente, havia no período pré-freudiano uma dada concepção sobre o inconsciente e, mais seguramente ainda, no período pós-freudiano, outras tantas surgiram. Estas acepções de forma alguma se equivalem entre si e, muito menos, com o que Freud formulou sobre o mesmo tema. É nosso intuito apontar que de forma alguma, sob a denominação de inconsciente, abrigam-se acepções homogêneas, ao contrário, abrigam-se as mais diversas e distantes formulações de umas para com as outras e, de uma e outras com a psicanálise. Convém demarcar estas diferentes acepções. Desejamos, portanto, apontar sobre

alguns rumos que a psicanálise tomou através dos diferentes autores que alegaram ter encontrado nela sua fonte de inspiração. De forma mais precisa, sublinhar que compartilharam a negação do conceito de inconsciente freudiano. Ora, se os conceitos centrais que ordenam a psicanálise derivam-se e se sustentam na descoberta do inconsciente, falseando-se esse conceito, falseiam-se todos os demais.

Esclarecemos que abordaremos estas duas escolas de modo apenas marginal. Uma análise mais profunda escapa à tarefa que ora nos propomos neste estudo, que é a de demarcar as diferenças que distanciam a escola norte-americana – a Psicologia do Ego, da psicanálise, tal como Freud a formulou.

Wilhem Reich, com seu ponto de vista alicerçado numa visada sociológica a respeito do recalque, elaborou uma teoria na qual concebe a relação do indivíduo com a sociedade como uma relação de oposição. O recalque é, para ele, uma consequência direta e inevitável das forças sociais coercitivas. O recalque é o resultado do excesso das forças morais sexuais vigentes, fundadas e mantidas pelo sistema social burguês patriarcal. Segundo Reich (1980), “Freud defendia um ponto de vista cultural filosófico de que a cultura deve seu aparecimento à repressão impulsional” (p. 42). Para ele, entretanto, “o que é verdade nesta teoria é somente que a repressão sexual constitui a base da psicologia das massas de determinada cultura, isto é, a *cultura patriarcal*” (p. 43).

Reich partiu, por um lado, do suposto de que na origem está a sexualidade, compreendida como plenitude potencial orgástica e possibilidade dada ao homem de plena satisfação e realização, e, de outro lado, que toda a cultura se fundamenta e se mantém como uma força repressora que se abate sobre a mesma. O excesso das repressões sociais sobre o potencial sexual orgástico estaria como origem e causa de toda doença neurótica. A doença neurótica origina-se das frustrações sofridas pelo indivíduo quando este se vê impedido de obter a satisfação de suas necessidades sexuais potenciais. Observa-se que, para Reich, a sexualidade está presente no indivíduo desde o início da vida. O potencial sexual é um dado natural, uma posse do indivíduo, e é sobre a sexualidade que, secundariamente, se exerce a força opressora da repressão. Para Freud, entretanto, o recalque constituirá, *a posteriori*, aquilo que virá se configurar como sexual. Dizendo de outro modo, não há sexualidade senão através da operação do recalque. Esta inversão de posicionamento aponta que Reich parte da premissa de uma sexualidade desde sempre já presente como uma estrutura inata e, portanto, da sexualidade como partícipe da essência humana. Na concepção psicanalítica freudiana, entretanto, o sexual requer a presença de determinados operadores para sua constituição. Esta

inversão por si só já enuncia a diferença de posicionamento de Reich e de Freud sobre o mesmo tema.

Na teoria freudiana trata-se do mecanismo constitutivo do recalque, na teoria de Reich de repressão, que tem o sentido de impedimento, obstáculo ao livre curso das manifestações espontâneas da sexualidade. Para Reich, a repressão da sexualidade encontra-se como fator etiológico das doenças neuróticas e sua proposta de cura da neurose vai exatamente na via oposta àquela defendida pela Psicologia do Ego. A técnica terapêutica posta em curso por Reich objetiva libertar o indivíduo das amarras da repressão. No plano social reivindicou a liberação da sexualidade através da transformação revolucionária das estruturas sociais, defendendo a tese de que o sistema social exerce sobre os indivíduos uma ação coercitiva que barra a livre expressão de sua sexualidade. Nesse particular as teses de Reich encontram-se mais próximas e em mais estreita consonância com a escola Culturalista do que com a Psicologia do Ego.

De acordo com as teses de Reich, a sexualidade constitui-se numa essência potencial que assegura por si mesma a total e plena realização do indivíduo. É o meio que ao se abater sobre o indivíduo exerce sobre seu potencial de plenitude sexual uma ação coercitiva e restritiva geradora de frustração. O potencial sexual é vivenciado pelo indivíduo como uma necessidade que exige ser satisfeita, a não satisfação do potencial orgástico determina o estado de tensão decorrente da frustração. O conceito de repressão constitui-se num princípio explicativo que ao servir de alibi àquilo que do gozo fracassa põe em cena a máxima clássica segundo o qual o indivíduo é vítima passiva, determinada e submetida à força pelo seu meio social. O sujeito freudiano, entretanto, encontra-se inteiramente determinado pelo desejo inconsciente.

Sabemos, seguindo os ensinamentos de Freud e de Lacan, que esta concepção põe em cena o ponto de vista neurótico da castração. O neurótico, preso que está à lógica posta no registro do imaginário, prefere supor à totalidade do gozo como proibida, impedida, do que impossível. Os que seguem aos ensinamentos de Freud e de Lacan sabem também que os sintomas clínicos são a colocação em ato pelo neurótico do imaginário da castração, na medida em que esta recalca a castração simbólica, compreendida como inscrição no inconsciente do impossível da plenitude do gozo. Para a psicanálise, a falha no gozo não se deve de modo algum a um efeito de proibição ou de ação social coercitiva, mas sim que o gozo, enquanto plenitude buscada, sonhada, esperada e jamais alcançada, pertence ao domínio do imaginário, ao domínio do ilusório narcísico.

Lacan afirma que o que a análise articula é que, fundamentalmente, é mais *cômodo sofrer a proibição do que expor-se à castração* [...]. Assim, cabe distinguir, de um lado, a lei da castração como está inscrita na fala, e a atitude ética que requer que nos confrontemos com ela; e de outro, a proibição, que é a forma sob a qual a lei se apresenta no complexo de Édipo; e a atitude neurótica que consiste em fugir ao desejo e preservar-se imaginariamente da castração que ele implica (Juranville, 1987, p. 178).

O domínio do gozo absoluto constitui-se para o humano, atravessado e constituído que é pela linguagem, num impossível por excelência. A castração freudiana corresponde à inscrição no inconsciente desta impossibilidade de plenitude do ser e, logo, do gozo. O gozo total absoluto é uma impossibilidade estrutural, e a frustração é o registro imaginário desta impossibilidade. A frustração remete à noção de um prejuízo, de um dano imaginário.

A frustração é por essência o domínio da reivindicação, a dimensão de alguma coisa que é desejada e que não é alcançada, mas que é desejada sem nenhuma referência a nenhuma possibilidade, nem de satisfação, nem de aquisição. A frustração é, por ela mesma, o domínio das exigências desenfreadas, o domínio das exigências sem lei. O centro da noção de frustração, enquanto ela é uma das categorias da falta, é um prejuízo imaginário. È no plano imaginário que se situa a frustração (Lacan, 1992, p. 17).

Neste ponto o mérito de Lacan consistiu em precisar as diferenças entre falta simbólica e falta imaginária, demonstrando que a lei da castração é correlativa à inscrição do significante, constituindo-se numa lei positiva que intima o sujeito a desejar.

A castração não é, portanto, real, na medida em que nenhum pedaço do real do corpo é efetivamente arrancado. Não é tampouco imaginária, na medida em que não é o resultado do fato de que um outro estaria em condições de usufruir de algo do qual o sujeito seria privado. A lógica segundo a qual a castração é o resultado de um gozo que o outro tem e que é negado ao sujeito é a lógica imaginária na qual se encontra aprisionado o neurótico obsessivo, que apega-se à ficção da existência de um Outro incastrado. O posicionamento de impotência do neurótico obsessivo se deve ao imaginário da potência do Outro e que se encontra na esteira

de suas relações de rivalidade com o semelhante. A histérica, presa à mesma lógica imaginária da castração, desta vez numa posição simetricamente inversa, supõe que a castração do Outro se apresenta a ela como a ocasião de poder apresentar-se como potência fálica imaginária reivindicada. A castração, portanto, não é nem real e nem imaginária, ela é simbólica: efeito do corte introduzido pelo significante no imaginário da existência do gozo absoluto do ser.

Se o próprio de toda ilusão é dar sentido ficcional àquilo que de *real*<sup>11</sup> atravessa a estrutura psíquica, transformando o impossível da plenitude do gozo em impotência e frustração, supostamente originada e mantida pelas proibições sociais, Reich sustenta uma teoria que permite, a cada sujeito, encontrar ali o alimento que lhe permite manter-se apegado à crença no gozo como possível, porém proibido. Reich fez da repressão social um sistema de crença que funciona como causa explicativa do mal estar do homem em sociedade. Sua teoria constitui-se num sistema fundado e sustentado num ideal que aspira à totalidade, deixando assim entrever a origem fantasmática da qual procede.

Concepção semelhante à de Reich (embora não com a mesma ênfase colocada na repressão sexual) é defendida pela escola Culturalista de Erich Fromm, que sustenta igualmente a idéia de uma oposição entre indivíduo e sociedade. Essa escola, reivindicou fazer-se reconhecer como tantas outras, como *neo-freudiana*. Nela operou-se uma singular forma de ecletismo na qual se articulou premissas freudianas com princípios humanistas e marxistas. Para a teoria culturalista, o indivíduo humano é uma combinação de atributos herdados e adquiridos do meio ambiente, este identificado como o conjunto das relações sociais fundadas na produção, circulação e distribuição de bens. Na obra *A Análise do Homem*, Erich Fromm (s. d.), nos fornece a seguinte definição da personalidade: “por personalidade compreendo a totalidade de qualidades psíquicas herdadas e adquiridas” (p. 56-57). As primeiras, as qualidades psíquicas herdadas, constituem o temperamento, as segundas o caráter. “O temperamento refere-se a maneira de reagir, sendo constitucional e como tal imutável. O caráter, é essencialmente o resultado de experiências pessoais, especialmente daquelas produzidas através da educação na infância e modificável, até certo ponto, pelos insights” (p. 57), A personalidade é, portanto, formado pelo temperamento, compreendido

---

<sup>11</sup> O registro do real compõe, juntamente com os registros do imaginário e do simbólico um dos três registros psíquicos propostos por Lacan. O Conceito de real deve ser distinguido da noção de realidade. O real é o que foi expulso da realidade pelo simbólico, neste sentido o real constitui-se no limite daquilo que pode ser simbolizado pelo sujeito. O real é o “resto” impossível de dizer, impossível de simbolizar. O registro do imaginário corresponde ao campo das imagens, ao campo das identificações narcísicas constitutiva da instância tópica do eu (*moi*). O registro do simbólico corresponde ao tesouro dos significantes e ele é determinante do

como um complexo de necessidades básicas, e o modo particular como o indivíduo dá solução de satisfação às necessidades básicas lhe molda o caráter

De acordo com Fromm as necessidades do homem, fonte primeira de todas as motivações, são inerentes à sua própria condição existencial. O ser humano surgiu no momento em que a sua bagagem instintiva (compreendida como mecanismo regulador automático da relação do homem com o meio natural) atingiu o nível mais baixo possível, determinando a ruptura dos laços harmônicos que ligavam o homem à natureza. A ruptura com a natureza determinou a emergência de uma nova condição existencial no homem. “Autoconsciência, razão e imaginação” (Fromm, 1974, p. 36), enquanto atributos característicos específicos e exclusivamente humanos, romperam o elo instintivo que ligava o homem à natureza, fazendo surgir novas e inerentes necessidades próprias a sua nova condição humana. “O homem tendo sido expulso do paraíso” (p. 37) teve de enfrentar-se com a dicotomia insolúvel: ser parte integrante da natureza e ao mesmo tempo estar separado dela, transcendendo-a. O homem conserva algo da natureza na sua bagagem instintiva constitucional, dela se separa e se distancia pela bagagem cultural que adquire na sua relação com o meio social humano. O homem transcendeu a natureza e nessa transcendência adquiriu atributos especificamente humanos que o distinguem dos demais seres vivos. Tendo perdido sua unidade com a natureza, o homem viu-se confrontado com contradições que o impulsionam constantemente a ultrapassá-las. A “razão” e a “autoconsciência de si mesmo”, especificidade e fundamento último de sua humanidade, motivam-no a seguir adiante, a ultrapassar-se, “a prosseguir no aprimoramento de sua razão até tornar-se senhor da natureza e de si mesmo” (p. 37).

Para Fromm, “o conhecimento da psique humana tem de basear-se na análise das necessidades do homem resultantes das condições de sua existência” (p. 38). Quais são essas necessidades resultantes da situação existencial humana? Esclarecemos que essas necessidades são características de sua peculiaridade existencial humana, são elas : “necessidade de relação, de transcendência, de arraigamento; a necessidade de orientação e devoção” (p. 76). Essas necessidades básicas, intrínsecas à condição humana, constituem-se na fonte primária de motivação que orientam as ações do homem em direção ao mundo, e o modo como o indivíduo, em sua relação com o meio social, encontra solução de satisfação às mesmas, determina seus traços de caráter. Para Fromm, o estudo da ética repousa no estudo da

---

sujeito do inconsciente. Lacan concebe a estrutura psíquica como o entrelaçamento do três registros: simbólico, imaginário e real.

dinâmica do caráter do homem que, em última análise, consiste em desvendar as intrincadas e complexas relações deste com o seu meio social.

O desenvolvimento do homem, de acordo com Fromm, é determinado pela sua dependência das condições sociais reinantes, na medida em que é no meio social que o indivíduo encontra a possibilidade de obter satisfação das necessidades básicas surgidas por sua condição existencial. Imbuído dessa concepção sobre o homem e sua relação com o meio social, Fromm foi conduzido a proceder à análise das diversas formas de estruturas sociais existentes e aos tipos de caráter aos quais elas dão lugar. Por esta via chegou a preconizar uma forma ideal de organização social que seria adequada para a solução harmônica das dicotomias existenciais do homem, sustentando que até o presente momento nenhuma forma de sociedade permitiu ao homem uma forma equilibrada de resolução das dicotomias existenciais.

De acordo com Fromm, as necessidades humanas básicas ressoam no homem de forma tão imperiosa que se constituem na motivação fundamental que o conduz a instituir as organizações sociais. São as necessidades básicas que motivam e impulsionam o homem a estar em contínua relação social, posto que é no seio dessas que as necessidades básicas surgidas pela condição existencial podem se satisfazer. O homem é impulsionado pelas suas necessidades básicas a estar em um constante processo de relações sociais, mesmo quando esse mesmo meio mostrar-se inadequado em fornecer-lhe o que lhe é, todavia, necessário à sua condição potencial humana. O homem é impelido por suas necessidades existências a estar em convívio social com outros. Devemos compreender que, de acordo com Fromm, essas necessidades humanas inatas não são mais que potencialidades de realização humana, que só podem ser satisfeitas na relação com todos os demais homens no espírito de fraternidade.

A sociedade idealizada por Fromm e, conseqüentemente o homem ideal ao qual ela daria lugar, seria aquela em que o homem, cômico de si e de suas potencialidades, teria plena possibilidades de desenvolvê-las, realizando-se como ser de essência social. A sociedade, assim idealizada, viria a se converter no substituto adequado à perda do elo natural instintivo que o ligava à natureza. A sociedade projetada por Fromm como ideal seria aquela que mostrar-se-ia adequada para a solução da situação humana, permitindo ao homem estar em equilíbrio harmônico consigo mesmo e com os outros, no espírito de amor e fraternidade.

Para Fromm (1974.), “amar produtivamente uma pessoa significa relacionar-se com sua essência humana, com o que nela representa a humanidade” (p. 95). Reconhece-se neste

fragmento o princípio humanista do pressuposto de uma essência humana inata ao homem, isto é a noção de generalidade humana.

Para a “psicanálise humanista” (1974), denominação que figura em inúmeras passagens da obra de Fromm em relação à sua leitura da psicanálise, “[...] a saúde mental se caracteriza pela capacidade de amar e criar pela libertação dos vínculos incestuosos com o clã e o solo, por uma sensação de identidade baseada no sentimento de si mesmo como sujeito e *agente das capacidades próprias*, pela captação da realidade interior e exterior, isto é, pelo desenvolvimento da objetividade e da razão” (p. 78).

A saúde mental do indivíduo está, de acordo com Fromm, na dependência de uma tríplice transformação: por uma reestruturação das bases que fundamentam a sociedade, por mudanças na ordem social e por uma alteração na estrutura da personalidade que se passa por alterar a forma de relação do indivíduo com seus semelhantes (p. 261).

O tema central de obra de Fromm é o problema da situação humana em sociedade, e que se torna evidenciado quando acompanhamos as sucessivas análises que procedeu das várias formas de organizações sociais feudais, mercantilistas, capitalistas, industriais, totalitárias, socialistas. A situação do homem em sociedade pode ser sintetizada pelas seguintes proposições culturalistas-humanistas:

a) O homem caracteriza-se e diferencia-se de todas as outras espécies animais, porquanto portador de uma essência: as necessidades potenciais básicas.

b) O homem comunga com os animais outras necessidades: a fome, a sede, sono e sexo.

c) O desenvolvimento do homem ocorre na medida em que, no decurso de sua existência, possa realizar plenamente as suas faculdades potenciais.

d) O desenvolvimento dos traços de caráter é marcado pelo modo como o homem dá vazão e solução de satisfação às suas necessidades potenciais emergidas da sua situação humana.

e) A sociedade se constitui no lugar, na morada natural do homem. É no seu interior que o homem pode realizar integralmente suas potencialidades humanas.

f) Até o presente momento nenhuma sociedade permitiu ao homem orientar-se produtivamente no seu meio social, empreendendo relações e ações eficazes para a resolução de suas contradições existenciais.

A sociedade ideal preconizada por Fromm denominada de “socialismo comunitário humanista” (p. 346), teria como característica fundamental “[...] a partilha das experiências, a

criação de comunidades de trabalho, a igualdade na distribuição das rendas até ao ponto que permita a base material para uma vida digna, desaparecimento do uso do homem pelo homem. Todos os arranjos deverão visar á orientação produtiva de caráter” (p. 345).

## 2.8. Conclusão

À luz do que nos propusemos desenvolver sobre a concepção da personalidade e, de forma mais específica, a concepção do ego, tal como elaborada no interior da Psicologia do Ego, podemos depreender que nesta *neo-escola* de psicanálise os ditos progressos impressos à psicanálise tiveram por efeito dar *novos* contornos e *novos* rumos à psicanálise, operados em torno do modo próprio e característico de como conceberam o ego. Efetivamente, o que caracteriza essa escola como sendo uma *neopsicanálise* é o modo peculiar de conceber o ego como enraizado na função da consciência.

Os *novos* rumos impressos à psicanálise, e que tiveram como diretriz uma visão *egocêntrica* do homem, constituem-se, ao nosso ver, no eixo em torno do qual operou-se não um novo impulso progressista ou mesmo renovador conferido à psicanálise, mas sim, um verdadeiro “desvio” (Lacan, 1978a, p. 154) na justa e estrita medida em que se distanciaram, relegando ao esquecimento, o que, por fundar a psicanálise, a sustenta – a descoberta do inconsciente. Dizendo de outro modo, o “desvio” praticado pela psicologia do ego consistiu justamente em abandonar o que se constitui no eixo fundamental ordenador da teoria e da técnica da psicanálise – o conceito de inconsciente e de recalque que lhe é correlato. De fato, para Lacan (1985):

As novas perspectivas abertas por Freud tinham por vocação abolir as precedentes. E, no entanto, através de mil vieses, algo ocorreu no manejo dos termos teóricos e uma noção do eu reapareceu, que não é, de modo algum, aquela que o equilíbrio do conjunto da teoria de Freud comporta e que, pelo contrário, tende à reabsorção, como aliás se diz muito abertamente, do saber analítico dentro da psicologia geral, o que significa, neste caso, a psicologia pré-analítica. E, da mesma feita, já que teoria e prática não são separáveis, a relação analítica, a direção da prática ficaram desviadas. A história atual da técnica da psicanálise assim mostra (p. 10)

É justamente no contexto em que uma certa “deteriorização do discurso analítico” (Lacan, 1978a, p. 109) passou a ser dominante; no justo ponto onde a relevância conferida por Freud aos processos inconscientes e ao operador do recalque sofreu um deslocamento no qual o foco de interesse deslocou-se, passando do inconsciente ao ego consciente – e que teve como resultado imediato um afastamento radical dos fundamentos teóricos e técnicos que conferem contornos específicos e dão consistência à psicanálise –, é que entra em cena, nos anos 50, o ensino de Lacan. Este ensino ficou sendo conhecido como “retorno a Freud”.

Lacan, na sua transmissão da psicanálise, propôs um retorno aos fundamentos da psicanálise, tal como estes haviam sido originalmente cunhados por Freud. Este retorno consistiu, inicialmente, em insistir na necessidade absoluta da comunidade de analistas voltar a ler a obra freudiana. Nesse preciso ponto, Lacan revelou-se um pesquisador tão assíduo quanto rigoroso da obra freudiana. Seu ensino deu destaque e recolocou no centro do debate psicanalítico a descoberta por Freud do inconsciente. Este retorno foi de porte tal que teve por efeito reascender a chama que Freud acendera e que, por um instante, quase se apagara.

De forma contundente, Lacan procedeu à diferenciação da psicanálise de um amontoado de outras concepções que, embora reivindiquem uma filiação ao campo aberto por Freud, em verdade muito pouco ou em nada a ele se filiam. Em realidade, colocaram-se à margem do mesmo.

Em se tratando de que, ao nosso ver, o desvio operado pela Psicologia do Ego radicou precisamente no abandono de dois conceitos fundamentais da psicanálise, o inconsciente e o recalque, isto é, por passarem à margem do que Freud havia elaborado com respeito a primeira tópica, é nossa intenção, na elaboração do que se constituirá no próximo capítulo deste trabalho, (re)situar a psicanálise em torno daquilo em nome de que ela veio à luz: o conceito de inconsciente. Apontaremos que o mecanismo do recalque constitui-se no operador que instaura o inconsciente como um domínio separado da consciência e regido por *leis* que lhes são próprias – o deslocamento e a condensação. Abordaremos ainda sobre as relações, estabelecidas na obra freudiana, entre a primeira e a segunda tópica e, portanto, das relações das instâncias do isso com o eu e, destes com o inconsciente. Isto significa dizer que o conceito ordenador da psicanálise é o inconsciente. A introdução da segunda tópica não implicou em nenhum momento, por parte de Freud, em seu abandono. É a luz do inconsciente, ainda e sempre, que o conceito de eu deve ser entrevisto.

O retorno de Lacan a Freud inicia-se em 1951. O *Seminário* Livro Um, de 1953-1954 e o *Seminário* Livro Dois de 1954-1955 versam precisamente sobre o conceito de eu na teoria e na técnica de Freud. Lacan retoma a concepção de eu tal como cunhada por Freud, identificando o narcisismo com o imaginário. Nestes seminários, assim como nas sucessivas retomadas que versam sobre o mesmo tema na obra de Lacan, a ênfase incide em demarcar o registro do imaginário sobre o qual se assenta a estrutura do eu (*moi*), apontando a sua dependência do simbólico. Para Lacan, diversamente do que se convencionou na Psicologia do Ego, é na autonomia do simbólico que o eu encontra seu fundamento. Lacan centraliza o debate travado em torno do conceito do eu fazendo-o girar em torno do imaginário, ilusório em sua aparência de autonomia e coerência. É sobre este caráter ilusório, imaginário, aparência de autonomia do ego, que versaremos no capítulo quatro. Veremos por quais vias, para Freud, o eu, por proceder do *isso*, não é mais do que um mero prolongamento da pulsão.

Temos claro em mente que não abarcamos, nem era essa nossa pretensão, a totalidade dos conceitos desenvolvidos na Psicologia do Ego. Temos claro também que o impacto que eventualmente esta teoria possa causar não substitui a sua leitura.

Pelo que expusemos neste capítulo, somos levados a concluir, junto com Cesarotto & Souza Leite (1987), que, embora “[...] o inconsciente seja universal a psicanálise não é” (p. 9). Razão pela qual uma quantidade “de práticas completamente diferentes é chamada pelo mesmo nome de psicanálise” (p. 7). Ainda que efetivamente a descoberta do inconsciente efetuada por Freud se constitua na terceira ferida narcísica infligida ao homem, postulando, com esta descoberta, a existência de processos que, embora certamente regidos por uma lógica, escapam à lógica dos processos conscientes, muitas escolas que ao pensamento freudiano atribuem a sua fonte de inspiração nem por isso “[...] aceitam as implicações da existência do inconsciente” (p.13) Muito ao contrário, retornaram às ilusões de autonomia do ego consciente: do ego como um órgão executivo central na personalidade, encarregado de “domar”, “subjugar”, progressivamente, por meio dos seus aparatos funcionais, os assim denominados “impulsos instintuais irracionais” (Hartmann, 1969, p. 54). Do ego enfim concebido como sistema de controle racional das condutas do indivíduo.

### Terceiro Capítulo

## FREUD E A DESCOBERTA DO INSCONSCIENTE

A experiência Psicanalítica reencontrou no homem o imperativo do verbo como a lei que o formou à sua imagem. Ela manipula a função poética da linguagem para dar a seu desejo sua mediação simbólica. Que ela os faça compreender enfim que é no dom da fala que reside toda a realidade de seus efeitos; pois é pela via desse dom que toda realidade veio ao homem e por seu ato continuado ela a mantém (Lacan, 1978a, p.186).

O inconsciente é definido por Freud como um sistema psíquico composto por representações. O inconsciente, definido como sistema de representações em constante associação umas com as outras, conduziu Freud a elaborar o modo pelos quais elas se instituem, instituindo em ato o próprio inconsciente. Freud propõe o recalque<sup>12</sup> como o operador específico por meio do qual tem lugar a inscrição das representações inconscientes. O recalque é o operador responsável pelo fato de que existam representações recalçadas que dão lugar à divisão psíquica e, portanto, que exista inconsciente. O inconsciente freudiano se define inteiramente pelo recalque

A elaboração freudiana de que o recalque é o operador específico que dá origem às representações inconscientes se fazia tanto mais necessário, na medida em que, como sabemos, existem também representações psíquicas conscientes e pré-conscientes. O recalque é o que pode então conferir a uma representação o seu *status* inconsciente.

Embora nos artigos metapsicológicos o inconsciente e o recalque sejam tratados em dois artigos distintos, eles não são de modo algum conceitos que possam ser pensados em separados, eles são indissolúveis, na medida em que o inconsciente depende do recalque como seu operador constitutivo. Inconsciente e recalque são conceitos correlatos. Freud faz, pois, o

---

<sup>12</sup> O termo alemão *Verdrängung* foi traduzido pelo termo repressão nas edições brasileiras da obra de Freud. Consideramos que o termo repressão e recalque possuem conotações conceituais radicalmente diversas. Esclarecemos que em todas as ocasiões em que utilizarmos o termo alemão *Verdrängung* o traduziremos por recalque ou recalçamento, exceto nos casos de citações literais de uma obra, como é, por exemplo, o caso da obra de Freud. Assim procederemos para atermo-nos ao conceito a que se refere o termo *Verdrängung*: mecanismo através do qual as representações são expulsas da consciência e inscritas no inconsciente. O recalque é o mecanismo característico da neurose. O termo repressão corresponde em alemão ao termo *Unterdrückung*.

*Unterdrücken* = abafar, *Unterdrücker* = opressor, tirano, *Unterdrückung* = repressão opressão. A repressão corresponde à noção de uma força de ordem externa que exerce ação restritiva, coibitiva ou restritora sobre um sujeito.

As diferenças conceituais implicadas no termo repressão e recalque são para nós tanto mais necessárias na medida em que no capítulo um desta pesquisa fizemos referência às teorias de W. Reich. Esclarecemos que para esse autor trata-se repressão e não de recalque. Reich faz uso do termo repressão para referir-se às restrições e coerções que a sociedade exerce sobre a capacidade sexual do indivíduo

inconsciente depender inteiramente da operação do recalque. “A teoria da repressão é a pedra angular sobre a qual repousa toda a estrutura da psicanálise” (Freud, 1980 [1914a], p. 26). O recalque é introduzido como causa da divisão psíquica (*Spaltung*) e Freud aponta que o mesmo não consiste num processo por meio do qual uma representação tornar-se-ia débil, inócua ou inativa. O recalque não destrói a idéia ao torná-la inconsciente, ao contrário, garante a sua indestrutibilidade ao torná-la inacessível à consciência. “[...] a repressão não impede que o representante instintual continue a existir no inconsciente, se organize ainda mais, dê origem a derivados, e estabeleça ligações” (Freud, 1980[1915c], p. 172).

O recalque consiste essencialmente num processo de repulsão, inicialmente denominado por Freud de defesa e posteriormente de recalque. Para Freud “a essência da repressão consiste simplesmente em afastar determinada coisa do consciente mantendo-a a distância” (p. 170). O recalque impede o reconhecimento pela consciência daquilo que Freud denominou de representações.

Ao elaborar a primeira tópica Freud toma o cuidado de proceder à distinção entre dois modos de conteúdos representacionais latentes: os latentes de momento, capazes de consciência, e aquele outro grupo de conteúdos latentes em que o esforço deliberado em torná-los conscientes revela-se ineficaz e que deve, portanto, permanecer ao mesmo tempo latente e inacessível à consciência de forma direta. Freud, neste ponto, revela preocupação em demarcar a diferença entre o sentido descritivo e dinâmico do termo inconsciente, razão pelo qual é levado a designar o inconsciente no “sentido puramente descritivo” (Freud, 1980 [1912b], p. 330) de pré-consciente, reservando exclusivamente ao dinâmico o termo inconsciente. Esta é a distinção introduzida no texto *Uma Nota Sobre o Inconsciente na Psicanálise* (1912b) e que é retomada por Freud em inúmeras passagens de sua obra.

Na conferência XIV das *Conferências Introdutórias sobre a Psicanálise* (1916-1917) Freud retoma esse tema, estabelecendo de modo claro essa distinção entre o uso descritivo e dinâmico do termo inconsciente, dizendo que “seria muito oportuno distinguir estas duas espécies de inconsciente por meio de nomes diferentes [...]. As pessoas consideram um tanto fantástico haver um só inconsciente. Que dirão quando confessarmos que temos que nos haver com dois” (Freud, 1980 [1916-1917], p. 271).

O “inconsciente de momento” (p. 139), temporariamente inconsciente, deve ser distinguido do inconsciente propriamente dito, isto é, do inconsciente dinâmico estabelecido pela operação do recalque. Referindo-se ao “inconsciente de momento”, Freud afirmava a possibilidade de torná-lo todo consciente. Para que o pré-consciente se torne consciente é

suficiente um pequeno esforço de concentração por parte do sujeito, isto é, basta que haja deliberação de sua parte. Contudo, o inconsciente propriamente dito – o inconsciente dinâmico – jamais foi objeto da consciência e qualquer esforço de atenção deliberada por parte do sujeito resulta inócuo em torná-lo consciente.

É no recalque que se encontra o elemento que opera a diferença entre processos pré-conscientes e processos inconscientes. Destacamos esta distinção entre o sentido descritivo e o sentido dinâmico do termo inconsciente pelo fato de que é lugar comum pressupor que o inconsciente é constituído por conteúdos que foram primeiramente conscientes, e que só posteriormente tornaram-se inconscientes. Segundo esta noção, o inconsciente foi sempre primeiro consciente, podendo, portanto, voltar a tornar-se consciente.

Para a escola da Psicologia do Ego, para quem “o assunto da psicanálise é o comportamento definido [...] como o produto de um curso epigenético, regulado tanto por leis inerentes do organismo quanto por experiências acumuladas” (Gill, 1982, p. 31), o inconsciente, numa das facetas sob as quais figura para esta escola, é o lugar onde se acumulam em depósito experiências passadas e fatos reais ocorridos num passado remoto e que sobrevivem ainda na “não consciência.” Nas palavras de Rapaport (1982) “a observação de que sob hipnose e no curso da livre associação, os pacientes se conscientizam de experiências passadas, ou da relação entre experiências passadas e presentes, levou a suposição da sobrevivência não-consciente de tais experiências e da existência não-consciente de tais relações” (p. 61).

É no contexto de uma perspectiva fundada na assimilação de dois princípios técnicos de ordem tão absolutamente opostos quanto distantes no tempo – a hipnose e a livre associação –, princípios fundados em premissas teóricas radicalmente diversas e que demarcam os limites do que o próprio Freud denominou de estágio preliminar da psicanálise, que se pôs em cena na Psicologia do Ego a noção segundo a qual o inconsciente corresponde ao não sabido, ao que não se conhece conscientemente; como o que subjaz o limiar da consciência e que funciona como fator motivacional interno do comportamento. São em noções referenciais teóricas e técnicas como estas, frágeis e incompletas, que se sustenta a premissa técnica calcada eminentemente no tornar consciente o inconsciente. Perspectiva tida como ideal de final de análise no qual as partes componentes da personalidade reunir-se-iam formando uma unidade coesa e harmônica. Freud, entretanto, destacou as ilusões da consciência. Como vimos no capítulo anterior, na Psicologia do Ego o ego é eminentemente o órgão encarregado de proceder a síntese de todos os elementos constituintes da personalidade.

A noção de lembranças ou de experiências reais vividas, registradas pela memória, corresponde ao que Freud denominou de “inconsciente descritivo”, isto é, o pré-consciente. No que se refere ao pré-consciente, Freud sublinha que embora as lembranças que o integrem não estejam o tempo todo disponíveis à consciência podem, entretanto, facilmente tornar-se conscientes, bastando para tanto um certo grau de esforço e de atenção deliberadamente dirigida. Retenhamos que o inconsciente não pode ser identificado ou mesmo confundido com o pré-consciente. As representações pré-conscientes não estão sujeitas à ação do recalque. Toda técnica que vise tornar consciente o inconsciente, pautando-se na premissa conceitual que concebe o inconsciente como o conteúdo de um vaso que pode ser todo transposto no vaso da consciência, esgotando assim o conteúdo do inconsciente, está, em última instância, operando sobre a função intelectual da memória, que não requer que entre em seu auxílio nenhuma técnica específica para que se torne consciente, para que isto ocorra basta que o sujeito interessado dedique sua capacidade de atenção, ou seja, que tenha intenção de recordar-se.

A todos esses inconscientes mais ou menos afiliados a uma vontade obscura considerados como primordial, a algo de antes da consciência, o que Freud opõe é a revelação de que, ao nível do inconsciente, há algo homólogo em todos os pontos ao que se passa ao nível do sujeito – isso fala e funciona de modo tão elaborado quanto o nível da consciência que perde assim o que parecia seu privilégio (Lacan, 1988, p. 29).

Na conferência XII das *Conferências Introdutórias da Psicanálise* (1916-1917), Freud assinala que o termo inconsciente não deve ser utilizado para designar o “inconsciente latente de momento”, esse se refere, como já assinalamos, ao pré-consciente. O inconsciente constitui um domínio particular à parte da consciência, com suas representações de desejo indestrutíveis e de origem infantil, seus modos próprios de expressão e, sobretudo, caracterizando-se por mecanismos de associação distintos daqueles mecanismos que regem as associações conscientes e pré-conscientes. Freud, ao distinguir o inconsciente do consciente e do pré-consciente, marca a distância e a diferença que se estabelece entre uma concepção empirista sobre a associação de uma teoria inconsciente sobre o mesmo tema.

A interpretação da Psicologia do Ego acerca da teoria freudiana da associação foi marcada por uma concepção empirista, no sentido positivista, sustentando que há

correspondência, correlação entre a percepção e a coisa percebida. Para o empirismo, a função da sensação e da percepção é a de capturar os dados do mundo externo real, como tais, constituem-se em fonte de conhecimento. Para o empirismo as idéias provêm das sensações e das percepções. Para a Psicologia do Ego há ainda correspondência entre a palavra e o referente, consolidando uma técnica de interpretação pautada numa teoria de comunicação.

### **3.1. A revolução freudiana**

Nos primórdios da elaboração de sua teoria sobre o inconsciente, no período relativo aos *Estudos sobre a Histeria*, Freud falava metafóricamente de uma “inteligência inconsciente”. Nos anos posteriores falará de “pensamentos inconscientes”. A teoria da associação em Freud resulta no princípio segundo o qual o inconsciente pensa. Efetivamente, se “[...] pensar é estabelecer equivalência” (Juranville, 1987, p. 24), estabelecer relações associativas, e isso é tarefa deste trabalhador incansável que é o inconsciente, então o inconsciente pensa, posto que associa. As representações recalçadas constituem a matéria prima com a qual o inconsciente trabalha, fornecendo como produto manufaturado os pensamentos, eles mesmos produto de associações. “Para a psicanálise o sujeito é também sujeito do pensamento – pensamento inconsciente. Pois o que Freud descobriu é que o inconsciente é feito de pensamento” (Quinet, 2000, p. 12).

A descoberta de que o inconsciente é o lugar onde o pensamento se formula e se institui de forma elaborada é solidário com o método analítico da livre associação. Freud faz o método da psicanálise balizar-se inteiramente no que é, de qualquer modo, o método de funcionamento do inconsciente. Contudo, o inconsciente pensa regido por leis lógicas que diferem daquelas que regem os processos de pensamentos conscientes. O deslocamento e condensação são as leis propostas por Freud como leis que regem o modo pelo qual as representações se associam no inconsciente. Esta noção de representações ligadas umas com as outras, formando uma verdadeira cadeia de acordo com leis que ordenam o modo de estabelecimento destas ligações, quer dizer, que elas não estão sujeitas ao acaso, é a noção mesma de dinâmica inconsciente. “O pensamento inconsciente se caracteriza, para Freud, justamente como abandonando o plano de referência ‘objetiva’: esse pensar funciona, não de acordo com o princípio de realidade, que impõe ligações objetivas entre as representações, mas segundo o princípio do prazer” (Juranville, 1987, p. 25).

O inconsciente é definido como um sistema relacional, como lugar referido a uma pura ordem de sintaxe; puro jogo combinatório entre representações recalçadas. Sublinhamos que a ênfase recai sobre o modo pelos quais as representações se combinam entre si de acordo com as leis que operam no inconsciente, tratando-se, portanto, de compreender que o que Freud denomina de conteúdo inconsciente diz exclusivamente respeito às representações, e de que elas se submetem ao processo de sintaxe próprio do inconsciente.

A noção segundo a qual o inconsciente freudiano é um sistema ordenado e organizado de acordo com as leis do deslocamento e da condensação, leis universais operando sobre representações singulares, conduziu Lacan (1988a) a propor de que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” (p. 25), ou seja, no dizer de Lacan, o inconsciente freudiano é inteiramente constituído pela articulação dos significantes entre si, formando as cadeias inconscientes. Universalidade da estrutura de sintaxe inconsciente, singularidade dos elementos sobre os quais ela incide.

Com a descoberta do inconsciente Freud opera uma revolução denominada por Lacan (1985) de “copernicana” (p. 14). Ao afirmar que o inconsciente pensa, Freud desaloja a consciência como o único lugar de pensamentos organizados, alterando assim o privilégio concedido aos pensamentos conscientes, e, portanto, à noção presente no cogito “penso logo sou” no qual Descartes assevera reflexão do ser no ato de pensar.

Descartes (1987-1988), partindo da premissa de que “[...] todos os erros procedem dos sentidos” (p.13) e de que, portanto, todo conhecimento pautado nas percepções é enganoso, e, como tal, passível de ser posto em dúvida, foi conduzido a estabelecer que somente o pensamento racional pode oferecer uma base segura e objetiva de conhecimento, estabelecendo deste modo os próprios alicerces da ciência moderna. O estabelecimento da razão, definida como atributo essencial próprio e característico do homem, conduziu Descartes a estabelecer a distinção entre “natureza corpórea” e “natureza pensante”. Sabemos que esta distinção dá lugar à separação entre mente (alma) e corpo.

Pelo método da “dúvida hiperbólica”, que consiste em pôr metodicamente em dúvida tudo o que os órgãos dos sentidos estabelecem como verdade, e que, em realidade, não passam de “sonhos” e “quimeras”, Descartes chegou a uma certeza: a de que se ele dúvida, ele pensa. Esse é o viés pelo qual Descartes chega a formulação da existência do ser no ato de pensar assim expressa: “Eu sou, eu existo: isto é certo; mas por quanto tempo? A saber, por todo o tempo em que penso. [...] Ora, eu sou uma coisa verdadeira e verdadeiramente existente; mas que coisa? Já o disse: uma coisa que pensa” (p. 26).

Com Descartes tem início a idade de ouro da razão e da certeza da presença do ser no ato de pensar. A filosofia cartesiana contempla em suas indagações a noção de sujeito da razão, de um sujeito que por pensar “[...] é um espírito, um entendimento ou uma razão” (p. 26), inaugurando assim a idéia, presente até nossos dias, de um sujeito que se reflete a si próprio na superfície cristalina da consciência no momento em que pensa. A concepção de que o pensar é eminentemente racional e de que através da atividade de pensamento o eu apreende-se a si próprio, conduziu a rigorosa equivalência, por um lado, do ser com o pensamento e, por outro, do pensamento com a consciência. Contemporaneamente, para muitas concepções psicológicas, se tornou consumado o fato de que ao nos referirmos à atividade de pensamento estamos, necessariamente, referindo-nos a uma atividade que só pode ser efetuada no plano da consciência, e, portanto, no plano do eu, na medida em que se formula “a equivalência do *eu* = consciência” (Lacan, 1985).

Vallejo & Magalhães (1981), analisando o cogito cartesiano, sublinham que Descartes não propõe, por um lado, o ato de pensar, e, por outro, como dedução lógica implícita deste pensar, a inferência do ser. No cogito cartesiano tem-se, de acordo com esses autores, uma proposição que assevera a presença eminente do ser no próprio ato do pensamento. Ser é pensar, pensar é ser. Não se inferem mutuamente, não se justapõem, não se duplicam, se equivalem (p. 13-19).

Lacan (1985) afirma que o cogito cartesiano é “absolutamente fundamental no que diz respeito à nova subjetividade...” (p. 13). Descartes formulou, colocando pela primeira vez no centro do debate das teorias do conhecimento, a noção de ser definido como substância pensante, introduzindo a noção de categoria racional dos pensamentos conscientes. Freud, diversamente, introduz a idéia de uma ordem, de um sistema inconsciente perfeitamente organizado, capaz de subsistir fora da consciência, fazendo desta mero efeito de superfície. Freud “está seguro de que um pensamento está lá, pensamento que é inconsciente, o que quer dizer que se revela como ausente. É a esse lugar que ela chama, uma vez que lida com outros, o *eu penso* pelo qual vai revelar-se o sujeito.” (Lacan, 1988a, p. 39).

Descartes homologa o ser com o pensamento, postulando ainda que ambos se situam no mesmo lugar. Neste sentido, podemos dizer que, com a descoberta do inconsciente, Freud opera uma segunda revolução, na medida em que postula que o ser e o pensar não se situam no mesmo lugar. O que Freud descobre e Lacan formaliza é que há uma ruptura tópica do pensar com o ser, assinalando assim a não convergência entre ambos. O sujeito não pode refletir-se a si mesmo, não pode apreender-se a si próprio no momento em que pensa, assim,

“penso onde não existo, portanto existo onde não penso” (Lacan, 1978b, p. 248). O inconsciente é puro pensamento. Os pensamentos inconscientes operam sem intervenção da entidade egóica. Não há um sujeito agente que comande os pensamentos inconscientes, “[...] o pensamento inconsciente se define simplesmente por ser um pensamento sem sujeito” (Pommier, 1989, p. 41). Para Lacan (1978b), Freud designa pelo termo pensamento os elementos significantes postos em jogo no inconsciente e os encadeamentos sucessivos de que eles são capazes (p. 247).

O inconsciente, compreendido como um sistema submetido à pura dinâmica relacional posta em jogo no encadeamento entre representações recalçadas, não requer a presença de nenhum eu substância pensante. “[...] O pensamento é possível sem que nenhum ‘eu penso’ intervenha...” (Safouan, s.d., p. 16). A primeira tópica freudiana consiste no estabelecimento da noção de um sujeito definido pela ruptura, pelo estiramento, e, como tal, profundamente marcado por uma cisão. Na primeira tópica freudiana os sistemas inconsciente, consciente e pré-consciente assinalam o lugar desta divisão (*Spaltung*). A noção de sujeito fendido remete simplesmente a impossibilidade do sujeito definir-se a si próprio no momento em que pensa. No inconsciente não há um sujeito agente que regule a combinatória associativa das representações entre si. O sujeito é aprisionado por uma cadeia significativa que o determina. O sujeito é inteiramente determinado a partir desta “outra cena” onde se localiza o desejo inconsciente. Ele é assujeitado a um movimento de pura dinâmica articulatória que, opera à sua revelia, descentrando-o. O sujeito freudiano é marcado pela divisão e, como tal, é o que está posto à margem de um centro ordenador central. É este descentramento radical do sujeito, implicado no conceito de inconsciente freudiano, que faz obstáculo a qualquer forma de síntese integrativa na consciência. A sintaxe inconsciente se contrapõe a síntese consciente. O sujeito não comanda a sintaxe formadora das cadeias de pensamentos inconscientes, é por elas comandado, na medida em que o inconsciente é uma ordem autônoma em relação ao sistema consciente.

Estas elaborações freudianas a propósito do inconsciente conduziram Lacan (1985) a afirmação de que com “Freud faz irrupção uma nova perspectiva que revoluciona o estudo da subjetividade e que mostra justamente que o sujeito não se confunde com o indivíduo [...] Freud nos diz – o sujeito não é a sua inteligência, não está no mesmo eixo, é excêntrico. O sujeito como tal, funcionamento como sujeito, é algo diferente de um organismo que se adapta. O sujeito está descentrado com relação ao indivíduo” (p. 126).

Na elaboração freudiana o eu (*moi*) não está referido à função de conhecimento objetivo, não é sede de conhecimento imediato da realidade do mundo exterior, tampouco pode refletir-se de modo imediato na consciência. O eu é caracterizado por uma ignorância profunda. Nada sabe sobre os processos de pensamentos que o agitam. Ignora tudo sobre o universo simbólico do desejo que, por habitá-lo, o determina no menor de seus atos. O eu é pensado quando pensa pensar.

A psicanálise surge com a descoberta do inconsciente e pela formalização conceptual específica que Freud lhe confere, juntamente com os conceitos fundamentais que lhes são derivados e correlatos. A descoberta do inconsciente constitui-se numa ferida narcísica infligida ao homem (Freud, 1980 [1925], p. 274), colocando em pauta que embora a consciência participe do psíquico não o totaliza e nem a ele se identifica. Freud descobre a existência de processos psíquicos que não podem ser identificados à consciência. A psicanálise vem, pois, colocar em pauta a existência de uma ordem psíquica de estatuto inconsciente.

A descoberta da existência de pensamentos inconscientes efetuada por Freud constitui-se numa ruptura com o modo tradicional de pensar a subjetividade. Freud descobre que o eixo da subjetividade não se ordena em torno da consciência e que se “[...] incorre em petição de principio asseverar que ‘consciente’ é um termo idêntico a ‘psíquico’” (Freud, 1980 [1912b], p. 327).

Observemos, portanto, em conseqüência, como esta inclinação de julgamento pode, segundo Freud, manifestar-se entre os filósofos. De um lado, estes imaginam o inconsciente como algo místico, inapreensível e inatingível, o que torna obscura a relação ao psíquico; de outra, obstáculo epistemológico, eles assimilam *a priori*, por hipótese de trabalho, o psíquico ao consciente, e assim excluem dele, portanto, o inconsciente. Trata-se antes de um erro bem conhecido de raciocínio denominado de ‘petição de princípio’, que consiste em responder por antecipação a uma questão – o que poderia esclarecer o fato de que, para alguns filósofos, a expressão ‘fenômenos psíquicos inconscientes’ lhes pareceria um absurdo e uma contradição nos termos (Aguiar, p. 20).<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> No original em francês: “Remarquons dès lors comment cette inclinaison de jugement peut, d’après Freud, se manifester chez les philosophes. D’une part, ceux-ci imaginent l’inconscient comme quelque chose de mystique, insaisissable et intangible, ce qui rend obscure la relation au psychique; de l’autre, obstacle épistémologique, ils assimilent *a priori* par hypothèse de travail, le psychique au conscient, et ainsi en excluent donc l’inconscient. Il s’agissait plutôt d’une erreur bien connue de raisonnement appelée *petition de principe*, qui consiste à s’accorder par avance ce qui est en question – ce qui pourrait éclairer le fait que, pour certains

Descartes, aventurando-se na investigação dos processos de conhecimento, chegou à proposição do cogito “penso logo sou”, asseverando que o pensamento é eminentemente racional e que reflete em ato o ser. Entretanto, para Lacan (1985), “mesmo que efetivamente seja verdade que a consciência é transparente a si própria e que é apreendida como tal, fica patente que, nem por isso o [eu] lhe é transparente” (p. 13).

Com Descartes firma-se a racionalidade dos processos de pensamento, e a consciência se estabelece como lugar privilegiado de todo processo de conhecimento. Tornou-se, deste modo, um princípio, aceito por muitos, conceber-se o eu como uma entidade substancial que, por essência e definição, se constitui como agente de todo conhecimento. Com Descartes origina-se o discurso próprio do domínio da ciência moderna, como discurso de cunho racionalista. A noção de que a consciência é sede de pensamentos objetivos racionais conduziu, na contemporaneidade, a idéia da existência de uma realidade objetiva que poderia ser apreendida como tal pela razão. A consciência passa a ser concebida como o lugar onde se dá a apreensão objetiva daquilo que se apresenta como realidade cognoscível. Temos, portanto, na contemporaneidade, de um lado, a idéia de indivíduo concebido como agente dos processos de pensamento, e, de outro, a idéia da existência de uma realidade que se ofereceria como objeto passível de ser apreendido pela consciência através do processo de pensamento racional. Realidade e indivíduo são, portanto, compreendidos como duas entidades substanciais com existência independente uma da outra, estabelecendo-se, deste modo, de um lado, a idéia de uma correspondência perfeita e unívoca entre os pensamentos racionais conscientes e a realidade. De outro, uma correspondência entre o ser e o ato de pensamento. A consciência é firmada como o lugar onde o mundo se apresenta como cognoscível ao ser.

O ideal que caracteriza a contemporaneidade, atravessada pelo saber científico, põe em cena um ideal específico ao nosso tempo. O discurso da ciência, enquanto discurso sem sujeito, impõe, como lógica intrínseca a seu discurso, a idéia de apreensão plena da realidade, dita objetiva, de forma imediata, isto é, sem a intervenção mediadora da instância simbólica da linguagem. A ciência positivista só reconhece como saber válido cientificamente aquele produzido diretamente sobre a realidade objetiva, preconizando que a participação da subjetividade só poderia realizar sobre a mesma uma cópia imperfeita que não passaria de mero simulacro, razão pela qual na ciência o sujeito deve ser abolido.

---

philosophes, l'expression 'phénomène psychique inconscient' pouvait leur paraître une absurdité et une contradiction dans les termes.”

O discurso da ciência contemporânea veicula a ilusão de possibilidade de um saber puro, sem sujeito. No discurso da ciência o objeto é apresentado como possuidor de existência e realidade concreta autônoma em relação ao sujeito que percebe – sujeito e objeto constituindo-se em duas entidades substanciais autônomas. Este é o ideal interno ao discurso da ciência, e que se constitui na sua essência. A ciência pressupõe a existência de uma realidade em si, e de que a mesma se apresenta ao ser do homem como realidade passível de ser apreendida tal qual. A ciência sustenta a premissa de um saber que emana do próprio real e que se reflete, através da atividade do pensamento racional, na superfície da consciência. O saber científico na contemporaneidade sustenta, portanto, a ilusão de um saber pleno que, sendo sem fissura, “[...] é um saber sem desejo, isto é, sem falta” (Jerusalinsky, 1994, p. 3).

A propósito do absoluto do saber J. Hipollite dirige-se a Lacan colocando-lhe o seguinte questionamento: “[...] será que estamos a todo momento no saber absoluto? Ou será que o saber absoluto é um momento?” (Lacan, 1985, p. 95). Essa questão resulta tanto mais interessante quando considerada à luz do contexto no qual ela se articula, e que é aquele em que Lacan procede à análise e argumentação do conceito freudiano de pulsão de morte e do estatuto imaginário do eu (*moi*), num interessante e elucidativo diálogo com as linhas de pensamento filosóficas que centram o debate relativo à questão do psíquico centrando-o na consciência. Nesse contexto, Lacan destaca a reviravolta de perspectiva colocada pela descoberta freudiana do inconsciente, e que tem por efeito produzir um descentramento do sujeito em relação à consciência. A revolução operada por Freud Lacan denominou de revolução copernicana.

Freud e Lacan procederam à distinção radical e vigorosa da psicanálise para com as linhas de pensamentos filosóficas, e para com as escolas psicológicas que nela se apóiam, que sustentam a concepção de ego consciente. Distinção que ganha ainda mais em força e vigor quando se coloca em pauta que “o inconsciente escapa totalmente a este círculo de certezas na qual o homem se reconhece como eu” (p. 15).

Diversamente da visão própria ao discurso da ciência positivista, que pretende chegar a saber tudo sobre o real, na elaboração lacaniana da psicanálise o real pertence ao registro do impossível, isto é, o real não é passível de ser apreendido pelo simbólico como tal, ele pertence ao reduto da pulsão de morte, ao limite do que as palavras podem nomear. Para a psicanálise a realidade dita objetiva – a realidade da ciência positivista –, do mesmo modo que os planetas, não tem luz própria, esta lhe vem de empréstimo do simbólico e do desejo que nele tem lugar.

Isso implica em dizer que o objeto e o sujeito não se constituem em categorias autônomas um para com o outro.

A ciência positivista consiste no projeto de um possível saber pleno sobre o real, como se o objeto portasse em si mesmo uma essência, propriedades atributivas naturais e como se dele emanassem qualidades apreensíveis que, lhes sendo imanentes, poderiam ser capturadas pelo pensamento consciente. Deste modo, o objeto é colocado como possuidor de uma existência autônoma e com atributos de significação independente da cadeia relacional estabelecida com o desejo inconsciente.

É na medida da abolição do desejo que a ciência se constitui num discurso cuja premissa básica é de poder abolir a presença do sujeito. No ato mesmo de abolição do desejo, o discurso da ciência constitui-se, contemporaneamente, num discurso regido pela lógica segundo a qual não é o desejo que cria seus objetos, mas sim que estes tem existência autônoma. Com efeito, a ciência positivista preconiza a idéia de um conhecimento racional e objetivo, postulando que o objeto é fonte de conhecimento e que não padece das amarras relacionais que o desejo impõe, sustentando-se na premissa de que “[...] há um saber encarnado no real” (Lajonquère, 1994, p. 62).

A propriedade substantiva, suposta essência do real, é, entretanto, um juízo atributivo conferido pelo desejo. Dizendo de outra forma, é primeiro no olhar do observador, olhar escavado pelo vazio do desejo, que o real da ciência parece ser portador de um saber sem falha. Para a psicanálise, contudo, é a força do desejo que injeta sobre a realidade um saber, tão provisório quanto parcial. Para Freud (1980 [1930]), “nunca dominaremos completamente a natureza, e o nosso organismo corporal, é ele mesmo parte dessa natureza...” (p. 85). Freud faz desta parcela da natureza inconquistável uma fonte de sofrimento constante e não passível de resolução, a despeito de todos os avanços verificados no campo da ciência ao longo da civilização. “O sentimento oceânico” de um perfeito domínio sobre a realidade faz da ciência um discurso que se constitui no ideal próprio à modernidade. O ideal contemporâneo, calcado na ciência, repousa no projeto de controle e domínio do real pelo homem, consolidando a premissa de que “o real é racional e independente do sujeito que conhece, e o sujeito é o ego substância que, a maneira de um espelho, reflete o saber das coisas” (Lajonquière, 1994, p. 62).

O indivíduo, entendido como substância pensante consciente, é um produto da modernidade originada no cogito cartesiano. A partir do cogito cartesiano se firmou e consolidou a premissa de acordo com a qual o eu, por ser racional, é eminentemente

consciente. Portanto, entre as teorias psicológicas norteadas pelo cartesianismo e a psicanálise que as revoluciona há, de fato, uma distância que não é meramente métrica “A noção de sujeito enquanto sujeito cognoscente, agente do processo de conhecimento e como tal referido a um objeto suposto e cognoscível, ou seja, apreensível pelo conhecimento racional e pela atividade de investigação científica, é um produto da modernidade. Seu protótipo pode ser representado pelo Ego cartesiano” (Marques Neto, 1994, p.152). Desse modo, embora muitas teorias, e em particular a teoria da Psicologia do Ego, afirmem encontrar em Freud os fundamentos que as sustentam, a rigor elas se encontram mais próximas de uma concepção psicológica sobre o indivíduo do que de uma concepção freudiana sobre o sujeito. Isso é sobremaneira verdadeiro quando consideramos que conservam como central em suas teorias a antiga estrutura sujeito e objeto, assim como também a noção de que os fenômenos conscientes constituem a totalidade dos processos psíquicos em acordo e consonância hegemônica com a realidade percebida, e em desacordo absoluto com o posicionamento freudiano. Para Freud (1980 [1933]) “as estrelas são, na verdade, magníficas, porém, quanto à consciência, Deus executou um trabalho torto e negligente, pois da consciência a maior parte dos homens recebeu apenas uma quantia modesta, ou mal recebeu o suficiente para ser notado” (p. 85).

### **3.2. O encobrimento da descoberta freudiana**

Inconsciente é o nome da ferida introduzida no narcisismo do homem. É o nome dado ao sujeito, tal como formulado no campo psicanalítico originado em Freud. O inconsciente é o lugar onde o pensamento se formula e se institui como pensamento organizado e organizador do mundo e da subjetividade. Entretanto, um desconhecimento completo da concepção freudiana sobre o inconsciente conduziu a uma verdadeira “vulgarização” (Lacan, 1978c, p. 192) e, até mesmo, a mais feroz e completa “deteriorização do discurso analítico” (Lacan, 1978a, p. 109)”. Lacan não transige quanto aos termos que evoca para designar aqueles que, num repúdio ao dizer de Freud e ao que sua descoberta representa, vieram, em nome de uma nova teoria, “escamotear” (Lacan, 1985, p. 23) o campo fundado por Freud. A Psicologia do Ego produziu um escamoteamento da importância conferida por Freud aos processos inconscientes. O inconsciente foi desalojado em favor de um reducionismo que tomou a forma de supremacia conferida ao ego consciente. Os psicólogos do ego distanciaram-se do campo

propriamente psicanalítico, introduzindo versões sobre o inconsciente que de modo algum se encontram presentes no pensamento de Freud. O termo inconsciente tem uma elaboração específica em Freud, que o diferencia de outras formulações a respeito do mesmo tema. Os psicólogos do ego apossaram-se dos termos técnicos psicanalíticos com a ilusão de estarem, deste modo, convergindo, sendo rigorosos e coerentes conceitualmente com os mesmos. Contudo, “[...] se a psicanálise não for os conceitos nos quais ela se formula e se transmite, ela não é a psicanálise, é outra coisa, mas então é preciso dizê-lo” (Lacan, 1985, p. 23).

O distanciamento produzido com relação ao conceito freudiano de inconsciente pelos teóricos da Psicologia do Ego redundou numa regressão a definições envelhecidas sobre o mesmo. Paralela e conseqüentemente, retrocederam a concepções pré-psicanalíticas sobre a subjetividade, aquelas que faziam da consciência o eixo ordenador central da personalidade, e que Freud veio justamente romper. De fato, a descoberta freudiana consistiu em colocar-se à contramão em relação à ordem vigente que fazia da consciência o centro totalizador do psíquico. A Psicologia do Ego apropriou-se da psicanálise tão somente para “[...] tornar a fundir a psicanálise na psicologia geral” (id). Com efeito, para Rapaport (1982), “[...] no início da década de trinta, a influência da psicanálise sob o novo prumo que lhe deu a Psicologia Psicanalítica do Ego se expandiu para abranger toda a psicologia” (p. 21).

Por não poderem efetuar uma compreensão efetiva sobre o inconsciente freudiano os psicólogos do ego fizeram circular falsas noções. O modo mais corrente (posto que não único) que tomou forma o inconsciente no interior da tese da Psicologia do Ego consistiu em assimilá-lo as ditas tendências arcaicas primitivas. “[...] A idéia de que o inconsciente não passa de sede dos instintos” (Lacan, 1978b, p. 225) os conduziu a enraizar o inconsciente no real orgânico, assimilando-o às ditas tendências irracionais caóticas. Entreviram que em Freud o isso é uma instância inconsciente (e para eles a sua totalidade), para logo em seguida reduzirem-no a tendências biológicas primitivas. Para Hartmann (1969), o inconsciente corresponde aos “impulsos instintivos irracionais” (p. 54) não submetidos ainda ao processo de adaptação. Ainda aqui devendo ser compreendido, segundo o sentido conferido ao *Wo es War, soll ich Werden* freudiano por esta corrente psicológica, de um futuro domínio que as funções egóicas de adaptação devem vir exercer sobre o irracional. O isso, concebido como primitivo e sede dos impulsos irracionais, no decurso do desenvolvimento deverá ser dominado pela fortaleza egóica – *tarifa adaptacionista*. O ego deve desalojar o isso e ocupar O seu lugar, transformando-se em senhor absoluto no reino do psíquico. Em Freud, (1980 [1933]), “onde estava o id, ali estará o eu é uma obra de cultura – não diferente da drenagem

do *Zuidezee*” (p. 102). Lacan (1978c), procedendo à crítica a estes adoradores do ego sustentou que “[...] a teoria do ego não passa de um enorme contra-senso: o retorno ao que a própria psicologia intuitiva vomitou” (p. 203).

Para os teóricos do ego foi absolutamente inalcançável supor um lugar de ordem e de organização outra que não a consciência. Isto os conduziu a lançar o inconsciente no abismo do real orgânico que, ao nosso ver, carece de predicação. O real orgânico, estando aquém do psíquico, nele só ingressando por delegação, carece do atributo de ser quer consciente, quer inconsciente.

Foi igualmente no marco de uma concepção biológica que a função do pensar foi elaborada pela escola norte-americana de psicanálise. Para Hartmann (1969), o pensamento é uma função biológica (p. 65). Procederemos à elaboração de uma breve síntese sobre esse tema no intuito de apontar a versão cognitivista que os psicólogos do ego imprimiram aos processos de pensamento, permitindo ao leitor parâmetros para o estabelecimento da distância conceptual que a mesma guarda em relação à psicanálise.

De acordo com Hartmann (1962), “aprender a pensar e aprender em geral são funções biológicas independentes que existem paralelas, e, em parte, independentes dos impulsos instintivos e das defesas” (p. 25). A atividade inteligente consciente é uma das funções mais precoces e mais necessárias ao ego em sua tentativa de controlar as atividades “impulsivas instintivas”, constituindo-se num componente indispensável ao processo de adaptação do indivíduo. O pensamento é considerado por ele como uma atividade intelectual, um fator de inteligência e uma função primária do ego, cuja significação de utilidade biológica, no sentido de conservação do indivíduo, é inegável. Razão pela qual há “[...] estreita relação da função do pensamento mais elevado com as tarefas de adaptação, síntese e diferenciação” (p. 86).

O pensamento humano se especifica, para a referida escola, por ser pensamento inteligente, constituindo-se num processo altamente especializado no estabelecimento de relações causais e “[...] no estabelecimento de relações entre os meios e os fins” (p. 87). É esta bem equacionada proporção entre os meios disponíveis e as metas a serem atingidas o que permitiria às ações humanas o seu quinhão de ação racionalmente planejada. A ação, planejada e dirigida, é uma especialidade do ego na sua tarefa de adaptação, sendo no terreno da relação do pensamento com a ação que se esclarece “a função biológica do pensamento” (p. 89).

Na medida em que pensar racionalmente “[...] significa logicamente pensar de modo correto” (Hartmann, 1969, p. 55), e pensar de modo correto significa efetuar corretamente o

conhecimento do mundo externo real, o que por sua vez implica na possibilidade de seu controle, para Hartmann, o protótipo do pensamento organizado é aquele que se produz no pensamento científico. O pensamento científico racional, produto do conhecimento, é aquele que se formula com base na apreensão da realidade (Hartmann, 1962, p. 92). Por um lado, a função intelectual do pensamento é o recurso de que dispõe o homem, dotado potencialmente de juízo, razão, compreensão e discernimento, para realizar o conhecimento objetivo sobre o real. Por outro, e não de menor importância, a função intelectual é o recurso que possibilita a transparência e a apreensão espontânea do eu pela consciência. O pensamento reflete na consciência o eu, de modo que para Hartmann (1962) “o objeto predominante do pensamento é o sujeito mesmo” (p. 91). Fica assim firmado, com a Psicologia do Ego, que “a psicologia do pensar é principalmente psicologia do ego” (Rapaport, 1962, p. 97), e que, portanto, o homem pensa com seu eu. Entretanto, “Freud nos diz – o sujeito não é a sua inteligência, não está no mesmo eixo, é excêntrico” (Lacan, 1985, p. 16).

Acreditamos que a diferença de posicionamento entre uma teoria empirista da associação e a teoria freudiana salta aos olhos. Em Freud a ênfase recai na estrutura simbólica que caracteriza o inconsciente e no aspecto formal pelo qual seus elementos se combinam. No empirismo a ênfase é posta no conhecimento contínuo e crescente que se produz com base na experiência sensível.

O empirismo é uma teoria epistemológica que tem por princípio que o conhecimento depende da experiência que o indivíduo tem com o mundo exterior. Para os empiristas “o conhecimento é obtido por soma e associação das sensações na percepção e tal soma e associação dependem da frequência, da repetição e da sucessão dos estímulos externos e de nossos hábitos.” (Chaui, 1996, p. 120). Acreditamos também, de acordo com Lacan, que neste particular, como em outros tantos, “encontra-se aí a união onde a psicanálise se dobra em direção a um *behaviorismo* cada vez mais dominante em suas ‘tendências atuais’” (1978b, p. 221). A diferença que vai de um a outro posicionamento – a psicanálise e a Psicologia do Ego –, é a de um que se fundamenta nos pensamentos inconsciente, de outro, que se fundamenta nos pensamentos conscientes. Como era de se esperar as alterações produzidas no campo teórico da psicanálise pela Psicologia do Ego conduziu a que sua técnica fosse profunda e gravemente alterada, uma vez que é verdade que teoria e técnica são inseparáveis.

Em *Função e Campo da Fala e da Linguagem*, Lacan (1978c) se propôs a “[...] tarefa de falar da fala” (p. 102). Seu objetivo era de (re)assentar os princípios sob os quais Freud havia, desde sempre, ordenado a experiência psicanalítica em torno da fala do sujeito, uma

vez que “a técnica da livre associação aponta ao fato de que a psicanálise só tem um meio – a fala do paciente” (p. 112). Lacan avança a tese fundamental, e que se constituirá no traço distintivo de sua obra, da importância da função da *palavra* (dimensão subjetiva singular) e da *linguagem* em psicanálise (determinação simbólica universal), apontando que o desvio praticado na psicanálise, pela segunda e terceira geração de analistas, com relação ao inconsciente conduziu ao desvio de sua prática, no que esta se ordena em torno da função da *fala* e da *linguagem*.

A obra de Lacan consistiu no esforço em sistematizar e estabelecer a íntima e estreita relação do inconsciente com a estrutura da linguagem, demonstrando que em Freud não se trata de outra coisa no que concerne ao inconsciente: linguagem pictórica do sonho, linguagem simbólica do sintoma. O sintoma é uma formação do inconsciente produzida por deslocamento e condensação, constituindo-se essencialmente em palavra amordaçada pela ação do recalque e que conduz a conclusão de que “somos doentes de palavras, partimos daí e não de afetos protopáticos. e eu não posso deixar de lembrar [...] que o desafio da psicanálise é desfazer pela palavra o que foi feito pela palavra” (Czernak, 1991, p. 43). Afirmar que o inconsciente é estruturado como uma linguagem é afirmar que ele está submetido a determinadas leis que ordenam sua estrutura e sua organização, e de que o inconsciente forma, portanto, um texto lógico e coerente, do mesmo modo que a linguagem. Razão pela qual Lacan pode chegar a dizer que as leis da metáfora e da metonímia, presentes na linguagem, são homólogas às leis do deslocamento e da condensação. O inconsciente tem, em sua estrutura e modo de funcionamento, uma estrutura comparável a da linguagem.

A homologação do eu à consciência por toda uma geração de analistas que sucedeu Freud foi o maior equívoco efetuado em relação a psicanálise, convertendo-se numa rota de desvio cujos rumores se fazem ainda ouvir em nossos dias através das correntes psicanalíticas derivadas da Psicologia do Ego. Como consequência inevitável dessa homologação o conceito e mesmo a menção do termo inconsciente foi, pouco a pouco, sendo abolido do arcabouço conceptual e técnico da Psicologia do Ego. Quando o inconsciente é mencionado nessa teoria é para fazer referência aos processos mentais ditos irracionais, opostos aos racionais da consciência. Esta virada teórica praticada na psicanálise pela Psicologia do Ego veio refletir-se de modo pontual no manejo técnico, posto a íntima relação que os une. A promoção do ego como centro de controle de todo comportamento adaptado, sua elevação a sistema central da personalidade, determinou uma técnica centrada na função da consciência, objetivando o fortalecimento do ego contra as forças “instintivas do id”, motivando assim as vias por onde a

psicanálise rendeu-se às novas finalidades, as ortopédicas propriamente. No dizer de Hartmann (1962), “[...]a missão básica do homem é adaptar-se a estrutura social e colaborar em sua construção [...]. A submissão social é uma forma especial de obediência ao ambiente e implica no conceito de adaptação” (p. 47-48).

Lacan alertará que a direção da cura é coisa completamente diversa. Na prática da psicanálise, eticamente orientada e pautada no inconsciente, trata-se de outra coisa que de orientação de consciência, de outra coisa que promoção de adaptação. Contrariamente ao que se postulou na Psicologia do Ego, partimos do suposto de que no ponto de entificação egóica do indivíduo jaz o que faz obstáculo à pegada da verdade do desejo inconsciente, e que jamais foi realmente apreendida pelos psicólogos do ego a ética freudiana no tratamento analítico, “[...] ainda que nesse plano seja clara a intenção freudiana, que nunca é a de conformidade às normas sociais ou morais, mas sempre a de confrontação do sujeito com a verdade de seu desejo” (Juranville, 1987, p. 28).

A função da fala e da linguagem em psicanálise foi abandonada. Na Psicologia do Ego a linguagem converteu-se em sistema de sinais lingüísticos postos ao serviço da função de comunicação. Desconhecendo-se a função da linguagem, esta foi transformada em sistema de comunicação posta ao serviço dos interesses do ego. Negligenciou-se o valor da linguagem como condição do inconsciente, em sua estrutura bem como em suas manifestações. Desprezou-se a primazia dada à palavra na técnica da psicanálise em favor de um privilégio concedido a linguagem concebida como conjunto de sinais dos quais o sujeito pode servir-se com a intenção de comunicar ao receptor sua mensagem. Essa é a teoria clássica da comunicação que assenta a escuta na cadeia cronológica linear dos enunciados. O eixo do enunciado é o eixo privilegiado no qual o desejo inconsciente, presente na enunciação, permanecendo não reconhecido, aliena o sujeito de sua relação e responsabilidade com a sua verdade. No enunciado, o sujeito é joguete de sua fala vazia; é servo de sentidos postos, já dados e que funcionam como álibi que lhe permite permanecer na mais fundamental ignorância do desejo que, por habitá-lo, o move. Convém ao analista ser rigoroso na escolha do eixo sobre o qual incide sua escuta.

A escuta do analista, endereçada ao sujeito da enunciação, estabelece o sujeito que aí fala. “[...] o ouvinte, sua resposta, seu aval, sua interpretação decide do sentido do que é dito, e ainda mais, a própria identidade de quem fala” (Miller, 1988, p. 72). O que, aliás, nos lembra, se preciso fosse, que o conceito de inconsciente não pode ser separado da presença do

analista (Lacan, 1988a, p. 122-123), nisto em que é na e pela transferência que o inconsciente vem à luz enquanto “atualização da realidade do inconsciente.” (p. 130).

No segundo *Encontro de Psicanálise do Vale do Itajaí* (1994), a propósito da função da fala na direção do tratamento psicanalítico, Norberto C. Irusta evocava que “falar é já automaticamente submeter-se ao risco de ter que ser compreendido. E aí onde estou arriscado a ser compreendido, compreendido...mal! Por isso em psicanálise a questão não é de compreensão, senão de escuta.” De fato, com compreensão e explicações razoáveis do porque das condutas de um sujeito nós “[...] aumentamos o seu conhecimento, mas nada mais alteramos nele” (Freud, 1937a, p 266).

### **3.3. Descobrindo o inconsciente**

Introduzimos nas páginas precedentes formulações essenciais à psicanálise. No tocante à teoria estabelecemos a relação do inconsciente com o recalque. No tocante à técnica estabelecemos o seu ordenamento no campo da palavra. Contudo, essas são formulações que tem longo percurso histórico na psicanálise. Procederemos agora à abordagem do percurso histórico que conduziu Freud à descoberta fundamental da psicanálise – o inconsciente – abordando, na seqüência, os desenvolvimentos ao qual esta descoberta deu lugar.

No período histórico relativo aos *Estudos Sobre a Histeria* a técnica presente na sugestão hipnótica consistia em tornar consciente o inconsciente. Contudo, não levará muito tempo para que Freud perceba que a sugestão hipnótica mais ocultava do que revelava o inconsciente. O objetivo técnico de tornar consciente o inconsciente faz parte, portanto, do período histórico da psicanálise.

Nos anos de 1893-1900, primórdios da psicanálise, o método da sugestão hipnótica, que objetivava a catarse através da ab-reação, “[...] consistia em focalizar diretamente o momento em que o sintoma se formava [...]” (Freud, 1980 [1914b], p. 193). O *manejo técnico*, neste período, consistia em “[...] colocar em foco um momento ou problema específico” (p. 193). O *objetivo técnico* consistia, portanto, essencialmente em se descobrir a causa desencadeante dos sintomas. Freud percebe, neste mesmo período, que havia uma resistência no paciente que se opunha a que as idéias inconscientes se tornassem conscientes, isto é, que havia uma resistência a ser superada e que tornava necessário o recurso à sugestão hipnótica. De fato, nestes anos iniciais, a técnica psicanalítica consistia em tornar consciente o inconsciente, compreendido, neste mesmo período, como um estado de segunda consciência

onde as lembranças não ab-reagidas se alojavam. Sabemos que essa noção de inconsciente compreendido como estado de dupla consciência ou estado de consciência dividida sofrerá, posteriormente, da parte do próprio Freud severas críticas, ocorrendo o mesmo com o método da sugestão hipnótica. Sublinhemos, portanto, que o método da sugestão hipnótica utilizada na origem da história da psicanálise se apoiava nas elaborações teóricas produzidas naquele período, e que tornar consciente o inconsciente significava, nestes tempos idos, tornar manifesto, conhecido à consciência o fator traumático causal que se encontrava subjacente aos sintomas histéricos. Neste período Freud (1980 [1893-1895a]) relata que “[...] cada sintoma histérico individual desaparecia imediatamente e permanentemente quando conseguíamos evocar, nitidamente, a lembrança do fato que o provocou e despertar a emoção que o acompanhava, e quando o paciente havia descrito aquele fato com maiores detalhes possíveis e traduzirá a emoção em palavras” (p. 47).

Freud observava que os sintomas histéricos desapareciam quando ab-reagidos, isto é, que os sintomas desapareciam quando ocorria a descarga das emoções que estavam ligadas aos acontecimentos traumáticos através do recurso à *palavra*. Os acontecimentos traumáticos deveriam receber expressão verbal por parte do sujeito, meio através do qual haveria uma catarse. Lacan, no *Seminário Livro 7* (1991), assinala que na antiga Grécia, com Hipócrates, o termo catarse traduzia-se habitualmente como “purgação” e estava relacionado à noção de eliminação das tensões, aludindo também a idéia de uma “purificação” (p. 297). No ponto de elaboração teórica em que nos encontramos hoje sabemos que a ab-reação consistia essencialmente em dar nome, simbolizar, pelo recurso à linguagem, um real vivido não integrado ao sistema simbólico do sujeito.

No período em que Freud utilizava-se do método da sugestão hipnótica o objetivo da psicoterapia era o de percorrer os caminhos que haviam conduzido à formação dos sintomas, isto é, partia-se dos sintomas manifestos até chegar-se à localização das causas que o haviam determinado. Encontrar a causa que estava na origem dos sintomas era de capital importância neste período, posto que a lembrança do trauma que não havia sido ab-reagido permanecia no aparelho psíquico funcionando como um “corpo estranho”. Nesta época Freud relatou ficar deveras impressionado com o fato de que a lembrança do trauma permanecia, muito tempo após a sua ocorrência, eficaz, vivo enquanto agente etiológico dos sintomas atuais do sujeito. Freud observava ainda que havia uma desproporção no tempo entre o surgimento dos sintomas e o evento traumático desencadeante, constatando que, por um lado, o sintoma não aparecia logo após a ocorrência do fator traumático e que, por outro, este permanecia presente

no psíquico como se fosse uma força atual e em constante atividade. Devemos ainda acrescentar que, neste mesmo período, Freud elabora que uma cena só se torna traumática quando transformada em lembrança a partir de sua evocação por meio da repetição de uma cena análoga. “Neste sentido, o caso Katharina é típico. Em todo caso de análise de histeria baseada em traumas sexuais, verificamos que as impressões do período pré-sexual que não produziram nenhum efeito na criança atingem seu poder traumático num dado posterior como lembrança” (Freud, 1980 [1983-1895c], p. 182).

Alguns pontos de elaboração efetuados por Freud no período de 1893 a 1900 são dignos de nota e merecem, portanto, destaque, posto constituírem-se nos germens da futura teoria do inconsciente e do método da livre associação a ele intimamente relacionado.

Neste mesmo período Freud destacava, como fato marcante, que nas neuroses traumáticas não havia um trauma principal isolado, mas, sim, uma série de traumas parciais agrupados, formando um grupo de causas desencadeantes. Freud observou que a conexão entre esses grupos causais e os sintomas dele decorrente obedecia, no mais das vezes, a uma conexão causal de ordem *simbólica* e não cronológica ou factual. A conexão simbólica determinava que o evento traumático, ou grupos de eventos traumáticos, que despertavam uma emoção penosa, do tipo náusea moral, poderia manifestar-se sob a forma de um sintoma histérico de vômito, por exemplo. Freud observou, portanto, que se estabelecia uma associação por laços de semelhança simbólica entre o sintoma e o que funciona como sua causa precipitante (Freud, 1980 [1893-1895a], p. 45). A noção de conexão simbólica elaborada por Freud neste período evoca a noção lacaniana da metáfora, elaborada com base na lei de condensação, como mecanismo constitutivo dos sintomas neuróticos.

Evocamos a noção de relações causais simbólicas estabelecendo sua relação com a metáfora no intuito de apontarmos o quanto estava presente, nos primórdios da psicanálise e no espírito de Freud que a originou – ainda que de forma incipiente e embora haja toda uma distância de ordem conceptual e cronológica a ser percorrida –, a noção de relações analógicas de cunho simbólico e de como esta noção, ao longo da obra freudiana e lacaniana, foi ganhando em vigor conceptual.

Freud destaca, portanto, a possibilidade de relações causais de ordem simbólica na etiologia dos sintomas. Outro ponto destacado por Freud, e de não menor importância, refere-se ao fato de que havia, por parte do paciente, uma perda de *memória* no que concerne a estas relações simbólicas. A lembrança do evento traumático permanecia engramada no psíquico, mas, quanto à sua ação eficaz na produção dos sintomas, o paciente nada relacionava. É a este

propósito que Freud chega à conclusão de que “os histéricos sofrem principalmente de reminiscências.” (p. 48). Sabemos hoje o quanto devemos a essa elaboração o conceito, elaborado posteriormente, de *fantasma*.

Freud observava que os eventos traumáticos, que não haviam sido ab-reagidos no momento oportuno, despertavam emoções penosas que permanecia vinculadas à lembrança traumática. A cura requeria uma liberação da emoção “estrangulada” por meio da fala, na medida em que, para Freud “[...] a linguagem serve de substituto para a ação” (p. 49). “Cura pela palavra”, assim denominou Ana O, a mais famosa das histéricas, o tratamento pela psicanálise

Verificamos, guardadas as devidas proporções, e que de fato não são poucas, de ordem tanto teóricas quanto técnicas, que a catarse em Freud consistia numa purificação pela via liberadora da palavra. De acordo com o que se elaborava neste período, tornar algo consciente consistia precisamente em restabelecer as conexões causais simbólicas perdidas, fato que se torna tão mais marcante quando lembramos que em *A Psicoterapia da Histeria* (1980 [1893-1895b]) o pressuposto teórico de estados de dupla consciência cede lugar à teoria da defesa implicada no mecanismo do recalque. Como vemos, o conceito de recalque, conceito chave da teoria do inconsciente, tem longo percurso histórico na psicanálise.

Com a introdução da teoria da defesa, Freud não estava recusando a teoria dos “estados hipnóides” presentes na histeria, mas, sim, afirmando-os como estados adquiridos por meio da *defesa*, e já não mais, portanto, como o resultado de uma pré-disposição constitucional herdada. Freud não recusava, neste período, a existência de “estados hipnóides”, mas afirmava que os mesmos dependiam inteiramente do mecanismo psíquico da defesa compreendido como “fator primário”. Freud desejava sustentar um achado: o mecanismo psíquico da defesa posta em jogo no recalque. O recalque foi definido neste período como o processo através do qual determinados grupos de idéias eram dissociados da cadeia consciente, vindo formar uma cadeia inconsciente. A “histeria hipnóide”, juntamente com a teoria que a sustentava, cedeu terreno à nova designação clínica – “a histeria da defesa”. Fato que, aliado a uma série de outros, fez com que Freud já não se mostrasse mais tão otimista quantos aos alcances terapêuticos obtidos através da utilização da técnica da sugestão hipnótica. De todos os modos, a prática da sugestão hipnótica, e a experiência obtida através da mesma por Freud, constituiu-se num valioso subsídio para a posterior elaboração

do fenômeno da *sugestão* implicado na transferência, de tal forma que, em Freud, o manejo da transferência constitui-se no fundamento ético<sup>14</sup> da prática psicanalítica.

Desenvolvíamos acima que a noção de fios de associações lógicas simbólicas, cuja relação fora *esquecida* pelo paciente, foi ganhando vulto em relação à noção de eventos traumáticos isolados como causa desencadeante de sintomas. Nesta mesma ocasião, Freud elabora que não havia uma única lembrança, uma única idéia patogênica, mas uma sucessão de “traumas parciais”, formando uma verdadeira concatenação de idéias patogênicas múltiplas. O material psíquico patogênico, de acordo com Freud, encontrava-se organizado sob a forma de uma estrutura relacional estratificada segundo três ordens diversas. Dito de outra maneira, havia um certo número de lembranças ou de “seqüência de pensamentos” (Freud, 1980 [1893-1895b], p. 345) que se dispunha a partir de um núcleo traumático até sua manifestação nos sintomas, onde o núcleo traumático culminava. Em torno deste núcleo, como que envelopando-o, encontrava-se um abundante material disposto de acordo com três ordens de organização.

---

<sup>14</sup> Podemos dar como definição geral que a ética consiste no conjunto de princípios que regem as ações humanas. Neste sentido, pode-se afirmar que a ética encontra-se presente num vasto número de campos teóricos, epistemológicos e de práticas. Entretanto, pode-se afirmar também que a questão relativa à ética tem na psicanálise uma abordagem específica. Na psicanálise encontramos uma concepção particular sobre a ética que ligaremos à especificidade de sua concepção de sujeito. A “ética tradicional” (Lacan, 1998, p. 776) se fundamenta e se dirige ao ser, preconizando uma série de princípios e de leis que, ao serem colocadas como referências para as ações humanas, fazem com que esta se dirija ao bem. Para a psicanálise, contudo, a ética não se endereça ao ser, mas a falta a ser fundada no desejo e na castração

A obra freudiana inaugura uma ética própria da psicanálise e que se encontra intimamente ligada à noção de sujeito do inconsciente. O sujeito do inconsciente é determinado e, como tal, assujeitado à lei do desejo inconsciente. Tal concepção de sujeito coloca-se nas antípodas de uma concepção que defende a autonomia do indivíduo. Com efeito, a “[...] a marca do significante sobre o falante” (Larousse, s.d., p. 42) faz dele um sujeito submetido às determinações do desejo inconsciente e a castração a qual ele dá lugar. Deste modo, no percurso de uma análise do sujeito é conduzido a confrontar-se com a lei do desejo e com a castração que ele porta. De acordo com Birman (1955), “[...] a análise é a possibilidade de produção de um estilo que se calca na lei da proibição do incesto e na experiência de castração...” (p. 29). Para a psicanálise freudiana não se trata, tal como na Psicologia do Ego, de harmonizar o sujeito com as leis morais sociais, mas, sim de ordenar o sujeito na lei do desejo. Goldemberg (1944), aponta que “[...] a moral seria relativa aos ideais que constituem o eu, enquanto que a ética diria respeito às relações do sujeito com seu desejo inconsciente” (p. 11).

Por outro lado, a ética da psicanálise, no que tange ao analista, consiste em dar voz e escuta ao sujeito do inconsciente. Os princípios técnicos postos em curso na direção do tratamento são princípios éticos que “[...] visam dar lugar à palavra do sujeito do inconsciente e, como não há inconsciente fora do laço transferencial, o manejo da transferência situa-se no âmbito da ética, visando a livre associação” (Baratto, 201, p. 52). Deste modo, a ética do psicanalista consiste em implicar, pelo recurso à palavra, o sujeito com seu desejo, fazendo tombar a ilusão de autonomia do eu. Há, portanto, “[...] uma ética da psicanálise, no sentido de uma ética profissional [...]. Esta abordagem diz respeito à proteção dos ‘clientes’ submetidos ao tratamento psicanalítico contra eventuais abusos cometidos pelos analistas em sua posição privilegiada em função do amor de transferência” (Kehl, 202, p. 7), e há uma ética que se deriva do percurso de uma análise por parte do analisando. A sustentação de uma posição ética, fundada no desejo, tanto por parte do analista quanto por parte do analisando passa, por seu turno, pelas vicissitudes particulares de uma análise.

Havia, em primeiro lugar, uma disposição cronológica seqüencial, um ordenamento linear do material mnêmico; uma espécie de arquivo bem ordenado de lembranças dispostas segundo uma ordem cronológica invertida, onde as lembranças mais recentes eram as que surgiam em primeiro lugar, e, no final encontrava-se a lembrança traumática em torno da qual as demais lembranças se encontravam ligadas. Havia, portanto, um arquivo mnêmico que conduzia dos sintomas manifestos até o núcleo traumático

Em segundo lugar, havia um arranjo temático, já não mais cronológico. Neste, uma série de temas encontravam-se ligados entre si e ordenados em torno do tema principal numa ordem de estratificação temática na qual em cada estrato encontrava-se uma resistência que aumentava a medida em que se aproximava do núcleo patogênico.

Por fim, a terceira e mais importante forma de organização do material psíquico, uma forma de arranjo que não obedecia à cronologia e nem à semelhança temática. A terceira forma de organização do material psíquico ordenava-se de acordo com o “conteúdo do pensamento”, no qual a concatenação das idéias ocorre de acordo com certos fios lógicos que as ligavam entre si. Essa forma de organização, diversamente da ordem temática, não era concêntrica, mas sim em forma de “ziguezague”. Uma forma de associação segundo uma certa ordem lógica que evoca a imagem de uma ramificação arbórea.

Essas formas de estratificações do material psíquico conduziram Freud a conclusão de que “[...] é notável como muitas vezes um sintoma é determinado de várias maneiras, é ‘superdeterminado’” (p. 347).

Na Psicologia do Ego o conceito de sobredeterminação foi compreendido como constituindo a multiplicidade de fatores implicados no processo de maturação e de desenvolvimento dos comportamentos rumo à adaptação. A sobredeterminação, nesta teoria, refere-se ao fato de que cada conduta levada a cabo pelo ego é “multideterminada”, isto é, ao fato de que são vários os fatores determinantes que participam das ações efetuadas pelo ego, de modo que o comportamento humano pode ser explicado à luz de seus fatores de determinações múltiplas: a determinação dos instintos, o papel do meio ambiente físico e social; as leis que determinam os processos de funcionamento básico do organismo, o papel desempenhado pelas “experiências acumuladas” (Rapaport, 1982, p. 31).

Hartmann (1969), referindo-se ao fato de que a experiência analítica demonstrou que a conduta humana é superdeterminada, foi levado a identificar o conceito de sobredeterminação freudiana ao conceito de “princípio de função múltipla” (Hartmann, 1969, p. 48). Com o princípio de função múltipla, Hartmann desenvolve a teoria de que cada função ativada no ego

é o resultado de complexos processos desenvolvidos em diferentes estratos da personalidade e que fornecem como resultado final uma variedade de tipos de ações levadas a efeito pelo ego. Dizendo de outro modo, de acordo com Hartmann, a diversidade de ações de que é capaz o ego deve-se ao princípio de função múltipla.

Para Hartmann, toda ação é conduzida e dirigida voluntariamente pelo ego consciente, isto é, toda ação obedece ao comando do ego, contudo, as características imprimidas às ações são co-determinadas por fatores que se desenvolvem no id, no superego, na realidade externa, assim como também pelo número de funções mobilizadas pelo ego em cada ação. Esta multiplicidade de fatores envolvidos em cada ação levada a efeito pelo ego é responsável pela diversidade das condutas.

Para Lacan, a sobredeterminação concerne às múltiplas determinações simbólicas aos quais o sujeito está, enquanto sujeito do inconsciente, referido. A sobredeterminação responde, pois, em Lacan, ao princípio segundo o qual o sujeito é um efeito do significante e de que este é regido pelas leis da lógica combinatória da metonímia e da metáfora.

Retomemos o que vínhamos desenvolvendo a propósito da teoria da defesa elaborada por Freud no período dos *Estudos Sobre a Histeria*.

Neste período, ao qual já fizemos referência, Freud não se encontrava muito entusiasmado com o método da sugestão hipnótica, passando a fazer uso de uma técnica denominada de “método coercitivo”. Esse método consistia em fazer pressão com as mãos sobre a cabeça do paciente, insistindo para que ele rememorasse os fatos traumáticos. Através deste método, Freud constata que com insistência surgia uma lembrança, e que, reforçando-se a insistência, surgia uma nova lembrança em estreita conexão com a primeira, e assim sucessivamente. Freud constatava ainda que o surgimento das lembranças dependia de uma certa quantidade de esforço terapêutico, constatando, deste modo, que havia uma força que se opunha à rememoração, Freud a denominou de *resistência*. A resistência era a força que se opunha aos esforços do tratamento, sendo a mesma força que de início se havia oposto à penetração da idéia patogênica na consciência, ou seja, que se encontrava na base do recalque e que, portanto, “devia ser a mesma força psíquica que desempenhava um papel na geração da histeria e que impedia na ocasião que a idéia patogênica se tornasse consciente” (Freud, 1980 [1893-1895b], p. 325).

O trabalho clínico com pacientes neuróticos conduziu Freud a desenvolver a teoria da divisão psíquica, descrita sob a forma de um conflito psíquico determinado pelo antagonismo do eu (*moi*) em relação ao grupo de idéias a ele “antitéticas”. As idéias “irreconciliáveis” com

o eu, são, pelo processo de recalque, expulsas de seu campo, vindo a formar um grupo de idéias em relação as quais o eu experimenta estranhamento, razão pela qual ele defende-se contra as mesmas, recusando-se a assumi-las como lhe pertencendo. Freud constata que havia uma “aversão”, “repulsão” por parte do eu em relação às idéias contrárias a sua precária consistência imaginária. A incompatibilidade do eu em relação a tais idéias provoca uma força que se colocava contra a sua penetração na consciência. “O ego do paciente fora abordado por uma idéia que se mostrou incompatível, que provocou por parte do ego uma força de repulsão com a finalidade de defender-se da idéia incompatível” (Freud, 1980 [1893-1895b], p. 325).

O processo por meio do qual o eu se divorcia das idéias incompatíveis, expulsando-as de seu campo, conduz ao processo de divisão psíquica. As idéias de caráter aflitivo ao eu passam, desde então, a formar um grupo associativo separado da consciência. O material patogênico expulso passa a organizar-se segundo uma lógica associativa de coerência diversa da organização do eu, e dele independente. Com efeito, por meio do recalque “a idéia não é aniquilada por tal repúdio, mas simplesmente reprimida para o inconsciente. [...] o que se desejava era eliminar uma idéia, como se jamais ela tivesse surgido, mas tudo o que se conseguia fazer é isola-la psiquicamente” (Freud, 1980 [1892-1893], p. 171).

O abandono do método hipnótico conduziu à importante descoberta de forças resistenciais atuantes no paciente. A hipnose ocultava as resistências do eu, razão pela qual Freud se torna ainda mais cético quanto à eficácia terapêutica da sugestão hipnótica.

Vemos, neste período inicial da psicanálise, a presença de muitas e de importantes idéias que se constituíram em ponto de partida para as futuras linhas de desenvolvimento da teoria do inconsciente e do método da livre associação. Encontramo-nos, neste período, diante de um momento incipiente do desenvolvimento da futura teoria do inconsciente, tal como se encontra elaborada na primeira tópica freudiana. Passo a passo, a noção de fatos reais traumáticos, como causa subjacente aos sintomas, cede lugar à teoria do fantasma inconsciente, permitindo a Freud elaborar que as associações que unem as representações inconscientes entre si ocorrem à revelia da vontade do eu e que as articulações estabelecidas pelo inconsciente não se perdem pela ação do recalque. Essas noções conceptuais são atuais e se encontram presentes em germe neste período histórico dos *Estudos sobre a Histeria*. Sabemos hoje, pautados pelos desenvolvimentos teóricos posteriores, o que a noção de lembranças traumáticas deve à noção de representações fantasmáticas. Dizendo de outro modo, sabemos hoje sobre o caráter fantasmático destas lembranças. Sabemos também que a noção de um trauma insuportável, a presença de um núcleo traumático primário, causa

originária dos sintomas, responde à noção de pulsão e de sua inscrição no registro psíquico, isto é, à noção de “[...] ‘recalque primário’ da primeira tópica, ‘isso’ freudiano da segunda, ‘Real’ lacaniano” (Pommier, 1990, p. 25), o que nos conduz, por seu turno, à noção de uma causa primária vazia como núcleo no qual se enraíza toda manifestação sintomática. O que é irreconciliável, traumático ao “ego coerente”, e contra o qual ele se defende, é o desejo indeterminado do Outro e a montagem fantasmática que dele se deriva e que serve ao propósito de encobri-lo.

No inconsciente, onde está a causa? Sabemos onde ela está: um e outro pensamento não fazem senão aproximá-lo marcando seu caráter inatingível. A causa no inconsciente é o que é aproximado e falho. O que é que faz causar o inconsciente? É o que Freud chamava de seu famoso umbigo do sonho: isso quer dizer que é possível sempre tentar chegar ao âmago da análise de um sonho, mas jamais se chegará ao âmago, quaisquer que sejam as interpretações tremendamente notáveis que se faça (Melman, 1994, p. 31).

É verdade que num período imediatamente anterior à elaboração da teoria da defesa as noções teóricas avançadas a propósito da divisão psíquica eram colocadas em termos de “estados de cisão da consciência”, postulando-se que havia uma “consciência normal” e uma “segunda consciência”, onde se encontravam as lembranças de caráter penoso. É verdade também que a técnica consistia em torná-las conscientes, ou seja, integrá-las à cadeia de associações conscientes, daí o recurso à hipnose ou ao método coercitivo. De fato, isto conduz à noção de que o inconsciente, aqui entendido como um estado de cisão da própria consciência, deveria ser integrado à “consciência normal”. Entretanto, a noção de que a consciência poderia dividir-se a si própria, gerando como consequência dois estados de consciência, na qual uma consciência nada poderia saber sobre a outra, é de fato uma concepção filosófica à qual Freud não apenas não se detém por muito tempo, mas em relação a qual lançará severas críticas posteriormente. Assim é que, já em 1892-1893, no texto *Um Caso de Cura Pelo Hipnotismo* Freud propõe como modelo da divisão psíquica a noção de “vontade e contra-vontade”, apontando que para além da vontade consciente manifestada pelo paciente existe algo que não apenas se contrapõe a mesma mas que, de forma mais determinante, se apresenta como soberana sobre a vontade. A contra-vontade é, neste período, concebida por Freud como soberana no psíquico, impondo-se sob a forma de manifestações

sintomáticas. Contra-vontade é o nome dado por Freud, em 1892, ao desejo inconsciente, tal como o compreendemos hoje. Logo em seguida ao modelo da divisão psíquica sob a forma de “vontade e contra-vontade”, Freud elabora e propõe um novo modelo sobre o processo de divisão psíquica: o modelo da incompatibilidade do eu com certas idéias de caráter penoso, ou seja, o modelo da dissociação psíquica presente entre o eu e um grupo de ideais incompatíveis e inaceitáveis por este eu.

Vimos como imediatamente após estas elaborações conceituais, ou mesmo a elas paralelas, tem lugar a noção de associações regidas por laços de coerência lógica simbólicos. O material *esquecido* vai sendo relacionado, de forma cada vez mais sistemática, à concepção de que o que de fato o paciente *esquecia* não eram os eventos penosos, mas, sim os fios de concatenação lógica que se estabeleciam entre os sintomas manifestos e o núcleo traumático, e que formavam uma verdadeira cadeia associativa de pensamentos.

Portanto, não se trata de rememoração de lembranças inconscientes por parte do analisando, mas sim deste abandonar-se, deixando-se conduzir por estes fios lógicos que ligam as representações inconscientes entre si. É do inconsciente concebido como um processo dinâmico articulatório que o método da livre associação se sustenta. A noção de cadeias de representações de desejo inconsciente retira o inconsciente freudiano do marco de uma concepção psicológica substancialista que conduz a identificá-lo a conteúdos afetivos, emoções e sentimentos. Retira igualmente o inconsciente da noção biológica de “tendências instintuais primitivas” (Hartmann, 1969, p 45) que, permanecendo à margem do processo de desenvolvimento, amadurecimento e aprendizagem, manifestar-se-iam como tendências anti-sociais que escapam ao processo de socialização, ajuste e adaptação do eu. Este foi o modo pelo qual o inconsciente, para os teóricos do ego, ficou identificado ao isso e este, por sua vez, identificado ao irracional desadaptado, e sobre o qual convém pôr as rédeas da via corretora do princípio da realidade.

Mas o que vem a ser o princípio da realidade para os psicólogos do ego? “Trata-se da realidade cotidiana, imediata, social? Do conformismo às categorias estabelecidas, aos costumes admitidos? Da realidade descoberta pela ciência?” (Lacan, 1991, p. 32). Na Psicologia do Ego todas estas questões convergem, recebendo formulação positiva. O princípio de realidade, definido como princípio de adaptação, deve ser aceito pelo indivíduo uma vez que se traduz como guia para todo bom comportamento.

Quanto a nós, partícipes do ponto de vista freudiano, acreditamos que a vida em grupo, uma das fontes de mal-estar assinalada por Freud, pode cobrar ao sujeito um tributo alto

demais: o de render-se aos “ideais de multidão” (Freud, 1980 [1930], p. [81]). Os ideais sociais coletivos impõem-se ao homem como um conjunto de valores, crenças e ordenamentos morais que, ao se apresentarem como portadores de um saber sobre a verdade, são colocados na posição de servir de guias para a vida, comandando, deste modo, processos e fenômenos específicos de alienação ao imaginário social dominante. O fascínio que estes ideais coletivos exercem sobre cada sujeito que a ele se submete deriva-se do fato de que “[...] sua aceitação da neurose universal poupa-lhes o trabalho de elaborar uma neurose pessoal” (Freud, 1980 [1927], p. 58), preço que o neurótico, pela sua “servidão mental”, parece nunca achar alto demais, na medida em que lhe permite permanecer no desconhecimento de seu próprio desejo,

Ao nosso ver, para a Psicologia do Ego, uma ação é tida como adaptada na medida em que o sujeito abre mão de seu desejo inconsciente, em nome do guia de adaptação suposto presente no princípio de realidade, definido, pela referida escola, como princípio de adaptação. Contudo, onde o indivíduo encontra o modelo para conduzir-se adequadamente em relação à realidade? Onde encontra a certeza de que está processando a leitura correta da realidade circundante? De acordo com os teóricos do ego encontra-o no modelo identificatório presente na figura do analista, talhado como medida padrão de todo bom ajuste. Ao nosso ver, cabe aqui a advertência de Freud de que “por mais que um analista possa ficar tentado a transformar-se num professor, modelo e ideal para outras pessoas, e criar homens a sua própria imagem e semelhança, não deve esquecer que esta não é a sua tarefa no relacionamento analítico e que, na verdade, será desleal a essa tarefa se permitir-se ser levado por suas inclinações” (Freud 1980 [1940a], p. 202).

A questão: existe uma realidade idêntica para todos? recebe na Psicologia do Ego formulação afirmativa, conduzindo a conclusão de que a lei a qual convém seguir e pautar-se, tomando-a como guia mestre, são as leis das normas e regras morais sociais convencionais e não a Lei do desejo inconsciente. O que não deixa de eximir, na ocasião, o sujeito da dor de existir, ainda que ao preço de abrir mão daquilo que, por habitá-lo, encontra-se no fundamento que o sustenta enquanto sujeito – o desejo inconsciente.

Foi justamente a sugestão, concebida como fenômeno amoroso que dispõe o analisando a uma posição de servidão a um lugar suposto saber, passível de vir encarnar-se na pessoa do analista, que Freud apontou os riscos implicados em todo tratamento que se pautar no recurso à sugestão, definida como técnica de convencimento. Ocasão propícia para lembrarmos que a idéia, o conceito que um analista faz do que seja o inconsciente, a direção do

tratamento, a ética no qual ele deve pautar-se e, por fim, o que ele entende por finitude de uma análise, dirigirá seus atos analíticos.

Já nos referimos anteriormente à problemática de tornar consciente o inconsciente. Que devemos entender por tornar consciente o inconsciente? Quais são os limites e os alcances que podemos depreender desta expressão freqüente na obra freudiana? Tratar-se-ia de fazer uma compreensão psicológica da mesma, e que consistiria em tornar sabido à consciência o *saber insabido do* inconsciente? Seria o caso de supor como possível, viável e até mesmo desejável um progressivo apossamento, e conseqüente conhecimento, pela consciência do que é inconsciente?

A questão de como algo inconsciente se torna consciente não nos parece de modo algum banal, não somente devido ao fato de que está sujeita a equívocos e mal entendidos, mas, sobretudo, porque no texto metapsicológico *O Inconsciente* (1915a), texto canônico sobre o tema do inconsciente, o próprio Freud dedica uma particular atenção a este tema. A questão levantada por Freud nesse texto é quanto ao modo em que se dá a transposição, isto é, a passagem das idéias do sistema inconsciente para o sistema consciente. Questão levantada a propósito de razões de ordem tópica. Nesta ocasião Freud avança três hipóteses.

A primeira hipótese, dita *tópica*, avança sobre a possibilidade de um duplo registro dos materiais mnêmicos inconscientes. Essa hipótese é proposta nos seguintes termos por Freud: quando uma idéia (no sentido de uma representação) passa de um registro inconsciente para um registro consciente, com a mudança de localização tópica aí operada, a idéia passa a existir em dois lugares diversos, isto é, a idéia continua a ter existência psíquica inconsciente, acrescida agora de uma existência paralela no sistema consciente? (Freud, 1989, [1915a], p. 200). Com relação a esta hipótese Freud levanta a objeção de que quando comunicamos ao paciente o conteúdo de um material submetido ao processo de recalque podemos dizer que este material passa a ter existência em dois lugares psíquicos diversos. Contudo, o que se constata clinicamente é que com este procedimento não produzimos qualquer espécie de alteração psíquica, não removemos o recalque e nem anulamos os seus efeitos. A este propósito Freud (1980 [1910b]) assevera que

Se o conhecimento acerca do inconsciente fosse tão importante para o paciente, como as pessoas sem experiência de psicanálise imaginam, ouvir conferências ou ler livros seria suficiente para curá-los. Tais medidas, porém, tem tanta influência sobre os sintomas da doença nervosa, como a distribuição de

cardápios numa época de escassez de víveres tem sobre a fome. A analogia vai mesmo além de sua aplicação imediata; pois, informar ao paciente sobre seu inconsciente redundaria, em regra, numa intensificação do conflito nele e numa exacerbação de seus distúrbios” ( p. 211).

Estamos devidamente advertidos do fato de que revelar ao paciente sobre o seu inconsciente recalcado resulta, no melhor dos casos, numa medida inócua, no pior e no mais freqüente, no fortalecimento da barreira levantada pela resistência.

Tornar consciente o inconsciente, por meio de uma técnica que consista em comunicar o recalcado, tornando-o conhecido à consciência, não faz parte pois do manejo técnico psicanalítico, que conduz ao cumprimento da regra fundamental da livre associação. Sabemos, pelo legado de ensinamentos que Freud deixou, que um manejo técnico assim conduzido não é senão manifestação de “uma ambição terapêutica” (Freud, 1980 [1912a], p.153) por parte do analista, e que Freud não vacila em considerar como o “[...] sentimento mais perigoso para um psicanalista” (p. 153). Ao proceder deste modo, o analista não estará fazendo nada mais do que inculcar no paciente as suas próprias aspirações e desejos, fazendo um uso abusivo do laço transferencial e colocando-o ao serviço da sugestão. A via técnica de tornar consciente o inconsciente, pautando-se no suposto da transmissão de um conhecimento está, por razões de eficácia técnica e de ordem ética, fechada.

A segunda hipótese, denominada por Freud de *funcional*, aventa a possibilidade de que a passagem de uma idéia inconsciente para o consciente implicaria numa mudança de estado da mesma. Essa hipótese é abandonada por Freud que a considerou a mais grosseira das três.

A terceira hipótese formulada por Freud põe um ponto de basta em torno das celeumas travadas em torno da questão de como algo inconsciente se faz consciente. Ela consiste, primeiramente, numa recusa das duas hipóteses anteriores. A passagem do inconsciente para o consciente não se dá por meio de uma mudança de registro, tampouco por diferenças produzidas no estado funcional. A terceira hipótese formulada por Freud introduz a distinção entre “representação de coisa” (*Sachvorstellung*) e “representação de palavra” (*Wortvorstellung*). Hipótese segundo a qual no inconsciente subsistem as “representações de coisa” sem a “representação de palavra” que lhe corresponde. Doravante, ligar a “representação de coisa” a uma “representação de palavra” não é garantia, mas, possibilidade de que o inconsciente alcance à consciência. “Como uma coisa se torna consciente? Seria assim mais vantajosamente enunciada: Como uma coisa se torna pré-consciente? E a resposta

seria: Vinculando-se às representações verbais que lhe são correspondentes” (Freud, 1980 [1923], p. 33).

No *Seminário* livro 7 (1991), Lacan adianta que a oposição *Wortvorstellung* e *Sachvorstellung* responde em Freud às dificuldades e impasses por ele encontradas no tocante ao estado da lingüística de sua época, e de que esta oposição, introduzida por Freud, mostra admiravelmente o quanto ele compreendeu bem a distinção entre a linguagem como função, isto é, do papel que a linguagem cumpre no nível do pré-consciente, da linguagem enquanto estrutura. Lacan sublinha ainda que Freud fala de *Sachvorstellung* e não de *Dingvorstellung* e de que, portanto não é em vão que “[...] as *Sachvorstellung* estejam ligadas a *Wortvorstellung*, mostrando-nos assim que há uma relação entre coisa e palavra” (p. 60).

A tradução em palavras é o recurso onde repousa a possibilidade de tornar o inconsciente acessível à consciência. Freud, quando distingue no inconsciente a representação de coisa e de palavra, está nos assinalando uma dimensão da representação inconsciente - a de coisa - que jamais chega à consciência, a não ser pelo seu enlace a uma representação de palavra.

Se quiséssemos precisar de modo rigoroso o que está contido no inconsciente diríamos então: as representações *simbólicas* de *coisas* (*Sachvorstellung*) produzidas no campo da palavra. E, se quiséssemos, também de modo rigoroso, definir em que consiste tornar consciente o inconsciente diríamos, de acordo com Kehl, (2002), que “a passagem do inconsciente à consciência só é possível por intermédio das palavras, podemos deduzir que nessa passagem algo se perde, algo da verdade das representações de coisa as ‘primeiras e verdadeiras cargas de objeto’” (p. 123).

“[...] estamos em condições de declarar precisamente o que é que a repressão nega à apresentação rejeitada nas neuroses de transferência: o que ela nega à apresentação é a tradução em palavras que permanece ligada ao objeto” (Freud, 1980 [1915a], p. 230). De acordo com elaborações efetuadas por Freud, tornar consciente o inconsciente consiste num ato de reconhecimento e elaboração do material submetido ao processo de recalçamento, e de que isso ocorre através do ato da fala. Falando o sujeito encontra recursos na em para elaborar o material psíquico inconsciente, integrando-o ao seu sistema simbólico

Creemos ter respondido a questão de como se faz possível o inconsciente tornar-se consciente: pelo recurso à tradução em palavras. As palavras, e somente elas, permitem a simbolização de um real vivido, causa permanente de angústia. Daí que o desejo eticamente legítimo do analista é de que o analisante fale. De que ele associe livremente. Mas, poderíamos

perguntar, livre de quê? “Livre da pregnância imaginária do excesso de sentido. Livre do subjugamento do sujeito ao saber imaginário, dos excessos de certeza nos quais o sujeito se sustenta como ser e que o fazem adoecer” (Baratto, 1988, p. 77).

### **3.4. O Retorno do Recalcado: Os derivados do inconsciente**

Abordamos acima a problemática questão de como se faz consciente o inconsciente. Propomos agora outra questão intimamente a ela relacionada. Quais são os efeitos produzidos na consciência quando da irrupção do inconsciente? A resposta é que a consciência, em relação à emergência do inconsciente, só pode experimentar angústia. A manifestação do inconsciente é causa de estranhamento para o eu (*moi*). Tudo se passa como se o que emergisse do inconsciente pertencesse a outrem e não a si próprio. O eu não se reconhece nas produções de seu inconsciente, experimentando em relação às mesmas um estranhamento que o impede de integrá-las e reconhecê-las como próprias. O eu se vê duramente atingido, abalado nas suas certezas e na sua pretensa ilusão de autonomia. O eu é surpreendido por algo que, em sua própria morada, faz invasão como um convidado indesejável. Um derivado substituto do inconsciente atinge a consciência, produz pontos de fratura e depois retorna diretamente ao *esquecimento ativo* do inconsciente. Tornar consciente o inconsciente toma, para nós, o sentido de, na crosta da consciência, produzir-se pontos de fratura que tenham o efeito de suspensão dos sentidos cristalizados.

A irrupção do processo primário, que caracteriza o modo de funcionamento do inconsciente, produz, não um conhecimento ampliado da consciência, mas desconhecimento radical, como tal, é causa de angústia para o eu. A emergência na consciência do saber insabido do inconsciente é produtora de fendas, cortes, rupturas nos sentidos postos. Contrariamente à visão comumente aceita – segundo a qual o inconsciente seria sede de conteúdos que, revelados à consciência por um passe de mágica, ver-se-ia costurada a cisão psíquica; contrariamente à idéia segundo a qual o inconsciente seria ainda o profundo a ser trazido à superfície, formando por meio da junção de planos uma grande consciência – o inconsciente freudiano, lugar da determinação simbólica do sujeito, não pode ser harmonizado com as representações imaginárias da consciência. O imaginário egóico é rachado o tempo todo pela irrupção do inconsciente. Na relação entre os sistemas tudo se passa como se nunca estivéssemos mais conscientes do que na justa e estrita medida de que nada reconheçamos de nosso desejo inconsciente. E, não é justamente a ignorância uma de nossas mais fortes paixões? E não é também em seu nome que o recalque se produz e se mantém? De fato é

assim. Se o inconsciente revela algo, e o faz sempre de forma dolorosa, é a cisão a qual estamos, enquanto sujeitos, irremediavelmente submetidos.

Retenhamos que uma *formação do inconsciente* – sonho, lapso, ato falho, sintoma, dito espirituoso – é sempre uma emergência pontual, enigmática e de caráter imprevisível, e jamais uma manifestação que se daria por obra de um esforço deliberado de um dos pares envolvidos no trabalho analítico. Ao contrário, o anseio em apreender o inconsciente não faz senão com que ele nos escape entre os dedos. É neste sentido que Lacan acentua “[...] a função de algum modo *pulsativa* do inconsciente, a necessidade de desvanecimento que lhe parece ser de algum modo inerente – tudo que, por um instante, aparece em sua fenda, parecendo ser destinado, por uma espécie de preempção, a se cicatrizar, como o próprio Freud empregou a metáfora, a escapular, a desaparecer” (Lacan, 1988a, p. 46).

O que desejamos sublinhar é o modo de expressão significante que tem o inconsciente de dizer de sua presença, isto é, sua característica de apresentar-se sempre de forma enigmática. O inconsciente se manifesta sempre ao modo de um significante S1, significante de abertura, de corte, como tal, não porta sentido algum. O sentido se encontra ao nível do S2, significante de fechamento, de sutura da fenda que o primeiro introduz<sup>15</sup>. Estamos nos referindo ao fato do inconsciente, compreendido como dinâmica articulatória, não se constituir num saber já pronto e acabado a ser encontrado. O saber, como vimos, é o que se produz no *a posteriori*. O inconsciente, enquanto saber insabido, saber que se produz no *só depois*, não é nunca uma substância sensível perceptível. Não há dúvida, ele é sensível, porém não visível.

Juranville (1987) coloca algumas chaves de leitura acerca da problemática relativa à existência do inconsciente ao sinalizar que “[...] a primeira vista, a existência de uma coisa como o ‘inconsciente’ não é evidente. Para começar, o inconsciente não existe como o sol ou como um gato e não pode ser objeto de uma certeza sensível [...] O inconsciente não é uma coisa. [...] O in-consciente, no sentido pleno do termo, acha-se numa relação de distanciamento essencial com o fenômeno da consciência, e esse distanciamento deve ser

---

<sup>15</sup> Alertamos nosso leitor que maiores elaborações sobre a teoria do significante em Lacan serão efetuadas logo adiante. Contudo, esclarecemos que a teoria do significante é central nas teses de Lacan. O significante tem efeitos estruturantes sobre o sujeito, determinando-o como sujeito do inconsciente – (\$). Através da teoria do significante, Lacan pôde demonstrar a absoluta solidariedade da estrutura do inconsciente com a estrutura da linguagem.

O significante deve ser compreendido como autônomo para com o significado. Um significante não remete a um objeto ou sentido determinados, mas sim a outro significante. Um significante S1 só tem sentido pela sua articulação a outro significante S2. A proposição S1→S2, remete à noção de cadeia. Assim, fora da cadeia um significante não porta sentido algum. O sentido de um significante depende, pois, do contexto no qual se encontra inserido. O próprio do significante é de andar aos pares, isto é, articulado em cadeia.

marcado no nível da subjetividade” (p. 21). O inconsciente não pode de modo algum ser objeto de observação direta como supõem os teóricos da Psicologia do Ego. Sabemos da existência do inconsciente somente pelos efeitos que se produzem no âmbito dos discursos efetivamente pronunciados por um sujeito. Deste modo concluímos, junto com Garcia-Rosa (1995), que “a verificação direta do inconsciente jamais será feita, sua impossibilidade empírica não se deve à falta de instrumentos, mas à sua própria natureza. Uma fenomenologia do inconsciente é uma tarefa impossível. Ele poderá, quando muito, ser inferido a partir de seus efeitos na consciência, ou, melhor ainda, a partir de seus efeitos no discurso manifesto, mas jamais ser objeto de observação direta” (p. 11).

O inconsciente Jamais se dá a ver diretamente, ao vivo. Freud sublinha que jamais temos acesso ao inconsciente, mas tão somente acesso ao seu produto: “não é de modo algum impossível ao produto da atividade inconsciente penetrar na consciência” (Freud, 1980 [1912b], p. 331). O inconsciente não é factível de tornar-se objeto de conhecimento, mas sim de reconhecimento, o que não é de modo algum a mesma coisa. O inconsciente exige ser reconhecido nos efeitos de cisão que produz. Não somente não se dá ao conhecimento consciente sob a forma de um saldo de ganho de saber, mas, de modo mais radical, é suposto no *a posteriori* de uma formação significante adventícia. O inconsciente não é o que não se conhece. Esse posicionamento conduziria a uma concepção dogmática que assimilaria o inconsciente ao lugar do mistério, e a prática analítica a uma empresa de produzir conhecimento no lugar onde ele parece falho e incompleto.

A prática da psicanálise tampouco é uma prática de adequação do sujeito a uma suposta realidade dita objetiva. Isto seria “[...] confundirmos, por pouco que seja, a noção de realidade com a de objetividade[...]

 (Lacan, 1988b, p. 218). Lacan adverte que a prática analítica não é exercida com vistas à adaptação do sujeito à realidade social circundante; não se trata de adaptá-lo a esta mas, justamente, de mostrar-lhe que está adaptado demais a ela (Lacan, 1998, p. 602).

Sob o nome de psicanálise aloja-se um punhado de teorias e de práticas que nada tem a ver com o sentido e com a experiência conferida por Freud ao termo inconsciente. Sob a denominação de psicanálise os mentores da Psicologia do Ego alinham uma prática de sentido efetivamente anti-freudiana. A Psicologia do Ego se propôs a “[...] ultrapassar aquilo que aliás ignora, guardando da doutrina de Freud apenas o suficiente para sentir o quanto lhe é

dissonante o que ela acabou de enunciar de sua experiência” (Lacan, 1998, p. 592). Em nome de progressos efetuados à psicanálise, a Psicologia do Ego ordenou uma técnica de adaptação voltada a conformação do sujeito à realidade ambiental física e social. Para a psicanálise, ao contrário, o sujeito está submetido à estrutura de hiância radical que o constitui, enquanto sujeito referido ao desejo inconsciente.

A Psicologia do Ego veiculou a ideologia e a promessa da possibilidade de uma perfeita adequação e harmonia do homem ao mundo circundante, através de uma adaptação que seria bem sucedida, elevando a primeiro plano uma técnica com fins “educativos correccionais” das ditas experiências emocionais irracionais do mesmo. Mas, é possível ou mesmo desejável uma prática terapêutica do desejo inconsciente? Sobre esta questão Freud (1980 [1910a]) advertiu para o fato de que “o desejo inconsciente escapa a qualquer influência [...]” e de que a extirpação radical dos desejos infantis não é absolutamente o fim ideal” (p. 49).

O caráter *pulsátil* do inconsciente remete à idéia de um instante fugaz de abertura e de fechamento. O inconsciente não é nunca algo da ordem de um conteúdo substancial que poderia ficar a disposição permanente da consciência, quer essa substância seja compreendida como o emotivo, o afetivo, quer substância de outra ordem qualquer. O inconsciente escapa sempre ao controle da consciência. E nem poderia ser de outro modo, se com Freud aprendemos a considerar a consciência como uma espécie de balcão de recepção no qual o que vem de *dentro* e o que vem de *fora* por ela passa, sem nela se deter e sem deixar vestígios. Diga-se de passagem que uma das ilusões da consciência é justamente a de supor que o *fora* e o *dentro* se constituem em territórios firmemente delimitados e claramente perceptíveis. A consciência é simplesmente o lugar onde as representações passam, circulam, sem jamais fornecer a totalidade das informações. É um equívoco, e dos mais grosseiros, supor que o estado de consciência seja uma condição permanente. O equívoco de supor a consciência como um estado totalizador permanente é tão somente suplantado por aquele que, ao fazer da consciência o centro da subjetividade, a homologa à tópica do eu. O maior equívoco produzido pela Psicologia do Ego consistiu em, pura e simplesmente identificar o eu à consciência. Para Freud, contudo, o eu não é uma unidade. Não se identifica à consciência. O *sujeito* não é, tampouco, o *indivíduo*.

A crítica que Freud endereçou a Adler nos parece tão pertinente quanto atual também a respeito das teorias da Psicologia do Ego. Para Freud a Individual Psychology, desenvolvida na América do Norte por Adler, representa uma linha de pensamento teórico pouco compatível com a teoria psicanalítica. Embora seja regularmente mencionada ao lado da

psicanálise “na realidade, a psicologia do indivíduo muito pouco tem a ver com a psicanálise, mas, como decorrência de determinadas circunstâncias históricas, leva, em relação a esta e às suas custas, uma espécie de existência parasita” (Freud, 1980 [1933], p. 172).

Referimo-nos acima à consciência como mero lugar de passagem, lugar de transição. Uma idéia que está agora na consciência já não está mais no momento subsequente. Na consciência, tudo se passa como se não houvesse lugar para mais do que uma idéia de cada vez. A consciência é um mero “[...] órgão para o recebimento dos estímulos” (Freud, 1980 [1920], p. 41) proveniente das fontes interiores e exteriores. Para Freud, os processos que ocorrem no aparelho psíquico deixam no sistema inconsciente poderosos traços de “memória” permanentes. Julga, contudo, que tais formas de permanência e de indestrutibilidade de registro de representações dificilmente podem ser deixadas no sistema perceptivo consciente. Se tais traços “mnêmicos” fossem deixados permanentemente na consciência, “[...] muito cedo estabeleceriam limites à aptidão do sistema para o recebimento de novas excitações” (p. 40). Estabelecer-se-ia algo da ordem do: Não temos mais vagas! Vagas lotadas! Em uma palavra, “[...] tornar-se consciente e deixar atrás de si um traço de memória, são processos incompatíveis um com o outro dentro do mesmo sistema” (p. 40-41). É no sistema inconsciente que os traços de memória se fixam e perpetuam, razão pela qual ele é também a sede onde o pensamento se formula. É no inconsciente que se encontram os elementos que podem, pela sua lógica combinatória, traduzir-se em pensamentos. Freud é levado a concluir que o fenômeno de consciência se esgota no próprio ato da consciência.

A noção de derivados do inconsciente, o caráter eruptivo, a permanente atividade e manifestação do inconsciente apontam para o fato de que consciente e inconsciente não são duas ordens completamente separadas e firmemente demarcadas. A divisão entre os sistemas não é estanque, abrupta, elaboração que é, aliás, muito antiga no pensamento de Freud. Nos anos relativos aos *Estudos Sobre a Histeria* ele já esboçava esta noção de uma intrusão do inconsciente no eu. Em suas próprias palavras:

Nosso grupo psíquico patogênico, por outro lado, não admite ser radicalmente extirpado do ego. Suas camadas externas passam em todas as direções para partes do ego normal; e, na realidade, pertencem a este do mesmo modo que à organização patogênica. Na análise, o limite entre os dois é fixado de maneira puramente convencional, ora num único ponto, ora em outro, sendo que em

alguns lugares não pode ser estabelecido absolutamente (Freud, 1980 [1983-1895b]:347).

As elaborações teóricas de Freud neste período o conduzem a constatar que o eu se constituía numa força de resistência que se opõe à rememoração das lembranças inconscientes, e de que essas lembranças se constituem num grupo de idéias patogênicas que formam um corpo estranho “infiltrado” no próprio eu. Nesta mesma ocasião, consoante ao que será desenvolvido posteriormente no texto *Além do Princípio do Prazer*, referindo-se a consciência, Freud assevera que “somente uma lembrança de cada vez pode entrar na consciência do ego” (Freud 1980 [1920], p. 348). O que mais uma vez nos lembra a incoerência de uma perspectiva técnica com vistas a tornar consciente o inconsciente, no suposto de que com isso houvesse um alargamento das fronteiras da consciência.

Em 1915, no texto *O Inconsciente*, Freud dedicará todo o capítulo VI ao tema da “comunicação entre os dois sistemas”. Não será esta a primeira vez, nem tampouco a última, que Freud insistirá a propósito de dois pontos fundamentais descobertos pela psicanálise. O primeiro ponto se refere à importância comumente concedida aos processos mentais conscientes. Sobre isto Freud insiste que devemos “emanciparmo-nos” do princípio segundo o qual há estrita correlação entre psíquico e consciente. A consciência pertence ao psíquico, sem contudo totalizá-lo. Os domínios do psíquico ultrapassam em muito os domínios da consciência. “Enquanto, que para a maioria das pessoas, ‘consciente’ e ‘psíquico’ são a mesma coisa, fomos obrigados a ampliar o conceito de ‘psíquico’ e reconhecer como ‘psíquico’ algo que não é ‘consciente’” (Freud, 1980 [1916-1917], p. 376). Do mesmo modo, a psicanálise não homologa e nem identifica a sexualidade com a genitalidade, postulando a existência de algo sexual que não é genital, que não tem nenhuma relação com a reprodução.

Freud convoca a que nos libertemos da concepção que identifica o psíquico à consciência, juntamente com a concepção que lhe é correlata: a de que as mais elevadas organizações dos processos da vida psíquica e dos processos de pensamentos organizados ocorram, necessariamente, na região psíquica consciente. Tal concepção remete, inequivocamente, à idéia corrente segundo a qual o inconsciente corresponderia ao caos, à desordem, ao inorganizado, ao domínio das paixões sem lei, ao inadaptado, ao irracional, enfim. Pensamento ao qual todos os afiliados da escola da Psicologia do Ego deram lastro, ao concluírem que a vida psíquica é constituída de duas porções firmemente separadas e

regionalmente delimitadas: de um lado, os componentes irracionais da personalidade, de outro, os racionais .

O segundo ponto fundamental sobre a qual Freud insiste no texto *O Inconsciente* (1915a) é aquele que versa sobre a comunicação permanente entre os sistemas, e que conduz precisamente a noção de uma não delimitação clara e precisa entre o sistema consciente e inconsciente. Como se processa esta comunicação entre os sistemas e no que ela implica? Implica em muitas elaborações conceituais paralelas e intimamente relacionadas. Primeiramente, que o sistema inconsciente jamais permanece em repouso. Que ele consiste não em idéias tornadas fracas pelo processo de recalque, mas sim, que o inconsciente é constituído de idéias simultaneamente inconscientes e ativas. Melhor dizendo, ativas porquanto inconsciente. A atividade do inconsciente põe-se em manifesto no menor dos atos da vida cotidiana de um sujeito. Determinado pelo seu inconsciente, o sujeito vê-se constrangido, compelido, como que por uma “força demoníaca”, a fazer e a dizer mais do que pretendia intencionalmente, sem que esteja, em toda e qualquer ocasião, em condições de reconhecer nisso a presença de seu desejo. Para Freud (1980 [1915a]), “o estudo dos derivados do Ics. desapontará inteiramente nossas expectativas quanto a uma distinção esquematicamente nítida entre os dois sistemas psíquicos” (p. 218).

Em 1933, no texto *A Dissecção da Personalidade Psíquica*, em pleno período da segunda tópica, Freud proporá, a respeito das três províncias mentais – isso, eu e supereu – e das relações dinâmicas e mútuas que entre elas têm lugar, a metáfora das três regiões geográficas: montanhas, planície e regiões dos lagos. Poderia, diz Freud, ser idealmente o caso, para fins de arranjo hegemônico perfeito, que cada região fosse ocupada por uma determinada e única raça, que por sua vez, se dedicasse a uma única e exclusiva atividade. Nas planícies se cultivaria o solo, nos lagos se praticaria à pesca e nas montanhas a atividade pastoril. Entretanto, um tal arranjo geográfico em realidade não ocorre. Nas regiões das montanhas e dos lagos encontram-se terras cultiváveis, nas quais se pratica o plantio. Nas planícies também há atividades pecuárias. Nas três províncias do aparelho mental estamos diante do mesmo estado de coisas. “Ao pensar nessa divisão da personalidade em um ego, um super ego e um id, naturalmente, os senhores não terão imaginado fronteiras nítidas como as fronteiras artificiais delineadas na geografia política” (Freud, 1980[1933], p. 101).

Embora as representações inconscientes sejam *unverträglich*, incompatíveis com aquelas presentes na consciência, razão pela qual são condenadas ao recalque, isto não impede que elas avancem e rompam a barreira que o recalque lhes impôs. O retorno do recalado

aponta para o fato de que o que se encontra na consciência é inteiramente autorizado pelo inconsciente, e que, quanto a isto, ela nada pode fazer. O inconsciente não é o sem governo, o desgovernado, é o governante. A consciência, enquanto sede de representações imaginárias, é mais desconhecimento que conhecimento. Em todo caso, conhecimento imaginário que permite ao sujeito manter-se na ignorância do desejo inconsciente que o determina. A consciência é uma espécie de véu, de névoa que, ao encobrir a verdade do sujeito, separa-o das determinações simbólicas de seu desejo inconsciente.

O estudo dos derivados do inconsciente nos remete à constatação de que as representações submetidas ao regime de funcionamento do inconsciente não cumprem com a idéia de uma vigorosa fronteira traçada separando os dois sistemas. As representações submetidas à ação do golpe do recalque, e que se encontram regidas pelas leis do inconsciente, não obedecem a barra do recalque. A barreira do recalque rompe-se o tempo todo. Ela é porosa aos rebentos psíquicos provenientes do inconsciente.

A divisão rigorosa e sistemática do psíquico sob a forma de planos, em que uns seriam conscientes e outros inconscientes, não se sustêm à luz das elaborações freudianas, sobretudo quanto concebido à luz do conceito de “compulsão à repetição”. Freud rompe com a noção de uma delimitação precisa entre os sistemas, deixando estabelecido que o recalado repellido não permanece encerrado e inativo no sistema inconsciente. As representações inconscientes não cumprem jamais a ordem de permanecer como tais, isto é, expulsas da consciência. O inconsciente encontra meios de dizer de sua presença sobre a forma de uma “insistência particularíssima” (Lacan, 1985, p. 82), denunciada nos sonhos, nos atos falhos, no dito espirituoso e, igualmente, nos sintomas, apontando, deste modo, que “[...] o ato inicial da repressão é acompanhado por uma seqüência tediosa ou interminável no qual a luta contra o impulso instintual se prolonga até a luta contra o sintoma” (Freud, 1980 [1926], p. 120).

Para Lacan, consoante com Freud, o sintoma, enquanto retorno do recalado, deve ser concebido à luz da noção da cadeia de significantes recalados e jamais como focal. Isto quer dizer que o sintoma em psicanálise não obedece à lógica segundo a qual a todo efeito corresponde uma causa determinada. O sintoma só pode ser pensado à luz da cadeia de representações inconscientes, no interior da qual ele tem lugar, constituindo-se num dos elos que a compõe.

Em *O Recalque* (1915c), Freud elabora que o recalque é uma operação fadada ao fracasso posto deixar atrás de si formações em substitutos. O recalado retorna porque é uma operação devotada, desde o princípio, ao fracasso. É necessário, portanto, conceber o recalque

como constituído por três tempos: o recalque primário, o recalque propriamente dito e o retorno do recalçado. Isso permitiu a Lacan (1979) afirmar que “o recalque começa depois de ter constituído o seu primeiro núcleo. Há agora um ponto central em torno do qual poderão se organizar, em seguida, os sintomas, os recalques sucessivos, e ao mesmo tempo – porque o recalque e a volta do recalçado, são a mesma coisa – a volta do recalque” (p. 222). É esse último tempo do recalque – o retorno do recalçado –, por seu turno, que permitiu a Freud postular a existência do inconsciente, encontrando ali a certeza da presença de pensamentos que operam no sujeito, sem que este possa, entretanto, reconhecê-los como próprios. O eu (*moi*) experimenta em relação ao inconsciente um sinistro alheamento, como se pertencesse a outro. Aliás, via de regra, é deste modo que o sujeito entra em contato com seus próprios pensamentos inconscientes : atribuindo-os a outrem, ocasião na qual eles lhe retornam de forma alienada e invertida.

É ainda com o retorno do recalçado que se opera o trabalho analítico. É ele que, constituindo-se no porta voz privilegiado do inconsciente, permite a via de acesso ao que, de outro modo, permaneceria inacessível. O inconsciente recalçado é suposto a partir de seus sucessivos retornos, sem este retorno nada saberíamos da existência do inconsciente. A respeito da temática da postulação da existência do inconsciente, Freud (1980 [1933]) assim se expressa:

Denominamos inconsciente um processo psíquico cuja existência somos obrigados a supor – devido a algum motivo tal que o inferimos a partir de seus efeitos - mas do qual nada sabemos. Neste caso, temos para tal processo a mesma relação que temos com um processo psíquico de outra pessoa, exceto que, de fato, se trata de um processo nosso, mesmo. Se quisermos ser ainda mais corretos, modificaremos nossa assertiva dizendo que denominamos inconsciente um processo que somos obrigados a supor que ele está sendo ativado *no momento*, embora *no momento* não saibamos nada a seu respeito (p. 90).

É deste modo que o sujeito tem acesso às suas determinações inconscientes, como um saber insabido que se impõe, e a respeito do qual tudo ignora. Na relação transferencial que se estabelece em análise o inconsciente surge, sem que com isso possamos dizer que se tenha tornado consciente e nele se tenha integrado. Era a isto que aludíamos nas páginas anteriores

quando fazíamos referência ao modo de expressão significativa do inconsciente, e cujos efeitos são ressentidos como fraturas na cadeia dos enunciados. A irrupção do inconsciente, que não podemos rigorosamente qualificar como desconhecida, melhor seria defini-la como não reconhecida, é uma manifestação enigmática, e é nestas condições que é porta aberta à livre associação. Num processo de análise o objetivo não é a de que por seu intermédio o sujeito chegue a poder se conhecer um pouco mais e melhor. Uma análise só pode, em verdade, fazer com que o sujeito se desconheça, a cada vez, um pouco mais.

Para Freud o retorno do recalcado mantém com as representações que permanecem recalçadas os mais estreitos laços de relações lógicas. Contudo, o material recalcado, ele mesmo, requer, numa análise, um trabalho de construção. O recalcado, permanecendo inacessível, escapando a apreensão de forma direta, se constitui em ponto de partida para retornos vindouros incessantes. Esse é o modo que encontramos de apontar que em análise só temos acesso às formações do inconsciente, e de que a verdade toda não é, para o humano, uma possibilidade. O todo pertence ao domínio do real que é, por definição, o impossível e, “[...] a impossibilidade da verdade total é inseparável da idéia de desejo inconsciente...” (Juranville, 1987, p.18).

Laplanche (1992), referindo-se a problemática da delimitação entre os sistemas, coloca que esta trata de uma “sobreposição parcial dos sistemas”, em que se pode afirmar que “tudo que pertence ao sistema inconsciente, na medida em que precisamente obedece as leis do processo primário, não é necessariamente não-consciente, subtraído à consciência” (p. 129), avançando a metáfora de que “sistema inconsciente seria algo semelhante àqueles desenhos em que as cores e as formas não coincidem, em que as cores não preenchem exatamente as delimitações do traçado, mas pelo contrário, as sobrepõem” (p. 127). A descoberta de uma ordem de relações de contigüidade entre os sistemas, e, de modo análogo, entre as instâncias da segunda tópica, assim como também a noção de cadeias de pensamentos articuladas e regidas segundo as leis do deslocamento e da condensação, é o que Freud denominou de inconsciente, numa completa e radical rejeição do termo *subconsciente*.

Como pensamos ter demonstrado, a noção de comunicação permanente entre os sistemas aponta para algo completamente diverso da noção embutida na expressão subconsciente. O inconsciente não é o profundo (o que estaria por baixo) encoberto pela consciência. Tampouco é uma segunda consciência. O inconsciente é, com Freud e Lacan, o que no sujeito se manifesta em ato ou em palavras. É porque o material recalcado retorna em substitutos que temos notícias dele. O inconsciente não tem outro meio de se fazer lembrar

senão apelando para substitutos metafóricos. O inconsciente, sob a pena de Freud, não é o que está numa região sub, abaixo e que necessitaria de uma técnica de escavação para encontrá-lo. Não é, nem por isso, factível de ser empírica e positivamente observável. Não se confunde, tampouco, com os arquétipos coletivos junguianos, isto é, com o “material psíquico que subjaz ao limiar da consciência” (Jung, 1987, p. 3).

Jung, ao defender a teoria da existência de um “inconsciente coletivo”, defende a noção de conteúdos inconscientes como produtos residuais das experiências da raça humana com o mundo. Para Jung “[...] as camadas mais profundas do inconsciente” (p.31) estão inteiramente constituídas sob a base de “imagens primordiais” – os arquétipos – constitutivos do “inconsciente coletivo”. De acordo com Jung “aproximar-nos-emos mais da verdade se pensarmos que nossa psique consciente e pessoal repousa sob a ampla base de uma disposição psíquica herdada e universal, cuja natureza é inconsciente” (p. 21).

Jung elaborou a concepção da existência de um inconsciente coletivo a partir de uma dada interpretação conferida ao inconsciente freudiano. Jung concebeu a existência de um inconsciente coletivo, situado além e mais profundamente do inconsciente individual, pelo fato de que considerou que no inconsciente individual os conteúdos adquiridos durante a existência do indivíduo são limitados, e de que, portanto, se só existisse o inconsciente individual seria possível “esgotar o inconsciente mediante a análise e inventário exaustivo do inconsciente” (p. 4). O inconsciente coletivo, em Jung, é também o produto das experiências adquiridas durante a existência, só que, desta vez, das experiências já não mais individuais, mas das experiências da raça com o mundo. “O inconsciente coletivo é uma imagem histórica que se propagou universalmente e irrompe de novo na existência através da uma função psíquica natural” (p. 13)

Não temos, ao aludirmos sobre os rumos que sob a pena de Jung tomou o inconsciente, a intenção de homologar suas elaborações com aquelas que se produziram no interior da Psicologia do Ego. Desejamos apenas destacar que sob o termo inconsciente abrigam-se proposições teóricas que tomam as mais variadas direções, o que nos obriga a nomear a qual inconsciente estamos, em cada ocasião, nos referindo. Embora haja realmente muitas concepções sobre o inconsciente, nosso posicionamento é o de que sob o termo psicanálise abriga-se uma só proposição sobre o inconsciente – a freudiana.

As elaborações formuladas na Psicologia do Ego sobre o inconsciente fundamentaram-se num plano que conduziu ao abandono da descoberta freudiana, em favor de uma concepção biológica, inata, herdada e primitiva sobre o inconsciente. A opção efetuada pelos teóricos do

ego foi sair do terreno movediço que concebe o inconsciente como o lugar referido ao mistério ou o profundo *arquetipal*, para uma mais ao gosto das teses científicas positivistas. Optando ainda por abrigar sob o termo inconsciente os sentimentos, os afetos e as emoções. Contudo, “[...] o inconsciente nunca se refere às necessidades, ou mesmo a uma frustração da satisfação delas” (Melman, 1985, p. 52). Tampouco se refere às emoções, ainda que contemporaneamente convivamos no nosso dia a dia com a concepção psicológica de “problemas emocionais”.

### **3.5. Conclusão**

De acordo com o que foi exposto no presente capítulo pode-se concluir que o inconsciente dá fundamento à psicanálise, tanto no concerne à sua teoria quanto a sua técnica. A história do inconsciente confunde-se com a própria história da psicanálise, na medida em que sua descoberta se encontra na origem da mesma. Sobre a descoberta do inconsciente, e a teoria a qual ele dá lugar, pode-se afirmar que o inconsciente se constitui num divisor de águas no que concerne a concepção de sujeito. Efetivamente, o inconsciente faz função de linha divisória, demarcando a fronteira entre uma teoria sobre sujeito de uma teoria sobre o indivíduo, ou seja, entre a psicanálise e a psicologia. A especificidade da teoria psicanalítica, e do sujeito que no seu interior tem lugar, ordena-se em torno do conceito de inconsciente. Dizendo de outro modo, o inconsciente ordena as diferenças que se estabelecem entre o discurso psicológico de unidade e autonomia do indivíduo e o discurso de sujeito dividido em psicanálise.

É secular na história do pensamento da humanidade, sobretudo em algumas escolas filosóficas, noções mais ou menos vagas a respeito da existência de processos psíquicos que se desenrolam à margem da consciência. Algumas concepções filosóficas relativas a certos estados psíquicos, em que a própria consciência poderia estar submetida a um processo de divisão, deu lastro, difundindo, a idéia segundo a qual importantes parcelas de atividades psíquicas poderiam se furtar ao controle da consciência, vindo constituir-se na face obscura das paixões da alma. A noção de uma consciência que poderia ser dividida em duas partes simetricamente opostas, deu lugar à noção de uma possível integralização da vida psíquica através da reunião das metades separadas, processo que por si só é suposto conduzir à unicidade do indivíduo.

A concepção de uma “consciência inconsciente” (Freud, 1989, [1912b], p. 330) porta em seu bojo a idéia de que a característica da atividade psíquica normal é a de funcionar de forma integrada, isto é, formando uma unidade sintética harmônica, e de que todo processo de fratura psíquica aponta a presença de um estado de doença mórbida. Sem muitos entraves, tornou-se idéia aceita por muitos teóricos que o próprio da atividade psíquica consciente é apreender-se a si mesma, refletindo neste ato o eu. Por esta via solidarizou-se a proposição de uma interdependência, e até mesmo homologação, dos termos: consciência = ego. O sujeito psicológico (indivíduo) é o sujeito do conhecimento, hipostasiado na função de consciência do ego

A teoria do inconsciente em Freud nada deve às teorias filosóficas que pressupõem estados de dupla consciência. Freud postula a universalidade dos processos inconscientes, e não sua contingência patológica. Identificar o inconsciente ao patológico, assim como supor a existência de técnicas que poderiam torná-lo acessível e cristalino à consciência, constitui-se um ato de recusa do inconsciente freudiano.

Freud postula a presença de processos de pensamentos que ao se produzirem fora da consciência obedecem à outra ordem de leis e de lógica que não aquelas que regem os pensamentos da consciência. Em continuidade direta com a proposição de que o inconsciente é sede de pensamentos e de que, portanto, ele pensa, Freud afirma que o inconsciente é também sede de representações investidas libidinalmente, isto é, de representações que veiculam o desejo inconsciente de um sujeito. Freud estabelece a concepção de um sujeito submetido a uma divisão psíquica irremediável. O sujeito freudiano não é, e nem poderá jamais formar, uma unidade organizada em torno da consciência

Freud descobre muito cedo em sua experiência clínica que o sujeito é habitado por pensamentos e desejos que operam à revelia de qualquer controle racional consciente, constando que o inconsciente se apresenta como um *Outro* estranho ao próprio sujeito, que pensa e deseja em seu lugar, e que nada pode fazê-lo calar. Freud decide então escutar a insistente mensagem inconsciente cifrada sob a forma de símbolos mnêmicos.

O que é um símbolo para Freud e qual a lógica de sua produção? No período dos *Estudos Sobre a Histeria* Freud elabora que um símbolo é um substituto, algo que está no lugar de uma outra coisa ausente, e que tem a missão de representá-la, desenvolvendo que a força que entra em jogo no processo de produção de símbolos é o mecanismo do recalque e da resistência do eu. No processo de recalque uma idéia, “B,” por exemplo, incompatível com o eu e, portanto, de caráter desprazeroso, é afastada de seu campo, surgindo em seu lugar uma

idéia substituta – “A” – produzida por deslocamento. A idéia “B” permanece recalçada, logo inconsciente; a idéia “A” representa e ao mesmo tempo impede que “B” surja na consciência. Conclui-se assim que o recalçamento ocorre através da formação de um símbolo e, conseqüentemente, que o deslocamento, a condensação e o recalque são simultâneos, partes integrantes de um mesmo processo.

A questão levantada neste capítulo de como algo inconsciente se faz consciente tem aqui mais uma vez lugar de resposta: por meio do retorno do recalçado em símbolos. O Inconsciente, embora insistente, não tem outro meio de lembrar sua presença senão recorrendo a representantes simbólicos. Tornar consciente o inconsciente, que no pensamento freudiano implica, por um lado, reconhecer e assumir como próprios os pensamentos e desejos inconscientes e, por outro, um ato ético de responsabilização do sujeito pelos mesmos, significa, na Psicologia Psicanalítica do Ego, ampliar o cabedal de conhecimento egóico com o objetivo de lhe permitir melhor exercer seu poder de governo na esfera psíquica.

Sabemos que as elaborações freudianas acerca do recalque sofreram, ao longo da história da psicanálise, transformações conceituais. O conceito de recalque tem, em psicanálise, longa história, coincidindo mesmo com sua origem. O percurso histórico desse conceito vai do período ligado à cura pela hipnose ao período que o próprio Freud chegou a denominar de surgimento da psicanálise propriamente dita, período ligado justamente ao abandono do recurso à hipnose, com todas as elaborações conceituais específicas próprias a ele ligadas, sobremaneira, ao que concerne ao conceito de inconsciente e de resistência então vigentes e, ainda, ao próprio processo de recalçamento.

O recalque sempre suscitou questões a Freud e que permanecem atuais: o que sofre a ação do recalque? Isto é, sobre o que incide o recalque? Quais são os operadores por ele postos em ação? Quais as forças que entram em ação no processo de recalçamento? Quem recalca? Quais as conseqüências psíquicas do recalque? As indagações e elaborações teóricas de Freud nem sempre tiveram o mesmo curso e resposta, o que, no nosso entender, pode ser situado como uma causa possível para que muitos equívocos e confusões se dessem em torno da psicanálise e para que, eventualmente, surgissem tantas escolas ordenadas em torno do apego a determinados pontos do desenvolvimento do pensamento freudiano. Isto, como sabemos, gerou muitos mal entendidos em torno da psicanálise. Num ponto, porém, como vimos, nunca houve vacilação no pensamento freudiano: o recalque incide sobre os representantes da representação – *Wortellungsrepräsentanz* – tornando-as inconscientes e determinado a divisão psíquica do sujeito.

Analisamos neste capítulo, entre outros temas, a especificidade do conceito de recalque em Freud. Abordaremos agora, de modo sucinto e à guisa de conclusão, a leitura que a Psicologia do Ego efetuou sobre o mesmo e que não nos parece de modo algum rigorosa com aquilo que efetivamente Freud elaborou.

A escola norte-americana compreendeu que o recalque obedece às forças sociais, concebidas como tão imperiosas quanto necessárias. Na Psicologia do Ego o recalque não é concebido como constitutivo do sujeito do inconsciente e, portanto, constitutivo da própria subjetividade, conceito que aliás, e não por acaso, lhes escapa completamente. Na Psicologia do Ego o recalque é concebido como um puro mecanismo funcional defensivo do ego voltado contra os “impulsos instintivos irracionais” (Hartmann, 1969, p. 54), objetivando pôr em marcha as tendências adaptativas do ego. O recalque é posto em ação contra as tendências irracionais que entram em choque com a realidade social, e, logo, com o seu suposto representante representativo interno – o super ego.

A Psicologia do Ego partiu da premissa fundamental, central e nuclear de suas elaborações teóricas e técnicas, de que o que sofre a ação do recalque são as “tendências instintivas primitivas” e de que a força que o promove são as normas e as regras das convenções sociais. O recalque é o resultado da relação do indivíduo com o meio social imediato no interior do qual está inserido, constituindo-se num fator, ainda que precário, de adaptação do indivíduo ao meio. O recalque é, portanto, como podemos perceber, por um lado, um mecanismo defensivo posto em curso pelo ego em obediência ao princípio da realidade, isto é, segundo a versão a este conceito conferida pela Psicologia do Ego, em obediência às normas de comportamento padronizadas socialmente. Por outro lado, o recalque, tal como conceituado por esta escola, nada tem a ver com o conceito freudiano de *Verdrängung*. No início deste capítulo esclarecemos a diferença conceptual entre repressão e recalque. A escola da Psicologia do Ego confundiu repressão com recalque, como se entre um e outro não houvesse a menor diferença. Esclarecemos, portanto, que na Psicologia do Ego trata-se do conceito repressão e não de recalque, e que, contrariamente a concepção de Reich, a repressão é considerada um fator necessário de adaptação social

Á questão sobre qual é a relação que o indivíduo estabelece com a sociedade a escola norte-americana responde: uma relação, em princípio, de choque, de antagonismo entre “tendências instintuais” presentes no organismo desde o início da vida e as tendências sociais adaptativas. Na seqüência, tratou-se de preparar o caminho redentor para o estabelecimento resolutivo do conflito assim firmado, e que se encontra colocado em termos de uma

conciliação dos impulsos com o meio social, o que, por seu turno, é pressuposto conduzir ao pleno equilíbrio e harmonia das tendências - *tarefa educacional*. As “tendências impulsivas” devem, no processo de desenvolvimento do indivíduo, marcando o grau mesmo deste desenvolvimento rumo à vida adulta e a maturidade, submeter-se ao controle educativo das tendências sociais.

O recalque (melhor dizendo, como vimos, a repressão) constitui-se, para a Psicologia do Ego, num mecanismo de defesa colocado contra as “tendências primitivas” na tarefa da progressiva adaptação, controle e ajustamento do indivíduo ao meio. A tarefa do meio, através da educação, é a de domesticação progressiva dos instintos. Deste modo, depreende-se que, para a Psicologia do Ego, o indivíduo está bem desenvolvido e amadurecido na medida de uma bem fundada e calcada alienação aos mandamentos e imperativos ideológicos do imaginário social. Isto é, o indivíduo é considerado saudável na justa e estrita medida em que abdica seu de desejo inconsciente. Abdicação esta efetuada em nome de uma identificação imaginária com os valores e prescrições morais sociais. Claro! Trata-se de uma teoria do indivíduo e não do sujeito, de uma teoria da adaptação e não do desejo, de uma teoria que versa sobre universais e não sobre singulares!

A escola norte-americana pôs em pauta uma proposta de prescrição profilática que colocou na ordem do dia a entrada em cena de um recalque que seria bem sucedido, na medida em que nada mais restasse do inconsciente e de suas formações, na medida em que, portanto, nada sobrevivesse do desejo inconsciente que pudesse lembrar nossa irremediável cisão. O recalque é considerado como bem sucedido na medida em que a boca da *hiância* do inconsciente fosse por fim bem costurada e que nenhuma fenda mais afetasse o ser (do)ente, na medida de sua integralização na função de síntese da consciência.

Lacan, no *Seminário* livro 1 (1979), abordando a questão do que seria um recalque bem sucedido diz que se trataria de um recalque “sem volta do recalçado” (p. 222). Devemos com isto concluir que o recalque bem sucedido equivaleria a uma abolição, a uma recusa do que de simbólico nos constitui enquanto sujeitos, de um esquecimento do próprio esquecimento, onde bem sucedido seria o que haveria de mais fracassado. Dito de outro modo, o recalque bem sucedido consistiria pura e simplesmente numa afirmação do ser, do ser que se firmaria numa totalidade da consciência egóica, numa supremacia e autonomia do *indivíduo*, pois.

## Quarto Capítulo

### O INCONSCIENTE E A SEGUNDA TÓPICA

Na primeira tópica Freud elabora a concepção dinâmica do sistema inconsciente, atribuindo-a ao processo do recalque. A noção de inconsciente dinâmico faz referência específica às representações submetidas ao recalque. Poderíamos então concluir que o processo de recalque define o inconsciente, assegurando sua constituição assim como sua manutenção, e, com isso, seríamos levados a supor que todo o inconsciente é recalcado, não fosse uma pequena observação algo enigmática com a qual Freud introduz o texto *O Inconsciente* (1980 [1915a]), no qual afirma que “tudo o que é reprimido deve permanecer inconsciente; mas logo de início declaremos que o reprimido não abrange tudo que é inconsciente. O alcance do inconsciente é mais amplo: o reprimido é apenas uma parte do inconsciente” (p. 191).

Freud havia sistematizado duas concepções do inconsciente, o descritivo (pré-consciente) e o dinâmico, estaria agora introduzindo uma terceira concepção sobre o inconsciente? Uma terceira acepção do termo inconsciente não abrangida pelo recalque, isto é, uma dimensão inconsciente que se furtaria ao processo de recalque e que não poderia, portanto, ser incluída na concepção dinâmica?

Com efeito, a introdução da segunda tópica com *Além do Princípio do Prazer* (1920) implicou numa retomada e num avanço a propósito do conceito de inconsciente. Efetivamente, se o conceito freudiano de inconsciente, tal como apresentado na primeira tópica, representava uma revolução, a segunda tópica introduz algo ainda mais revolucionário e radical. O avanço introduzido pela segunda tópica constituiu-se em algo tão revolucionário no seio do próprio campo psicanalítico que permaneceu inaudível para toda uma geração de analistas, sobretudo para aqueles que fizeram da segunda tópica freudiana o eixo central em torno do qual alçariam suas próprias teses. A Psicologia do Ego não somente desviou-se, passando à margem, do que a primeira tópica elaborava com relação ao inconsciente (compreendido como sistema de representações recalçadas), como também passou ao largo do que a segunda redefinía sobre o mesmo.

#### 4.1. A compulsão à repetição: A insistência do inconsciente

No artigo *A dinâmica da Transferência* (1980 [1912c]) Freud introduz a expressão “Clichê estereotípico (ou diversos deles) constantemente repetido” (p. 133-134) para referir-se ao fato de que o sujeito está fadado a ligar-se a cada novo personagem de sua existência, inclusive o analista, imprimindo sobre estes “idéias libidinais antecipadas” (p. 134). Porém, é no artigo *Recordar, Repetir e Elaborar* (1914b) que ele procede à elaboração e à extração das conseqüências clínicas derivadas da noção de *compulsão à repetição*. O conceito de repetição constitui-se no grande salto avançado por Freud no se refere à técnica da psicanálise, introduzindo a noção conceptual de *compulsão à repetição e neurose de transferência*.

Freud é conduzido a constatar que no cenário da transferência outros fenômenos, além da disposição amorosa do sujeito para com a pessoa do analista – e que o torna predisposto aos fenômenos da sugestão –, se apresentavam. A transferência passa a ser concebida sob um novo enfoque: o da repetição precisamente. Neste período ele constata que o inconsciente não podia ser todo rememorado, que havia um ponto de entrave, de limite imposto ao processo de rememoração, e que, ao aproximar-se deste ponto, falhavam todos os esforços de associação por parte do analisando. Freud observa que chegando a este ponto o inconsciente se fechava à comunicação, e que o que se fechava à palavra, o que nela não podia ser expresso, encontrava na atuação uma outra forma de expressão.

No limite da rememoração surgia uma compulsão a repetir em ato o que não podia ser reproduzido e ab-reagido pela palavra. Repetir torna-se, desde então, a forma que no inconsciente assume o recordar. “[...] O paciente não *recorda* coisa alguma do que esqueceu e reprimiu, mas expressa-o pela atuação, *atua-o* [...]” (Freud, 1980 [1914b], p. 196). O modo peculiar, inusitado que tem o inconsciente de recordar-se revela toda sua estranheza quando lembramos que o sujeito repete sem saber o que nele se repete, e sem saber que o faz. A repetição ocorre à revelia da vontade do sujeito, que acerca dela tudo ignora. O sujeito ignora o que de seu passado, esquecido pela ação do recalçamento, vem atualizar-se na sua vida cotidiana, determinando suas escolhas profissionais, amorosas, seus laços com o semelhante.

Nesta época, à luz do conceito de repetição, Freud elabora que o inconsciente não resiste, insiste. O paciente repete o material recalçado como se este consistisse num fator de impacto atual, contemporâneo. No ponto onde o analista está à espera que o analisando recorde é confrontado com o fato que esse não recorda coisa alguma do que se encontra recalçado, e o que não é possível de ser recordado, e que se constitui no essencial do material recalçado, surge sob a forma de uma compulsão à repetição. Freud constata então que o repetir

substitui o recordar, e que a compulsão à repetição é a “[...] manifestação do poder do reprimido” (Freud, 1980 [1920], p 33). O recalco tende a retornar compelido por uma “força demoníaca”, prova massiva de que o inconsciente é marcado por uma força tendente a atualizar-se no menor dos atos da vida cotidiana, e de que a repetição se constitui num princípio que governa o modo de funcionamento das pulsões.

Freud jamais deixou de insistir no fato de que o inconsciente é uma força tendente a irromper o tempo todo na consciência, e de que a resistência não provém do recalco, mas tão só e exclusivamente do eu. Freud define o recalco como o que é recusado pelo eu (*moi*). Define-o não apenas como aquilo sobre o qual eu nada sabe, mas, sobretudo, do qual nada quer saber. O recalco é o que, na qualidade de recusado pelo eu, vem a instituir esta territorialidade inconsciente, estranha, firmada e estabelecida como não eu.

Há muito deveríamos ter feito a pergunta: de que parte de sua mente surge uma resistência de tal ordem? O principiante em psicanálise estará pronto para responder de imediato: é, naturalmente a resistência do inconsciente. Resposta ambígua e inútil! Se significa que a resistência surge do reprimido, devemos acrescentar: certamente não! Devemos antes, atribuir ao reprimido uma tendência ascendente, um impulso de irromper na consciência. A resistência só pode ser manifestação do ego que inicialmente forçou a repressão e agora deseja mantê-la (Freud, 1980 [1933], p. 88).

Freud une numa bem firmada equação quatro termos solidários: o inconsciente, o recalco, a pulsão e a repetição, como se um conceito não fosse mais do que prolongamento, desdobramento inevitável do outro.

O conceito de repetição é retomado e ampliado em 1920 no texto *Além do Princípio do Prazer* (1920), constituindo-se num dos marcos decisivos para o estabelecimento da segunda tópica e introduzindo, nos próprios conceitos de repetição e de inconsciente, novas elaborações. Essas elaborações conduzem a constatação do fato de que há algo de absolutamente inconsciente no seio do psíquico, mas, ainda que seja absolutamente inconsciente, escapa ao golpe do recalco. O recalco, como já assinalamos, se estabelece na primeira tópica como o processo constitutivo exclusivo do inconsciente. Ele é o operador necessário e suficiente para dar origem aos processos inconscientes. O inconsciente da primeira tópica é essencialmente constituído pelo que foi recalco; essencialmente

constituído por representações, na medida em que o recalque consiste precisamente na operação através da qual elas se instituem, instituindo ao próprio inconsciente. As representações recalçadas constituem a matéria prima do inconsciente, são elas que se vêem submetidas ao regime das leis que nele operam, são elas, portanto, que o definem enquanto sistema dinâmico.

É no contexto em que Freud introduz um além do princípio do prazer governando o funcionamento psíquico que se operou a revisão teórica que conduziu à reinterpretação do aparelho psíquico, concebido até então como constituído por três sistemas – o inconsciente, o pré-consciente e o consciente –, implicando no novo prisma sob o qual ele passará a ser concebido. No interior dessas novas elaborações foram introduzidas importantes modificações com relação ao princípio de regulação psíquica, conduzindo Freud a estabelecer que o aparelho psíquico não é exclusivamente governado pelo princípio do prazer mas por “[...] tendências mais primitivas do que ele e dele independentes” (Freud, 1980 [1920], p. 29), e, sob a ação das quais, “[...] o princípio do prazer é momentaneamente posto fora de ação” (p.33). Como consequência inevitável dessas novas formulações houve profundas alterações no que se refere à técnica da psicanálise e quanto a finitude e infinitude da análise.

De forma análoga, a primeira teoria sobre a angústia é profundamente alterada. A primeira teoria sobre a angústia afirmava que a libido recalçada era transformada de forma automática, direta em angústia. A segunda teoria sustenta que há recalque porque há angústia. Sustenta, portanto, a proposição exatamente inversa: “Foi a ansiedade que produziu a repressão, e não como eu anteriormente acreditava, a repressão que produziu a ansiedade [...]. A ansiedade jamais surge da libido reprimida” (Freud, 1980 [1926], p. 131-132). Retomando esta problemática acerca da angústia no texto *Ansiedade e Vida Pulsional* (1980 [1933]), Freud dirá que “não era a repressão que criava a ansiedade; a ansiedade já existia antes; era a ansiedade que causava a repressão” (p. 108). Temos, portanto, que a angústia preside a ação do recalçamento. “Na segunda, tópica Freud esclarece a relação que o eu (*moi*) entretêm com o *isso*, assim como também a sua relação com a angústia e a castração. A angústia é um sinal de que o eu se encontra em perigo. O que constitui para o eu um perigo iminente, ao qual ele responde com angústia, é o *desamparo* experimentado diante das exigências pulsionais que provêm do *isso*” (Baratto, 2002, p. 63).

A adoção da segunda tópica constituiu-se no marco decisivo para a história do desenvolvimento psicanalítico, introduzindo modificações de suma importância no que tange a

concepção do aparelho psíquico. Além das acima mencionadas, a segunda tópica estabelece que as leis do processo primário – deslocamento e condensação – que caracterizam o modo de funcionamento do inconsciente na primeira tópica, virá caracterizar, na segunda, as novas instâncias do isso, eu e supereu. Essas novas instâncias tópicas passam, doravante, a fazer parte integrante do sistema inconsciente. O isso é inteiramente recoberto pelo atributo de pertencer ao sistema inconsciente, o eu e o supereu são em grande parte inconscientes. A rigorosa divisão do psíquico em três sistemas – consciente, pré-consciente e inconsciente – é acrescentada uma nova concepção. “A questão do automatismo de repetição que governa o aparelho psíquico, o além do princípio do prazer, bem como as dificuldades que envolve a noção de *ich* (eu e ou/sujeito), parte inconsciente e parte consciente, levaram Freud a abandonar a primeira tópica. O termo inconsciente torna-se um atributo eventual das novas instâncias do isso do eu e do supereu” (Chemama, s. d., p. 107).

Em que pese ainda o fato de que continua a ser verdadeira a proposição que assevera que o pólo pulsional da estrutura psíquica, aquele sobre o qual se exerce a ação do recalque, é inconsciente, mas, que, contudo, não o totaliza, vem constituir-se, ao lado do conceito de pulsão de morte, no grande salto avançado pela segunda tópica, exigindo mesmo que Freud designe o lugar da pulsão com o nome de *isso*, estabelecendo, deste modo, a “[...] distinção do isso e do inconsciente” (Cottet, 1989, p. 22). Com a instância do isso Freud não está assinalando exatamente a descoberta de um novo inconsciente, posto que esta noção já se encontrava presente no conceito de recalque primário da primeira tópica. O que Freud está assinalando é que a qualidade de ser inconsciente atravessa e percorre, agora, cada uma das novas instâncias. O atributo de ser inconsciente não é mais exclusivo do pólo pulsional, mas passa a ser igualmente o que qualifica as instâncias tópicas do eu e do supereu. “A descoberta realmente inconveniente, de que partes do ego e também do superego são inconscientes, no sentido dinâmico, atua, neste ponto como um alívio – possibilita a remoção de uma complicação. Percebemos que não temos o direito denominar de ‘sistema Ics’ a região mental alheia ao ego, de vez que a característica de ser inconsciente não lhe é exclusiva” (Freud, 1980 [1933], p. 92).

A introdução da segunda tópica conduz à reelaboração sobre a teoria do inconsciente, levando Freud a introduzir a concepção de um “terceiro inconsciente” (Freud, 1980[1923], p. 30). Retenhamos que o inconsciente, compreendido como sistema dinâmico relacional, requer, necessariamente, a articulação entre o recalque primário e o recalque secundário. Através da operação do recalque primário tem lugar a instância do isso. O isso freudiano se constitui

numa instância impessoal e, portanto, “ele não pode dizer o que quer” (Freud, 1980 [1933], p. 76). O isso é pura abertura para os processos inconscientes, isto é, possibilidade aberta para o estabelecimento do inconsciente dinâmico, definido como rede, cadeia de significantes articulados.

Somos conduzidos a diferenciar com Freud o recalque primário do recalque secundário, assim como também a compreender que a filiação simbólica depende necessariamente do entrelaçamento que ocorre entre ambos. O que podemos depreender, correlacionando a primeira com a segunda tópica, é que é pelo recalque primário que o isso, instância psíquica da segunda tópica, tem lugar. Quanto ao recalque propriamente dito, o que nele tem lugar são as instâncias narcísicas do eu e do supereu. Portanto, contrariamente ao que a Psicologia do Ego estabeleceu, antes do processo de recalçamento não há nada de propriamente psíquico. Antes do processo de recalçamento estamos simplesmente diante de uma massa biológica corporal submetida às necessidades fisiológicas, num tempo aquém, portanto, da instauração dos processos psíquicos. É o recalque primário que ao instaurar a pulsão no registro psíquico determina a cisão do sujeito, dando lugar à emergência do inconsciente, “[...] de modo que recalque e inconsciente parecem em grande parte correlativos” (Melman, 1985, p. 49). Lembremos, contudo, que para Freud (1980 [1923]) “[...] o Ics. não coincide com o reprimido; é ainda verdade que tudo o que é reprimido é Ics. Mas nem tudo o que é Ics. é reprimido” (p.30).

Freud postula, portanto, um “terceiro inconsciente”, uma terceira forma de presença inconsciente no próprio psíquico que não está sujeita a retornos por meio de representantes substitutos do inconsciente. Um terceiro inconsciente que não retorna, apenas se repete de forma incessante. Essa terceira forma de presença inconsciente situa-se na base da dinâmica inconsciente, funcionando como fundamento e causa da mesma.

O que a segunda tópica revela, com a introdução da pulsão de morte, é que a própria dinâmica do inconsciente sustenta-se em algo que escapa à representação e sua trama em cadeia. Que há algo estranho à própria cadeia de representações recalçadas, algo que, embora esteja como seu fundamento, escapa a sua dinâmica, só podendo então, causá-la. Esta terceira forma de presença do inconsciente é causa da circulação e dos remanejamentos sucessivos das representações, mas a elas se furtam. Modo pelo qual Freud nos aponta que nem tudo é passível de ser capturado pela trama das representações, estas sim, submetidas ao processo de recalque propriamente dito.

Nos artigos *metapsicológicos* [...] Freud demonstra que a pulsão é sempre parcial e tem uma representação de linguagem no inconsciente. Há, no entanto, uma parte que não é representada (que Lacan denomina o real pulsional) que corresponde à libido, à parte energética da pulsão. Na pulsão há um real de gozo impossível de ser simbolizado, pois se encontra fora do significante e do âmbito de Eros, como Freud formula nos anos vinte com o conceito de pulsão de morte (Quinet, 2000, p. 265).

As novas noções suplementares à teoria do inconsciente introduzidas na segunda tópica tornam ainda mais paradoxal o desvio praticado pela Psicologia do Ego no seu abandono da teoria do inconsciente, na medida em que precisamente pretenderam encontrar o apoio maior para desenvolver as suas próprias teses justamente no interior da segunda tópica. A segunda tópica não implicou absolutamente num abandono da primeira. Tudo o que Freud havia formulado a respeito do inconsciente se mantém. A segunda tópica só vem alargar os domínios de abrangência do inconsciente e não restringir.

Como já tivemos oportunidades de demonstrar, os teóricos da Psicologia do Ego, ao fazerem do ego e de suas múltiplas funções o núcleo central de suas teses, o transformaram no eixo teórico e técnico em torno do qual gira toda a *psicodinâmica* da personalidade, constituindo-se, por esta via, num sistema teórico de caráter reducionista que veicula uma crença inabalável conferida ao sistema consciente. A propósito dos desenvolvimentos teóricos efetuados pela Psicologia do Ego, Lacan (1985) salientou que na segunda tópica “Freud introduz a partir de 1920 as noções suplementares, então necessárias para manter o princípio do descentramento do sujeito. Mas longe de ser entendido como devia, houve uma abalada geral, verdadeira libertação dos escolares – ah! Ei-lo de volta, esse euzinho boa praça! Ei-nos de novo norteados - Voltamos para as trilhas da psicologia geral” (p. 19).

O deslocamento e a condensação fornecem ao inconsciente, como leis de funcionamento do processo primário, a mobilidade que o caracteriza. Convém, neste ponto, indagar sobre a relação da dinâmica inconsciente com a noção de recalque primário – o isso da segunda tópica – e, logo, com a noção de *objeto perdido*. Dizendo de outro modo, indagar o que a dinâmica inconsciente deve ao recalque primário, ao objeto perdido e ao registro do *real* inconsciente que aí tem lugar. Freud introduz na própria noção de recalque uma distinção essencial entre o recalque primário e o recalque propriamente dito.

Lacan (1979) assinala que o recalque primário deve ser compreendido como uma “[...] *pragung*, cunhagem”, inscrição que “[...] situa-se inicialmente num inconsciente não

recalcado” (p. 220), de forma que “o recalque começa depois de ter constituído o seu primeiro núcleo” (p. 222). O recalque originário introduz no registro da representação a pulsão, ou seja, no registro do psíquico a pulsão enquanto representada, posto que “[...] mesmo no inconsciente, um instinto não pode ser representado de outra forma a não ser por uma idéia” (Freud, 1980 [1915a], p. 203). Temos que considerar, portanto, que não é a pulsão que ingressa no psíquico, mas sim seus representantes. O inconsciente é o lugar que se instaura no momento de inscrição dos representantes da pulsão. “A pulsão é algo que se suporta sob uma representação e que se articula ao que se chama pensamento” (Safouan, s.d, p. 50). Freud aponta que essa é a operação por meio do qual a pulsão se fixa de modo indissolúvel a um objeto. Mas, qual é o objeto ao qual se fixa a pulsão? A pulsão se fixa aos representantes do objeto perdido. “Temos motivos suficientes para supor que existe uma *repressão primeva*, uma primeira fase de repressão, que consiste em negar entrada no consciente ao representante psíquico (ideacional) do instinto. Com isso estabelece-se uma *fixação*” (Freud, 1980 [1915c], p. 171).

A Pulsão, enquanto conceito freudiano, se distingue tanto do instinto quanto das necessidades vitais. A pulsão de modo algum aponta para a noção de impulsos vitais presentes no homem desde o início de sua existência. Dito de modo breve e simples, o conceito freudiano de pulsão inaugura uma noção radicalmente nova e mesmo escandalosa a respeito da sexualidade humana, traçando no seu interior a noção segundo a qual a própria vida biológica é sexualizada, investida libidinalmente. De modo que “[...] podemos dizer que a clínica psicanalítica é aquela dos efeitos de linguagem sobre um organismo biológico que se encontra desnaturado; nós não somos animais racionais, nós somos animais desnaturados” (Melman, 1986, p. 30).

No artigo metapsicológico *Os Instintos e suas Vicissitudes* (1980 [1915d]) Freud introduz a pulsão como um conceito limite, fronteira entre o psíquico e o somático, como “[...] o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente, como uma medida da exigência feita à mente no sentido de trabalhar em consequência de sua ligação com o corpo.” (p. 142). A pulsão impõe de forma determinante sua dose de trabalho ao psíquico, na medida em que se constitui numa força constante (*Konstante Kraft*) rumo a busca de sua impossível satisfação, e “[...] é dessa pressão que deriva seu nome *trieb*” (Freud, 1980 [1933], p.120). No mesmo artigo metapsicológico Freud apresenta a pulsão como composta por quatro elementos que a integram, de forma que não há porque confundir a

pulsão com o impulso, que é apenas um de seus elementos. De fato, assimilar a pulsão ao impulso foi um dos desvios que a Psicologia do Ego efetuou em relação à questão da pulsão. Como sublinha Lacan (1988a): “A pulsão não é o impulso. O *Trieb* não é o *Drang*, ainda que só pela razão seguinte. Num artigo escrito em 1915 [...] nesse artigo então, Freud diz que é importante distinguir quatro termos na pulsão. Ponhamos o *Drang* primeiro, o impulso. A *Quelle*, a fonte. O *Objekt*, o objeto. O *Ziel*, o alvo” (p. 154).

O fato de que é pela representação que se instaura a pulsão no registro psíquico aponta a distância que separa o inconsciente freudiano da noção de algo da ordem do inato, do orgânico, do instintivo. O que sofre o processo de recalque são os representantes pulsionais, fazendo do recalque a vicissitude por excelência da pulsão. Para Freud, nada há de inato no que se refere ao psíquico. Não há representantes da pulsão, logo, não há inconsciente e nem, portanto, isso<sup>16</sup> e, como veremos, se o eu deriva do isso, evidentemente não há eu. Nada há além do real do organismo biológico, que ao nosso ver carece de atribuição adjetiva.

Devemos considerar a operação do recalque primário como responsável por instaurar a pulsão no registro do psíquico. O recalque primário inaugura os processos subjetivos inconscientes, instaurando, por seu turno, a divisão do aparelho psíquico em sistemas. Lacan (1988a) assinala que para Freud “[...] o recalque cai sobre algo que é da ordem da representação, que ele denomina de *Worstellungsrepräsentanz*” (p. 206), sublinhando que, quando Freud se refere ao inconsciente, designa os representantes da representação (*Worstellungsrepräsentanz*) como o que essencialmente o determina.

Lacan, procedendo à crítica da tradução do termo *Worstellungsrepräsentanz*, insistirá que não se trata de modo algum de representantes representativos. Uma tal tradução aponta algo de inconcebível, isto é, que os representantes inconscientes seriam representantes que remeteriam diretamente a um referente, a algo de significável, um objeto por exemplo. Segundo esta noção, o objeto perdido seria um objeto que se teria efetivamente possuído e posteriormente perdido, deixando sua imagem engramada no inconsciente, sendo assim possível reencontrá-lo. Contudo, o objeto perdido, em Freud, não faz referência a nenhum objeto da realidade mundana. Não é um objeto de necessidade, na verdade é um objeto que nunca esteve em seu lugar, nunca se constituiu num objeto de posse do sujeito, sequer é efetivamente um objeto, no sentido comum de objeto do mundo. Sabemos que tomar o objeto no registro do imaginário é o impasse que se coloca o neurótico.

---

<sup>16</sup> Como vimos anteriormente na teoria da Psicologia do Ego o isso, identificado ao inconsciente, constitui-se na porção inata e irracional da personalidade

Interroguemos por um momento sobre quais são as conseqüências do recalque primário. Ele corresponde (como já nos referimos acima) a inscrição de um representante da pulsão no inconsciente. Para Freud, o que se inscreve no inconsciente são representantes da pulsão. Lacan, fazendo-se leitor de Freud, interpretará os representantes psíquicos inconscientes à luz de sua teoria do significante. Para Lacan, o recalque primário corresponde ao momento de inscrição de um primeiro significante – S1, dito significante mestre pelo fato de que ele não apenas tem a função de comandar a cadeia, como também tem a função de engendrá-la. A função de comando do significante mestre deve-se ao fato de que ele sozinho não significa nada. Sozinho ele não tem sentido algum. O seu sentido (produzido no *a posteriori*) depende de sua articulação à cadeia dos significantes, ditos S2

O recalque primário dá lugar à inscrição de um primeiro símbolo encarregado de representar a perda do objeto, instalando-o como perdido, e tem por conseqüência introduzir o registro real. Para Lacan (1988a, p. 159), o real corresponde ao registro do impossível e ele só é atingido no limite (borda), mediado pelo significante. O real é o que escapa à apreensão pela linguagem. O que se recusa a ser por ela capturado é, portanto, o que escapa a trama das representações inconscientes recalçadas. De acordo com Chemama (s.d.), o avanço teórico efetuado por Freud em *Além do Princípio do Prazer*, com a introdução da pulsão de morte, “[...] forneceu a Lacan o melhor ponto de partida possível para introduzir o seu próprio conceito de real” (p. 180).

Afetado pela falta do objeto, o sujeito, por uma série de artifícios imaginários, procurará de todas as formas colmatar a sua falta, sem, entretanto, jamais conseguir. É o primeiro símbolo introduzido pelo recalque primário que funda o sujeito como desejante, fazendo dele um vacilante quanto ao que quer. Como o sujeito não sabe o que deseja, ele é levado a supor que um *Outro*<sup>17</sup> saberia o que convêm ao seu desejo. Guiado por este suposto, ele é conduzido a identificar-se com os semelhantes, com os quais entretém laços de amor, de ódio e de rivalidade. Na segunda tópica Freud faz do processo de identificação a operação através da qual tem lugar a instauração de representações inconscientes portadoras de um certo ideal de eu para o sujeito.

O recalque primário corresponde pois à inscrição de um representante psíquico primeiro que ao comemorar a perda do objeto, colocando-o como para sempre perdido, “[...]”

---

<sup>17</sup> O Outro na teoria de Lacan se refere ao sistema simbólico enquanto dimensão inconsciente da linguagem. O Outro é a instância impessoal da linguagem definida como estrutura estruturante do sujeito do inconsciente

representa esta perda antes de representar qualquer outro objeto” (Safouan, s.d., p. 40). O significante faló – S1 – não faz referência a objetos do mundo, objetos empíricos sensíveis visíveis. Ele inaugura uma falta, um vazio que por escapar à trama das representações em cadeia, só pode então causá-la. O recalçamento primário – pois de fato não há recalçado originário, de vez que o recalque propriamente dito é uma operação posterior – introduz no registro psíquico um representante primeiro que tem por função ser produtor de falta. Ele a desenha, circunscrevendo-a, falta esta que será imaginarizada com recurso às identificações narcísicas.

Em Lacan, o recalque primário tem por consequência imediata introduzir o sujeito como falta na estrutura, engendrando o desejo, que é, por sua vez, ocasião para o estabelecimento do fantasma. O que tomamos como nosso ser, de ordem fantasmática sempre, é o que se produz no lugar desta falta. É ainda esta falta, ou melhor dizendo, o significante que a inaugura, que será objeto do recalque propriamente dito. Temos que considerar que “[...] o furo em si mesmo não pode ser recalçado pois que ele é apenas furo, e só o significante (a representação, diz Freud) pode ser recalçada” (André, 1987, p. 61).

É necessário esclarecer, tal como adverte Lacan (1988a), que no âmbito deste primeiro representante psíquico não estamos diante de uma presença que emerge sob um fundo de ausência, no sentido de que primeiramente estaria no fundo o real desconhecido e inorganizado (p.31). O real não está primeiro aí, este é o real empírico, objeto de estudo da ciência positivista e, de todos os modos, da Psicologia do Ego. O real em psicanálise tem outro estatuto, justamente o de impossível. O real é o inassimilável pelo sujeito, aquilo para o qual ele não encontra palavras para nomear. É à luz de um primeiro representante, presença massiva de *pulsão de vida*, que surge, retroativamente, a pulsão de morte como *lugar vazio* de representações. A pulsão de morte não tem propriamente representantes, estes são exclusivos das pulsões sexuais. Freud insiste sobre o caráter não libidinal, não sexual da pulsão de morte, e Lacan aponta o real como sendo propriamente dessexualizado. “O real se distingue [...] por sua separação do princípio do prazer, por sua dessexualização, pelo fato de que sua economia, em seguida, admite algo de novo, que é justamente o impossível” (1988a, p. 159)].

Fundamental e central à noção de inconsciente está pois o recalque primário, com suas consequências e com o que ele vem denunciar: a idéia de que no centro da estrutura psíquica inconsciente, funcionando como seu núcleo “traumático causal”, encontra-se um representante que celebra, por sua presença, uma perda originária fundamental que se situa na origem do sujeito do inconsciente. O recalçamento primário inscreve o objeto absoluto de gozo como

perda a partir da qual tem lugar os processos psíquicos inconscientes, introduzindo um primeiro significante como índice encarregado de representar esta perda. Razão pelo qual ele é o significante mestre do desejo com *status* de comandante, isto é, *status* de agenciador da cadeia. No lugar do objeto absoluto, que é falta radical, um significante o representa. É em torno desta falta que giram e ordenam-se as representações. Toda e qualquer representação (dimensão imaginária), vem propor-se no lugar desta perda originária, com o objetivo de paliá-la e, como tal, não faz senão comemorá-la, numa eterna repetição.

É com representantes advindos da operação que propicia a perda do objeto que o inconsciente tece sua trama. A barra do recalque que afeta ao sujeito é a barra que o separa deste objeto absoluto, e que não tem outra forma de existência senão no imaginário, estabelecendo-se como o mito de uma unidade perdida. É esta dimensão puramente imaginária de uma suposta plenitude “oceânica” de gozo que aprendemos com Freud a denominar de gozo incestuoso da Mãe: “O complexo de Édipo tem um significado meramente ‘simbólico’: a mãe, nele, representa o inacessível, a que se tem de renunciar no interesse da civilização” (1980 [1914a], p. 77). O gozo incestuoso – o gozo da Mãe – é impossível, ele só existe como sombra projetada pela linguagem (Calligaris, 1986, p. 57).

O gozo da Mãe é um gozo sem chance alguma de concretização. Ele é demanda de gozo fadada a reiteração de seu fracasso. O recalque primário introduz o sujeito na dimensão de um imperativo de gozo cuja característica é a de ser aberto, infinito, e, como tal, fadado ao fracasso de sua consumação. A pulsão é, no dizer de Freud, pura magnitude libidinal dispersa, puro movimento de deriva, sem ponto de parada e de repouso. Considerando-se que o movimento repetitivo da pulsão, sob a dominância do princípio do prazer, é o de reencontro do objeto perdido, “o programa de tornar-se feliz que o princípio do prazer nos impõe, não pode ser realizado” (Freud, 1980 [1930], p. 102).

As características atribuídas à pulsão na primeira tópica irão caracterizar a instância do isso na segunda. O isso remete-nos a noção de uma instância impessoal, sem sujeito. Pura instância de demanda de gozo que não pode ser enunciada na primeira pessoa e cuja característica é a de indeterminação quanto ao seu objeto. Lacan (1992) assim o define: “o *es* [...] é o que no sujeito é suscetível de tornar-se eu (*je*), pois é esta ainda a melhor definição que possa ter do *es*” (p. 23).

Lacan efetuou inúmeras contribuições à psicanálise. Ao nosso ver, sua maior contribuição foi a de ter retomado o caminho aberto pelo mestre fundador da psicanálise, permitindo às futuras gerações de analistas distinguirem a psicanálise freudiana de outras

tantas teorias que tiveram a intenção de serem reconhecidas como psicanalíticas. Coube em grande parte a Lacan reconduzir os analistas nas trilhas do dizer freudiano. Isto justifica nossas referências a algumas de suas contribuições.

Em *A Instância da Letra no Inconsciente ou a Razão desde Freud* (1978b), Lacan, apoiando-se na teoria do significante, efetuará no algoritmo elaborado por Saussure uma inversão. No algoritmo, Saussure, rompendo com certa tradição de pensamento clássico nominalista sobre a função da linguagem, associou não mais um nome a uma coisa, mas, sim um conceito a uma imagem acústica, denominada por ele de significante. O signo lingüístico é para Saussure a relação de um conceito – o significado – com o nome, marca lingüística que o representa.

É neste preciso ponto que Lacan efetua uma inversão no signo lingüístico de Saussure, avançando que devemos nos libertar da “[...] ilusão de que o significante responde à função de representar o significado, ou melhor: que o significante tenha que responder por sua existência ao título de uma significação qualquer, seja ela qual for” (Lacan, 1978b, p. 228). Diversamente de Saussure, Lacan propõe que a significação brota da articulação de dois significantes igualmente atualizados. Um significante não remete jamais a um significado, mas sim a outro significante. A significação surge como o produto da articulação formal entre dois significantes. No *Seminário Livro 11, Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise* (1988a), esta questão ganhará todo seu vigor lógico conceptual na célebre formulação “o significante representa o sujeito para outro significante” (Lacan, 1988a, p. 150). De onde se depreende que à inversão efetuada por Lacan a propósito do signo lingüístico vem se somar agora a subversão relativa à questão sobre o sujeito. A elaboração de Saussure a respeito da estrutura da linguagem não pressupõe a noção relativa à questão do sujeito. A estrutura da linguagem em Saussure constitui-se numa formalização simbólica que, ao modo das matemáticas modernas, não pressupõe um sujeito no nível da sua estrutura. Para a psicanálise, entretanto, a questão relativa ao sujeito é crucial.

O sujeito, para Lacan, é o que se deriva da teoria do significante. Dizendo de outro modo, a teoria do significante em Lacan fundamenta o tipo de sujeito que encontramos no nível da estrutura simbólica da linguagem. A teoria do significante é uma teoria que formaliza o estatuto do sujeito em psicanálise – o sujeito do inconsciente. A questão relativa ao sujeito está implicada e é subjacente à teoria do significante. A este propósito Lacan (1978b) assevera: “mas todo este significante, dir-se-á, só pode operar ao estar presente no sujeito” (p. 235).

Lacan liga a emergência do inconsciente à inscrição de um primeiro significante, aquele que advém pela operação do recalque primário. Esse significante primeiro, efeito da incidência da linguagem sobre o sujeito por vir, deixa a sua marca significante. Lacan faz depender a emergência disto que aprendemos com ele a reconhecer como sujeito do inconsciente – formulação ausente em Freud, embora ele fale de um “sujeito da análise” (Freud, 1980 [1937b], p.293) –, de um lado, de uma alienação na linguagem: sob o efeito do primeiro par significante o sujeito surge como dividido (\$), como intervalo posto entre dois significantes. De outro lado, o sujeito é o resultado de uma perda, que Lacan denomina de *objeto a*. Dupla condição de emergência do sujeito. Sob o efeito do significante o sujeito se divide, mas ele é ainda efeito de uma perda, ela própria também efeito do significante. É no fosso escavado pelo significante que se instaura o objeto a como perda. O desejo que aí tem lugar como “falta inscrita na palavra e efeito da marca do significante sobre o ser falante” (Chemama, s.d., p.42) fornece, como seu resultado, o sujeito do inconsciente, que para Lacan não é outro senão o sujeito do significante.

O par significante  $S_1 \rightarrow S_2$ , desenha uma borda, um vazio, do mesmo modo como o oleiro ao dar forma à massa de barro na confecção de um jarro desenha os contornos que dão forma a um espaço vazio. O vazio não é passível de representação, não é especularizável, ele só existe pelas bordas que as paredes do jarro circunscrevem

O preço do sujeito para *ex-sistir* é aquele a ser pago no duplo *vel* da *alienação/separação*. Preço de uma perda pelo seu assujeitamento ao significante. Contudo, na medida em que o significante primeiro, como todo significante, se conta como Um no inconsciente, ele depende de toda cadeia do  $S_2$  para obter algumas gramas de significação. Devemos com isso entender que o significante não pode ser concebido senão em relação a outro, daí que se deriva a proposição lacaniana por nós acima mencionada de que “o significante representa o sujeito para outro significante” (Lacan, 1988a, p. 150). O mínimo do significante sendo dois não faz senão instituir o sujeito sob a base de um buraco, de um vazio instaurado na borda entre dois significantes. Marcado pela falta o sujeito busca uma referência que possa estabilizar a questão sobre o seu ser. Contudo, como falta a representação que responda pelo ser, o sujeito do inconsciente é o que se repete sempre o mesmo, isto é, se repete como puro deslocamento ao longo da cadeia significante. Devemos com isso concluir que o “ego distinguido primeiramente pelas inércias imaginárias que ele concentra contra a mensagem do inconsciente, não opera senão para acobertar esse deslocamento que é o sujeito, com uma insistência essencial ao discurso como tal” (Lacan, 1978b, p. 251-252).

Esse deslocamento do sujeito do inconsciente ao longo da cadeia o conduz a fazer dela sua própria morada, *habitat* natural ao qual se *adapta*. A dependência do sujeito do significante faz dele este sujeito bizarro, condenado a seguir a rota do movimento da repetição significante, o que faz dele puro deslizamento metonímico, fadado a não poder fazer nenhum ponto de parada. Para Lacan, o sujeito do inconsciente é o sujeito do significante, tendo neste circunscrita sua tópica. Lacan introduz a noção de que o sujeito não é mais do que representado na remetência de um significante a outro. Sujeito que de fato, por não ser nenhuma entidade substancial, não poderia definir-se a si próprio, mas somente ser representado, e sempre para um outro significante, suspenso, portanto, no eixo da cadeia metonímica. A estrutura metonímica nos indica que “[...] é a conexão do significante com o significante, que permite a elisão pela qual o significante instala a carência do ser na relação de objeto [...]” (Lacan, 1978a, p.146).

A elaboração da teoria do inconsciente à luz da teoria do significante permitiu a Lacan encontrar nas figuras de retórica da metonímia e da metáfora as leis de deslocamento e da condensação que Freud encontrava no inconsciente, possibilitando a formulação de que “[...] a metáfora está ligada à questão do ser e a metonímia, a sua falta (Lacan, 1978b, p. 259).

O retorno efetuado por Lacan à obra de Freud consistiu em destacar o quanto, na obra do mestre fundador da psicanálise, tratava-se dos efeitos estruturantes da linguagem. Em apontar que a linguagem se constitui num fio que atravessa, do início ao fim, as descobertas fundamentais da psicanálise. A genialidade de Lacan consistiu precisamente em sistematizar, formalizar e dar destaque à linguagem enquanto uma estrutura estruturante e ao sujeito que nela tem lugar – o sujeito do inconsciente. E sabemos o quanto este “retorno a Freud” consistiu para Lacan em demarcar o lugar específico da psicanálise, diferenciando-a de outras vertentes teóricas ditas de base ou de inspiração psicanalítica, em particular a escola norte-americana da Psicologia do Ego

#### **4.2. O Eu como Objeto Libidinal**

O sujeito em sua origem, sob o peso e como suporte da estrutura significante, se caracteriza por estar num lugar indeterminado narcisicamente. A operação do recalque originário instaura o sujeito numa posição objetual indeterminada no fantasma. No âmbito da pulsão estamos diante de um “sujeito acéfalo” (Lacan, 1988a, p. 171), é o que se escreve sob a fórmula do fantasma fundamental – \$♦a. Esta fórmula aponta que o corte que separa o sujeito

do objeto tem por consequência escavar a abertura que ressoa como causa e fundamento de seu desejo, e que na álgebra lacaniana recebe a denominação de “objeto a causa do desejo” (ibid., p. 63). É desta abertura que o ser se apresenta ao sujeito como enigma, questão constantemente renovada e nunca respondida a contento. É o enigma sobre o ser que se encontra no fundamento das identificações do sujeito com o outro da relação especular. É neste que o sujeito encontra o suporte identificatório que o liga, desta vez, como objeto determinado no fantasma. Momento de júbilo e precipitação do sujeito à sua imagem especular, tal como esta aparece perfilada na imagem que vê de si no semelhante. É o outro que, pelo seu desejo, reveste libidinalmente o sujeito, tornando-o, doravante, portador de uma imagem a partir da qual ele se reconhece e se aliena como eu (*moi*), fazendo deste o receptáculo de libido narcísica. O eu é receptáculo de imagens investidas pela libido.

O eu (*moi*) é composto por representações imaginárias que arrebanham para si todo o montante de energia libidinal disponível no aparelho psíquico. O eu é o grande reservatório de libido objetal a partir da qual emanam os investimentos objetais vindouros. “O investimento do eu persiste e está relacionado com as catexias objetais, assim como o corpo de uma ameba está relacionado com os pseudópodes que produz” (Freud, 1980 [1914c], p. 92). O eu depende das identificações imaginárias para sua constituição, de identificar-se com imagens que vê de si no outro. “A identificação narcísica [...], a do segundo narcisismo, é a identificação ao outro que, no caso normal, permite ao homem situar com precisão a sua relação imaginária e libidinal do mundo em geral. [...] o sujeito vê o seu ser numa reflexão em relação ao outro, isto é, em relação ao *ich-ideal*” (Lacan, 1979, p. 148).

O sujeito se faz imaginariamente um *eu ideal* na justa e estrita medida em que se identifica com um ideal de si visto no outro, precipitando-se nesta imagem. Engodo no qual o sujeito cai prisioneiro das armadilhas que lhe arma o seu imaginário, arraigando-se na crença de poder fazer reciprocidade com o ideal do outro sobre si. É como um objeto idealizado pelo Outro parental que o sujeito se reconhece pela primeira vez como eu. “O eu é um objeto particular dentro da experiência do sujeito, literalmente o eu é um objeto que preenche uma certa função que chamamos aqui de função imaginária” (Lacan, 1985, p. 63).

É num espaço imaginário que o objeto da pulsão se constrói. Sua construção depende, na teoria de Lacan, da articulação de S1 à cadeia do S2. No tempo lógico do recalque propriamente dito se constrói e se solda um objeto ofertado para a pulsão. O objeto da pulsão se arma no fantasma, constituindo-se numa barreira imposta ao seu curso desenfreado. O que é interdito ao sujeito é o gozo absoluto ao qual apela a pulsão. O gozo pleno é de fato uma

impossibilidade estrutural. Contudo, como o sujeito se defende do seu desejo, recalçando-o, o impossível do gozo pulsional se mascara sob a forma de uma proibição a ele imposta. O sujeito não abdica facilmente daquilo que, de qualquer forma, é impossível. Dizendo de outro modo, para o neurótico o impossível do gozo pulsional é recalçado. Isto acarretará o seu retorno numa construção imaginária que lhe servirá de álibi e palco no qual encetará suas batalhas. Melhor supor a plenitude do gozo como proibida que impossível. Esta é, em todo o caso, a lógica operante no fantasma do neurótico que se satisfaz com a proibição, encontrando nela o alimento para seus sintomas.

O objeto que é construído no tempo do recalque secundário – objeto metafórico – tem por missão ocupar o lugar do objeto perdido, propondo-se em seu lugar. Através do recalque propriamente dito se estabelecem representações que representam o objeto perdido. É no interior de suas malhas que o sujeito constrói seu fantasma privado de gozo, ordenando e traçando deste modo às vias de um impossível desta vez singular. Devemos com isto entender que o recalque secundário, por participar da mesma impossibilidade de gozo que afeta o primitivamente recalçado, está fadado a ter o mesmo destino, isto é, está fadado a constituir-se em representações sobre as quais recai “[...] julgamentos de impossibilidade” (Safouan, 1979, p. 53). O recalque secundário pereniza a divisão do sujeito, ao mesmo tempo em que traça a rota singular do percurso da pulsão na busca de seu gozo. É no fantasma, como representação, portanto, que o objeto metafórico se institui. O fantasma é o lugar de gênese do objeto, constituindo-se numa tela que, ao velar o real, desvela, ainda que por trás, sua presença (Lacan, 1988a, p. 61).

É no interior da trama tecida pelo fantasma que uma determinada imagem de eu (*moi*) surge. Nesse sentido, ele representa o esforço de produzir o sujeito no lugar onde o mesmo está como falta. Para Lacan, é com o recurso do significante que o fantasma se sustenta, de forma que não pode ser reduzido a um puro imaginário. Pela onipresença da fantasia na neurose podemos ser levados a esquecer a sua estrutura, a saber: que ela é uma estrutura composta por significantes, tão puramente significante que sua significação permanece muito freqüentemente problemática (Lacan, 1988b, p. 220).

O fantasma é, por definição, o lugar onde se enceta para o sujeito a montagem/versão imaginária do objeto para sempre perdido. E, dizíamos, que o eu (*moi*) se oferta como substituto desse objeto, propondo-se em seu lugar. No lugar deixado vago pelo objeto perdido, e identificando-se imaginariamente com ele, temos, dentre todos, o mais caro dos objetos – ele não é outro senão o próprio eu. Numa palavra, o eu é o objeto imaginário

privilegiado através do qual a pulsão busca encontrar sua satisfação. “Isto quer dizer que no campo dos objetos especulares que se oferecem à minha vista, há um único, aquele que mais me cativa e que é exatamente a imagem especular” (Safouan, 1986, p. 75).

Para Freud, o eu, contrariamente ao que se teorizou e convencionou na Psicologia do Ego, não existe desde o princípio, ele tem que ser desenvolvido (Freud, 1980 [1914c], p.93). De maneira cabal as elaborações freudianas relativas aos anos vinte conduziram à descoberta de que “[...] o ego é idêntico ao id sendo apenas uma parte especialmente diferenciada do mesmo” (Freud, 1980 [1926], p. 119) de sorte que apenas uma pequena parcela do eu se acha abrangida sob o plano da consciência. O eu é em grande parte inconsciente, funcionando de acordo com as leis que nele imperam. Para Freud (1980 [1933]) “as catexias objetais procedem das exigências do id, o ego tem de, em primeiro lugar registrá-las. Mas identificando-se com o objeto, o ego recomenda-se ao id em lugar do objeto e procura desviar a libido do id para si próprio” (p. 98).

Podemos observar que nestas condições o eu toma a si mesmo, sua própria imagem como objeto pelo qual se enamora. O conceito de narcisismo responde a situação na qual o eu permanece indissolúvelmente ligado, de forma apaixonada, às suas imagens formadoras. O estudo da segunda tópica consistiu em fornecer a formalização cabal e precisa da relação indissolúvel da pulsão sexual com o eu, firmando-lhe o estatuto de objeto libidinal privilegiado na economia psíquica. O que se depreende da obra freudiana é que o eu se situa “[...] como fundamento do narcisismo, e não como princípio de conhecimento objetivo” (Julien, 1993, p. 3).

O fato de que os autores da Psicologia do Ego se tenham convertido em ardorosos defensores dos processos ditos racionais da consciência do ego, demarcando-o como elemento central da personalidade e dando-lhe as formas e os contornos de uma psicologia funcional do indivíduo, colocou-lhes sérias dificuldades. Como manter a premissa de um ego fundado sob a égide do racional consciente, logo, independente do isso e, portanto, “não instintivizado”, como costumam referir-se ao ego os teóricos da Psicologia do Ego, à luz do conceito de narcisismo? Esclarecemos que a expressão “não instintivizado” ingressa na Psicologia do Ego em defesa da noção essencial do ego como não libidinal. Premissa necessária à Psicologia do Ego para sustentar a independência do ego para com o isso.

Os embaraços teóricos produzidos em torno do conceito de narcisismo pelos psicólogos do ego apontam a preocupação em manter o conceito de libido, ele mesmo mal compreendido e formulado, ligado exclusivamente aos “instintos irracionais”, e somente a

estes, salvaguardando assim a premissa de que o ego não é marcado pela libido e, logo, que ele não é o objeto privilegiado em torno do qual a pulsão visa alcançar sua impossível satisfação. Lembramos que na Psicologia do Ego os “instintos irracionais” dizem respeito ao id, que, para esta teoria, corresponde à parcela tanto inata quanto inconsciente da personalidade

A solução proposta por Hartmann para salvaguardar a premissa de que o ego tem estatuto não libidinal passou por alguns interessantes vieses. Um deles consistiu em fazer do narcisismo uma entre tantas outras funções do ego. Outro viés, de não menor importância, foi o de forjar o conceito de “energia libidinal neutralizada” (Hartmann, 1969, p. 12). O ego operaria funcionalmente com energia dessexualizada. Para Hartmann (1969) “[...] o ego como um sistema próprio [...] trabalha com libido dessexualizada” (p. 19). De forma que “[...] ser capaz de neutralizar quantidades consideráveis de energia instintiva pode muito bem ser uma indicação da força do ego” (p. 120).

Em que efetivamente consiste essa “energia psíquica dessexualizada” que o ego tem a sua disposição e que se torna aproveitável para o funcionamento da grande variedade de suas funções? Ela vem a ser precisamente o “interesse”, isso quer dizer que o ego se mobiliza em relação àquilo que comprovadamente resulta de alguma utilidade para os seus processos adaptativos.

O grupo de tendências que compreendem os esforços pelo que é ‘útil’, o egoísmo, a auto-afirmação, devem, como parece razoável, atribuir-se ao sistema do ego. [...] Os interesses do ego não seguem as leis do id, senão as do ego. Trabalham com energia neutralizada e podem, como ocorre freqüentemente, por exemplo, com o ‘egoísmo’, contrapor essa energia à satisfação dos impulsos instintivos (p. 127).

Como resultado deste malabarismo, teórico Hartmann propôs que se procedesse à distinção, para ele de capital importância para manutenção de suas teses sobre o ego, entre “catexia do ego” – os interesses do ego – e a “catexia do si-mesmo” – da pessoa –, esta sim libidinal. Segundo este raciocínio, quando nos referimos à pessoa não estamos nos referindo ao ego como um sistema funcional da personalidade mas, sim, a totalidade do indivíduo. De modo que não há catexia libidinal do ego, assim como há catexia libidinal da pessoa, ou seja, do indivíduo definido como totalidade.

Nas palavras de Hartmann (1969)

[...] o oposto de catexia de objeto não é a catexia do ego, senão a catexia da própria pessoa, ou seja, a catexia do si-mesmo; ao falar da catexia do si-mesmo não damos a entender se essa catexia está situada no id, no ego ou no superego. Esta formulação leva em conta que em realidade encontramos ‘narcisismo’ nos três sistemas psíquicos [...]. Por isso devemos colocar de forma clara que definimos o narcisismo como a catexia libidinal não do ego, senão do si-mesmo (p. 119).

Eis o passe de mágica que salvaguarda a posição de autonomia e unidade sintética do ego para a Psicologia do Ego. Mágica que, de qualquer modo, funciona para manter a premissa de um ego entendido como uma unidade funcional autônoma para com a pulsão.

Para Freud (1980 [1930]), contudo,

O ego nos aparece como algo autônomo e unitário, distintamente demarcado de tudo o mais. Ser esta aparência enganadora – apesar de que, pelo contrário, o ego seja continuado para dentro, sem qualquer delimitação nítida, por uma entidade mental inconsciente que designamos como id, à qual o ego serve como uma espécie da fachada – configura uma descoberta efetuada pela primeira vez através da pesquisa psicanalítica, que, de resto, deve ter muito mais a nos dizer sobre o relacionamento do ego com o id (p. 83).

Para Lacan (1978a), o deslizamento operado pelos teóricos da Psicologia do Ego ocorreu porque estes não reconheceram que na obra freudiana as instâncias do isso, eu e superego estão subordinadas à metapsicologia, e de que é como tal que elas adquirem o seu sentido (p. 168). Efetivamente, a segunda tópica se impôs a Freud, exigindo-lhe novas elaborações a respeito do aparelho psíquico, conduzindo-o a designar o pólo pulsional de isso, posto que, como já assinalamos, o atributo de ser inconsciente já não lhe é mais exclusivo. O termo inconsciente, na segunda tópica, passa a ser uma qualidade que percorre e atravessa cada uma das novas instâncias. No interior da segunda tópica se estabelece em definitivo o caráter libidinal e em grande parte inconsciente do eu. O eu é ocupado, investido pela energia das pulsões sexuais, e o seu operador constitutivo é a identificação.

Se, contrario à afirmação de Hartmann, o eu é um objeto libidinal privilegiado, mero prolongamento do isso, constituindo-se como parte integrante do próprio recalçado, ele “[...] não é nem unificador e nem unificado” (Garcia-Roza, 1990, p. 111). O eu é referido, em última instância, à *realidade psíquica*, tal como definida por Lacan: entrelaçamento dos registros real, simbólico e imaginário que compõem o *nó Borromeu*. É, portanto, referido à realidade fantasmática, com sua dinâmica inconsciente, que o eu tem relação, e não com alguma realidade tida por objetiva. Para Freud (1980 [1916-1917]) “as fantasias possuem realidade *psíquica*, em contraste com a realidade *material*, e gradualmente aprendemos a entender que, *no mundo das neuroses, a realidade psíquica é a realidade decisiva*”<sup>18</sup> (p. 430). Freud destaca o papel que o fantasma cumpre na economia subjetiva do sujeito, apontando o fato de que não há, portanto, possibilidade de percepção objetiva.

#### **4.3. Emoções Inconscientes**

Embora para um leitor assíduo da obra freudiana a questão relativa às emoções e sentimentos inconscientes esteja de longa data exaustivamente debatida, e de longe resolvida, esta questão, embora monótona, faz-se necessária para estabelecer as diferenças conceituais entre a elaboração freudiana ao instituir a psicanálise e o que foi a elaboração da Psicologia do Ego com respeito à mesma.

Referir-se-ia o inconsciente freudiano às emoções, aos afetos ou aos sentimentos? A resposta é, desde logo, não! No entanto, isso não se constitui em consenso para a maior parte das escolas que se inspirou na psicanálise. Para algumas delas haveria uma espécie de força que, colocando-se contrária à manifestação das emoções, negaria ao indivíduo o acesso a importantes parcelas de sua vida afetiva interior. De acordo com essa concepção, mais propriamente psicológica do que psicanalítica, o indivíduo não se permitiria assumir e exprimir os sentimentos que deveras sente, sobrevivendo, como conseqüência da não conscientização dos afetos, a doença neurótica. Os sentimentos não conscientizados permaneceriam impedidos de desenvolvimento e de amadurecimento plenos e infantilizados em suas manifestações. Isto resultaria num comportamento emocional instável, não adaptado às novas circunstâncias e exigências da vida adulta. As emoções, assim entrevistadas, desempenham importante papel nos processos evolutivos da personalidade.

---

<sup>18</sup> Grifo do autor

O conceito de pessoa sã, ou “adaptada biologicamente” (Hartmann, 1969, p. 21), ao lado do conceito de “controle racional” das emoções inconscientes, compõem um dos quadros da concepção evolutiva da psicologia geral, tal como formulada na Psicologia do Ego. Para esta, o ajuste do indivíduo à realidade circundante pressupõe o controle progressivo dos afetos e das emoções. É o controle exercido pelo ego sobre as emoções, compreendidas como manifestações irracionais, o que confere aos comportamentos uma organização com características de lógica, coerência e objetivação. Para Hartmann (1969) as emoções participam da esfera irracional do id e, do mesmo modo que há correlação entre “[...] a conduta racional e adaptada, entre a conduta racional e a sã há correlação entre “[...] a conduta instintual ou emocional e a conduta irracional” (p. 53-55).

As emoções encontram-se, segundo os desenvolvimentos teóricos levados a cabo por Gill, na origem motivacional inconsciente de muitos comportamentos. Rapaport sustenta ainda a noção de que a transferência se constitui no vínculo afetivo que liga o paciente ao terapeuta (1962, p. 34). Para Rapaport (1962), a psicanálise enquanto “sistema explicativo” dos fenômenos inconscientes inscreve-se sob o trinômio: “conhecimento, cognição e afeto” (p. 63).

Para Alexander (1976), na relação de “intercâmbio emocional presente no processo terapêutico [...] as experiências emocionais do paciente durante o tratamento parecem ter um papel central no fato de acarretar modificações na personalidade do paciente” (p. 8). Com efeito, ainda para ele, “a psicologia difere das outras ciências pelo fato de que seus métodos e seus objetos são psicológicos, como os sentimentos, motivos, anseios e pensamentos” (p. 31).

Os psicólogos do ego foram unânimes partidários da concepção segundo a qual o objeto de estudo da psicanálise é o comportamento e suas fontes motivacionais inconscientes: os instintos, as emoções, afetos e os sentimentos. Contudo, neste preciso ponto, Freud jamais deixou margens para dúvidas, afirmando que o atributo de inconsciência seria completamente excluído no tocante às “emoções, sentimentos e afetos”. “A rigor, então, e ainda que não se possa criticar o uso lingüístico, não existe afetos inconscientes da mesma forma que existem idéias inconscientes” (Freud, 1980 [1915a], p. 204).

No artigo *Recomendações aos Médicos que Exercem a Psicanálise* (1980 [1912a]), Freud alerta para o fato de que

[...] nas relações psicanalíticas as coisas amiúde acontecem de um modo diferente do que a psicologia da consciência poderia levar-nos a esperar. A experiência não fala em favor de uma técnica afetiva [...]. Tampouco é difícil

perceber que ela envolve um afastamento dos princípios psicanalíticos e beira o tratamento por sugestão (p. 156).

Com o objetivo de assinalar as diferenças que distanciam a Psicologia do Ego da psicanálise, agregaremos o que Freud adianta neste mesmo texto e a propósito do mesmo tema: “Na prática, é verdade, nada se pode dizer contra um psicoterapeuta que combine uma certa quantidade de análise com alguma influência sugestiva, a fim de chegar a um resultado perceptível em tempo mais curto [...]. Mas é lícito insistir em que ele próprio não se ache em dúvida quanto ao que está fazendo e saiba que o seu método não é o da verdadeira psicanálise” (p. 157).

Neste ponto como em outros tantos, somos forçados a concluir que os psicólogos do ego efetuaram uma leitura da obra de Freud a partir de uma óptica psicológica, o que neste ponto, como em outros tantos, funcionou como obstáculo à elaboração do dizer freudiano. Sob as lentes da psicologia da consciência os conceitos psicanalíticos fundamentais perderam sua precisão e rigor conceptual, caindo nas malhas do ecletismo. Em não poucas ocasiões os psicólogos do ego reuniram num mesmo feixe conceitos absolutamente contraditórios.

Não seria o ecletismo uma forma outra qualquer de aspiração à totalidade? E não é também o ecletismo uma forma de impossibilidade de fazer escolha, no que esta implica sempre uma perda? Nosso posicionamento no tocante a estas questões é afirmativo. Então temos que nos posicionar e fazer uma escolha: ou bem ficamos com Freud e consideramos o eu no marco da revolução operada com a introdução do conceito de narcisismo em 1914, ou ficamos com a Psicologia do Ego e consideramos o eu como função de domínio e de síntese na personalidade. É no interior de uma concepção evolutiva, como uma a mais dentre tantas outras teorias sobre o desenvolvimento humano, que se tornou o modo corrente de pensar a psicanálise, a partir justamente de correntes ditas de base ou de inspiração psicanalítica, sobremaneira nas teses sustentadas pela Psicologia do Ego.

Os teóricos do ego colocaram no centro de suas elaborações conceituais, diretoras por sua vez de seu arsenal técnico, a noção tão reverenciada quanto cara à psicologia: a de autonomia dos processos da consciência. Assim, falamos de um ego autônomo, de um ego agente; de um eu capaz de aliança terapêutica, do ego fortalecido através da identificação ao analista; de um ego capaz de ajuste e de adequação à realidade objetiva. Como já tivemos algumas possibilidades de demonstrar, à luz da primazia conferida ao ego consciente, o inconsciente ficou reduzido e convertido a reduto de tendências instintuais irracionais e

desajustadas. Lugar da des-razão, do ilógico, do caótico, do sem lei e sem governo. Reduto de “tendência instintuais” desregradas cuja manifestação só poderia traduzir-se em fenômenos patológicos. Numa palavra, o inconsciente ficou reduzido ao patológico, posto que reduzido ao irracional.

A cura, dentro destas premissas que identificam o subjetivo com o consciente e o consciente com ego, se constitui na promessa de uma tão sonhada quanto supostamente possível elevação do ego à posição de senhor autônomo e regente de toda subjetividade. Promessa de uma totalização do indivíduo na unidade egóica.

Os psicanalistas das escolas de Chicago e New York, ao *adaptarem* as idéias de Freud àquelas da psicologia norte-americana, iluminados e imbuídos pelo espírito do sonho americano de homem forte, bem sucedido, com capacidade de livre arbítrio em suas escolhas, efetuaram um reducionismo da descoberta freudiana, até encobrirem-na por completo. Assim, embora se tomem como adeptos da idéia da existência do inconsciente, nem por isso há acordo quanto ao que consiste esta existência. Para Freud, a existência do inconsciente se verifica sem cessar no menor dos atos humanos, como ficou demonstrado na *Psicopatologia da Vida Cotidiana*. Concluímos com Lajonquière (1993) que

o termo inconsciente converteu-se no maior equívoco que atormenta a psicanálise e sua transmissão já que apesar de estar certo de que sem ele a psicanálise desaparece, também não é menos verdadeiro que se o inconsciente é pensado como o negativo psicológico da consciência, como o produto das repressões da civilização moderna ou como a morada dos instintos ou ritmos biológicos, o próprio invento freudiano acaba esterelizado” (p. 12).

Os teóricos do ego por não terem jamais alcançado os efeitos da descoberta freudiana do inconsciente, e da invenção de um método clínico capaz de acolhê-lo, encobriram-na com noções conceituais cuja distância Lacan se esmerou em demonstrar. A constatação segundo a qual o inconsciente “[...] deve ser considerado como um fato de sintaxe...” (Lacan, 1978c, p. 198) serviu de fundamento para que Lacan, num ato de legítima e reconhecida contribuição inovadora da psicanálise, efetuasse do inconsciente freudiano uma leitura pautada pela teoria do significante e pelas leis da metáfora e da metonímia como leis que regem o seu modo de articulação. Lacan (1978b) insistiu no fato de que “desde a origem desconheceu-se o papel constituinte do significante no estatuto que Freud fixava de imediato ao inconsciente e sob os

modos formais mais precisos” (p. 243). Com justa razão Lacan afirma que em seu esforço de trabalho no retorno a Freud foi inteiramente determinado pelo dizer freudiano e que é isto que ele reivindica em primeiro lugar: “ser aquele que leu a Freud” (Lacan, 1994, p. 48).

O peso da obra de Lacan é de porte tal que, contemporaneamente, não é possível falar, discorrer sobre a psicanálise sem a ele sermos remetidos. Lacan nos ensinou a fundamentar e deduzir a existência do inconsciente a partir da teoria do significante e do sujeito do inconsciente ao qual ele dá lugar. Ensinou-nos a compreender o sujeito como encontrando o seu substrato topológico no interior da cadeia significante, nos seus incessantes deslizamentos metonímicos. O sujeito do inconsciente é o produto, efeito de uma articulação significante. O trabalho de Lacan sobre a obra freudiana consistiu em demonstrar a relação do inconsciente com a estrutura simbólica da linguagem.

O retorno de Lacan a Freud toma para nós o sentido de *re-descobrir* o que por longo tempo foi *en-coberto*. A crítica lacaniana, tão ácida quanto pertinente, aos novos rumos impressos à psicanálise, às noções encobridoras da descoberta freudiana, visou recolocar, na ordem do dia, o inconsciente freudiano de volta ao seu lugar revolucionário.

## Capítulo Cinco

### CONCLUSÃO

Segundo os psicólogos do ego, os progressos por eles efetuados em relação a psicanálise consistiram na elaboração de uma teoria sistemática sobre o ego, ressaltando sua importância cada vez maior dentro da “totalidade da personalidade”. De acordo com esses teóricos, esta tendência estaria sendo apontada pelo próprio Freud no terceiro período da psicanálise. A Psicologia do Ego fez do conceito de ego o eixo em torno do qual ordenou-se a sua teoria e a sua técnica.

Os denominados avanços e progressos impingidos à psicanálise, com as novas tendências desenvolvimentistas atravessadas por uma concepção vitalista do homem, foram de magnitude tal que o conceito de ego passou a ser a base e o centro da teoria da Psicologia do Ego. O avanço da investigação científica no âmbito do ego passou a incluir o *novíssimo* conceito de “ego autônomo”, isto é, a presença no ego de funções primárias e secundárias independentes dos “instintos irracionais.” Esta descoberta de uma esfera do ego livre de conflito teria vindo conferir, no dizer dos psicólogos do ego, uma nova dimensão à psicanálise, ampliando seus horizontes teóricos e técnicos.

A Psicologia do Ego sustentou que suas novas descobertas e avanços teóricos, levados a efeito no âmbito de uma teoria sobre a consciência e as funções do ego, eram pertinentes no contexto psicanalítico dos anos de 1920 a 1930. Neste período, de acordo com estes teóricos, Freud teria retomado o tema com um novo interesse e impulso, o que teria resultado no aprofundamento conceitual sobre a teoria do ego. Sustentaram, contudo, que Freud jamais chegou a fazer desse conceito uma elaboração que pudesse ser tomada como definitivamente sistemática e cabal, deixando lacunas que justificariam a necessidade de novas elaborações. Estes são, em linhas gerais, os argumentos levantados pelos psicólogos do ego, e que, segundo eles, justificaram que se elaborasse toda uma teoria voltada ao tema das relações do ego com a consciência.

O avanço de investigação efetuada pela Psicologia do Ego (re)criou a idéia de um ego constituído por um conjunto de funções primárias inatas e de funções secundárias. As funções secundárias, provenientes da relação com o id, podem, contudo, tornarem-se autônomas de sua fonte originária, passando a servir a outras funções que não mais as de defesa. Esta mudança de direção e de função responde, em Hartmann, à noção conceptual de “troca de função”. Estas noções conceituais permitiram, de acordo com os psicólogos do ego,

aprofundar e precisar as relações funcionais do ego com a realidade externa, o que, por sua vez, conduziu a uma maior precisão do conceito de princípio de realidade e do processo secundário, ligando-os ao processo de adaptação.

Foi no interior destas elaborações que o conceito de ego se formalizou e chegou a ganhar a sistematização necessária para torná-lo o conceito central da teoria da Psicologia do Ego, dado sua função central no interior da personalidade. Foi igualmente através dessas elaborações que o conceito adquiriu contornos e características que não se encontram na obra de Freud. Tal esforço de sistematização conduziu finalmente à criação efetiva de um novo ego, agora de estatuto funcional e não mais libidinal.

Nosso propósito no presente trabalho foi discorrer sobre a trilha traçada e percorrida pela Psicologia do Ego na elaboração de sua teoria. Neste sentido, procuramos desenvolver o sentido conferido às noções de autonomia do ego e em relação a que deveríamos supô-lo como autônomo. Isso necessitou que se precisasse a forma como alguns conceitos da psicanálise freudiana – o inconsciente, o recalque, a pulsão e eu – foram apreendidos pela Psicologia do Ego, pautando-os, num segundo momento, com as elaborações propriamente freudianas. Procurando estabelecer as relações do eu (*moi*) com o inconsciente e com a pulsão sexual na teoria de Freud, fomos conduzidos ao cerne da proposta freudiana contida na segunda tópica e do modo como o eu nesta se apresenta. Isto é, procuramos proceder à elaboração relativa a posição e estatuto do eu no interior das elaborações efetuadas por Freud na segunda tópica, diferenciando-a com o modo como foi apreendida pela Psicologia do Ego. No que se refere ao conceito de pulsão, como assinalamos em inúmeras passagens deste trabalho, observa-se que o mesmo foi, pela referida escola, identificada aos “impulsos” e “tendências irracionais.”

Devido ao fato de que os teóricos do ego foram unânimes ao afirmar que foi na década 20 a 30 que encontraram em Freud material fecundo para edificar suas próprias teorias, fomos conduzidos a interrogar se teria sido a segunda tópica que oportunizaria a subtração do eu às forças de investimento libidinal, colocando-o como proprietário de uma outra ordem de energia: a “neutralizada.” Esta questão nos conduziu diretamente ao exame da posição da segunda tópica em relação à primeira. Se na primeira tópica Freud afirma a supremacia dos processos inconscientes e de suas leis no aparelho psíquico, a segunda tópica se constituir-se-ia num voltar atrás, num retrocesso a essa afirmação primeira originária da psicanálise? Teria Freud realizado, com a introdução da segunda tópica, um movimento na direção inversa, enfatizando os processos funcionais e conscientes do ego? Vimos que, em todo caso, este foi o

posicionamento tomado pelos teóricos do ego. Vimos também que é em torno deste ponto que se demarca a distância desta escola para com a psicanálise freudiana.

No que se refere às relações entre a primeira e a segunda tópica freudiana, julgamos oportuno levantar as seguintes questões: a segunda tópica, limita, minimiza os efeitos de abrangência do inconsciente ou os expande, vindo recobrir as novas instâncias tópicas – isso, eu e supereu? Seria o caso de concluirmos, juntos com outros tantos teóricos, que ao instituir as novas instâncias tópicas a psicanálise freudiana ter-se-ia aproximado da formulação de uma “psicologia geral”, estabelecendo-se finalmente como uma teoria de cunho funcionalista, dedicando-se, desde então, à descrição das unidades funcionais da mente? Teria a psicanálise se curvado em direção a uma concepção funcionalista e adaptacionista sobre os processos psíquicos? Cremos ter formulado ao longo desse trabalho respostas a estas e tantas outras questões.

É fato que na segunda tópica, como procuramos demonstrar, Freud passou a tratar das relações do eu com as pulsões e, logo, com o inconsciente, introduzindo na psicanálise elaborações relativas a uma concepção estrutural do aparelho psíquico. Nosso propósito foi o de investigar e de argumentar quanto ao que se pode efetivamente tomar como inovador no que concerne à segunda tópica. Neste sentido, julgamos pertinente introduzir a questão de se teria sido efetivamente a segunda tópica um caminho aberto, a ser percorrido pelas futuras gerações de analistas, a uma nova concepção de eu, concepção esta que viria colocá-lo como um órgão funcional independente, autônomo, consciente e central na personalidade.

Tivemos oportunidade de examinar se foi de fato a segunda tópica o lugar preciso e cabal onde Freud teria outorgado ao eu o estatuto de sistema central encarregado das relações de adaptação do organismo humano ao meio ambiente físico e social. Neste ponto preciso nossa conclusão foi que a segunda tópica se constituiu numa elaboração que em definitivo colocou basta nas celeumas travadas em torno do conceito de ego.

Procuramos, portanto, dar resposta à questão sobre a posição de Freud no que se refere ao tema do eu no interior da segunda tópica. Pudemos ver que os psicólogos do ego compreenderam que, com ela, Freud voltava atrás quanto à importância a ser concedida ao sistema inconsciente. Mantendo-nos numa posição radicalmente contrária aos psicólogos do ego, procuramos demonstrar que em Freud o eu tem sua base assentada no narcisismo, constituindo-se no objeto privilegiado proposto ao gozo da pulsão.

Na segunda tópica Freud foi forçado a pensar a respeito da posição e do estatuto do eu no interior das novas elaborações. Sua resposta, ao nosso ver, não deixou margem à dúvidas.

Freud reafirma o estatuto de objeto libidinal narcísico do eu. O eu, como objeto investido pela pulsão sexual, constitui-se no objeto privilegiado ofertado à pulsão, e só pode então ser partícipe em grande parte do sistema inconsciente. Cremos ter estabelecido como a pulsão, na busca de seu gozo, acaba por encontrar um objeto no qual se ancora, e demonstrado de que este objeto não é outro senão o próprio eu. O eu é deveras um objeto, embora o sujeito jamais o perceba como tal. Fomos, portanto, obrigados a concluir que a segunda tópica não implicou de modo algum em um abandono da primeira. O que de fato ocorreu na segunda tópica é que, pouco a pouco, Freud elabora que os domínios do sistema inconsciente são mais vastos do que supunha inicialmente. O domínio imperialista do inconsciente expandiu-se, vindo recobrir novas regiões psíquicas: o isso, o eu e o supereu

É necessário que tenhamos em mente o modo pelo qual foi apreendida pelos psicólogos do ego a segunda tópica. Apreenderam-na à luz da já elaborada, e jamais abandonada, sistematização da primeira tópica? A partir do acima exposto não resta dúvida de que aboliram tudo o que Freud formulou na primeira tópica, seu alcance e efeitos foram minimizados pelos idólatras do ego.

De fato, há para a Psicologia do Ego uma espécie de inconsciente. Este diz respeito ao que nesta teoria se convencionou denominar de “impulsos instintivos”, “necessidades instintuais”, “impulsos irracionais.” De forma menos formalizada, o inconsciente também parece dizer respeito a algumas das funções inatas do ego. De qualquer modo, a noção de inconsciente presente nesta teoria remete sempre a dados biológicos inatos do id e, de forma mais imprecisa, do ego. A parte inata do ego corresponde às suas funções autônomas primárias. Quanto ao id, ele é na sua totalidade, tanto inato quanto irracional. Porém, ainda que estes teóricos reconheçam algo da ordem de um certo tipo de inconsciente, todo esforço empenhado consistiu em demonstrar a existência de processos psíquicos que se acham sob o domínio da vida mental consciente, homologada ao ego. Neste ponto preciso reside, ao nosso ver, o maior equívoco cometido pela Psicologia do Ego. O maior engodo praticado foi, pura e simplesmente, homologar o ego à consciência e, portanto, às faculdades intelectuais e racionais, transformando-o num órgão de aprendizagem e de adaptação.

O esforço ao qual se dedicaram os teóricos do ego foi o de, no interior da própria psicanálise e no interior dos conceitos cunhados por Freud, encontrar pontos que servissem de sustentação para uma elaboração conceptual do psíquico consciente. Dedicaram-se inteiramente a estabelecer e destacar que, assim como existem processos mentais inconscientes, existem também processos mentais conscientes capazes de governar e conduzir

racionalmente a vida dos indivíduos. Os psicólogos do ego partiram, como se pode constatar, de uma via diametralmente oposta àquela aberta, percorrida e sustentada por Freud. No universo teórico dominado pela concepção de que tudo o que é psíquico deva ser considerado necessariamente consciente, Freud empenhou todo esforço em demonstrar a existência de processos mentais inconscientes. Freud lutou contra a idéia de que o atributo de ser psíquico deveria ser identificado à consciência. Num universo teórico dominado pelas noções de consciência, Freud insistiu em demarcar que consciente e psíquico não podem, de modo algum, serem identificados, insistindo que o atributo de consciente não abarca, não recobre o atributo de psíquico. De modo que, se para Freud tratou-se de afirmar o estatuto do inconsciente num campo psicológico e filosófico dominados pela concepção de consciência, para os psicólogos do ego tratou-se justamente de tomar a via diametralmente oposta: no interior de um campo – o psicanalítico - dominado pela concepção de processos psíquicos inconscientes, afirmar a existência e supremacia de processos psíquicos conscientes.

Claro está, portanto, que o esforço de demonstração da Psicologia do Ego, por um lado, e os de Freud, por outro, não são de modo algum os mesmos. Freud empenhou-se em demonstrar a existência do inconsciente, determinando seu estatuto, suas leis, sua lógica operatória. Hartmann e colaboradores, por sua vez, empenharam-se obstinadamente em demonstrar a existência de processos mentais conscientes. O que se estabelece como ponto de partida para um, é patente, não é o mesmo para outro.

Em 1914, no texto *História do Movimento Psicanalítico*, Freud, sofrendo os percalços a que, desde então, estavam sujeitos os conceitos que ordenam o campo da psicanálise, realiza o exame do modo como cada um dos teóricos que, naquele período, serviu-se dos conceitos e descobertas efetuados pela psicanálise o fez segundo seus próprios anseios, inclinações e aspirações. Neste texto Freud procedeu à análise minuciosa da situação da psicanálise naquele período, destacando em que pontos específicos seus discípulos se distanciavam e se desviavam das descobertas fundamentais da psicanálise, criando novos sistemas teóricos. Foi no intuito de “[...] evitar certos desvios e suas conseqüências desastrosas” (Freud, 1980 [1914a], p. 37) que Freud foi conduzido a asseverar que “[...] a psicanálise é criação minha.[...] acho justo continuar afirmando que ainda hoje ninguém pode saber melhor do que eu o que é a psicanálise, em que ela difere de outras formas de investigação da vida mental, o que deve precisamente ser denominado de psicanálise e o que seria melhor chamar de outro nome qualquer” (p. 16).

Como nos aponta Cesarotto & Souza Leite (1987) ao ingressar em terras norte-americanas a psicanálise sofreu um processo de aclimação e de pasteurização. Nas elaborações efetuadas pela Psicologia do Ego, o inconsciente tornou-se o reduto de tendências instintuais imorais e anti-sociais que devem ser reprimidas através da ação educativa profilática do meio social, com suas tendências diretoras e regras normativas morais propiciadoras de tendências ajustadas e adaptas. A adaptação, de acordo com a Psicologia do Ego, coloca freio nas tendências anti-sociais, em obediência às normas e prescrições sociais. Concepção que, como já tivemos oportunidade de sublinhar, apresenta-se frágil à luz do que Freud elabora sobre o tema da pulsão, do inconsciente e do recalque

Oscar Cesarotto & Souza Leite advertem que embora “[...] o inconsciente seja universal a psicanálise não é. Razão pela qual uma quantidade de práticas completamente diferentes é chamada pelo mesmo nome de psicanálise” (p. 7). Ainda que efetivamente a descoberta freudiana do inconsciente tenha se constituído numa ferida infringida ao narcisismo do homem, postulando a existência de processos que, embora certamente regidos por uma lógica, escapam à lógica racional consciente, muitas escolas de psicanálise, que atribuem ao pensamento freudiano a sua fonte de inspiração, nem por isso “[...] aceitam as implicações da existência do inconsciente” (p. 13). A Psicologia do Ego, retornando à ilusão de autonomia do ego, compreendeu-o como órgão executivo central na personalidade, encarregado de domar, domesticar e subjugar progressivamente os *mal-ditos* impulsos instintuais.

A respeito da temática da angústia, a leitura psicodinâmica da psicanálise é a de que ela é o substituto interno da “angústia real”, originada na situação real de “angústia de castração” (Alexander, 1934, p. 140). Angústia de castração não sendo outra coisa senão o confronto dos impulsos com as diretrizes sociais estabilizadoras. Confronto este que conduz a frustração das tendências impulsivas e ao recolhimento destas aos confins do sistema irracional. A saída do estado de frustração conduz à bem assegurada adequação harmônica das tendências internas com as regras e normas sociais, caminho único de acesso assegurado à obtenção de satisfações reais mesmo porque, para a escola norte-americana, entre desejo, impulso, necessidade, instinto, demanda não há a menor diferença, constituindo-se todos em termos conceituais *psicodinâmicos* utilizados de forma equivalente para referir-se a uma vasta gama de processos ditos internos em choque com os processos externos da realidade. Na Psicologia do Ego são criados novos “princípios psicodinâmicos” e novas “tendências” de acordo com as necessidades argumentativas do momento teórico ou clínico em questão:

tendências hostis, agressivas, de ódio, masoquistas, de culpa, todas colocadas sob a égide de imorais e anti-sociais. Lembrando ainda que, para esta escola, o termo “tendências” significa aquilo que tem um direcionamento, isto, aquilo que se move numa determinada direção.

A Psicologia do Ego constituiu-se numa teoria de personalidade que fez dos conceitos de “ego fraco”, “ego forte” e do conflito entre “tendências instintuais”, opostas às prescrições sociais, o cerne de suas elaborações. Não sem, contudo, deixar de apontar uma saída resolutiva que consiste precisamente na adaptação. A adaptação bem sucedida funciona como o recurso por meio do qual salvaguarda-se a premissa de uma possível harmonização do homem com o mundo. É fato que muitas foram as escolas ditas de inspiração psicanalítica que objetivaram transformar a psicanálise numa ideologia alentadora.

Para a ramificação psicanalítica humanista de E. Fromm, para Reich, assim como para a escola norte-americana, malgrado suas diferenças, os elementos determinantes e constitutivos da personalidade o indivíduo os recebe, recolhe e acumula de seu meio social: é o meio que determina o homem, moldando-lhe a forma de sua personalidade. Para estas escolas o indivíduo é determinado, constituído, formado e direcionado pelo nosso meio social, e não pelo desejo inconsciente indestrutível. Apesar das radicais diferenças de posicionamentos, tanto teóricos quanto técnicos, para com a psicanálise, as escolas ditas de *inspiração* psicanalítica reivindicaram ser reconhecidas como escolas de psicanálise.

Temos claro que as elaborações da Psicologia do Ego consistiram em fazer das formações coletivas, do imaginário social e das bases racionais conscientes da personalidade a fonte provedora da constituição da personalidade. Para Freud, contudo, não é o coletivo social que determina o inconsciente, mas sim que “[...] o coletivo é uma formação do inconsciente” (Pommier, 1989, p. 20). À luz de uma bem fundada leitura dos textos freudianos, e consoante o modo de pensamento rigoroso que Freud sempre manteve para com sua descoberta do inconsciente, podemos afirmar que “embora não exista inconsciente coletivo, existem ficções coletivas, que retiram a sua força do inconsciente de cada um” (Pommier, 1994, p. 24).

Esta inversão de posicionamento da psicanálise freudiana em relação à Psicologia do Ego aponta que para Freud não há oposição entre o individual e o social. Freud assinalou, em inúmeras passagens de sua vasta obra, a verossimilhança entre os processos civilizatórios e os do indivíduo. As denominadas *neopsicanálises* sacralizaram a concepção sociológica de uma “[...] oposição tradicional entre psicologia social e psicologia individual” (Calligaris, 1993, p. 189), fundamentadas na oposição entre indivíduo e sociedade.

Estas concepções ideológicas constituem-se, ao nosso ver, num sistema de crenças que vem se oferecer no lugar daquilo que, em cada um, funciona como causa vazia, suscitada, causada e repetida a cada momento, quer no indivíduo, quer no seio da civilização, pela repetição do desejo. É a repetição do desejo, ele próprio causa vazia, que motiva a todo momento o esforço renovado e sempre malgrado de diferentes ilusões que se “[...] altercam entre si pela posse da verdade” (Freud, 1980 [1933], p. 204).

O homem tem apego sintomático às suas ilusões na medida em que estas colmatam a falta suscitada pelo desejo. As ilusões servem, portanto, ao propósito de consolo ao homem com vistas ao alcance de sua “paz espiritual”. Embora elas arranquem sua força atrativa do inconsciente de cada um, permitem, por esta razão mesma, a cada um comungar de um mesmo fantasma coletivo de gozo, a partilhar [...] da mesma versão do ilusório” (Phillippi, 1994, p. 69).

As *neopsicanálises* quiseram, no suposto de basear-se e inspirar-se em Freud, cada uma ao seu modo, criar novas versões da psicanálise. Um colocaram no centro de suas premissas uma verdadeira oposição entre o indivíduo e a sociedade, assim como também diferentes saídas resolutivas a tal impasse. De modo que para alguns *neopsicanalistas* o indivíduo é portador de uma potência que lhe permite manter-se uno consigo mesmo. O indivíduo poderia viver plenamente e liberto dos grilhões que se constituem as proibições sociais. Foi o caso de W. Reich. Para outros, a Psicologia do Ego propriamente, o homem também pode estar em perfeito equilíbrio e harmonia, desta vez por meio do adestramento de suas “tendências instintuais” e por sua adaptação ao meio ambiente físico e social. De qualquer modo, para uns e para outros, tratou-se de assegurar o alcance da idealidade harmônica do homem com o mundo através da tomada de consciência. Neste ponto convém ler Freud em *O mal Estar na Civilização* (1980 [1930])

Indubitavelmente, ele (o homem) sempre defenderá sua reinvenção à liberdade individual contra a vontade do grupo. Grande parte das lutas da humanidade centralizam-se em torno da tarefa única de encontrar uma acomodação conveniente - isto é, uma acomodação que traga felicidade - entre essa reivindicação do indivíduo e as reivindicações culturais do grupo, e um dos problemas que incide sobre o destino da humanidade é o de saber se tal acomodação pode ser alcançada por meio de alguma forma específica de civilização ou se esse conflito é irreconciliável (p. 116).

Para a psicanálise fundada, mantida e sustentada por Freud a oposição repousa num lugar completamente diverso, não entre o indivíduo e a sociedade, mas entre as exigências pulsionais e o eu. Conflito irreconciliável, não passível de solução entre a pulsão e o imaginário. São os representantes pulsionais inconscientes que se encontram como fundamento tanto do sujeito quanto do imaginário social. Tanto o indivíduo quanto as formações sociais procedem da mesma causa, e “em suma, só há causa para aquilo que manca” (Lacan, 1988a, p. 27). É a repetição da falta, fundamento do desejo, que assegura ao homem sua parcela de humanidade. Como lembra Melman (1992) “é verdade que o *des-ser* é a única coisa que temos em comum, é a nossa verdadeira sociabilidade” (p. 57).

A noção de desejo inconsciente como fundamento do sujeito foi o passo inaugural dado por Freud e retomado de forma precisa por Lacan, ordenando, desde então, uma nova perspectiva ética, na qual “a psicanálise funda sua ética no saber que o saber falta, a clínica psicanalítica, dirá Lacan, é a clínica do real. A psicanálise funda sua certeza na função estruturante de uma falta” (Baratto, 1998, p. 79).

## 6. REFERÊNCIAS

- Abbagnano, N. (1998). *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Aguiar, F. (1999). *Wittgenstein, 'disciple' à contrecœur de Freud*. *Dissertatio*, 10, 5-44.
- Alexander, F., Eisenstein, S. & Grotjahn, M.(Orgs). (1981). *A História da Psicanálise através de seus Pioneiros*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Baratto, G. (1998). A pulsão na clínica psicanalítica. *Perfil: Revista de psicologia*, 11, 71-80.
- Baratto, G. (2001). A ética na psicanálise. *Dynamis: Revista de psicologia tecno-científica*, 9 (37), 50-56.
- Baratto, G. (2002). Descobrimos o encobrimento da descoberta freudiana: A psicanálise e a "Ego Psychology". *Estilos da Clínica*, 7 (12), 156-177.
- Baratto, G. (2002). Sintoma: deslocamento e satisfação de desejo. *Revista da Associação Psicanalítica de Curitiba – Psicanalizar Hoje*. Ano VI, nº 6, 2002.
- Birman, J. (1978). Demanda Psiquiátrica e saber Psicanalítico. In: S. Figueira (Org.). *Sociedade e Doença Mental* (pp 205-225). Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Birman, J. (1995). Sujeito e estilo em psicanálise: sobre o indeterminismo da pulsão no discurso freudiano. In: H. M. Souza (Org.). *As pulsões* (pp. 25-51). São Paulo: Escuta: Educ.
- Blackburn, S. (1997). *Dicionário Oxford de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Brandão, E. P. (1998). Sobre a ética das prática psi: felicidade e cidadania. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 18 (1), 2-11.
- Calligaris, C. (1986). *Hipótese sobre o fantasma na cura psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Calligaris, C. (1992) Será que a psicanálise sobreviverá à morte de Jacques Lacan? *Atas da segunda jornada de psicanálise da Biblioteca Freudiana de Curitiba*.
- Calligaris, C. (1993). Indivíduo e sociedade. In. M. Fleig (Org.). *Psicanálise e sintoma social* pp. 183-196). São Leopoldo: Unissinos.
- Canguilhem, G. (1958). Que es la Psicología? *Revista de metafísica y moral*, 1, 12-25.
- Cesarotto, O. & Souza Leite, M. P. (1987). *O que è Psicanálise?* São Paulo: Editora Basiliense.
- Chauí, M. (1996). *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática.
- Chemama, R. (19??). (Org.). *Dicionário de Psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cottet, S. (1987). Penso onde não sou, sou onde não penso. In: G. Miller (Org.). *Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.

- Czermak, M. (1987). Alienação e ato analítico. *Psicanálise e Cultura Che Vuoi?*, 2 (3/4), 37-48.
- Czermak, M. (1991). *Paixões do objeto – estudo psicanalítico das psicoses*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Descartes, R. (1987-1988). *Meditações; Objeções e respostas; Cartas*. São Paulo: Nova Cultura.
- Durozoi, G. (1993). *Dicionário de Filosofia*. Campinas: Papyrus.
- Figueiredo, L. C. M. (1991). *Matrizes do Pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes.
- Fiorini, H. J. (1955). *Teoria e Técnicas de Psicoterapias*. São Paulo: Francisco Alves.
- Foucault, M. (1984). *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Franz, A. (1934). *Psicanálise da Personalidade Integral*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Franz, A. (1976). *Fundamentos da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- Freire-Costa, J. (1978). Psicoterapia Breve: uma abordagem Psicanalítica. In: S. Figueira (Org.). *Sociedade e Doença Mental* (pp. 227-241). Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Freud, S. (1980 [1886]). Relatório sobre meus estudos em Paris e Berlim. In : *Obras Completas*, vol.I. Rio de Janeiro : Imago.
- Freud, S. (1980 [1892-1893]). Um caso de cura pelo hipnotismo. In : *Obras Completas*, vol. I. Rio de Janeiro : Imago.
- Freud, S. (1980 [1893-1895a]). Estudos sobre a histeria. Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos. Comunicação preliminar In : *Obras Completas*, vol. II. Rio de Janeiro : Imago.
- Freud, S. (1989 [1893- 1895b]). Estudos sobre a histeria. A psicoterapia da histeria. In : *Obras Completas*, vol.II. Rio de Janeiro : Imago.
- Freud, S. (1980 [1893 –1895c]). Estudos sobre a histeria. Casos clínicos: Catharina. In: *Obras Completas*, vol. II. Rio de Janeiro : Imago.
- Freud, S. (1980 [1893 –1895d]). Estudos sobre a histeria. Casos clínicos: Mis Lucy R. In : *Obras Completas*, vol. II. Rio de Janeiro : Imago.
- Freud, S. (1980 [1893]). Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: uma conferência In : *Obras Completas*, vol .III. Rio de Janeiro : Imago.
- Freud, S. (1980 [1894]). As neuropsicoses de defesa. In : *Obras Completas*, vol .III. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1980 [1910b]). Cinco lições de psicanálise. Quinta lição. In : *Obras Completas*, vol .XI. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1980 [1910b]). Psicanálise ‘Silvestre’. In : *Obras Completas*, vol .XI. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1980 [1911]). Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia. In: *Obras Completas*, vol. XI. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1980 [1912a]). Artigos sobre a técnica. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In : *Obras Completas*, vol. XII. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1980 [1912b]). Uma nota sobre o inconsciente na psicanálise. In : *Obras Completas*, vol. XII. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1980 [1912c]). Artigos sobre a técnica. A dinâmica da transferência. In : *Obras Completas*, vol. XII. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1980 [1913]). Artigos sobre a técnica. Sobre o Início do Tratamento (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I). In: *Obras Completas*, vol. XII. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1980 [1914a]). História do movimento psicanalítico. In : *Obras Completas*, vol. XV. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1980 [1914b]). Artigos sobre a técnica. Recordar, repetir e elaborar. In : *Obras Completas*, vol .XII. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1980 [1914c]). Sobre o narcisismo: uma introdução. In: *Obras Completas*, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1980 [1915a]). Artigos sobre a metapsicologia. O inconsciente In : *Obras Completas*, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1980 [1915b]). Reflexões para o tempo de guerra. In: *Obras Completas*. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1980 [1915c]). Artigos sobre a metapsicologia. Repressão. In : *Obras Completas*, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1980 [1915d]). Artigos sobre a metapsicologia. Os instintos e suas vicissitudes. In : *Obras Completas*, vol .XIV. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1980 [1916-1917]). Conferências introdutórias sobre a psicanálise – Conferência XXI. Desenvolvimento da libido e as organizações sexuais. In: *Obras completas*, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1980 [1916-1917]). Conferências introdutórias sobre a psicanálise – Conferência XIV. Realização de desejo. In: *Obras Completas*, vol. XV. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1980 [1916-1917]). Conferências introdutórias sobre a psicanálise – Conferência XII. Os caminhos da formação dos sintomas. In: *Obras Completas*, vol. XVI. Rio de Janeiro: Imago.

- Freud, S. (1980 [1920]). Além do princípio do prazer. In: *Obras Completas*, vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1980 [1923]). O ego e o id. In: *Obras Completas*, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1980 [1925-1926]). Inibições, sintomas e ansiedade. In: *Obras Completas*, vol. XX. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1980 [1927]). O futuro de uma ilusão. In: *Obras Completas*, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1980 [1930]). O mal estar na civilização. In: *Obras Completas*, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1980 [1933]). Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise - Conferência XXXI. A dissecação da personalidade psíquica. In: *Obras Completas*, vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1980 [1933]). Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise - Conferência XXXII. Ansiedade e vida instintual. In: *Obras Completas*, vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1980 [1933]). Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis - Conferência XXXV. En torno de una cosmovisión. In: *Obras Completas*, vol. XXII. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- Freud, S. (1993 [1933]). Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis – Conferência XXIV. Esclarecimientos, aplicações, orientaciones. In: *Obras Completas*, vol. XXII. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- Freud, S. (1980 [1937a]). Análise terminável e interminável. In: *Obras Completas*, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1980 [1937b]). Construções em análise. In: *Obras Completas*, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1980 [1940]). Esboço de psicanálise. O trabalho prático. A técnica da psicanálise. In: *Obras Completas*, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1993 [1933]). Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis – Conferência XXIV. Esclarecimientos, aplicações, orientaciones. In: *Obras Completas*, vol. XXII. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- Fromm, E. (19??). *Análise do homem*. São Paulo: Circulo do Livro.
- Fromm, E. (1974). *Psicanálise da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Garcia-Rosa, L. A. (1985). *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- Garcia-Rosa, L. A. (1990). *O mal radical em Freud*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- Garcia-Rosa, L. A. (1995). *Introdução à metapsicologia freudiana 3*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.

- Gill, M. (1962). El estado actual de la teoria psicoanalitica. In: D. Rapaport (Org.). *Aportaciones a la Teoria Y Técnica Psicoanalitica* (pp. 23-40). México: Editorial Pax-Mexico.
- Goldember, R. D. (1994). *Ensaio sobre a moral de Freud*. Salvador: Ágalma.
- Green, A. (1975). The analytic, symbolization and absence in the analytic setting. *The international journal of psycho-analysis*. vol. 56, 1ª parte. London Congress Papers.
- Hartmann, H. (1962). *La Psicología del Yo y el Problema de la Adaptación*. México: Editorial Pax-Mexico.
- Hartmann, H. (1964). Psicoanálisis y Sociología. In: J. Ernest y otros. (Orgs.). *Sociedade, Cultura y Psicoanálisi de Hoy*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- Hartmann, H. (1969). *Ensayos sobre la Psicología del Yo*. México: Fondo de Cultura Econômica.
- Irusta, Norberto Calos. A cura pela palavra. In: *Segunda jornada do vale do itajaí*. GESELDA, B. & HOHENDOFF, C. (org.). 1994.
- Jerusalinsky, A. (1994). Apesar de você, amanhã há de ser outro dia. In: C. Calligaris et alli (Org.). *Educa-se uma criança*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Julien, P. (1993). *O retorno a Freud de Jacques Lacan*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Jung, C. G. (1987). *O eu e o inconsciente*. Petrópolis: Vozes.
- Juranville, A. (1987). *Lacan e a filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- Kehl, M. R. (2002). *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia da Letras.
- Keller, F. S. & Schoenfeld, W. N. (1973). *Princípios de Psicologia*. São Paulo: EPU.
- Kris, E. (1964). Psicoanálisis y Arte. In: J. Ernest (Org.). *Sociedade, Cultura y Psicoanálisi de Hoy* (pp. 55-81). Buenos Aires: Editorial Paidós.
- Kris, E. (1968). *Psicanálise da Arte*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Lacan, J. (1978a). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos* (pp. 101-187). São Paulo: Perspectiva.
- Lacan, J. (1978b). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: *Escritos* (pp. 223-259). São Paulo: Perspectiva.
- Lacan, J. (1978c). Situação da psicanálise e formação do analista. In: *Escritos* (pp. 189-222). São Paulo: Perspectiva.
- Lacan, J. (1978d). Posição do inconsciente no congresso de Bonneval retomada de 1960 e 1964. In: *Escritos* (pp. 313-335). São Paulo: Perspectiva.
- Lacan, J. (1979). *O Seminário. Livro I*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.

- Lacan, J. (1985). *O Seminário. Livro 2*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- Lacan, J. (1988a). *O Seminário. Livro 11*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- Lacan, J. (1988b). *O Seminário. Livro 3*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- Lacan, J. (1991). *O Seminário. Livro 7*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- Lacan, J. (1992). *O Seminário. Livro 4*. Porto Alegre: Associação Psicanalítica de Porto Alegre.
- Lacan, J. (1994). Entrevista concedida à DAIX, Pierre, em Paris em 26 de novembro de 1966. In : *Psicanálise e ilusões contemporâneas* (pp. 48-54). Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Lacan, J. (1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- Lajonquiére, L. (1993). Uma introdução á psicanálise em cinco lições. *Revista pedagógica*, 12 (27), 11-18.
- Lajonquiére, L. (1994). Epistemologia e psicanálise: o estatuto do sujeito. *Percursos*, 7 (13), 57-63.
- Laplanche, J. & Pontalis, J-B. (19??). *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, J. (1992). *O inconsciente e o id*. São Paulo: Martins Fontes.
- Loewenstein, R. M. (1981). Psicologia do Ego. In: F. Alexander, S. Eisenstein & M. Grotjahn. (Orgs.). *História da Psicanálise através de seus Pioneiros*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Marques Neto, A. R. (1994). Sujeitos coletivos de direito: pose-se considera-los a partir de uma referência à psicanálise? *Palavração: Revista de Psicanálise*, 2 (2), 149-166.
- Melman, C. (1985). *Novos estudos sobre a histeria*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Melman, C. (1986). O sintoma e a clínica de Lacan. *Psicanálise e cultura. Che Vuoi?*, 2.
- Melman, C. (1991). *Estrutura lacaniana das psicoses*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Melman, C. (1992). Casa Grande e senzala. In: M. Rio Teixeira (Org.). *Lacan e a formação do analista* (pp. 57-64). Salvador: Agalma.
- Melman, C. (1994). *Novos estudos sobre o inconsciente*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Miller, J. A. (1988). *Percursos de Lacan: uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- Miller, J. A. (1997). *Lacan elucidado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Nasio, J-D. (1995). *O olhar em psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- Phillippi, J. N. (1994). *Direito e Psicanálise: um diálogo com o pensamento de Pierre Legendre*. Florianópolis : Alter Ágora, 1994.

- Pommier, G. (1989). *Freud apolítico?* Porto Alegre: Artes Médicas.
- Pommier, G. (1990). *Desenlace de uma análise*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- Pommier, G. (1994). Existiria um sentido psicanalítico da história. *Palavração – Revista de psicanálise*, 2, 23-27.
- Quinet, A. (2000). *A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma*. Rio de Janeiro : Zahar.
- Rapaport, D. (1962). *Aportaciones a la teoria y técnica psicoanalitica*. México: Editorial Pax-Mexico.
- Rapaport, D. (1982). *A Estrutura da Teoria Psicanalítica - uma Tentativa de sistematização*. São Paulo: Perspectiva.
- Reich, W. (1977). *A revolução sexual*. Rio de Janeiro: Zahar.
- RITVO, Samuel & RITVO, Lucile B. ° O Uono universale do século vinte. In: ALEXANDER, Franz , EISENSTEIN, Samuel & GROTHJAHN, Martin. *A história da Psicanálise através de seus pioneiros*. Rio de Janeiro: Imago Editora, s.d.
- Rogers, C. R. (1976). *Tornar-se pessoa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Rudinesco, E. (1988). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Safouan, M. (19??). *Estruturalismo e Psicanálise*. São Paulo: Cultrix.
- Safouan, M. (1979). *Estudos sobre o Édipo*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- Safouan, M. (1986). *Seminário: angústia, sintoma, inibição*. Campinas, SP: Papyrus.
- Safouan, M. (1995). *Malaise dans la psychanalyse. Le tiers dans l'institution et l'analyse de contrôle*. Paris: Arcanes.
- Serge, A. (1987). *O que quer uma mulher?* Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- Sheldon, B. (1977). On the narcissistic state of consciousness. *The international journal of psycho-analysis*, 58 , 2ª parte. London Congress Papers.
- Silva Filho, J. F. (1987). A medicina, a Psiquiatria e a Doença Mental. In. N. R. Costa & J. S. Tundis (Orgs.). *As políticas de Saúde Mental no Brasil - Cidadania e Loucura* (pp. 76-102). Petrópolis: Vozes.
- Souza, A. M. (1985). *Uma leitura introdutória a Lacan*. Porto Alegre : Artes Médicas.
- Vallejo, A. & Magalhães, L. C. (1979). *Lacan: operadores de leitura*. São Paulo: Perspectiva.
- Zimerman, D. E. (2001). *Vocabulário contemporâneo de psicanálise*. Porto Alegre : Artmed.